

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-graduação em Sociologia

CÉSAR ALFONSO VELÁSQUEZ MONROY

**MELHORAMENTO DE BAIROS E CONSTRUÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
EM ASSENTAMENTOS POPULARES DE ORIGEM IRREGULAR**

– O CASO DO PROGRAMA VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA (BELO
HORIZONTE, BRASIL) –

Belo Horizonte
2017

CÉSAR ALFONSO VELÁSQUEZ MONROY

**MELHORAMENTO DE BAIROS E CONSTRUÇÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA EM ASSENTAMENTOS POPULARES DE ORIGEM
IRREGULAR**

– O CASO DO PROGRAMA VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA
(BELO HORIZONTE, BRASIL) –

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Sociologia da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Urbana

Linha de pesquisa: Gestão urbana e Criminalidade

Orientador: Prof. Dr. Claudio Chaves Beato Filho

Belo Horizonte

2017

301
V434m
2017

Velasquez Monroy, César Alfonso

Melhoramento de bairros e construção de segurança pública em assentamentos populares de origem irregular [manuscrito] : o caso do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra (Belo Horizonte, Brasil) / César Alfonso Velásquez Monroy. - 2017.

308 f. : il.

Orientador: Claudio Beato.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses .2, Bairros – Teses . 3.Favelas - Teses. 4. Redes de relações sociais -Teses. 5.Segurança pública - Teses. I. Beato Filho, Claudio Chaves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE TESE

CÉSAR ALFONSO VELASQUEZ MONROY

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: **"Melhoramento de Bairros e Construção de Segurança Pública em Assentamentos Populares de Origem Irregular – O caso do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra (Belo Horizonte, Brasil)"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Claudio Chaves Beato Filho** (Orientador – DSO/UFMG), **Ana Marcela Ardila Pinto** (DSO/UFMG), **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (DSO/UFMG), **Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG), **Frederico Couto Marinho** (UFMG), **Luis Flávio Saporì** (PUC Minas) e **Luis Felipe Zilli do Nascimento** (FJP).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Reprovação da Tese ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2017.


Prof. Dr. **Claudio Chaves Beato Filho** (Orientador – DSO/UFMG)


Prof. Dra. **Ana Marcela Ardila Pinto** (DSO/UFMG)


Prof. Dr. **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (DSO/UFMG)


Prof. Dr. **Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG)



Prof. Dr. Frederico Couto Marinho (UFMG)



Prof. Dr. Luis Flávio Saporj (PUC Minas)

Luis Felipe Z do Nascimento

Prof. Dr. Luis Felipe Zilli do Nascimento (FJP)

*A todas as pessoas que fizeram levar o
Brasil no meu coração para sempre.*

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi possível graças à abertura, disposição, apoio e paciência dos moradores, líderes e funcionários do Aglomerado da Serra os quais acolheram minhas inquietações e tiveram sempre o ânimo de me ajudar a entender a sua vizinhança e refletir sobre as suas problemáticas. Cada um deles é um herói singular no vasto cotidiano da favela.

Devo agradecer também à equipe do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), que me permitiu sempre compartilhar minhas dúvidas, desacertos e colocações dum jeito descontraído, alegre e enriquecedor. Mais do que colegas, foram amigos que me mostraram uma visão e um pedacinho do Brasil. Em particular, Valéria Oliveira, Victor Neiva, Vinicius Couto, Gabi Gomes, Rafa Rocha, David Caminhas, Diogo Caminhas, Frederico Marinho, Rafaelle Lopes, Vanessa Brandão, e Juliana Viana. À galera do Centro de Estudos de Sociologia Antônio Augusto Pereira Prates (Cesap) e do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise em Redes Sociais (Giars), a André Pereira, Leo Silveira, e Maurício Botrel.

Especial menção faço também de Flávia Suárez e de Davidson Ramos que me permitiram 'abrir' o meu trabalho de campo e ter confiança para me 'jogar nele'; de Dani Viana no Crisp, facilitando a minha vida em Belo Horizonte e na distância dos meus afastamentos para continuar a pesquisa na Colômbia; de Antônio Ribeiro e a sua paciente ajuda para me estabelecer no Brasil; de meus irmãos colombianos Luisa Mejía, Pipe Peñaloza, Caró Bustos, Ana Loaiza, Edu Mejía, e Lau Vargas; do Sr. João Chumbinho e o oásis de vida na sua casa; de Flor Silva, Carmen Nunes e o Sr. Gio Silva por me permitir morar nas bordas da favela; das primeiras aventuras de campo com Lucas Caetano e Rafa Paiva; de Bráulio Silva e Ana Marcela Ardila, cada um com seu estilo particular para eu manter meu foco nas questões relevantes da pesquisa; do Silvio Salej por me introduzir no mundo da análise de redes sociais; de Bernardo Pérez e Oscar Alfonso que me apoiaram para vir a estudar no Brasil; e de meu orientador Cláudio Beato quem me abriu as portas deste maravilhoso país e acompanhou meu trabalho.

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é estudar o efeito do melhoramento urbanístico na construção de segurança pública, em assentamentos tipo favela, a partir da influência intermediária destas intervenções oficiais nos laços entre os líderes comunitários, e deles com o poder público. Desta maneira, espera-se incidir na sua capacidade, público-paroquial (comunitária), para lidar com atores envolvidos na criminalidade nas suas vizinhanças. O caso de estudo selecionado foi o do Programa Vila Viva implementado pela primeira vez no Aglomerado da Serra, a partir do ano de 2005, na cidade de Belo Horizonte (Brasil). Foram empregados, análises de correspondências múltiplas, modelos ERGM (p^*) da análise de redes sociais, correlações exploratórias de dados categóricos, junto com informações de ordem qualitativa produto de entrevistas em campo, semi-estruturadas ou abertas em profundidade, com líderes comunitários, moradores e funcionários de programas sociais com presença no Aglomerado.

Se identificaram dois perfis relacionais predominantes entre os líderes, tradicionais e emergentes, com mecanismos específicos de interação entre eles, tipo ponte, e com o poder público em função das fontes de recursos, administração e logística implicados nas iniciativas de atenção comunitária que envolveram as suas atuações, em concurso com organizações sociais, e agências do governo municipal ou estadual. Em particular, os líderes tradicionais se integraram a iniciativas centrais, dentro desta rede pública-paroquial de laços, e entre as quais se encontraram os espaços oficiais de participação mais representativos em matéria de intervenção urbanística, inclusive o Vila Viva; o que permitiu-lhes, por sua vez, se consolidar como as figuras típicas de representação, das diferentes vilas que compõem o Aglomerado, e de comunicação com o poder público. No caso dos líderes emergentes, eles misturaram a sua figuração entre iniciativas centrais e periféricas da rede. As segundas resultaram da multiplicidade de propostas de trabalho comunitário, deste tipo de liderança, de modo que as primeiras, o seu par central, tornaram-se plataformas de encontro com potencial para a troca de experiências e de recursos diversos, em especial nos âmbitos da educação, e da cultura, esportes e o lazer.

A proximidade dos líderes tradicionais com o Vila Viva, e o seu fechamento ao redor da visão oficial de intervenção urbanística sobre o Aglomerado, facilitou a implementação do enfoque situacional de controle do crime, centrado mais na simples redução das ocorrências que nas raízes do comportamento criminoso, e que caracterizou a onda de atenção pública sobre a favela da qual fez parte o Vila Viva. No entanto, a re-ordenação física dos espaços privado, comunitário (paroquial) e público, sob o programa urbanístico, resultou alheia para os moradores e trouxe o posicionamento crítico dos líderes emergentes que reclamaram pela ausência de espaços com um desenho que facilitasse o controle de tipo territorial, afim com a execução de iniciativas de prevenção da criminalidade mediante atividades de formação, socialização e promoção de convivência. No final, houve contenção da quantidade de delitos de rua (homicídios, roubos e furtos), enquanto o tráfico de drogas consolidou-se com o acesso ao mercado externo da cidade e o acionamento permanente de seu dispositivo de vigilância na favela.

Palavras Chave: Melhoramento de bairros, favela, redes sociais, líderes comunitários, segurança pública.

RESUMEN

El objetivo de la presente investigación es estudiar el efecto del mejoramiento urbanístico en la construcción de seguridad pública, en asentamientos tipo favela, a partir de la influencia intermedia de estas intervenciones oficiales en los lazos entre los líderes comunitarios, y de ellos con el poder público. De esta manera, se espera incidir en su capacidad, público-parroquial (comunitaria), para lidiar con actores involucrados con la criminalidad en sus vecindarios. El caso de estudio seleccionado fue el del Programa Vila Viva implementado por primera vez en el Aglomerado de La Sierra, a partir del año 2005, en la ciudad de Belo Horizonte (Brasil). Fueron empleados, análisis de correspondencias múltiples, modelos ERGM (p^*) del análisis de redes sociales, correlaciones exploratorias de datos categóricos, junto con informaciones de orden cualitativo producto de entrevistas en campo, semi-estructuradas o abiertas en profundidad, con líderes comunitarios, habitantes y funcionarios de programas sociales con presencia en el Aglomerado.

Se identificaron dos perfiles relacionales predominantes entre los líderes, tradicionales y emergentes, con mecanismos específicos de interacción entre ellos, tipo puente, y con el poder público en función de las fuentes de recursos, administración y logística implicados en las iniciativas de atención comunitaria que involucraron sus actuaciones, en concurso con organizaciones sociales, y agencias del gobierno municipal o del estado de Minas Gerais. En particular, los líderes tradicionales se integraron a iniciativas centrales, dentro de esta red público-parroquial de lazos, y entre las cuales se encontraron los espacios oficiales de participación más representativos en materia de intervención urbanística, incluso el Vila Viva, lo que les permitió, a su vez, consolidarse como las figuras típicas de representación, de las diferentes villas que componen el Aglomerado, y de comunicación con el poder público. En el caso de los líderes emergentes, ellos mezclaron su figuración entre iniciativas centrales y periféricas de la red. Las segundas resultaron de la multiplicidad de propuestas de trabajo comunitario, de este tipo de líderes, de modo que las primeras, como par central, se convirtieron en plataformas de encuentro con potencial para el intercambio de experiencias y de recursos diversos, en especial en los ámbitos de la educación, y de la cultura, el deporte y el ocio.

La proximidad de los líderes tradicionales con el Vila Viva, y su cierre alrededor de la visión oficial de intervención urbanística sobre el Aglomerado, facilitó la implementación del enfoque situacional de control del crimen, centrado más en la simple reducción de los eventos que en las raíces del comportamiento criminal, y que caracterizó la ola de atención pública sobre la favela de la cual hizo parte el Vila Viva. Sin embargo, el reordenamiento físico de los espacios privado, comunitario (parroquial) y público, bajo el programa urbanístico, resultó ajeno para los habitantes y ocasionó una posición crítica de los líderes emergentes que reclamaron por la ausencia de espacios con un diseño que facilitara el control de tipo territorial, afín con la ejecución de iniciativas de prevención de la criminalidad mediante actividades de formación, socialización y promoción de convivencia. Al final, hubo una contención de la cantidad de delitos callejeros (homicidios, hurtos y atracos), mientras el tráfico de drogas se consolidó con el acceso al mercado externo que representa la ciudad para el Aglomerado y el accionamiento permanente de su dispositivo de vigilancia en la favela.

Palabras clave: Mejoramiento de barrios, favela, redes sociales, líderes comunitarios, seguridad pública.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 — Análise de correspondência múltipla para identificação de perfis dos líderes comunitários. | 122 |
| Gráfico 2 — Análise de correspondência múltipla para identificação de perfis de iniciativas de atenção comunitária I..... | 158 |
| Gráfico 3 — Análise de correspondência múltipla para identificação de perfis de iniciativas de atenção comunitária II..... | 161 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 — Rede (Grafo) de trabalho conjunto dos líderes comunitários..... | 124 |
| Figura 2 — Matriz de distâncias geodésicas na rede de trabalho conjunto entre os líderes | 125 |
| Figura 3 — Matriz de sobreposição de agrupamento hierárquico..... | 129 |
| Figura 4 — Rede de líderes e iniciativas de atenção comunitária..... | 172 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1 — Localização de Belo Horizonte no Brasil (1) e do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte (2)..... | 28 |
| Mapa 2 — O Aglomerado da Serra e as Vilas que o compõem..... | 29 |
| Mapa 3 — Concentração de homicídios em Belo Horizonte (dez. 2014 –nov. 2016) | 32 |
| Mapa 4 — Concentração de roubos em Belo Horizonte (dez. 2014 –nov. 2016) | 33 |
| Mapa 5 — Concentração de furtos em Belo Horizonte (dez. 2014 –nov. 2016) | 34 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 — Proporções de escolaridade segundo gênero | 115 |
| Tabela 2 — Proporções de gênero por estado civil e faixa etária | 116 |
| Tabela 3 — Quantidades de filhos e colegas adultos de domicílio, segundo gênero do líder. | 116 |
| Tabela 4— Procedência dos líderes | 117 |
| Tabela 5 — Tempo de moradia no Aglomerado como proporção da idade do líder. (Segundo procedência em relação ao Aglomerado) | 118 |
| Tabela 6 — Mobilidade residencial inter-vilas | 118 |
| Tabela 7 — Proporções de procedência, em relação ao Aglomerado, por faixa etária e escolaridade | 119 |
| Tabela 8 — Quantidades de filhos e colegas adultos de domicílio. (Segundo procedência do líder em relação ao Aglomerado). | 119 |
| Tabela 9. — Proporções de atividade segundo escolaridade. | 121 |
| Tabela 10 — Centralidades tipo e coeficiente de obstrução dos líderes (*)..... | 127 |
| Tabela 11 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de trabalho comunitário entre líderes | 132 |
| Tabela 12 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de trabalho comunitário, com efeitos monádicos | 143 |
| Tabela 13 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de trabalho comunitário, com efeitos monádicos e diádicos | 150 |
| Tabela 14 — Objetivo da iniciativa de atenção comunitária..... | 154 |
| Tabela 15 — Fonte dos recursos, administração e logística da iniciativa de atenção comunitária..... | 155 |
| Tabela 16 — Equipe característica da iniciativa de atenção comunitária..... | 156 |
| Tabela 17 — Proporções de equipe, por recursos e administração/logística..... | 163 |
| Tabela 18 — Proporções de objetivo, por recursos e administração/logística; controlado pela antiguidade em relação ao Vila Viva * | 164 |
| Tabela 19 — Centralidades tipo das iniciativas de atenção comunitária..... | 173 |
| Tabela 20 — Núcleo de iniciativas na rede. | 174 |
| Tabela 21 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de líderes e iniciativas | 178 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 22 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de líderes e iniciativas, com efeitos monádicos..... | 181 |
| Tabela 23 — Proporções de recursos e administração/logística, por centralidade * 182 | |
| Tabela 24 — Percepção de (in)segurança em matéria de homicídios. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 190 |
| Tabela 25 — Percepções de (in)segurança em matéria de tráfico de drogas. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 191 |
| Tabela 26. — Percepções de (in)segurança em matéria de som alto em lugares indiscriminados. (Frequências relativas –porcentagens– válidas)..... | 192 |
| Tabela 27. — Percepções de (in)segurança em matéria de furtos ou assaltos. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 193 |
| Tabela 28 — Percepções de (in)segurança em matéria de conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 194 |
| Tabela 29. — Atuações da polícia a partir do Vila Viva..... | 198 |
| Tabela 30 — Correlações contingentes entre efeitos do Vila Viva e a percepção de (in)segurança pública. | 203 |
| Tabela 31 — Correlações contingentes entre efeitos intermédios e finais do Vila Viva. | 204 |
| Tabela 32 — Correlações contingentes entre os efeitos intermédios do Vila Viva.. | 205 |
| Tabela A2. 1. — Âmbito típico de trabalho comunitário do líder..... | 256 |
| Tabela A2. 2. — Participação dos líderes no Programa Vila Viva..... | 257 |
| Tabela A2. 3. — Indicador: Coesão social com capacidade de ação..... | 258 |
| Tabela A2. 4. — Posição dos líderes comunitários sobre a melhoria na troca de ideias entre vizinhos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 259 |
| Tabela A2. 5. — Posição dos líderes comunitários sobre o incentivo a ajuda mútua entre vizinhos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 259 |
| Tabela A2. 6. — Posição dos líderes comunitários sobre tornar os moradores mais confiantes nos seus vizinhos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):..... | 260 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela A2. 7. — Posição dos líderes comunitários sobre o estímulo ao cuidado da vizinhança mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 260 |
| Tabela A2. 8. — Posição dos líderes comunitários sobre a possibilidade de eventos coletivos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 261 |
| Tabela A2. 9. — Indicador: Atração de recursos para a organização comunitária, circulação e acesso no Aglomerado. | 261 |
| Tabela A2. 10. — Posição dos líderes comunitários sobre a circulação de recursos para iniciativas comunitárias a partir do Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 262 |
| Tabela A2. 11. — Posição dos líderes comunitários sobre a identificação dos domicílios a partir do Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 263 |
| Tabela A2. 12. — Posição dos líderes comunitários sobre a circulação mais segura de veículos e pedestres a partir do Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):..... | 263 |
| Tabela A2. 13. — Indicador: Oferta de espaços públicos. Posição dos líderes comunitários sobre a disposição de espaços físicos, recreativos e culturais, mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas)..... | 264 |
| Tabela A2. 14. — Indicador: Capacidade organizativa. | 264 |
| Tabela A2. 15. — Posição dos líderes comunitários sobre a oportunidade de discussão das obras prioritárias mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 265 |
| Tabela A2. 16. — Posição dos líderes comunitários sobre o treinamento da gestão comunitária mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 266 |
| Tabela A2. 17. — Posição dos líderes comunitários sobre a aproximação dos líderes com os moradores mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 266 |
| Tabela A2. 18. — Posição dos líderes comunitários sobre a promoção do cuidado de espaços públicos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 267 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela A2. 19. — Indicador: Moradia e segurança. | 267 |
| Tabela A2. 20. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários dos prédios construídos com Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 268 |
| Tabela A2. 21. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários do processo de remoção e reassentamento de famílias, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 269 |
| Tabela A2. 22. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de delimitação de parques, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 270 |
| Tabela A2. 23. — Indicador: Infraestrutura e segurança. | 270 |
| Tabela A2. 24. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de abertura de vias e becos, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):..... | 271 |
| Tabela A2. 25. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de implantação de postes de iluminação, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas): | 272 |
| Tabela A2. 26. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de esgoto e saneamento básico, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):..... | 273 |
| Tabela A2. 27. — Indicador: Obras Cardoso e segurança. | 273 |
| Tabela A2. 28. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários da Avenida do Cardoso em matéria de segurança pública. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 274 |
| Tabela A2. 29. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários da Praça do Cardoso em matéria de segurança pública. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 275 |
| Tabela A2. 30. — Indicador: Equipamentos e segurança. Avaliação (nota) dos líderes comunitários dos equipamentos construídos com o Vila Viva em matéria de segurança pública. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):..... | 276 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela A2. 31. — Antiguidade da iniciativa de atenção comunitária em relação ao decorrer das obras do Vila Viva. | 276 |
| Tabela A2. 32. — Cobertura da iniciativa de atenção comunitária. | 277 |
| Tabela A2. 33. — Responsável principal da iniciativa de atenção comunitária. | 277 |
| Tabela A2. 34. — Público específico ao qual está dirigido a iniciativa de atenção comunitária. | 277 |
| Tabela A2. 35. — Âmbito de atuação da iniciativa de atenção comunitária. | 278 |
| Tabela A2. 36. — Percepção de (in)segurança em matéria de troca de tiros. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 278 |
| Tabela A2. 37. — Percepção de (in)segurança em matéria de acumulo de lixo e entulho em espaços públicos. (Frequências relativas – porcentagens– válidas). | 279 |
| Tabela A2. 38. — Percepção de (in)segurança em matéria de consumo de drogas. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 279 |
| Tabela A2. 39. — Percepção de (in)segurança em matéria de grupos de tráfico. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 280 |
| Tabela A2. 40. — Percepção de (in)segurança em matéria de condução imprudente de carros e motos. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 280 |
| Tabela A2. 41. — Percepção de (in)segurança em matéria de estupros. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 281 |
| Tabela A2. 42. — Percepção de (in)segurança em matéria de violência doméstica ou intrafamiliar. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). | 281 |
| Tabela A2. 43. — Percepção de (in)segurança em matéria de abuso e exploração sexual infantil. (Frequências relativas –porcentagens– válidas). ... | 282 |
| Tabela A2. 44. — Indicador: Atuação policial positiva. | 282 |
| Tabela A2. 45. — Indicador: Atuação policial negativa. | 283 |
| Tabela A2. 46. — Teste GOF do modelo I (one-mode) estrutural da rede de trabalho comunitário entre líderes. | 284 |
| Tabela A2. 47. — Teste GOF do modelo II (one-mode) estrutural, com atributos monádicos, da rede de trabalho comunitário entre líderes. | 285 |
| Tabela A2. 48. — Teste GOF do modelo III (one-mode) estrutural, com atributos monádicos e diádicos, da rede de trabalho comunitário entre líderes. | 286 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela A2. 49. — Teste GOF do modelo I (two-mode) estrutural da rede de líderes e iniciativas. | 287 |
| Tabela A2. 50. — Teste GOF do modelo II (two-mode) estrutural, com efeitos monádicos, da rede de líderes e iniciativas. | 288 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro A1. 1 — Descrição dos atributos sociodemográficos dos líderes comunitários..... | 239 |
| Quadro A1. 2. — Registro da participação e benefícios dos líderes comunitários no Vila Viva. | 242 |
| Quadro A1. 3. — Resumo dos indicadores dos efeitos intermédios do Vila Viva na segurança pública. | 243 |
| Quadro A1. 4. — Resumo dos indicadores dos efeitos globais (finais) do Vila Viva na segurança pública. | 244 |
| Quadro A1. 5. — Resumo dos atributos característicos das iniciativas de atenção comunitária..... | 245 |
| Quadro A1. 6. — Síntese descritiva das iniciativas de atenção comunitária..... | 247 |
| Quadro A1. 7. — Descrição das condutas delitivas e transgressoras que compõem a percepção de (in)segurança pública. | 251 |
| Quadro A1. 8. — Descrição dos indicadores de atuação policial. | 255 |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Introdução | 25 |
| 2. Melhoramento urbanístico e o desafio da segurança pública em assentamentos de origem irregular: o que tem sido colocado na teoria? | 36 |
| 2.1. Desorganização social e eficácia coletiva | 36 |
| 2.2. Controle sistêmico e novo paroquialismo no melhoramento de bairros | 41 |
| 2.3. A prevenção do crime mediante o desenho ambiental | 45 |
| 2.4. Discussão do novo paroquialismo na modalidade de melhoramento urbanístico..... | 49 |
| 2.5. Líderes comunitários e governança de vizinhança | 51 |
| 2.6. Líderes comunitários e pontes de intermediação | 57 |
| 2.7. Instrumentalização das intervenções públicas e Paroquialismo: riscos colocados na governança de vizinhança | 60 |
| 2.8. Favelas, participação local e segurança pública em experiências de melhoramento urbano. | 64 |
| 3. Metodologia..... | 74 |
| 3.1. Análise de redes sociais e os modelos ERGM..... | 79 |
| 3.2. Análise de correspondência múltipla..... | 85 |
| 4. O Aglomerado da Serra, a sua organização comunitária, e a segurança pública antes do Vila Viva: uma breve história a modo de linha de base | 88 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5. A organização comunitária do Aglomerado da Serra nas atuações dos seus líderes: o que têm acontecido logo do início do Programa Vila Viva?..... | 114 |
| 5.1. Quem são os líderes comunitários? | 114 |
| 5.2. Como é que os líderes se articulam para trabalhar em conjunto? Uma leitura preliminar | 123 |
| 5.3. Quais são os mecanismos sociais que fundamentam o trabalho comunitário entre os líderes? | 130 |
| 5.3.1. Modelo I | 131 |
| 5.3.2. Modelo II | 135 |
| 5.3.2.1. Descrição das variáveis monádicas sobre a relação com o Vila Viva: participação e benefícios | 136 |
| 5.3.2.2. Posições sobre os efeitos intermediários do Vila Viva na segurança pública | 137 |
| 5.3.2.3. Posições sobre o efeito final do Vila Viva na segurança pública | 140 |
| 5.3.2.4. Resultados do modelo e discussão | 142 |
| 5.3.3. Modelo III | 146 |
| 5.3.3.1. Resultados do modelo III e discussão | 148 |
| 6. Interações com o poder público nas iniciativas de atenção comunitária no Aglomerado da Serra: o lugar do Vila Viva | 152 |
| 6.1. Quais são as características das iniciativas de atenção comunitária? | 153 |
| 6.2. Perfis de ação das Iniciativas e a sua articulação com o Poder público | 157 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.3. Quais são os mecanismos específicos de interação ao redor das iniciativas nucleares, e das menos populares (ou periféricas)? E qual o papel do poder público, incluído o Vila Viva, nesses mecanismos sociais? | 176 |
| 6.3.1. Modelo I | 177 |
| 6.3.2. Modelo II | 180 |
| 7. Percepção de segurança pública e controle público-paroquial: visão dos líderes comunitários a partir do Vila Viva..... | 188 |
| 7.1. Percepção de (In)Segurança Pública..... | 189 |
| 7.2. Atuação da polícia e o seu acesso percebido a partir do Vila Viva | 195 |
| 7.3. Alcances do Vila Viva no controle de delitos e transgressões, segundos os líderes comunitários | 199 |
| 7.3.1. Resultados e discussão | 202 |
| 7.3.1.1. Obras e controle público - paroquial | 205 |
| 7.3.1.2. Obras, polícia e controle público | 214 |
| 7.4. Uma breve reflexão conclusiva do capítulo..... | 217 |
| 8. Conclusões. | 219 |
| Referências bibliográficas | 232 |
| Apêndice 1 — Descrição e estrutura das variáveis | 239 |
| Apêndice 2 — Estatístico | 256 |
| Apêndice 3 — Matemático | 289 |

Anexo 1. Roteiros de entrevistas.....294

Anexo 2. Questionário lideranças comunitárias Aglomerado da Serra299

1. INTRODUÇÃO

Belo Horizonte é uma cidade que tem-se destacado no Brasil pelos esforços por melhorar as condições de vida dos seus moradores de assentamentos de origem irregular; isto é, nos casos de ocupação ilegal de propriedades particulares e públicas ou de estabelecimento habitacional sem a devida regularidade jurídica e urbanística, entre elas, carências em matéria de acessibilidade (p. ex. vias), habitabilidade (p. ex. falta de água, esgoto, saneamento, energia, e exposição a riscos ambientais) e de serviços sociais. Para o ano 2014, se calculava que o 19% da população da cidade, equivalente a 450 mil pessoas e 131 mil domicílios (aprox.), vivia neste tipo de assentamentos, no 5% do território da cidade (AFONSO; de MAGALHÃES, 2014, 33).

No período de transição à democracia, durante os anos 80 do século XX, foi lançada e regulamentada na cidade uma lei pioneira no país, a lei Profavela, com a qual se deu um reconhecimento formal dos assentamentos, como o tipo de moradia alternativa achada pela população de baixa renda, e se desenharam figuras e mecanismos urbanísticos para a sua implementação. A partir daí e logo dum processo de aprimoramento de ordem jurídico, institucional, técnico e financeiro, que tem envolvido ao poder público, moradores e sociedade civil (CONTI, 2004), foi implementado no ano 2005 o Programa Vila Viva, o qual tem servido como referência em Belo Horizonte para intervenções de caráter integral no conjunto dos assentamentos populares de origem irregular (nomeadas de favelas no Brasil). Junto com o Programa de Orçamento Participativo, o Vila Viva tem sido empregado para introduzir desenvolvimentos sociais e institucionais, além de urbanísticos (AFONSO; de MAGALHÃES, op. cit.; PEREIRA; BRASIL; CARNEIRO, 2014).

No entanto, a segurança pública é uma das preocupações que têm sido latente entre os habitantes das favelas de Belo Horizonte dada a frequência, vivida ou percebida, de eventos considerados delitivos ou transgressores nas suas vizinhanças (MARINHO, 2009; CRUZ, 2010). Silva (2012), em estatísticas oficiais, infere concentrações de violência homicida em alguns dos assentamentos, durante o

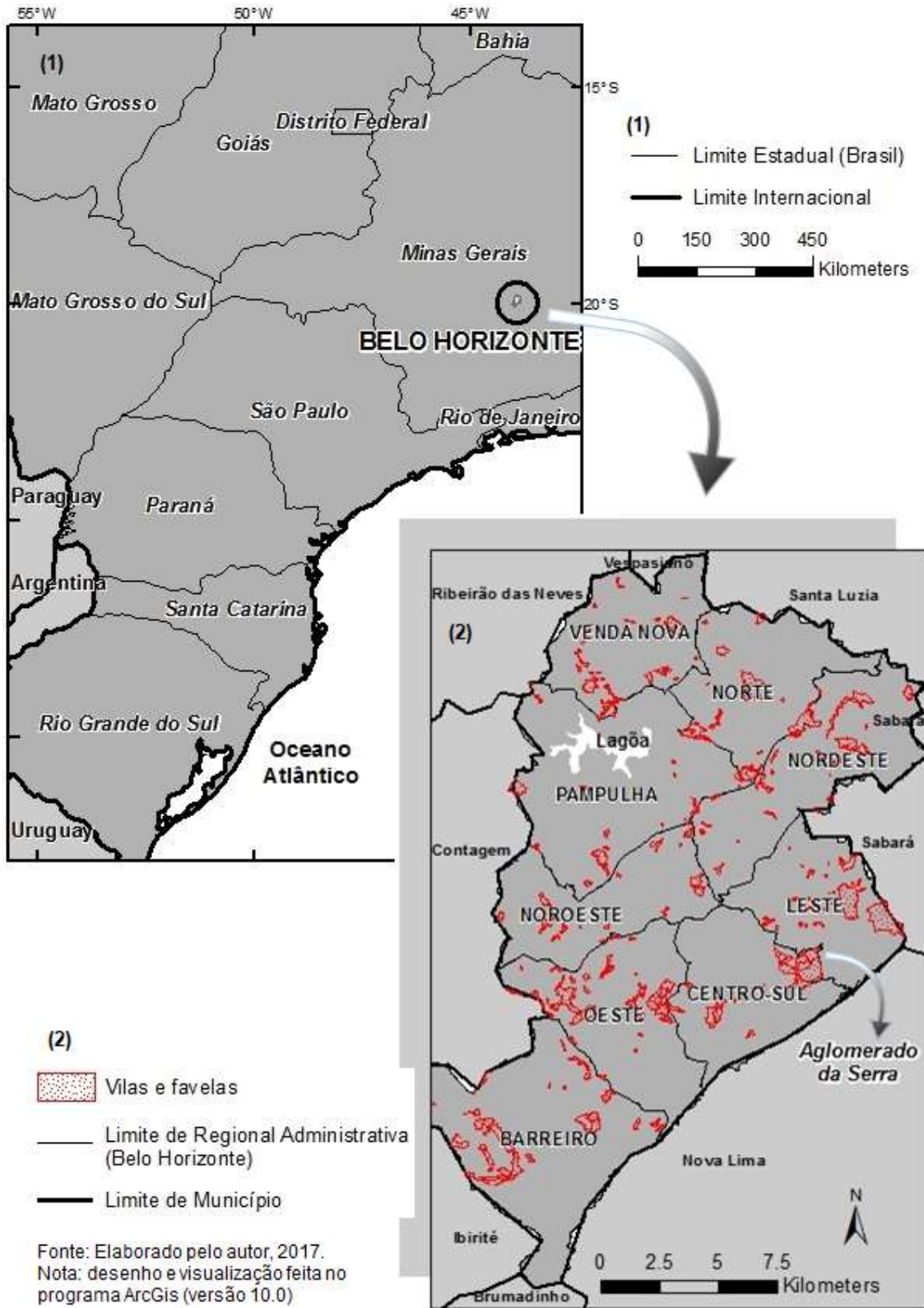
período de anos de 1998 a 2006. Beato (2012, 144-192) comenta que esse padrão espacial é típico no decorrer de eventos criminais e tem sido verificado em outras cidades do Brasil, como Vitória e São Paulo. O autor deixa claro que nem toda favela padece de ocorrências homicidas e que no caso de Belo Horizonte foi evidente a concentração em 6 dos 81 conglomerados urbanos que contêm favelas, numa onda de incrementos dos homicídios ao longo da década de 1990. Em geral, os responsáveis pelas agressões na favela são crianças e adolescentes, que moram ali, e a falta de condições e oportunidades para um desenvolvimento qualificado de suas vidas é característica do contexto no qual eles crescem.

Há então um interesse crescente no desenho das intervenções oficiais urbanísticas de melhoramento de bairros ou assentamentos populares em relação à inclusão de medidas para problemas de segurança pública (UNDP, 1994; AFONSO; de MAGALHÃES, op. cit.); numa sequência de preocupações que têm sido tratadas desde as necessidades básicas de serviços domiciliares, de transporte e de moradia, até a construção de espaços e equipamentos públicos, de saúde, educação, lazer e mesmo em segurança por exemplo. Tudo a partir do reconhecimento estatal dos assentamentos e com o propósito de fornecer melhores condições de vida para seus moradores (PNUD, 2003); entre elas, relações de convivência pacífica no seu interior e com a cidade. É um enfoque que se diferencia da omissão ou do despejo dos assentamentos, e que se baseia na existência do próprio assentamento como contexto distintivo e já criado de vizinhança. Portanto, a ideia é que as opções de moradia nova, nestes casos, fique delimitada dentro da favela. Remoções e localizações massivas de famílias para outros lugares, implicariam na construção de novos laços com vizinhos desconhecidos e, na prática, a conformação forçada de bairros novos, o que pode resultar mais custoso e prolongado em termos do objetivo de um convívio seguro dos e entre os moradores.

O primeiro assentamento objeto do Programa Vila Viva em Belo Horizonte foi o Aglomerado da Serra, localizado na regional administrativa Centro-Sul (MAPAS, 1 e 2). No momento do diagnóstico (finais dos anos 90 – século XX) que antecedeu a intervenção, o Aglomerado apresentava um histórico de violência homicida, de desvantagens socioeconômicas, e de irregularidades de ordem jurídico e urbanístico.

A cada 10 mil habitantes, 2 (aprox.) morriam de maneira violenta, enquanto esta taxa era de 1 para a cidade. A densidade demográfica era de 305 habitantes por hectare; a proporção média de crianças entre 0 e 14 anos de idade, de 6 das 7 vilas que integravam o Aglomerado, era de 32%; um terço dos jovens entre 15 e 17 anos de idade não estudava. Além disso, de 60% a 65% dos moradores tinha até oitava série escolar, e um quarto (aprox.) era analfabeto (DAM Engenharia, 2000a, 48, 53, 70).

- Mapa 1 — Localização de Belo Horizonte no Brasil (1) e do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte (2).



- Mapa 2 — O Aglomerado da Serra e as Vilas que o compõem.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: desenho e visualização feita no programa ArcGis (versão 10.0). (*) A Vila Pomar do Cafezal é a ocupação mais recente (ano 2015), apesar dela ser considerada área de risco geológico e construtivo por desabamento ou inundação e, portanto, disponível para ser usada para fins de lazer e recreativos na sua maior parte, segundo a delimitação feita no programa Vila Viva.

A média da população, em 6 das 7 vilas, que ganhava até um salário mínimo, sem importar o seu nível de escolaridade, era de 43%. Apenas 8,5% das famílias, em média, declarava ter escritura de propriedade de seu imóvel residencial. A distribuição de água, estrutura de esgoto e coleta de lixo era desigual no Aglomerado, com casos críticos como os das vilas Fátima e Novo São Lucas onde haviam residências sem fornecimento de água. Apenas 9,3% das moradias localizadas na Vila Fátima tinham acesso à rede oficial de esgoto, enquanto que no Novo São Lucas, quase um quarto das residências apresentava esgoto a céu aberto (DAM Engenharia, *Ibid.*, 57-58, 60-62).

O programa Vila Viva foi baseado no conceito de intervenção estrutural que propõe que os problemas da favela não podem ser analisados de modo isolado, senão em conjunto, e que as dificuldades identificadas, consistem numa inadequação dos locais para desenvolver funções urbanas de circulação, moradia e lazer, mais do que em

carências. A intervenção então não poderia delimitar-se numa ação pontual ou emergencial. Deste modo, envolveria na sua implementação, além dos processos de regularização jurídica (delimitação e legalização de posse e emissão de títulos de propriedade), e de regularização urbanística (melhorias físicas e ambientais), melhoras nas condições socioeconômicas dos moradores. Estas últimas, em termos da sua capacidade organizativa, para lidar com as suas problemáticas coletivas, e de trabalho nas construções, como fonte de emprego e renda. A questão jurídica se julgou importante para a garantia do direito de propriedade e estímulo aos investimentos particulares nas moradias e seu entorno. Enquanto o efeito socioeconômico, era tido como relevante no uso e preservação posterior das obras, e no melhoramento das relações sociais e na integração para dentro e fora da favela (CONTI, 2004).

Nesse sentido, o diagnóstico das condições do Aglomerado, e de identificação de demandas e obras por parte da população, seguia um passo básico já instaurado oficialmente para todas as intervenções em assentamentos populares da cidade rotulado sob o nome de Plano Global Específico (PGE). Este era elaborado com um grupo de representantes comunitários os quais ficariam também responsáveis pelo o acompanhamento e fiscalização das obras. De fato, o Vila Viva acabou por atuar no âmbito mais neurálgico no processo de organização comunitária do Aglomerado, uma vez que afetou o redesenho e a produção do espaço da favela no qual os líderes comunitários tinham sido artífices e articuladores junto com a população e o poder público; a urbanização tem sido o âmbito de ação coletiva distintivo da construção mesma do Aglomerado, e o objetivo básico que tem figurado historicamente na motivação primária de articulação entre os moradores.

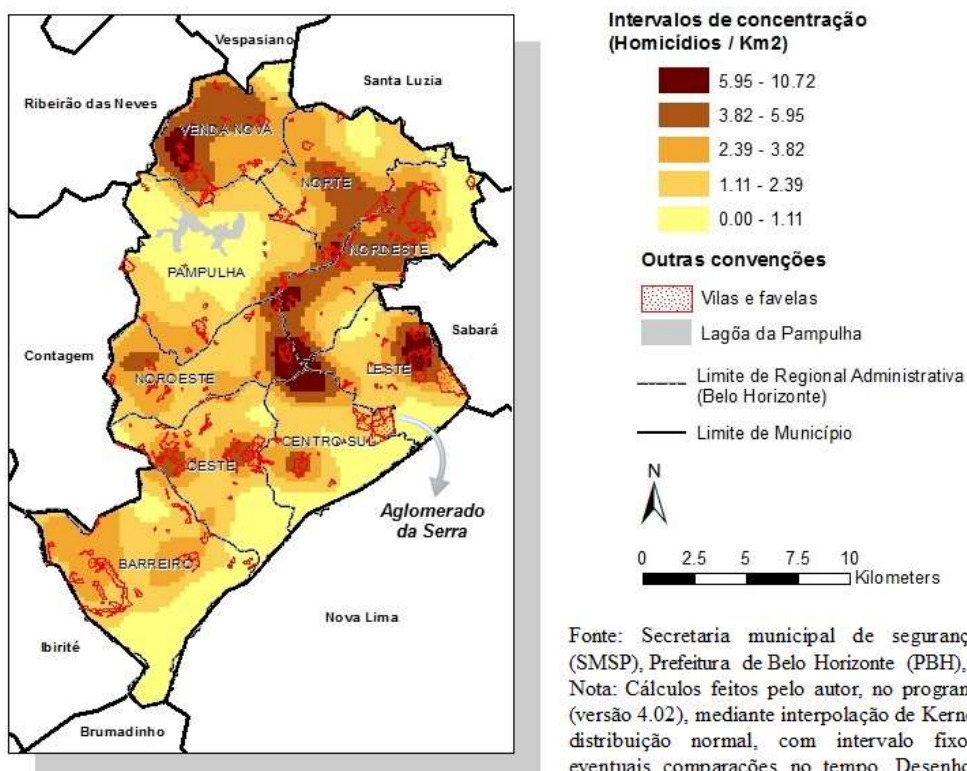
Na época de finalização do conjunto principal de obras, nos anos 2008 e 2009, Cruz (2010) constatou um sentimento de lugar positivo entre moradores do Aglomerado sobre a sua vizinhança e a infraestrutura urbana ali presente. Considerando as condições socioeconômicas, e a partir dos dados do censo mais recente do ano 2010, tem-se notado melhoras, ainda que com diferenciais em relação à cidade. A média de moradores por domicílio no Aglomerado foi um pouco maior à de toda cidade de Belo Horizonte, de 4 e 3 respectivamente; 28% da população desta favela tinha até 14 anos

de idade e 83% dos moradores se considerava alfabetizado, em comparação às proporções correspondentes de 19% e 91% na cidade; a renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios na favela era de quase um salário mínimo e meio (1,39), enquanto em Belo Horizonte era de mais de quatro salários mínimos (4,28).

Atualmente, em matéria de ordem urbanístico e jurídico, funcionários do Programa asseguram que mediante a intervenção foram ligadas mais de 2500 residências à rede de esgoto oficial, se urbanizaram 30 kms. de becos, 20 vias e uma avenida. Isso representa uma cobertura quase total (de 96% no mínimo) de conexões às redes de saneamento básico e de serviços domiciliares (água, esgoto, coleta de lixo e energia) da cidade, segundo registrado no censo 2010. Não obstante, os resultados em relação à pavimentação, calçamento e iluminação pública, com proporções de 20%, 10%, e 20% dos domicílios do Aglomerado respectivamente, ficaram distantes dos níveis para o conjunto da cidade (de 94%, 93%, e 94%). Agrega-se, nas informações fornecidas que, desde o início do Programa, se realizaram 2554 remoções por risco construtivo e de desabamento, e foram construídas 936 unidades habitacionais, o equivalente a um décimo (aprox.) dos domicílios contabilizados no censo 2010; além disso, foram implantados 6 novos parques e construídos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e duas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI).

Em relação às ocorrências de homicídios, roubos e furtos tem-se revelado níveis de concentração relativamente baixos, se comparado com o restante da cidade e segundo registro oficial (MAPAS, 3, 4, 5). Durante o período que vai do mês de dezembro do ano 2014 até o mês de novembro do ano 2016, tem-se informação oficial mais recente e completa possível para o fechamento de cálculos anuais; além disso, no médio deste intervalo de 24 meses foi realizado o trabalho de campo da presente pesquisa (de finais de agosto do ano 2015 para finais de março do ano 2016, interrompidos). No termo já referido de dois anos, no Aglomerado se registraram entre 1 e 2 mortes dolosas por quilômetro quadrado, ou seja, 1 morte anual deste tipo, em média, nessa mesma extensão geográfica (MAPA, 3).

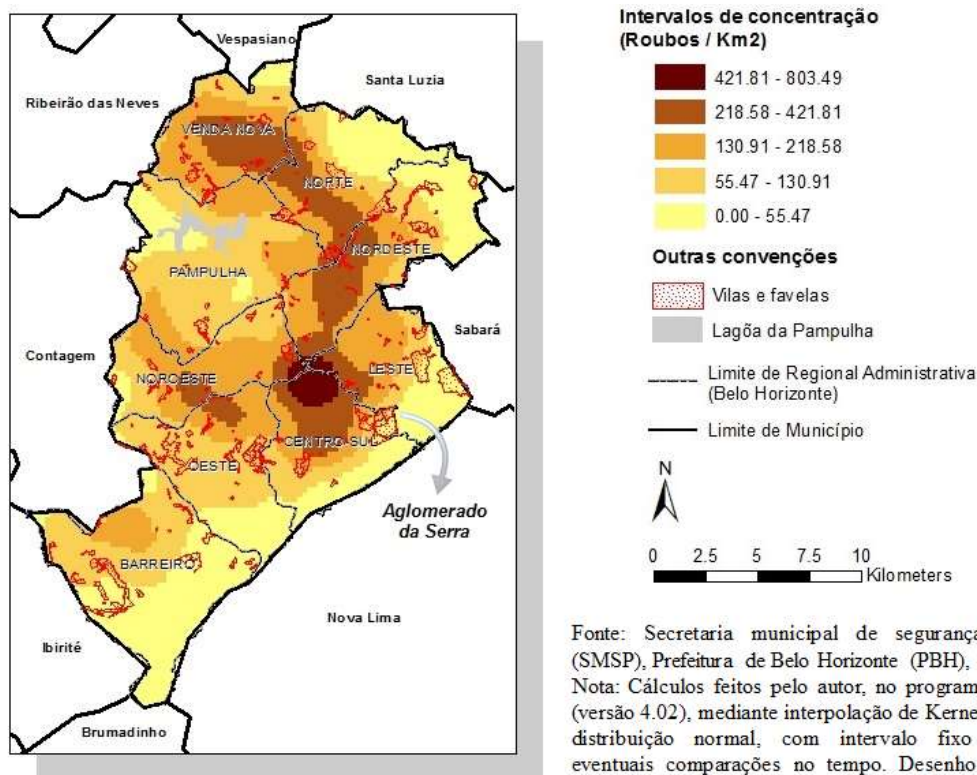
- Mapa 3 — Concentração de homicídios em Belo Horizonte (dez. 2014 –nov. 2016)



Em vista que a favela estudada tem uma área total de 3,50 quilômetros quadrados (aprox.), segundo se deriva do Mapa 1, o número total de homicídios por ano registrados ali foi, em média, de 3, que poder-se-ia corresponder com uma taxa (aprox.) de 1 assassinato anual por cada 10 mil habitantes.

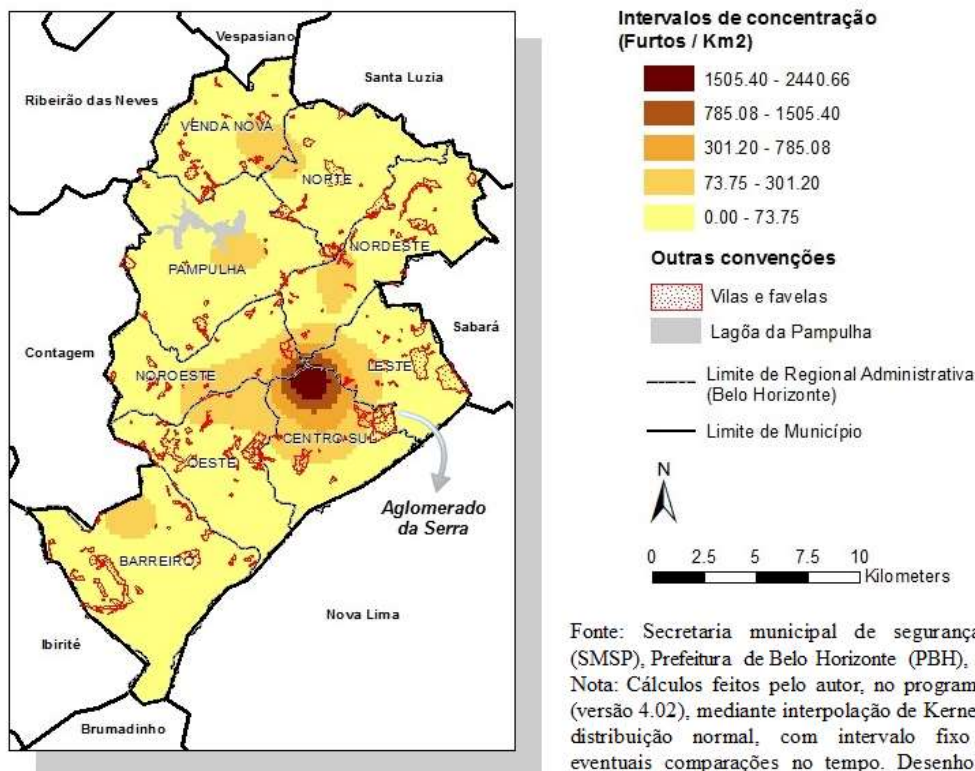
A respeito dos roubos, no Aglomerado se registraram entre 0 e 219 eventos deste tipo, por quilômetro quadrado, durante o período bianual analisado (MAPA, 4). O que equivale a um intervalo anual médio de 0 a 108 ocorrências nesta mesma extensão geográfica. Se considerar a área total (aprox.) da favela, cabe dizer que apresentaram-se 378 roubos anuais, no máximo, e, em média, 1 roubo por dia, também no máximo.

- Mapa 4 — Concentração de roubos em Belo Horizonte (dez. 2014 –nov. 2016)



No caso dos furtos, o registro bianual esteve compreendido entre 0 e 301 ocorrências por quilômetro quadrado, equivalente a uma média por ano de 0 a 150 por quilômetro quadrado (MAPA, 5). O cálculo anual do total no Aglomerado seria de 525 eventos, no máximo, e de 1 furto diário, em média, no pior das situações.

- Mapa 5 — Concentração de furtos em Belo Horizonte (dez. 2014 –nov. 2016)



Fonte: Secretaria municipal de segurança e prevenção (SMSP), Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), 2017.

Nota: Cálculos feitos pelo autor, no programa CrimeStat IV (versão 4.02), mediante interpolação de Kernel sob método de distribuição normal, com intervalo fixo para facilitar eventuais comparações no tempo. Desenho e visualização cartográfica com emprego do programa ArcGIS (versão 10.0).

No entanto, ao término das obras, Cruz (Ibid.) mencionava que as pessoas já indicavam a presença de gangues dedicadas ao tráfico de drogas e episódios de guerra que produziam mortes e colocavam em risco a vida dos moradores. Na atualidade, ao chegar por qualquer um dos acessos do Aglomerado, é comum encontrar algum menino em alerta com um rádio para se comunicar com os seus colegas da 'boca de fumo' (ponto de venda de drogas) sobre os movimentos no entorno de clientes, vizinhos, estranhos e polícia. Existem também pontos intermediários de venda destas substâncias nas ruas que fazem a portaria até para aqueles que se dirigem a alguns dos equipamentos comunitários que funcionam dentro da favela. Clientes que vem de fora atravessam pela principal via construída com o Vila Viva, a avenida do Cardoso, e compram as drogas em alguma parte da via sem descer de seus carros. A atividade do tráfico é permanente, 24 horas, enquanto a presença policial é mais intermitente. Dado o quadro descrito, surgem inquietações e dúvidas de qual foi o alcance do Vila Viva na Segurança Pública do Aglomerado da Serra? O trabalho feito em matéria de organização comunitária derivou numa melhoria

da capacidade coletiva dos moradores para lidar com condutas delitivas e transgressoras?

Portanto, o objetivo colocado na presente pesquisa é estudar o efeito do melhoramento urbanístico na construção de segurança pública, em assentamentos tipo favela, a partir da influência intermediária destas intervenções oficiais nos laços entre os líderes comunitários, e deles com o poder público. Dado que, por esta via, esperar-se-ia incidir na sua capacidade, público-paroquial (comunitária), para lidar com atores envolvidos na criminalidade nas suas vizinhanças.

A hipótese subjacente é que intervenções urbanísticas nos moldes propostos no início pelo Vila Viva, estruturais e com componentes de participação comunitária, teriam o potencial de articular aos moradores de favela e contribuir para a sua capacidade de resolução de problemáticas coletivas, em geral, e de segurança pública, em particular. Destacariam nesta capacidade paroquial (comunitária), com apoio público, as relações de trabalho comunitário dos líderes representantes do assentamento, sob intervenção, em razão da sua condição de pontes entre moradores e poder público. De igual maneira, devido à existência de uma espécie de economia de representação, na qual nem todo habitante da favela conta com a disposição, recursos e habilidades para se colocar nesta condição mediadora ou não tem-se tornado referência informal de práticas acionadas na população para lidar com dificuldades que os afetam de modo conjunto.

2. MELHORAMENTO URBANÍSTICO E O DESAFIO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM ASSENTAMENTOS DE ORIGEM IRREGULAR: O QUE TEM SIDO COLOCADO NA TEORIA?

2.1. Desorganização social e eficácia coletiva

Segundo a criminologia urbana, uma vizinhança é mais segura que outras em função de, basicamente, a capacidade de controle informal dos seus integrantes perante o delito; laços e articulações entre vizinhos para exercer medidas efetivas de controle, como colocado também pela nomeada prevenção comunitária do crime. Em relação a isso, na teoria clássica da desorganização social (SHAW; MCKAY, 1969), enfatiza os fatores que inibem essa capacidade de controle local, são eles: baixa renda (condição socioeconômica), heterogeneidade (racial) e mobilidade residencial. Em vizinhanças de baixa renda, esperar-se-ia encontrar fluxos de migração-imigração, mais ou menos permanentes, de pessoas que procuram um domicílio que se ajuste a seus limitados orçamentos. Esses fluxos de migração estariam acompanhados de maior diversidade étnica, na medida em que a mobilidade residencial facilitaria a chegada de pessoas e famílias de origens diferentes. A combinação desses processos conformaria um cenário de mudança rápida, que não daria tempo suficiente para o fortalecimento de valores compartilhados na vizinhança ou para a organização de causas comuns a serem defendidas.

Vários mecanismos subjacentes foram apontados no cenário de mudança, entre eles: (i) o desinteresse dos moradores dessas comunidades em torná-las algo melhor, dado o desejo de abandoná-las na primeira oportunidade, (ii) a existência de redes de laços de interação em fluxo contínuo e (iii) a falta de comunicação entre um público heterogêneo. Esses mecanismos dificultariam a resolução de problemas ou o alcance de objetivos comuns, bem como inviabilizariam o estabelecimento de instituições ou de relações de controle social. Em geral, todos indicariam uma desorganização social no sentido de uma perda de capacidade coletiva dos moradores para se

autorregulem ou exercerem um controle social informal de condutas consideradas impróprias, como aquelas tipificadas de delito.

Sampson, junto com Raudenbush e Earls (1997), estabelecem uma medida da capacidade de controle informal na vizinhança denominada de eficácia coletiva. Por meio dela, conseguem fornecer evidências estatísticas do processo que se inicia com os fatores estruturais de mudança populacional e desarticulação social, da teoria da desorganização social, passa pelo estado precário de controle informal, e termina com o resultado de condutas transgressoras. A eficácia coletiva é formada por dois componentes. Um que serve de suporte dentro do indicador total e dá conta do grau de coesão social, mensurado a partir de percepções de confiança entre os moradores; o outro dá conta do controle propriamente dito, construído, empiricamente, a partir das informações sobre as expectativas mútuas da reação dos moradores diante de condutas consideradas impróprias. O autor, em concordância com os teóricos sociológicos da modernidade, considera que nas relações interpessoais da cidade, predomina um carácter instrumental, e que a força da necessidade de se defender do delito levaria o grupo a reagir e adotar iniciativas conjuntas para conter dita ameaça.

Sampson traz em seu argumento a ideia de eficácia individual ou autoeficácia de Bandura (1997), desenvolvida na psicologia social como a capacidade das pessoas assumirem problemas particulares, a partir de uma dada limitação de recursos. No entanto, a analogia no âmbito coletivo seria uma agregação mecânica dos indivíduos. No campo da psicologia social, Yeo e Neal (2013) têm verificado a relação positiva, na qual Sampson se baseia para formular as suas análises, entre autoeficácia (resultados sobre o problema atingido) e desempenho (esforço implicado). No entanto, quando analisada a autoeficácia de cada pessoa, individualmente e em termos dinâmicos, existe uma relação inversa com o desempenho. Segundo Yeo e Neal, isso acontece porque, quando se aumenta a autoeficácia, na medida em que se revelam efeitos favoráveis sobre o problema atingido, a pessoa diminui o desempenho, em uma espécie de poupança de recursos cognitivos para lidar com outras dificuldades que assumem uma posição prioritária ou para voltar ao problema inicial, caso este se agrave.

Portanto, não se pode supor de antemão uma métrica comum às valorizações que cada pessoa faz do problema a ser solucionado ou dos processos individuais de ajustamento entre autoeficácia e desempenho. Menos ainda pode-se supor, no caso de condutas passíveis de punição, no qual existem percepções mediadas por sentimentos de medo. Colocar uma capacidade ou uma disposição já presente na vizinhança para agir em conjunto, como se todos os moradores fossem uma pessoa só, parece mais um reflexo da organização de informação de atributos coletivos para satisfazer o emprego do modelo estatístico hierárquico, também conhecido como multinível, ao qual sugere Sampson.

O nome de multinível deriva da inclusão de variáveis de grupo (p. ex. eficácia coletiva) e individuais do lado explicativo ou causal das condutas criminais. Contudo, a unidade de análise é o indivíduo, o que significa, que além do registro ou da observação de informação de cada morador sobre atributos (variáveis) de caráter individual, as informações de natureza coletiva entram na forma de registros homogêneos para aqueles que integram um mesmo grupo (vizinhança), enquanto os registros são heterogêneos entre os que conformam grupos diferentes.

Oakes (2004) explica, por outro lado, que é provável que as variáveis do nível individual reflitam padrões coletivos dos moradores de uma mesma vizinhança, ou padrões diferenciados entre moradores de vizinhanças distintas. Estes padrões seriam produtos da interação das pessoas que compartilham um mesmo espaço residencial. Além disso, os atributos coletivos emergem dessa interação e dependem dos efeitos combinatórios das variáveis individuais, da composição da vizinhança. Assim, existe uma relação de mão dupla entre os níveis individual e coletivo do modelo que não permitiria identificar o efeito de vizinhança, da eficácia coletiva.

Talvez pudéssemos desconsiderar a natureza, a emergência da eficácia coletiva e sustentar essa propriedade por seus efeitos sobre a criminalidade, ao modo de uma explicação funcionalista. Porém, já foi mencionado que não é claro se a diminuição das condutas transgressoras (desafio) provoca um maior controle (reagir) ou estimula uma queda no esforço coletivo. Além disso, a eficácia é colocada por Sampson como uma disposição, que é diferente de uma ação (KLEINHANS; BOLT, 2013), e, então,

seu impacto nas condutas a serem controladas fica suspenso, como o suporte desta propriedade por suas possíveis consequências.

Uma pesquisa de ordem contextual, da vizinhança (PARK; BURGESS; MC KENZIE, 1967; ABBOT, 1997), e da qual o próprio Sampson (2013) menciona ser parte, estaria mais centrada em compreender o processo pelo qual as expectativas dos moradores convergem na decisão de abordar o problema delitivo e em sincronizar seus esforços para se trabalhar em equipe. No componente de coesão social, do indicador de eficácia coletiva, Sampson poderia se situar mais perto da pesquisa contextual, do processo de vinculação mútua das pessoas. No entanto, ele só verifica algumas características na vizinhança, segundo a teoria do capital social e mede o grau de confiança, solidariedade e de reciprocidade, além da identificação com valores dados. Desta maneira, a coesão social cumpre um papel instrumental (ANSARI, 2013). Serve para reconhecer a existência de um coletivo na vizinhança e para que o componente de expectativas de controle social informal não opere em um vazio, sem o suporte dos vizinhos, que, supõe-se, estariam em mútua interação.

Para Sampson, a coesão social tem uma função secundária na vida urbana moderna, em que é impossível que as pessoas na vizinhança consigam dedicar tempo considerável a se socializarem e se conhecerem, de modo que as interações seriam pouco frequentes e frágeis. Em outro momento, Sampson usa a linguagem da análise de redes para mencionar que laços intensos ou densos (indicadores de forte estrutura de coesão social) não são fundamentais para levar à ação o controle sobre ameaças à ordem comunitária. Em termos de intensidade, cita a Granovetter (1973) com respeito ao poder dos laços fracos, os quais permitem acesso a recursos e às estratégias novas que oferecem flexibilidade para atuar perante diferentes desafios ou ameaças coletivas, em vez de laços fortes e redes densas, nas quais a redundância de recursos é alta e não permite mudanças de possíveis medidas de controle.

Em relação à densidade, entendida no campo teórico das redes sociais como a proporção entre a quantidade efetiva e a quantidade total de laços possíveis, Sampson (2012) considera que a eficácia coletiva resolve o paradoxo de redes densas

(e coesas) e delitos frequentes; uma situação que é observada por Zaluar e Ribeiro (2009) em uma favela do Rio de Janeiro e por Cruz (2010) em Belo Horizonte. A interação cotidiana desenvolve padrões informais de comportamento que constituem modos mais efetivos de convivência em comparação com a normatividade oficial, ou que a reinterpretam e negociam, o que pode favorecer até um relaxamento no controle de determinados atos infratores (BROWNING; FEINBERG; DIETZ, 2004), o que seria prejudicial para alguns dos moradores da vizinhança, e terminaria por representar uma externalidade negativa (ANSARI, 2013), dada a densidade que os envolve. Uma eficácia coletiva reduzida seria a expressão da falta de controle que tem lugar nesses casos, apesar da coesão da rede de vizinhos. Portanto, redes densas nem sempre favoreceriam um maior controle social informal, e poderiam produzir, inclusive, o efeito inverso.

Uma eficácia coletiva baixa, no meio do paradoxo entre densidade de laços e condutas infratoras, também pode ser resultado da subordinação da capacidade de controle social informal por parte do crime organizado, ou qualquer outra estrutura transgressora com uma influência crítica nos laços sociais da vizinhança. Por exemplo, em assentamentos populares de origem irregular de cidades da América Latina, que se desenvolveram como resposta habitacional à carência de ofertas públicas e no mercado formal até formar um novo tipo de urbe (E. g. a favela), a subordinação pelo crime organizado poderia ser facilitada pelas redes locais de interação de vizinhança com um histórico de padrões de comportamentos divergentes da ordem social oficial.

Além disso, se o crime é organizado, ele tende a despontar como figura mediadora de conflitos e como provedora de proteção (SCHELLING, 1984), aumentando a sua própria eficácia, dada a possibilidade de controlar as condutas infratoras naquele espaço, para o exercício de uma economia lucrativa (por exemplo). Desta maneira, surgiria mais uma situação em que o baixo controle social informal, que deveria ser realizado por todos os moradores da região, significaria taxas menores de transgressão, mas em razão do domínio de um grupo específico (o crime organizado), o que é um argumento na contramão do apresentado pela eficácia coletiva.

2.2. Controle sistêmico e novo paroquialismo no melhoramento de bairros

Além da intimidação dos transgressores sobre a população, Carr (2003) propõe que a falta de supervisão e intervenção dos pais para com seus filhos e o desconhecimento entre os vizinhos, incidem para que seja pouco provável que, por conta dos próprios moradores, tenha lugar essa capacidade coletiva de controle informal sobre condutas susceptíveis de punição e transgressoras. A argumentação traz de volta o modelo sistêmico proposto por Hunter (1985), e desenvolvido por Bursik e Grasmick (1993), no qual se identificam três níveis que enquadrariam os mecanismos específicos de controle social informal. O primeiro nível, de controle privado que se exerce na família, entre amigos e conhecidos. O segundo de tipo paroquial, no âmbito da vizinhança e das organizações comunitárias. E o terceiro, de controle público, que corresponde às autoridades e agências externas ao bairro em geral.

Segundo Carr (2003), a crescente participação das mães, do lado dos pais, no mercado laboral dos Estados Unidos tem diminuído o tempo dedicado à família e à criação dos filhos. Os amigos, conhecidos, e até os vizinhos ou professores na escola, entrariam em conflito com os pais ao tentar substituí-los nestas tarefas, de maneira que os níveis privado e paroquial de controle resultam enfraquecidos. No mesmo sentido, a formação de gangues por parte dos jovens com seus pares e o acesso a armas de fogo deixariam os moradores e figuras comunitárias com medo para intervir sobre eles. Esse fato torna-se ainda pior quando não se sabe quem são os responsáveis pelas crianças e jovens, dada a afluência de novas famílias moradoras. Neste tipo de situações, o apoio externo das autoridades, por exemplo, pode ajudar a organizar e acionar às pessoas. Uma coprodução de segurança pública mediante a parceria dos níveis paroquial e público de controle informal que Carr (Ibid.) nomeia de 'novo paroquialismo'.

Uma outra forma de expressar a argumentação (CARR, *Ibid.*) é que a falta de densidade dos laços sociais, o baixo número de laços em relação ao total possível no interior de cada nível no modelo sistêmico, levaria a procura de integrantes de apoio nos outros níveis. No entanto, Carr mesmo se refere, em outro momento, a vizinhanças de baixa renda nas quais a densidade funciona, ao contrário, em favor da criminalidade. De igual modo, Cruz (2010) observa no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (Brasil), uma densidade baseada em laços com familiares e conhecidos, de maneira que os parentes tem se tornado também vizinhos. Em relação ao processo de socialização, a densidade se reflete em que os moradores têm, em geral, uma disposição a agir sobre as crianças quando elas desrespeitam adultos, cometem vandalismo, ou evadem o tempo de aulas na escola; porém se retraem de atuar se os envolvidos neste tipo de condutas são adolescentes. A figura de autoridade dos familiares e vizinhos nem sempre é forte o suficiente, num contexto de tráfico de drogas e de acesso a armas de fogo entre os jovens.

Por outro lado, em relação às possibilidades de intervenção do poder público, é provável que os moradores prefiram não denunciar à polícia ou levar na justiça os filhos de seus vizinhos, ou de parentes e conhecidos, em casos nos quais podem se tornar implicados os seus próprios filhos, na hora de aprofundar as investigações respectivas, ou em casos futuros que decorram em circunstâncias parecidas e que envolvam a seus filhos. A criminalidade seria vista como uma problemática própria para resolver em casa com “os de casa”, e a ideia do acolhimento sempre disposto para os jovens que decidiram arriscar suas vidas nas atividades ilícitas (LEVERENTZ; WILLIAMS, 2016); ou, no mínimo, manter um pacto de respeito entre o modo de sustento de alguns dos jovens, mediante o tráfico de drogas por exemplo, e os do resto de moradores na favela (CRUZ, *op. cit.*).

A densidade ou inclusive a intensidade (proximidade) forte dos laços, nos níveis privado e paroquial, podem funcionar então como resistência no acionamento do poder ou nível público de controle; a existência de uma espécie de cinismo legal (SAMPSON; BARTUSCH, 1998), entendido como falta de confiança (SILVA, B., 2012, quanto à polícia em Belo Horizonte) na atuação do sistema de justiça criminal. Em relação à polícia, a desconfiança pode estar fundada também na aproximação

preconceituosa (racial, socioeconômica) sobre a população de moradores (LEVERENTZ; WILLIAMS, 2016), e sobre os jovens em particular. Se soma ao quadro de desconfiança, a falta de efetividade oficial no policiamento e sanção de ações transgressoras, do lado de controles contundentes (ainda que violentos) dos jovens das gangues em relação aos roubos, por exemplo (CRUZ, 2010).

Considerando que nas vizinhanças e assentamentos populares há um distanciamento entre os níveis paroquial e privado de controle com o nível público, pelo menos no que tange com o papel sancionador e corretivo das agências de governo sobre condutas delitivas e transgressoras, a prevenção destas mesmas condutas via melhoramento de bairros, e a preocupação pela segurança pública inserida nelas, representam uma alternativa de (re)construção das relações do poder público com os moradores. Nesse sentido, formam um cenário de oportunidade para verificar seu potencial articulador dos esforços coletivos entre moradores para controlar o delito nos entornos residenciais deles. O cenário resulta ainda mais favorável, para a verificação que se propõe, quando nas intervenções se abre espaço para a participação comunitária na identificação e priorização de necessidades, por exemplo, e no desenho, acompanhamento, verificação e manutenção das obras correspondentes (UN-HABITAT, 2011; ROJAS, 2009).

Como parte da discussão do novo paroquialismo, Ramey e Shrider (2014) avaliam o programa de melhoramento, 'neighborhood matching fund' (NMF), implementado na cidade de Seattle nos Estados Unidos, no qual são financiados projetos urbanísticos propostos por grupos de moradores com capacidade para administrá-los e executá-los. Os autores encontram uma relação negativa e significativa entre os recursos investidos nas vizinhanças e os delitos de rua. A relação é mais forte no caso das vizinhanças com mais necessidades socioeconômicas, e robusta com o passar do tempo. Para os autores, a evidência encontrada funciona a favor de uma forma de intervenção pública efetiva e menos custosa, dado o reduzido orçamento empregado se contrastado com os recursos demandados pelo sistema de justiça criminal existente.

Entre outros aspectos destacados do novo paroquialismo, nesta modalidade de investimento de melhoramento com participação comunitária, se menciona (LEVERENTZ, 2014; VELEZ; LYONS, 2014) a coesão e confiança promovida entre os moradores e o estímulo a grupos comunitários com capacidade para implementar medidas de redução do delito, e que podem promover laços entre organizações na vizinhança e distribuir capital de trabalho, incentivando o controle social informal, ainda em casos que não se pretenda atuar em função da segurança pública de maneira explícita ou direta. Considera-se também a sustentabilidade do processo, devido ao apoio financeiro que permite a criação de grupos comunitários e o trabalho conjunto entre vizinhos; ou, pela facilidade de convocatória e de participação, de moradores ocupados e temerosos perante ao crime, em eventos específicos de melhoramento do seu bairro; pelos investimentos que animam as pessoas para contribuir com tempo e recursos em melhorar a vida da vizinhança de modo coletivo; e, por esta via também, com os investimentos se podem evitar processos de deterioração presentes se tem lugar espirais de abandono de imóveis, perda de população e enfraquecimento da convivência.

Outro aspecto positivo citado se refere a viabilidade em termos económicos e políticos. No primeiro, posto que o custo dos investimentos pode ser modesto, em comparação com intervenções de justiça criminal, e de baixo risco na medida que impulsam projetos diversos, criativos e mais ajustados com necessidades e fortalezas específicas à população local. Do ponto de vista político, é possível mostrar, com as obras e ações de melhoramento, resultados visíveis e concretos a curto prazo, enquanto se avança na consolidação de laços entre vizinhos e com o poder público a longo prazo.

Porém, as diferenças entre resultados esperados no tempo têm servido para expor uma alternativa de intervenção urbanística na qual tem-se desestimado, de início, os efeitos de longo prazo de estimular a capacidade de articulação entre vizinhos; apesar de que, no final, com esta alternativa se pretenda reduzir também os níveis de insegurança, ainda com um fundamento conceitual distinto conhecido como enfoque situacional de controle de delitos.

2.3. A prevenção do crime mediante o desenho ambiental

O enfoque situacional na criminologia tem por objetivo o controle do evento delitivo mais do que o agressor. Está centrado na atenção das facilidades de cometimento do crime, mais do que os motivos e causas que envolvem o comportamento criminoso. Assume-se que, nesta perspectiva, é possível desenhar medidas mais práticas e imediatas para responder à criminalidade que aquelas pensadas para tratar fatores sociais estruturais (p. ex. pobreza, sub-culturas da ilegalidade), com resultados que podem tardar demasiado para se materializar ou que seriam incertos inclusive.

No desenho do controle situacional, usa-se a retórica do risco associada ao evento. Ou seja, existe a ameaça, que neste caso é o evento criminoso, com probabilidade associada de acontecer, nomeada de risco, sobre a vítima potencial que faz de alvo do delinquirente e que, portanto, mostra determinado grau de vulnerabilidade. Sob este quadro, a intervenção resultante é conformada por medidas de proteção sobre o alvo, para reduzir a sua condição vulnerável, e de introdução de dificuldades para o agressor, de maneira que a probabilidade (risco) da ameaça se concretizar também se reduza. Por trás subjaz, a aplicação da lógica econômica, ou atribuição da racionalidade instrumental, na leitura da conduta delitiva e, então, a ideia de intervir com medidas que permitam incrementar o custo e diminuir o benefício esperado de delinquir.

Em matéria urbanística, o enfoque situacional de controle do delito tem dado base prática ao enfoque da prevenção do crime mediante o desenho ambiental (CPTED, da sua abreviatura da expressão em inglês —crime prevention through environmental design—) e consiste no desenho e administração de espaços físicos que dificultem a ocorrência delitiva, permitam a detecção deste tipo de condutas, e diminuam o benefício esperado do ilícito (SCHUBERT, 2016). Em relação ao primeiro se coloca a proteção do alvo, como portas de aço, controles de acesso, mediante interfonos por exemplo, e afastamento ou desvio do agressor, tais como a definição de zonas de

estacionamento para evitar que os veículos sejam deixados expostos em qualquer lugar. Ao respeito da detecção se menciona a vigilância formal e informal (E.g. câmaras de vídeo e iluminação noturna por cada tipo de vigilância, respectivamente), e a inspeção de visitantes, por parte de zeladores em caso dado. Em termos da redução do benefício percebido na prática do ilícito encontram-se a delimitação de áreas livres de álcool, por exemplo, de modo que fica restrita a mobilidade para os que consomem este tipo de bebidas em excesso.

No entanto, o tipo de medidas situacionais aplicadas aos espaços urbanos permite perceber que tudo aquilo poder-se-ia sintetizar em um exercício de detecção do delito. Reduzir o benefício esperado significa incrementar os custos de execução do ato ilícito, o qual se traduz, por sua vez, em maiores dificuldades para cometê-lo; e estas dificuldades cumpriram papel efetivo de obstáculos sempre que derivem em incrementos da probabilidade de identificação do agressor ou dos produtos (mercadoria furtada E.g.) da sua ação. Em termos sociológicos, e em poucas palavras, a facilidade de detecção dada pela forma do desenho e administração do espaço urbano significa a construção e estabelecimento de espaços de vigilância mútua entre as pessoas que os usam ou circulam por ali. Desta maneira, garante-se a prevenção do delito em cabeça dos habitantes da cidade. Tem-se manifestado inclusive, sob o CPTED, uma pseudo-noção de territorialidade vinculada com a ideia de pessoas que estão prestes a observar e alertar condutas suspeitosas, ou seja que mantêm uma disposição de vigilância, e que, então, defenderiam o seu espaço (NEWMAN, 2017).

Contudo, existe determinismo ambiental na proposta do CPTED porque se supõe que as pessoas, pautadas pela racionalidade instrumental de custo-benefício, respondem de modo mecânico ao espaço físico desenhado para dissuadir as condutas delitivas. Para evitar este determinismo, tem sido colocado o lançamento da nomeada segunda, ou terceira, geração do CPTED na qual se reconhece que as pessoas e moradores da cidade não seguem só uma lógica instrumental senão que também levam consigo valores e crenças, as quais têm sido formadas em interação com outros, e que, portanto, o contexto social importa na hora de ler e responder os sinais do espaço circundante (SCHUBERT, op. cit.; SARAIVA, et. al., 2016) . Deste modo, foram introduzidas medidas que foram consideradas de construção comunitária nas

vizinhanças dirigidas, em particular, ao trabalho de articulação dos moradores, e visitantes frequentes, para fazer frente em conjunto a problemáticas comuns de insegurança. Na Alemanha (SCHUBERT, op. cit.), por exemplo, este enfoque foi seguido para atuar em vizinhanças urbanas catalogadas como deterioradas, desde um ponto de vista físico e social.

Na medida que o contexto social, de vizinhança, foi valorizado, tem se expressado também que a efetividade da CPTED depende da compreensão previa do local escolhido para ser intervindo; aquilo significa que se faz necessário identificar e trabalhar com os atores sociais presentes ali, junto com os seus interesses e as suas interações. Saraiva, et. al. (op. cit.), colocam que as reduções nas quantidades de delitos de rua na União Europeia, durante o período recente de anos que vai de 2003 a 2014, ocultam diferenças por países que podem estar relacionadas com implementações variadas da CPTED, nas quais sobressai o grau de importância concedido aos contextos sociais locais.

Em Portugal, por exemplo, Saraiva, et. al. (Ibid.), destacam a experiência do projeto 'Alta de Lisboa Mais Segura', em uma das vizinhanças da cidade de Lisboa que se caracterizava pelo seu ambiente de perigosidade e deterioro urbanístico. O projeto, de iniciativa da polícia municipal, partiu da conformação de uma equipe de trabalho integrada por diversos atores sociais atuantes em Alta de Lisboa e que incluía empresas e entidades prestadoras de serviços de tipo urbanístico. Nesta equipe se analisaram e discutiram as problemáticas de insegurança e se desenharam, planejaram e monitoraram as intervenções na matéria, entre elas, melhorias dos espaços públicos e oficinas para o cuidado dos idosos ou de prevenção de bullying, estas últimas dadas nas escolas. Além disso, a equipe colocou as diretrizes de trabalho aos policiais e selecionou o perfil e pautas de treinamento deles, adequados para a vizinhança, e, de igual modo, os que cumpriram com este mesmo perfil.

Entanto que para Davey e Wootton (2016) o sucesso da CPTED depende do peso dos atores locais, incluídas as autoridades oficiais, para o planejamento e implementação da intervenção, ao igual que para o seguimento dos seus resultados. Um dos exemplos destacados na matéria, segundo eles (Ibid.), é o acontecido na

cidade de Manchester, no Reino Unido. Ali todo projeto urbanístico deve incluir, por lei, um diagnóstico da situação de insegurança na área a intervir o qual será tomado como sustento das medidas, de observação obrigatória também, para prevenção da criminalidade no desenho das obras urbanísticas. O diagnóstico e os desenhos contam com a participação dos atores locais com presença na área objeto do projeto, e devem ser avaliados e aprovados por um corpo de profissionais civis, pertencente à polícia da cidade, que também presta assessoria nas versões preliminares do projeto.

No entanto, o fato de involucrar os interesses dos atores locais e medidas de tipo urbanístico em consequência, além de propender no mesmo projeto das obras pela melhoria das capacidades coletivas nas vizinhanças para lidar com problemáticas delitivas, coloca a CPTED mais distante do seu enfoque situacional inicial, cuja ênfase é no controle do evento delitivo, e a aproxima das intervenções com as que se procura incidir mais em fatores sociais do comportamento criminoso, o qual queria-se evitar nos começos da própria CPTED por duvidar dos seus resultados possíveis. De igual maneira, acaba por localizar a CPTED perto duma noção mais territorial do controle local de delitos no sentido do uso coletivo, articulado e pacífico dos espaços comuns, segundo as necessidades, projetos, expectativas, e valores conjuntos dos seus vizinhos. Portanto, são as relações que se configuram e operam entre os vizinhos, e que se projetam sobre o seu espaço circundante, o que torna-se, em definitiva, lugar central na sua segurança pública, como colocado no nomeado novo paroquialismo.

Contudo, existem outras dúvidas sobre os benefícios dos investimentos públicos de melhoramento urbanístico, no marco de discussão do novo paroquialismo, em relação à vida em comunidade no interior das vizinhanças e aos interesses políticos e econômicos que estão por traz das intervenções.

2.4. Discussão do novo paroquialismo na modalidade de melhoramento urbanístico

Leverentz (2014) sinaliza que se há um desconhecimento da composição ou cultura local na vizinhança, as obras de melhoramento podem não ter os efeitos esperados sobre o delito. Como mencionado anteriormente, redes de vizinhança densas ou com laços fortes podem inibir um controle social direto ou indireto, via polícia por exemplo, sobre condutas delitivas e transgressoras e fazem com que os investimentos não modifiquem de modo substantivo as capacidades coletivas de atuação em relação ao crime. Por outro lado, divisões internas entre vizinhos, tais como diferenças geracionais, étnicas, ou de tempo de residência no bairro, que suportam estereótipos delitivos podem orientar os investimentos para satisfazer os medos infundados nestes imaginários coletivos, de modo que as divisões virem segregações e exclusões.

A composição da vizinhança, junto com a geografia e as narrativas locais do crime é trazida pelos mesmos Leverentz, e Williams, (2016) para ilustrar articulações paroquiais diferenciadas com o poder público em resposta ao delito. Elas colocam e nomeiam três tipos; dois deles para vizinhanças urbanas que são alianças públicas e parcerias público-paroquiais tentativas. O terceiro refere-se a um engajamento público de base, numa vizinhança rural. O primeiro acontece no caso duma vizinhança que foi habitada tradicionalmente por população branca, porém que recebeu migrantes negros e latinos com o passar do tempo até eles chegarem a ser um pouco mais que a maioria. Os problemas de tráfico e gangues foram sempre interpretados como causados pelos migrantes, e as pessoas brancas estavam no papel de vítimas. A participação dos moradores nas iniciativas oficiais de intervenção era reduzida e predominava a presença e a visão dos brancos, esperando que a polícia e o sistema de justiça fizessem o trabalho de protegê-los dos que eles consideravam a sua principal ameaça. No segundo tipo, o contexto era de vizinhanças com predomínio de negros e latinos, com um histórico conflitivo com a polícia e a justiça criminal na medida que foram sempre tidos como forças de controle racial. Neste caso, os moradores procuraram iniciativas próprias de (re)socialização dos autores, potenciais

e efetivos, de delitos e que sempre reivindicassem a atenção dos problemas de criminalidade pela sua própria conta, com eventuais apoios das autoridades.

O fator diferencial que as autoras expõem para a predominância do nível público ou do nível paroquial de controle é o da confiança na justiça criminal e na lei, e nas autoridades formais em geral. Se existe confiança, o poder público vai ser acionado pelos mesmos moradores da vizinhança; o qual resulta fortalecido considerando que as pessoas estão acostumadas a um baixo comprometimento em atividades para dar atenção às problemáticas delitivas. Na situação contrária, da desconfiança nas respostas oficiais, são os habitantes que vão assumir estas dificuldades como desafios que devem ser resolvidos nos moldes por eles mesmos colocados. A aproximação com as agências oficiais vai ser de procura por um suporte segundo as características particulares dos eventos considerados transgressores, e as experiências de resultados anteriores nas tentativas de conformar uma parceria público-paroquial.

Retomando os efeitos dos investimentos públicos, Velez e Lyons (2014) expressam, por outro lado, que estes obedecem a contextos políticos e interesses econômicos sobre a cidade. A seleção das vizinhanças intervindas, inclusive as populares, não é aleatória e, além da preocupação pelas zonas criminosas, pode responder a projetos particulares de atores organizados com poder para incidir nos rumos políticos da cidade. Neste sentido, a entrada pouco regulamentada de investimentos nas vizinhanças pode ser arriscada, como mostra a crise hipotecária de 2008 nos Estados Unidos, e a sorte das políticas de melhoramento podem simplesmente refletir o peso da representação e participação dos moradores de assentamentos populares nas instâncias de decisão do poder público.

A voz dos atores e seus interesses em interação abre espaço para a problematização do controle social informal como uma questão desejável por si só. Sob o viés normativo da tradição da criminologia da vizinhança, na qual o controle de condutas transgressoras se dá como objetivo de partida, acaba-se por desconsiderar que este controle responde a um *status-quo* com uma distribuição dada de poderes e de papéis entre seus participantes. No mesmo sentido, na hora das intervenções urbanísticas,

se configura todo um cenário de interações de atores, públicos e privados (políticos, burocracia oficial, investidores, imobiliários, lideranças comunitárias, moradores, entre outros), com capacidade de mobilizar recursos e agendas de interesse, em que o que está em jogo não é só um fluxo de renda, senão a estrutura de posições e status sociais no mundo urbano, a ordem social da cidade. A literatura que traz a categoria de governança da vizinhança pode ser usada para captar elementos de análise que permitam esclarecer quais os posicionamentos dos atores envolvidos com a garantia, direta ou indireta (via melhoramento, por exemplo) de segurança pública, e a distribuição esperada e efetiva de benefícios e custos entre eles a partir das intervenções públicas. Formas diferentes de aproximação à favela, via melhoramento, estão pautadas e podem produzir, por sua vez, formas também diferenciadas de articulação com o poder público e entre os moradores, com resultados ainda por constatar de modo sistemático em matéria de segurança pública. No âmbito da vizinhança, um ator chave das articulações indicadas no novo paroquialismo é o líder comunitário.

2.5. Líderes comunitários e governança de vizinhança

Os representantes ou líderes comunitários ocupam um papel central na medida que fazem de ponte entre atores externos (oficiais, não governamentais, empresariais) e os residentes dos assentamentos, e exercem como as figuras mais visíveis da atividade comunitária que ali funciona. Colocado em termos de controle sistêmico, eles conectam os níveis paroquial e público, e estão na linha de frente do nível paroquial. A figura de liderança tem ganhado interesse na discussão do redesenho das formas de governo, e das suas intervenções públicas conexas, no âmbito mais local das comunidades urbanas e seu referente espacial das vizinhanças ou bairros. Preocupações de ordem política, econômica ou tecnológica têm levado em consideração a ideia de governança local ou de vizinhança.

No campo político, se menciona a necessidade da participação dos moradores na identificação, priorização e tramite das suas demandas coletivas, como referente principal para atuação do poder público, em resposta ao descrédito da democracia representativa nos níveis nacional e regional. No nível econômico, do maior espaço concedido à iniciativa privada na entrega de serviços sociais, até então de responsabilidade exclusiva do Estado, sob critérios de eficiência e efetividade. E em relação ao tecnológico, se encontram as facilidades de comunicação e de ferramentas tecnológicas com as quais aumenta a capacidade de atores organizados das comunidades, do mundo empresarial e da sociedade civil em geral produzirem bens e serviços sem apoio estatal. Neste cenário, os governos fazem mais as vezes de parceiro ou coordenador que de autoridade central dos diferentes atores envolvidos e estabelecem relações mais horizontais, em um esquema de organização tipo rede. Além disso, as demandas mais específicas e particulares que recaem sobre o aparato estatal, nas áreas e equipes de trabalho em parceria, pressionam para uma distribuição de tarefas mais especializadas em níveis e alcances diferenciados o que deriva em uma complexificação da intervenção oficial.

Poder-se-ia falar da governança como a maneira em que o aparato estatal tem sido recolocado no nomeado modelo de economia neoliberal caracterizado pelo apoio oficial à iniciativa privada, considerada o motor do crescimento da produção, e a preponderância concedida aos equilíbrios das contas macroeconômicas, como garantia para honrar as obrigações financeiras internacionais, por cima da geração de emprego. Talvez a identificação com o neoliberalismo vem da onda de discussões durante os anos noventa (século XX) sobre a implementação da governança local no Reino Unido (STOKER, 2011), um dos berços do modelo econômico mencionado, na sequência do que foi a Nova Administração Pública, um pouco antes na década de setenta, com a desconfiança na ação estatal e o mercado como o sistema ideal para resolver os problemas de eficiência na satisfação das demandas das pessoas tratadas de clientes. No entanto, na governança local o foco dado aos consumidores na vizinhança ('economias de alcance', segundo LOWNDES; SULLIVAN, 2008) e a adição do critério de efetividade tem estabelecido uma relação de parceria com o poder público que reconfigura, mais do que obvia, a intervenção oficial. Por outro lado, a importância concedida à participação das comunidades locais e o apoio para elas desenvolverem a suas capacidades de gestão tem referências mais antigas,

chegando inclusive a ser considerado um instrumento na administração do poder colonial britânico. No termo usado por Dixon (1989), de 'mudança social planejada', a governança local de vizinhança estaria mais próxima da proteção do status quo, o que não envolve interesses econômicos em estrito sentido.

Para Dixon (Ibid.), há uma confusão da mudança do tipo planejado com uma do tipo social fundamental dentro do discurso do desenvolvimento comunitário, dado que este é colocado simplesmente como uma estratégia de transformação social sem fazer distinção na sua tipologia. O primeiro mencionado, estaria referido à introdução e difusão de uma inovação em alguma área particular, enquanto o segundo à uma modificação na distribuição de poder e nas relações sociais características de um sistema. Depois de fazer uma reconstrução histórica de antecedentes das intervenções enquadradas no desenvolvimento comunitário, nos Estados Unidos, o Reino Unido e Austrália, Dixon (Ibid.) destaca que, em geral, tem sido uma estratégia desenhada de fora para dentro das comunidades e, portanto, exibe um viés paternalista. Tem sido uma forma de mobilizar a participação local na entrega de serviços, do lado da oferta, ou na qualificação da demanda, e de gerar um sentimento de identidade e pertencimento no meio da anomia urbana.

Dixon explica que, em princípio, o desenvolvimento comunitário, seja considerado um processo, um método, um conjunto de programas ou um movimento, é apresentado como uma filosofia igualitária no sentido que o agente oficial não impõe seus valores à comunidade. A ênfase seria no processo de identificação dos fins e aspirações da população e não em fins já pré-estabelecidos pelo planejador. Além disso, as lideranças locais teriam a oportunidade de controlar o trabalho e natureza da iniciativa que vem de fora. No entanto, na prática, tem se revisto várias contradições em relação ao mencionado. É difícil para o promotor ou intermediário deste enfoque (por exemplo, os líderes comunitários) lidar com as agendas diferenciadas de interesses locais e da cidade (ou nacionais, ou internacionais), em especial quando o patrocinador é o Estado. Por outro lado, o alcance das mudanças e expectativas criadas resulta limitado se os problemas têm raízes mais estruturais ou socioeconômicas e demandam decisões em níveis estratégicos que saem do âmbito local da comunidade. A mudança fica então no plano administrativo de modificações psicológicas, de

comportamento, e organizacionais de modo que os moradores incorporem mecanismos de autoajuda pessoal e coletiva. O motor da mudança resulta ser o Estado, não as comunidades.

No espectro mais amplo de atores intervenientes nos tratamentos das vizinhanças, Coulson (2005) coloca a proliferação da figura das nomeadas parcerias, por parte dos governos conservadores do Reino Unido no período de 1979 a 1997, em particular sobre a atenção de necessidades de comunidades urbanas sob a consideração genérica de medidas de regeneração. Para discutir até qual ponto são as parcerias uma estratégia desejável, ele menciona dificuldades a respeito nos âmbitos público e privado. No primeiro, existem incompatibilidades, culturas e histórias diversas, desigualdades de poder, e tempo insuficiente para chegar em acordos. Um número elevado de parceiros traz além disso questões de monitoramento e de distribuição de responsabilidades. Do lado privado, se acham o comportamento oportunista e a falta de confiança em horizontes prolongados de tempo entre os associados. Existe também a posição sociológica sobre os diferenciais de poder entre os parceiros e a dominação que uns podem exercer em relação aos outros (p. ex. decisões já pré-estabelecidas acerca das obras urbanísticas quanto às intervenções de regeneração).

Entre os exemplos de parcerias que o autor analisou no Reino Unido se encontraram as estratégicas locais, entre representantes dos setores público, privado e voluntário, a partir das quais foram executados os fundos de renovação urbana para aquelas vizinhanças consideradas mais carentes. A desconfiança entre os associados fez com que as suas reuniões fossem mais usadas para saber dos outros que para aportar informação, além disso, os representantes de vários dos atores envolvidos tinham pouca experiência prática das problemáticas a tratar. Outro exemplo foram as parcerias para a nomeada regeneração de áreas. Nelas os representantes comunitários sentiram que não tinham influência o suficiente sobre decisões e recursos significativos já direcionados desde outras instâncias, devido à tradição do esquema de parcerias ter sido empregado antes somente para o desenvolvimento de solo urbano e de propriedade privada. Os integrantes sabiam também que onde houvesse recursos e eleições para fazer, era inevitável o concurso de instâncias superiores onde se analisam e validam os consensos alcançados para defender e

garantir as intervenções. Por outra parte, os representantes comunitários se acharam também numa difícil posição dado que eles tinham só um poder de veto sobre as parcerias, ainda que aquilo implicasse desafiar profissionais treinados e experientes, ou se resignar no seu defeito.

Minnery, e outros (2013), recorrem aos aspectos de segurança da propriedade, capital social e participação comunitária, facilidade econômica e sustento, e governança e instituições, para comparar três casos de melhoramento de assentamentos precários do sudeste asiático que destacam pelas suas diferenças no esquema institucional seguido para a implementação das intervenções. Na cidade de Bandung (Indonésia), a estrutura de operações foi mais centralizada e ia de cima para abaixo; na cidade de Quezon (Filipinas) existiu uma maior parceria com a sociedade civil e permitiu-se a participação comunitária; na cidade de Hanoi (Vietnam) o melhoramento foi mais uma questão lateral com o propósito de renovação de áreas específicas, dando prioridade à realocação das famílias.

A propriedade foi sempre considerada fundamental pelos beneficiários para melhorar a sua condição de sustento. Porém o seu acesso teve dificuldades de financiamento ou ficou por conta de mercados irregulares em razão da complexidade no sistema público existente na matéria. Em termos de capital social, os autores consideram que a articulação com os representantes comunitários sempre foi essencial para o sucesso das intervenções, dado que as comunidades tratadas apresentaram um histórico de laços, de tipo familiar e de amizades, na construção dos assentamentos e de líderes reconhecidos com potencial para comunicar os propósitos das ações de melhoramento e somar apoios entre os moradores. Para isso também resultado importante envolver à população desde a fase de planeamento das obras.

Por sua parte, Lowndes e Sullivan (2008) apresentam lógicas ou racionalidades institucionais variadas que diferenciam tipos de governança local e que condicionam o papel do líder comunitário nas intervenções sobre as vizinhanças. O líder faz o papel de animador e facilitador da participação, em especial chamando atenção de segmentos da população excluídos tradicionalmente, quando predomina a racionalidade de ordem cívica na qual se espera que seja mais fácil para as pessoas

se envolverem em matérias comuns com os seus próximos. Aqui o desenho de governança considerado é o de empoderamento e está focado no incremento das oportunidades de participação nas decisões e na forma de entrega dos serviços. O líder pode também cumprir as vezes de mediador entre atores com presença na vizinhança para garantir e dar confiança na tomada das decisões coletivas, no desenho de governança que se refere às parcerias na lógica da vizinhança entendida como o lugar apropriado para seus moradores experimentarem, entenderem e atingirem os desafios comuns que eles enfrentam.

Uma outra função é a de representante eleito, ou delegado, sob uma tentativa por revitalizar a democracia representativa e colocar um esquema (desenho) de governo específico na vizinhança. Se assume que neste âmbito o monitoramento do desempenho do líder local por parte dos moradores é mais expedito e informado, de modo que o grau de responsabilidade e compromisso do representante também é maior. Por último, o líder pode ser um empresário ou coordenador de recursos e de informações na lógica de economias de alcance, nas quais, a diferença das economias de escala, pretende fornecer serviços de maneira localizada, dado que se considera que no plano local se facilita a identificação de necessidades e as formas mais eficientes e efetivas de satisfazê-las. É então o caso da administração da vizinhança como o quarto tipo de governança.

Lowndes e Sullivan (Ibid.) comentam que, na prática, todos os tipos mencionados de governança podem se apresentar conjunta e parcialmente, segundo o caso, e com maior razão pelo fato dos atores envolvidos terem a possibilidade de atuar em vários níveis territoriais de governo (multinível) e de cumprir vários papéis ao mesmo tempo (multi-ator).

2.6. Líderes comunitários e pontes de intermediação

O fato dos líderes serem pontes entre atores externos à vizinhança e os seus moradores, os coloca no meio da mobilização das agendas de interesse dos dois lados da divisa local, incluída a agenda própria, e a disputa pela sua posição, quando dela pode se constituir um modo de sustento, no caso de escassez de fontes de emprego digno. Segundo Bénit-Gbaffou e Katsaura (2014), nos assentamentos populares das cidades do que eles denominam o Sul Global¹, a ponte que fazem os líderes comunitários é fluida e até instável dada a natureza informal de seu mandato. Eles não têm uma eleição formal ou definido um mandato formal claro, com temporalidades e termos estabelecidos e previsíveis. Essa incerteza deixa em dúvida a sua legitimidade e os obriga a se afirmar de modo permanente com seus representados, do lado de baixo, e com atores externos que facilitam recursos e apoios para projetos locais, do lado de cima. Também significa a possibilidade de um desafio constante a essa legitimidade por parte de outros líderes concorrentes os quais podem mobilizar soluções políticas alternativas para, por exemplo, regular os conflitos sociais locais e, por esta via, ganhar representação comunitária.

Essa dupla conexão dos líderes, para baixo e para cima, coloca desafios verticais e horizontais à sua legitimidade, identificados pelos autores na cidade de Johannesburgo (África do Sul) a partir do período de post-apartheid. Os horizontais se referem à concorrência entre figuras determinadas da população pela posição de liderança. Em relação aos do tipo vertical, pode existir uma legitimidade para baixo que se sincroniza e retroalimenta com a de cima (E. g. múltiplas agências procuram uma mesma organização comunitária que já tem ganhado reconhecimento entre a população e os apoios externos trazem recursos e maior capacidade de atuação local, de modo que fica consolidada a sua imagem na vizinhança). Uma outra situação é

¹ Para os autores, nesta parte do mundo opera um contexto de governança neoliberal e globalizada, caracterizado pela “multiplicação de agências e corporações para-públicas, que se conectam à já fragmentada natureza descentralizada e de multicamadas do Estado; o crescimento de parcerias público-privadas como agentes da administração de componentes fundamentais da cidade (em particular, distritos centrais de negócios e as vizinhanças no seu entorno); e a contração do Estado na oferta de serviços que são então assumidos por organizações da sociedade civil”.

que a lealdade por cima obrigue a tomar distância por baixo, no entanto, o caráter informal do mandato dos líderes limita esse sacrifício da atenção sobre os moradores. O terceiro e último cenário sinalizado pelos autores, ainda que efêmero e personalizado, é o desafio da legitimidade de cima pela legitimidade de baixo, em particular na discussão da implementação, mais do que sobre o desenho de intervenções públicas vindas de fora.

A natureza informal do mandato dos líderes em assentamentos populares é retomada por Drivdal (2016), na Cidade do Cabo (África do Sul), só que mais em termos da figuração dos líderes nas práticas sociais que surgem em resposta às problemáticas coletivas, do que no rol deles, no sentido político, de intermediários entre os poderes de fora da comunidade e os integrantes desta. Desta maneira são apresentadas funções administrativas dos líderes que os identificam e definem. Mas sem perder também a sua ligação com o campo político, dado que essa colocação nas práticas resolutivas da vida social, deixa aos líderes como portadores de códigos de conduta que simbolizam a forma como se governam, de modo informal, as próprias vizinhanças urbanas ou comunidades de lugar que registra a autora. Neste sentido, os líderes assumem também papéis que seriam formais ainda que não reconhecidos oficialmente.

Nos casos de assentamentos de origem popular tratados pela autora, grande parte dos papéis que se derivam das práticas estão ligados à problemáticas de segurança pública e convivência. O rol de representante político e administrativo surge das práticas de intermediação com atores externos e a difusão de informações entre estes atores e os moradores. No interesse por implementar as suas ações, os atores externos incidem direta ou indiretamente na emergência das lideranças; apesar que estas tentam tirar proveito das aproximações com eles. A função de reguladores da ordem se apresenta a partir da mediação exercida na presença de conflitos (E. g. dívidas, lixo jogado na porta do vizinho) e a organização de grupos de segurança. Estas atividades refletem a desconfiança ou insuficiência da ação policial. A função como se fosse servidor público tem lugar nos casos de regulação da migração de negócios que se faz para proteger a economia e a vida local da concorrência de empresas externas e de atividades económicas de impacto na convivência e

segurança pública. Por último, se aplica o papel de ativista comunitário quando se trata de mobilizar os moradores por causas comuns. Foi típico na época de conformação dos assentamentos para resistir as tentativas oficiais de despejo e logo pela entrega de determinados serviços, ainda que nesta última situação houvesse rivalidade entre os líderes.

Na mesma direção dos mecanismos de ação coletiva e as formas de liderança correspondente, Jha, Rao, e Woolcock (2007), acham variações segundo o tempo de ocupação dos assentamentos populares na cidade de Delhi (capital da Índia), na hora de resolver problemas de acesso a serviços básicos e de riscos de despejo, incêndio, roubo e direitos incertos de propriedade. Os assentamentos mais estabelecidos apresentam adaptações de figuras coletivas tradicionais e uma composição populacional mais homogênea, vinda de comunidades rurais. Os mais recentes apresentam maior heterogeneidade (étnica e religiosa) e é mais difícil achar mecanismos e lideranças consolidadas. Em geral, nos diferentes assentamentos a liderança emerge da sua facilidade para contatar atores externos que permitam aceder a recursos e soluções para os moradores.

Os achados qualitativos, em quatro dos assentamentos da cidade de Delhi, são então verificados e generalizados com uma pesquisa quantitativa para o conjunto total de assentamentos urbanos do tipo. Entre os resultados obtidos se destaca que os líderes são contatados por moradores das diferentes condições socioeconômicas dentro das vizinhanças e também por aqueles com redes reduzidas de contatos. É comum que os moradores tenham conexões com políticos, ainda que poucos com funcionários públicos. Aqui os líderes fazem de ponte com o governo. Nos assentamentos mais consolidados, a aproximação de políticos, funcionários e policiais é intermediada pelos líderes que conseguem se posicionar nesta função em razão a sua escolaridade e as suas filiações políticas costumeiras. A organização informal da população nos assentamentos tem permitido alcançar um lugar no discurso democrático oficial, em especial em aqueles mais estabelecidos e homogêneos na sua composição. Portanto, a participação que cabe para os moradores das demais vizinhanças do tipo, fica em mãos dos seus próprios líderes.

Considerando o posicionamento das práticas regulatórias e da fluidez da figura dos líderes, cabe dizer que os papéis por eles assumidos não dependem, de modo exclusivo ou necessário, de arranjos institucionais dados de cima ou de fora dos assentamentos sob uma sorte de instrumentalização na implementação das intervenções públicas. Eles não se comportam como simples correias (pontes) de transmissão, ao estilo do sugerido anteriormente por Dixon (1989), Coulson (2005), ou Lowndes e Sullivan (2008); aliás, numa experiência britânica de índole formal. É de se esperar também que as iniciativas oficiais em temas altamente sensíveis dentro dos assentamentos, tais como o urbanístico e a segurança pública, sejam contestadas, rechaçadas, readaptadas, ou incorporadas, em função das articulações com os líderes comunitários, do grau de aceitação entre os moradores e os efeitos que em geral isso traga nas interações entre os atores com influência sobre o assentamento. Como por exemplo, nos casos de vizinhanças populares da cidade nas quais exista uma desconfiança na intervenção do poder público baseada numa presença policial repressiva, ou que tem sido tolerante com práticas ou atuações que se restringem a agendas de interesses particulares.

2.7. Instrumentalização das intervenções públicas e Paroquialismo: riscos colocados na governança de vizinhança

Bénit-Gbaffou, Fourchard, e Wafer (2012) indicam os papéis cumpridos por líderes locais na circulação de iniciativas de segurança pública em vizinhanças populares de, novamente, Johannesburgo na África do Sul, e comparam também com o acontecido em subúrbios de classe média. Os autores retomam primeiro a experiência de iniciativas surgidas entre os moradores tais como as patrulhas de rua e tribunais comunitários, em assentamentos de população negra antes e depois do apartheid, e o encerramento de ruas, nos subúrbios com população branca. Tudo aquilo é colocado, por sua vez, como pano de fundo da recepção dos foros de polícia comunitária, de iniciativa oficial, para então notar como eles são filtrados pelos

interesses locais e não simplesmente implementados em um ditado de corte neoliberal, segundo os autores.

Os líderes negociam com o Estado e autoridades locais para conseguir o reconhecimento das iniciativas locais ou a defesa delas representa um desafio ao Estado e se transforma em uma plataforma de capitalização do poder político local. A efetividade do tipo de iniciativas colocadas é o mecanismo de consolidação dos líderes como elites locais. As patrulhas de rua e os seus tribunais comunitários são resultado de um processo de transição de lideranças tradicionais (de extração rural, conservadoras, patriarcais, e com interesse na punição da juventude) para lideranças de homens mais novos, urbanos, modernos, mais escolarizados, e com interesse no empoderamento da população e a resistência a qualquer forma de herança do regime prévio do apartheid. As patrulhas suportaram também as tentativas oficiais por desestimulá-las. Em relação aos encerramentos de ruas, estas derivam da organização de líderes locais por manter a segurança sobre vizinhanças que perderam o status de municipalidade perante a unificação decretada do conselho metropolitano da cidade. A iniciativa, que representou também uma oportunidade de negócio para companhias privadas, se transformou em uma plataforma política que foi usada para articular, de maneira gradual, um conjunto maior de localidades, até virar o principal partido político de oposição. No que respeita aos foros de polícia comunitária, eles serviram de espaço de reunião e de articulação para aqueles que depois decidiram pela formação dos fechamentos de rua, dado a ineficiência percebida sobre o próprio trabalho policial. Do outro lado, na medida que as patrulhas de rua têm ganhado mais espaço em termos políticos, tendem a contestar o modelo de polícia comunitária e só em alguns casos se articulam com o esforço oficial.

No entanto, a contestação das iniciativas oficiais não é um fenômeno exclusivo de vizinhanças em economias de renda baixa ou media. Jun (2012) traz o risco da nomeada 'trapaça local' no sentido de exacerbar os interesses paroquiais (localistas), em detrimento do interesse geral da cidade no conjunto de vizinhanças que a compõem. A pesquisa tem lugar em Los Angeles (Estados Unidos), a partir dos movimentos de segregação de algumas vizinhanças cujos moradores se sentiam pouco representados nas decisões da cidade. Em resposta, para garantir a

governança urbana, o governo criou um sistema de Conselhos de Vizinhança para facilitar a participação democrática e retornar a voz dos moradores ao contexto mais local. Os críticos desta forma de devolução de poder consideram que ela não deriva necessariamente de um aprofundamento da democracia e, ao contrário, pode levar ao fomento de agrupações homogêneas no seu interior, mais distantes umas das outras. Para testar o risco do paroquialismo (localismo), o autor emprega características organizativas e de contexto comunitário dos Conselhos.

O fato dos integrantes dos Conselhos fazerem parte de organizações comunitárias do tipo 'bonding' faz com que seja maior a brecha entre os interesses expressados desde os Conselhos e os colocados pelos moradores da vizinhança, onde opera o mesmo Conselho. Enquanto o efeito contrário é verificado no caso do pertencimento a organizações tipo 'bridging'. O argumento por traz, vindo da teoria do capital social, é que o segundo tipo de organizações facilita a circulação de informações novas e atenção sobre novas situações ou conexões diferentes. Por outro lado, as vizinhanças mais engajadas com o movimento separatista mostraram uma tendência maior pela defesa de seus próprios interesses com a existência dos Conselhos, o que revela a presença da mencionada 'trapaça local'. Uma proporção elevada de proprietários fecha a brecha de interesses gerais e locais, talvez porque a maioria dos integrantes dos Conselhos reflitam a composição da minoria predominante em termos de status social e poder político na direção da cidade.

Entre os desafios práticos em matéria de governança de vizinhança, Lowndes e Sullivan (2008) relacionam os de capacidade, competência, diversidade e equidade, os quais sintetizam o lado problemático do paroquialismo. O primeiro, resulta da delegação de poder e discricionariedade aos níveis locais e, então, a perda de controle do lado do centro do sistema de governo. O segundo, se refere a falta de qualificação dos representantes locais na medida que é menor o nível de exigência para eles se posicionarem em um grupo de menor tamanho também. Grupos deste tipo podem facilitar, em relação ao terceiro dos desafios, a imposição de uma elite fechada, em detrimento de posições heterogêneas, e tender ao isolamento em relação a vizinhanças diferentes. Por último, a atenção localizada pode levar ao esquecimento de outras localidades na cidade.

No cenário de governança de vizinhança, Stoker (2011) tenta ir um pouco além nas implicações para os governos locais e para isso define quatro funcionalidades societárias básicas que estariam chamados a cumprir no início do século XXI. São elas a identitária, desenvolvimento econômico, bem-estar e coordenação de formas de sustento. A base social da primeira são os cidadãos no sentido amplo do termo; a do desenvolvimento econômico, estaria conformada pelos proprietários do projeto de trabalho respectivo e os que participam de pequenos incentivos; a base da terceira, pelos provedores e clientes dos serviços sociais; e da quarta, por um conjunto extenso e mutável de indivíduos e grupos na comunidade e de líderes. Cada uma se conecta, por sua vez, com práticas de políticas locais e administrativas específicas, além de tipos de cultura cívica e de relações intergovernamentais.

Stoker (Ibid.) coloca que sob esquema de governança de vizinhança ou comunitária, o governo fica imerso em uma tal complexidade e multiplicidade de passos para a coordenação em rede das intervenções públicas que prejudica, por sua vez, o exercício das tarefas consideradas duras de coerção, regulação e incentivos econômicos atreladas as funcionalidades societárias de desenvolvimento, bem-estar, e coordenação de formas de sustento dos seus cidadãos. Desta maneira, ficariam como recurso mais executado as tarefas brandas de promover a unidade em torno de valores e ideologias; ou seja, a funcionalidade identitária. No entanto, o autor deixa em dúvida também o exercício deste segundo tipo de tarefa, dada a diversidade de atores envolvidos no esquema de governança e a dificuldade para criar uma agenda consensual sem sacrifícios de interesses sensíveis. A legitimidade do governo pode ficar exposta então a sérios questionamentos e colocar em risco sua capacidade para mobilizar seus programas. Deste modo, o autor recomenda não abrir mão em excesso das tarefas que ele rotula de duras, no exercício dos governos; ainda menos se são governos incipientes ou frágeis na sua construção democrática. O autor menciona, por exemplo, o clientelismo político, o desvio de fundos públicos para o financiamento de benefícios particulares trocados por votos, como um modo de apadrinhamento de proteção que, à princípio, fornece uma unidade identitária a seus beneficiários, mas que ao mesmo tempo é frágil pela privatização da oferta dos bens públicos que representa e a concorrência eventual a que está sujeita.

No esquema de governança de vizinhança, o paroquialismo aparece então como uma “trapaça local” que deixa em risco a legitimidade das atuações oficiais. Essa legitimidade é tão questionada, quanto a presença das autoridades tem sido fraca nas tarefas duras (coerção, regulação e incentivos econômicos) que indica Stoker e caracterizada por arranjos locais que cumprem uma funcionalidade identitária. Os assentamentos urbanos populares de origem irregular podem ser localizados nesse quadro. A sua configuração é uma expressão de oportunidades insuficientes no mercado formal de moradia e do lado da oferta pública, de relações clientelistas incidentes na construção física da vizinhança, de iniciativas particulares e comunitárias de sobrevivência, e de falta de respostas oficiais em matéria de desenvolvimento econômico e de serviços sociais, incluída a segurança pública. Cabe esperar então, que a falta de legitimidade seja já um problema crônico e que os atores informais e ilegais estejam consolidados, com alcances regulatórios e funções típicas do Estado. Deste modo, a instrumentalização da agenda pública, por parte de interesses locais (paroquialismo) ou de interesses vindos de fora, ainda que com influência local determinante, podem agravar o quadro e favorecer ainda mais o predomínio destes atores que fazem questão sobre a regulação da vida social e a segurança pública.

2.8. Favelas, participação local e segurança pública em experiências de melhoramento urbano.

No Brasil, o fim da ditadura e a transição para a democracia, desde meados dos anos oitenta do século XX, tem representado um momento político, estendido no tempo, para insistir no reconhecimento de direitos cidadãos, na inclusão social e na descentralização do poder eleitoral e administrativo do Estado. Ao mesmo tempo, tem coexistido a economia de mercado, com políticas de redistribuição de renda, enquanto que, segundo Pasternak e D’Ottaviano (2016, 77, 95), a taxa anual de incremento dos domicílios (6,93%), de assentamentos irregulares tipo favela, foi 12 vezes maior que a dos domicílios totais no país (0,57%), durante o período que vai do ano 2000 ao ano

2010. Para as mesmas autoras, o 88% dos assentamentos irregulares se concentraram em 20 grandes cidades do Brasil. Contudo, elas verificaram, baseadas nos dados do censo 2010, melhoras no acesso à infraestrutura, com o “88% dos domicílios favelados servidos por rede pública de água, 56% por rede de esgoto, 76% [tinham] algum tipo de coleta de lixo e 72% [usufruíam] de energia elétrica com medidor domiciliar instalado”. Este cenário parece configurar um ambiente propício para o esquema de governança de vizinhança nas intervenções urbanísticas do tipo melhoramento sobre as favelas, com seus riscos consabidos de instrumentalização da agenda pública, incluída a segurança.

Na cidade de Recife (capital do Estado de Pernambuco), por exemplo, foi implementado o programa Prometrópole. Segundo de Vries (2016) este foi usado como bandeira dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em termos de intervenção urbanística sobre favelas com participação comunitária. De Vries menciona que o programa foi na verdade um exemplo de intervenção híbrida que faz a síntese entre os modelos de planejamento urbano diferenciado para a cidade formal e a informal. Segundo ele, esta dualidade coloca mais uma disjuntiva que uma dialética entre opostos, dado que as duas se interligam, se sobrepõem e se misturam, além de se condicionar. A cidade formal é objeto do planejamento estratégico, neoliberal, e a informal do incentivo à participação comunitária. O mundo urbano em geral é inconsistente, não tem um campo de diálogo em comum, e a disjuntiva mencionada seria uma prova disso.

O Prometrópole foi considerado para assentamentos localizados acima de alguns rios da cidade, com problemas então de alagamento frequente, águas insalubres e doenças relacionadas, além da precariedade das moradias e a presença de delinquência e prostituição em subáreas específicas. Na fase de proposição e consulta com os residentes foi combinado o financiamento de pequenos empreendimentos e emprego. No entanto, inseridos no planejamento de intervenções concretas e na implementação, o recurso para esse tipo de iniciativas econômicas, que vinha do Banco Mundial, ficou escasso; o que obrigou a assumir o desenho estrutural original de tratamento das bacias hidrográficas na cidade, ainda que com concertação cidadã por parte das populações afetadas em especial às temáticas

relacionadas com o reassentamento e a indenização de famílias. A mudança de enfoque provocou o rechaço de segmentos da população e a pressão dos seus representantes comunitários sobre as autoridades. Deste modo, os trabalhadores sociais do programa se converteram nos agentes, do que o autor considera, de uma ditadura da participação mediante a sinalização da resistência de moradores como fraudulenta e oportunista, e a substituição dos líderes que funcionavam como cabos eleitorais do PT pelos próprios trabalhadores sociais.

No que tange ao projeto piloto do programa, nomeado de Jacaerizinho, Koster e Nuijten (2012), e Koster, Nuijten, e de Vries (2012) colocam que este é um exemplo de tentativa falida de introdução das favelas na modernidade. No projeto é invocada a participação comunitária, porém para os autores, nos moldes neoliberais. Ou seja, com a promoção de autonomias individuais em prejuízo das organizações locais já constituídas, as quais foram sinalizadas de não democráticas pelo próprio Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, de fato foi formada uma instância de supervisão com participação de representantes comunitários que pretendia contornar a influência e críticas de coletividades e líderes os quais, aliás, não eram afins com a sigla do PT. Com tudo, alguns deles, pela sua trajetória no assentamento, acabaram por ter um lugar no comitê do projeto. No entanto, foram premiados com maiores benefícios aqueles que ficaram com a intervenção e que tiveram mais habilidade individual para falar nos encontros de discussão pública do projeto. De Vries (op. cit.) comenta que este tipo de práticas era comum no programa em geral.

Para o projeto piloto do Jacaerizinho, foram criados diversos espaços de reunião e comunicação com a equipe de coordenadores e técnicos da intervenção, todos apresentados de modo unificado, apesar de ser parte da prefeitura ou da empreiteira obrigada às tarefas sociais típicas do Estado. Foi neste cenário onde se criou o contexto da implementação da realidade do projeto, apesar do atraso nas obras. Promoveu-se também a ideia de uma mudança favorável para as famílias que seriam reassentadas na sua totalidade em novas moradias, a partir de uma estética da beleza da uniformidade em futura vizinhança em consonância com o padrão da cidade formalizada, longe do estilo favela, considerado feio. Desta maneira, as famílias aceitaram os custos e desconfortos dos desenhos, nos quais elas não participaram,

para se sentirem incorporadas na cidade, depois das obras serem entregues. Para De Vries (Ibid.) a maioria da população objeto do Prometrópole incorporou a ideia da intervenção como uma vitória, além de sentimentos de afeto com os funcionários da área social do programa. No entanto, no período final do Jacaerizinho, as moradias e espaços públicos, alheios às necessidades e modos de vida das famílias, começaram a ser adaptados ou comercializados pelos beneficiários, sob o repúdio dos funcionários do projeto que consideraram estas ações como transgressões e condutas de pessoas incultas e não civilizadas. Por exemplo, a construção de grades ao redor da moradia para se proteger de furtos ou roubos.

Por sua parte, na cidade do Rio de Janeiro (capital do Estado com o mesmo nome), uma das mais renomeadas intervenções de melhoramento foi a de Favela-Bairro (Perlman, 2010, 274-282). Durante seu décimo aniversário, celebrado no ano 2005 na sede principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entidade multilateral de fomento financeiro, foi considerada a mais ambiciosa na matéria no mundo. Sob iniciativa municipal, o objetivo principal do programa foi a integração das favelas com os seus bairros vizinhos, mediante investimentos em infraestrutura, espaços públicos com desenho arquitetônico, e contratação de mão de obra local nas construções e em tarefas administrativas. Para o ano de 2008, tinha sido atendido um total de 168 favelas e aproximadamente 500 mil habitantes da cidade. Comparadas com as favelas não atingidas pelo programa, houve melhorias e mediante estas fomentou-se entre os habitantes beneficiados um sentimento de confiança na permanência na sua vizinhança e de que tinham sido reconhecidos pelo governo.

Contudo, um dos primeiros sinais problemáticos do programa manifestaram-se depois que as construções foram entregues e as equipes de trabalho social retiraram-se das favelas favorecidas. Parecia que os moradores não mostravam o interesse suficiente pela manutenção dos investimentos, de modo que a ameaça do deterioro e o retorno gradual às condições de partida à intervenção estava presente; em particular, logo de encerrados os apoios ao trabalho e à qualificação laboral dos moradores. Espaços públicos em caminho a seu deterioro foram ocupados pelo tráfico de drogas.

De outro lado, o balanço em termos da aproximação com os bairros vizinhos era discutível, entanto os diferenciais de renda se mantinham e na cidade circulavam ainda as imagens negativas da favela e seus moradores. Na prática, houve maior ênfase no componente físico da intervenção, integrado pelas construções, enquanto o componente social estava em dúvida. Por exemplo, a falta de recursos para garantir o funcionamento de creches, levantadas mediante o programa, ou para garantir oportunidades de estudo e qualificação entre os jovens, o que resultava necessário para mitigar a violência cotidiana da qual eles tinham sido protagonistas, seja como vítimas ou agressores.

Para a mesma Perlman (Ibid.), o conjunto de problemas revelou a ausência de participação comunitária na priorização de necessidades e no processo de tomada das decisões; colocou aos moradores mais em condição de clientes que de jogadores. Desta maneira, e a julgar pelo quadro descrito pela autora (Ibid.), também era lógico esperar que o impacto em matéria de segurança pública fosse mínimo, com uma população sitiada entre os traficantes de drogas, a polícia e as nomeadas milícias. Os primeiros impunham restrições à circulação dos moradores dentro e com o entorno da vizinhança, como dispositivo de proteção sobre o funcionamento do seu negócio ilícito, tinham subordinado pela via armada à figura dos líderes comunitários, e, portanto, tinham a capacidade de induzir os resultados eleitorais em favor de políticos determinados que fossem convenientes. A polícia, por sua parte, se comportava de modo violento com os habitantes dado que a sua missão aparente nas favelas era a de capturar ou ultimar aos traficantes que moravam e conviviam ali, sobre a base do medo aliás, ainda que uma parte dos policiais fazia de cúmplice do tráfico em troca de dinheiro. E, as milícias que se organizaram para oferecer segurança na vizinhança a partir de cobros extorsivos (sobre o transporte público ou a distribuição de mercadorias específicas, por exemplo) pelo que se convertia na prestação ilegal de um serviço.

No esforço por introduzir com maior efetividade a participação dos moradores das favelas nas intervenções de melhoramento urbanístico, foi lançado no ano 2007, pelo governo federal, o nomeado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito nacional, com adequações segundo as especificidades locais. Além do eixo

de obras físicas para a reurbanização da favela, a iniciativa introduz um eixo de trabalho social exigido às administrações locais para a liberação de verbas, e no qual se pretende promover uma gestão participativa mediante o pacto com os moradores sobre os rumos do projeto (CUNHA, 2012). Não obstante, a mesma autora anota que nas favelas selecionadas para intervir sob o programa, na cidade do Rio de Janeiro, se observava que as consultas com os seus habitantes eram feitas para tratar pequenas decisões enquanto que assuntos de maior envergadura, como abertura de ruas e remanejamento de moradores, já eram aprovados em instâncias superiores.

No complexo Pavão-Pavaõzinho-Cantagalo, uma das 4 favelas selecionadas para a implementação do PAC, Cunha (Ibid.) menciona que foram estabelecidos decretos sobre o uso e ocupação do solo nesta vizinhança, como parte do processo de regularização urbanística e jurídica desenvolvido com o programa, logo de efetuadas obras de alargamento de ruas, construção de praças, construção de prédios de apartamentos para realocar famílias retiradas por causa destes mesmos trabalhos públicos, e conexão à rede de esgoto e água. Além disso, foram instalados elevadores panorâmicos e um mirante, que formam as obras de acesso a uma nova estação do metrô, e uma base da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), dentro da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

Os decretos continham normas de construção das moradias e a delimitação de áreas de risco, nas quais se proibiram as edificações. Com estas medidas se pretendeu limitar a expansão do complexo, apesar de que nunca foram pactuadas ou socializadas com os seus habitantes. As pessoas souberam dos decretos pelas vistorias de um funcionário da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), quem acompanhado de policiais da UPP, esteve encarregado de fiscalizar, emitir e distribuir embargos por obras realizadas sem autorização e autos de interdição de casas em locais dentro das novas áreas de risco. Estas medidas causaram grande desconcerto dado que, por exemplo, a fixação de alturas das moradias contrariava a tendência habitual de ampliação das unidades habitacionais para a família que cresce, e a atribuição de risco em algumas áreas era duvidosa pelas condições estáveis dos terrenos que os próprios moradores tinham experimentado até então, sem a

ocorrência de eventos desastrosos no seu historial. Também não eram claras as alternativas disponíveis para as famílias nestas áreas, perante as novas normativas.

O pânico provocado com os decretos incitou uma mobilização da população de moradores que derivou na sequência de três reuniões de esclarecimentos e discussões sobre os detalhes práticos das medidas, com apoio da Pastoral de Favelas dependente da arquidiocese católica da cidade. A primeira e a última destas reuniões, se efetuaram em um espaço de encontros regulares, criado e moderado pelo comandante da UPP desde o ano 2011, para debater problemáticas comunitárias (recolhimento de lixo, falta de iluminação pública, E.g.) em companhia dos presidentes das Associações de Moradores respectivas de Cantagalo e de Pavão-Pavaozinho que integram o Complexo da favela. Se for o caso, os encontros contavam com a participação de outros funcionários públicos, como aconteceu na terceira reunião em questão com a presença de um representante da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). No final, este tipo de mobilização coletiva se dissipou quando ficou claro para os moradores que a declaratória de áreas de risco era diferenciada, só cobria setores do lado do Pavão-Pavaozinho, e os embargos foram entendidos como um tema que dependia de situações particulares.

O papel cumprido pelo comandante da UPP fez parte das atividades de aproximação sobre a população que se procurava para renovar e consolidar uma presença permanente da polícia nas favelas da cidade, e dentro do combate ao controle territorial pretendido pelos traficantes nestas vizinhanças (CUNHA, *Ibid.*). Desta maneira, a polícia terminou defrontada com os problemas derivados das fraquezas na participação comunitária no decorrer desta versão local do programa PAC, e muito apesar da polícia não ser parte do mesmo. Em outras palavras, teve que lidar com as dificuldades da intervenção de melhoramento urbanístico a qual evidenciou alcances duvidosos na abertura de uma gestão mais democrática e menos pautada por uma agenda distante das necessidades dos seus supostos beneficiários.

Por outro lado, na cidade de Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais), a regularização das favelas tem suscitado posições as quais, ainda que diferenciáveis no debate, podem ter um desdobramento comum a respeito da participação local dos

moradores, aliás talvez desfavorável para estes e vulnerável à imposição de interesses de atores específicos com influência local. De um lado, a defesa das ocupações, antigas e novas, como objetivo central na luta dos favelados e dos atores afins a suas causas (SILVA, M., 2013). Nesta posição, a resposta oficial bem pode se centrar na habilitação de solo urbanizável (conexão às redes de serviços urbanos) de modo que se acentue nas ocupações a pressão pelo estabelecimento de projetos imobiliários de novas moradias, em substituição das que estão presentes, dirigidos a segmentos de população de maior renda, e na forma do nomeado processo de expulsão branda dos moradores da favela pelo mercado. Estas pressões podem se acrescentar em casos, como o do Aglomerado da Serra, com vantagens de localização em termos da proximidade com o centro da cidade e o seu entorno de bairros nobres. Adicionalmente, a expectativa de uma atenção sempre favorável às ocupações pode animar também a sua reprodução permanente e a sua transformação eventual em uma empresa criminal inclusive, por parte de pessoas e organizações que encontrariam ali uma oportunidade de venda ou aluguel de imóveis entre camadas de renda baixa.

Por outro lado, a titulação dos domicílios e a legalização dos bairros são deixados para o final de processos prolongados de urbanização formal, no intuito de oficializar os espaços construídos ao término da sua organização nos padrões urbanísticos estabelecidos pela lei. Esta posição foi incorporada no programa de melhoramento Vila Viva e criticada pelo obstáculo que ela implica sobre a realização do potencial de valorização do espaço ocupado e do patrimônio construído pelas famílias das favelas, por um período ainda indeterminado, devido aos atrasos na conclusão do conjunto de obras projetado. Segundo Fernandes e Pereira (2010), essa seria uma posição que faz do melhoramento de bairros uma simples forma remediária de contenção da pobreza na cidade, longe do reconhecimento do direito cidadão a morar de maneira digna.

Também é verdade, porém, que a regularização fundiária impõe obrigações tributárias, como o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) (CUNHA, 2012), e que a titulação não necessariamente melhora a economia das famílias pela via do incremento na sua capacidade financeira, na medida que a

moradia não seja (e dificilmente é) considerada por elas um capital de risco (PERLMAN, 2010) a ser colocado em garantia para conseguir um crédito bancário por exemplo. Além disso, a regularização pode requerer esforços técnicos consideráveis por parte do poder público devido, entre outros aspectos, ao desafio da reconstrução do histórico de transferências e delimitações físicas de cada imóvel residencial na favela, para a definição e titulação da propriedade de cada domicílio. De qualquer modo, a regularização jurídica e urbanística é um componente controvertido das intervenções do tipo melhoramento e caberia esperar que ocupasse um lugar central nas discussões e procura de consensos com os moradores das favelas atendidas.

Nas duas situações apontadas, atenção simples de demandas nas ocupações, produto da necessidade por solo urbano, ou contenção da pobreza sem formalização urbanística, o grau de participação comunitária resultante pode cair em exercícios informativos, e pouco deliberativos, das obras enquanto o componente de desenho físico urbanístico ganharia relevância sob as determinações das equipes técnicas das agências de governo, apesar do apoio e condicionantes que estariam por trás do Vila Viva a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Portanto, o potencial efeito articulador sobre os moradores, no cenário das intervenções tipo melhoramento, ficaria enfraquecido. Seguindo o novo paroquialismo, é esse potencial que faria diferença na provisão indireta de segurança pública, se comparado com a ação do sistema de justiça criminal, em contextos de moradores ocupados, temerosos e desconfiados da polícia e do rosto punitivo do Estado.

Além disso, é difícil contornar a desconfiança dos moradores para com o Estado, se ela reflete um histórico de relações pouco democráticas com o poder público na construção da favela. Isto é, interações instrumentais, mais do que cidadãs, com características de confronto e negociação, em parte clientelista, e acompanhadas de figuras e práticas mediadoras de lideranças sempre fluidas, dada a necessidade destas últimas de se afirmar de modo permanente no seu papel informal de representação. Sob a base da literatura da governança de vizinhança, na qual se abre mão da descentralização e do protagonismo maior da iniciativa privada como estilo de governo, cabe pensar que a abertura de esquemas participativos no cenário descrito da favela pode justificar, ou derivar, em uma instrumentalização dos esforços oficiais

de articulação da população a favor de interesses particulares, com influência local determinante, até o ponto de desvirtuar a agenda pública das intervenções e comprometer, por exemplo, a construção de segurança com um caráter genuinamente público.

Dado que o programa Vila Viva, implementado em Belo Horizonte, se inscreve nessa tendência de esquemas participativos ainda que, ao mesmo tempo, nele parece se protelar o processo de consolidação dos assentamentos populares de origem irregular, surgem então interrogantes mais específicos na garantia indireta, via melhoramento urbano, de uma segurança de natureza pública do tipo:

Qual o risco real do Vila Viva ter-se tornado instrumento de alguma agenda particular, com influência local determinante, em matéria de urbanização e segurança, longe das expectativas dos moradores de favela?

O programa urbanístico facilitou a articulação entre líderes comunitários e a sua capacidade de ação coletiva, de um modo geral?

O programa estimulou a aparição de iniciativas comunitárias, de cunho local, e de líderes vinculados?

A partir do programa, houve um aumento da capacidade de ação dos grupos comunitários que lidam com problemáticas de insegurança?

O programa representou uma alternativa à desconfiança existente, entre os moradores da favela, no sistema de justiça criminal, e em relação a uma tendência de interações instrumentais (mais do que cidadãs) com o poder público?

3. METODOLOGIA

O estudo foi iniciado com uma discussão teórica, prévia a este capítulo, sobre a hipótese do novo paroquialismo, na modalidade de melhoramento urbanístico, para o controle de condutas delitivas e transgressoras em vizinhanças urbanas. Para isso foi feita uma revisão de artigos em diferentes bases de periódicos acadêmicos, e de alguns livros, no intuito de encontrar trabalhos nos quais houvesse sido explorada a relação melhoramento e segurança pública, no âmbito da vizinhança e de assentamentos populares de origem irregular. Também foram analisadas a participação dos líderes comunitários em intervenções nestas matérias, dado o seu papel de representantes da organização social na vizinhança e de intermediários entre o poder público e a população de moradores de assentamentos tipo favela.

Até aqui, não tem sido necessário distinguir entre a ideia do poder público, em geral, e do poder público estadual, em particular. O primeiro entendido como o conjunto de atribuições constitucionais que competem aos ramos, executivo, legislativo e judiciário, e que estruturariam Estado de direito vigente no Brasil. No sucessivo, e em vista da entrada ao caso escolhido para a pesquisa, será pertinente empregar o adjetivo de estadual para se referir a situações e considerações de política adotadas nos âmbitos do poder público do Estado de Minas Gerais ou do município de Belo Horizonte.

Dado o marco teórico de estudo, se procedeu com o exame detalhado da experiência selecionada no Brasil, a do programa de melhoramento Vila Viva no Aglomerado da Serra localizado na cidade de Belo Horizonte. Primeiro, foi dedicado um capítulo, o número IV, que continua depois da presente descrição da metodologia da pesquisa, para estabelecer uma linha de base que fosse usada como referência previa para a análise dos efeitos do programa. Isto é, uma breve reconstrução histórica do Aglomerado a partir do início do trabalho comunitário da parte mais antiga dos líderes da vizinhança, nas coletividades das renomeadas Associações Comunitárias, e até os anos que antecederam à intervenção pública.

Na reconstrução histórica tratou-se, segundo os aspectos relevantes na discussão teórica, o processo de urbanização, o de organização comunitária junto com os seus líderes, e o de segurança pública. As principais fontes de informação consultadas foram os relatórios técnicos que conformaram Plano Global Específico (PGE), no qual foi baseado o Vila Viva, e os trechos de entrevistas qualitativas, abertas e semi-estruturadas, feitas a moradores, líderes e funcionários que trabalhavam na favela como parte de intervenções públicas ou privadas em andamento, nos âmbitos de educação, saúde, assistência social, urbanismo, segurança pública, e cultura, esportes e lazer. Outras fontes complementárias, de tipo secundário, foram artigos e estudos (dissertações) sobre o Aglomerado ou com alusões aos processos sob estudo nesta favela.

A fase qualitativa, já mencionada, da pesquisa teve por objeto indagar, de maneira preliminar, acerca dos efeitos do Vila Viva nos processos sociais de interesse, identificar o grupo de líderes comunitários mais completo possível do Aglomerado, e construir o questionário que seria usado na fase seguinte de análise quantitativa. Foram entrevistados um total de 20 líderes, 10 moradores, e 8 funcionários, mediante roteiros básicos de perguntas (ver anexos). Em relação aos líderes, se pedia que falassem sobre a trajetória de construção da vila, na qual eles moram, e a do Aglomerado; a sua experiência no papel de líderes e a sua leitura do desenvolvimento da organização comunitária; as mudanças no tempo da situação de segurança pública na favela; e a história de desenho e implementação do Vila Viva e seus impactos considerados. No caso dos moradores e funcionários, houve uma modificação para perguntar o que eles achavam da figura de liderança, e com os funcionários acerca da sua visão como moradores externos, embora conhecedores do Aglomerado. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas. Parte dos agendamentos para as entrevistas foram aproveitados para fazer percursos de observação pelas vilas. As impressões recolhidas desta maneira se registraram também em áudio da própria voz do autor e pesquisador do estudo, e logo transcritas.

Na identificação dos líderes, partiu-se de uma lista preliminar de nomes referenciados por pessoas que tinham trabalhado no Aglomerado, em intervenções públicas ou sociais, e que logo foi verificada e ampliada com listas adicionais aportadas pelos

funcionários entrevistados. Segundo o critério das organizações ou agências fonte das listas, os nomes ali inseridos aludiam a pessoas com trajetórias destacadas e reconhecidas de trabalho comunitário, em diferentes âmbitos, e que tinham servido de apoio no desenvolvimento das intervenções. Até aqui, o total de nomes compilados com as listas foi de 20 pessoas. A partir desse ponto, a inclusão de novos nomes foi produto das indicações feitas pelos próprios líderes que foram localizados e entrevistados, aleatoriamente, nesta fase qualitativa. Mediante a técnica de bola de neve, cada um podia indicar no máximo três pessoas. Devido ao receio percebido ao redor da figura de liderança, optou-se por perguntar, na maioria das vezes, por moradores reconhecidos e de referência no trabalho comunitário, ou seja, no labor de atenção às necessidades e demandas coletivas, dentro do Aglomerado. A partir de 14 dos líderes consultados nesta fase, quase todos os nomes sugeridos repetiam os que já tinham sido incluídos na lista principal. Com esta rodada completou-se uma lista de 52 pessoas.

O número de 52 correspondia com o umbral crítico em torno de 50 colocado na análise de redes sociais para obter indicadores estatísticos fiáveis neste campo do conhecimento, e cuja relevância para a presente pesquisa será explicada nos parágrafos a continuação. Além disso, as dificuldades logísticas de contar com um período limitado de 5 meses e meio (de finais de agosto do ano 2015 para finais de março do ano 2016, interrompidos durante dezembro e janeiro) disponível para o levantamento de informações, em campo, por parte do próprio autor do estudo, quem ao mesmo tempo tem sido o único pesquisador, levou ao fechamento definitivo da lista sem agregar mais nomes.

A lista dos líderes e a leitura da informação qualitativa reunida foram empregadas para o desenho do questionário a ser aplicado, de modo individual, no grupo dos representantes comunitários identificados, para a recolocação de dados de ordem quantitativo. Versões preliminares do questionário foram discutidas com colegas e integrantes do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais, ao qual pertence o autor da pesquisa, e testado com 5 líderes, escolhidos de modo aleatório, para chegar numa versão definitiva. Na prática, conseguiu-se aplicar o questionário a 42 pessoas da lista,

porque os faltantes se recusaram a responde-lo, foi impossível localizá-los ou não se encontravam em condições físicas adequadas de saúde para responder o formato de perguntas. Apesar da redução na quantidade de entrevistados, ainda era um número aceitável para os indicadores estatísticos da análise de redes. No final, se descartaram dois entrevistados, dos 42 mencionados, devido à constatação de que uma delas era mais uma acompanhante ocasional do trabalho comunitário duma das líderes e a outra tinha um envolvimento no âmbito religioso evangélico pela via da produção musical só, e de modo complementar como uma atividade de tempo livre. Além do registro escrito nos formatos respectivos, todas estas entrevistas também foram gravadas em áudio o que permitiu digitar comentários adicionais que os líderes fizeram em algumas das suas respostas.

O questionário empregado, na fase quantitativa, estava formado por dois blocos principais de perguntas (ver anexos). O primeiro se dividiu, por sua vez, em três seções para indagar o perfil participativo do líder, as suas apreciações quanto ao Vila Viva, e o seu perfil sociodemográfico. Em outras palavras, com este bloco inicial se pretendeu dar conta de informações com as quais fosse possível depois apresentar indicadores de quem eram os líderes e as suas avaliações do programa urbanístico, com ênfase nos efeitos sobre organização comunitária e segurança pública no Aglomerado. No segundo bloco foram colocadas perguntas a respeito de relações familiares dos líderes e de carácter sociométrico, isto é acerca do tipo, intensidade e conteúdo das relações do líder, em particular as de trabalho comunitário, para com cada um dos seus demais pares. A ordem dos blocos e seções no questionário foi pensada desta maneira para facilitar a aproximação dos líderes, na hora do desenvolvimento da entrevista, e conseguir uma confiança gradual com eles na medida que se avançava na formulação das perguntas.

O questionário foi convertido logo em planilhas do Google Forms para digitar as informações captadas. As respostas de alternativa fechada foram codificadas no próprio processo de digitação, dado o seu carácter categórico. Quanto às respostas abertas, foi necessário categorizar, antes de codificar, mediante as semelhanças observadas entre elas. A partir destas transformações da informação, foi possível contar com dados para proceder as medições e análises estatísticas. Em definitiva,

se formaram quatro tabelas principais. A dos líderes com seus atributos individuais; a dos laços de trabalho comunitário; a das iniciativas de atenção comunitária, acompanhadas de atributos específicos, nas quais os líderes têm participado de modo ativo; e a dos laços entre os líderes e as iniciativas.

As duas tabelas organizadas com o registro de laços têm sido construídas para representar, de maneira aproximada, a estrutura ou rede de interações entre os líderes que sustenta a ação comunitária ou paroquial do Aglomerado. Junto com as avaliações e posicionamentos dos líderes em relação ao Vila Viva, estas representações, em forma de rede, permitiriam analisar os efeitos do programa urbanístico nas articulações entre os líderes, como cabeças ou mobilizadores principais da organização comunitária na favela, e, portanto, na sua capacidade coletiva e paroquial para lidar com as expressões de insegurança pública.

Os efeitos do Vila Viva na rede de articulações entre líderes, e deles com o poder público estadual, têm sido o tema central dos capítulos V e VI da pesquisa; desenvolvidos mediante a aplicação de dois métodos estatísticos, um proveniente da análise de redes sociais e o outro conhecido como análise de correspondência múltipla. Parte das interpretações dos resultados ali estiveram acompanhados de informações da fase qualitativa da pesquisa. Na construção destes capítulos, portanto, os líderes aportaram informações do seu papel como atores do processo sob estudo.

Quanto ao capítulo VII e o VIII das conclusões, estes foram focados nas apreciações dos líderes, segundo seus perfis relacionais, sobre as mudanças na segurança pública do Aglomerado, a partir da intervenção urbanística e seus alcances na organização comunitária. De maneira que nestes dois capítulos finais os líderes cumpriram o papel de informantes avaliadores do conjunto do processo, o qual foi então operacionalizado mediante variáveis sobre o potencial controle público-paroquial conseguido e o seu alcance em termos de segurança. O contraste nos pontos de vista dos líderes, e com fontes oficiais de informação, foi destacado para lidar com o viés das colocações particulares deles.

Posto que o interesse na última parte da pesquisa esteve nos resultados do processo ou, dito de modo alternativo, nos efeitos do conjunto todo de interações público-paroquiais, sob o cenário e a influência do Vila Viva, optou-se pelo esquema convencional de organização das informações tipo survey, no qual fosse possível conectar os perfis relacionais predominantes dos líderes, quanto indicadores sintéticos das redes, com suas avaliações deles em matéria de organização comunitária e segurança. Desta maneira, no capítulo VII foi empregado o coeficiente d de Somers para a exploração de associações e prognósticos entre variáveis, de caráter categórico ordinal, junto com informações qualitativas recolhidas de modo complementar durante a aplicação dos questionários sobre os líderes comunitários.

3.1. Análise de redes sociais e os modelos ERGM

A análise de redes sociais é, na atualidade, um campo que fornece um instrumento matemático e estatístico cujo objeto de estudo são os laços entre os atores. Diferente da estatística mais convencional na qual se parte de atores e os seus atributos, mediante um registro tipo survey, para estabelecer relações entre estes mesmos atributos, sem dar conta explícita da estrutura de interações sociais que sustentaria tais relações. No desenvolvimento da presente pesquisa, o tipo específico de modelos selecionado para análise da rede de ação comunitária (paroquial) dos líderes, e os efeitos do Vila Viva nesta estrutura de interações, foi o de grafos² (gráficos) aleatórios exponenciais, ou ERGM da sua abreviatura em inglês (Exponential Random Graph Models).

Os modelos ERGM foram desenhados para entender como e o porquê de uma estrutura observada de laços em rede, a qual se constitui na representação de um sistema social. Para isso se parte da identificação de padrões de relacionamento ou

² Grafo é a expressão usada para a representação gráfica de estruturas em rede formadas por esquemas de pontos (nodos ou atores) e linhas que conectam estes pontos para dar conta das suas interrelações.

de laços na estrutura examinada. Cada padrão é uma configuração menor, um sub-grafo na rede, e vai ser medida numa estatística. Neste tipo de modelos então se atribui uma probabilidade à estrutura, esquematizada em forma de grafo em rede, que vai depender deste conjunto de estatísticas, ponderadas por parâmetros ou coeficientes dentro duma função exponencial, ao estilo duma regressão clássica. As configurações menores (locais) indicam os mecanismos sociais que o pesquisador espera verificar, segundo as suas hipóteses, como sustentadores da rede em estudo. Portanto, um modelo específico, tipo ERGM, será conformado pelo conjunto de configurações escolhido pelo pesquisador para efetuar a verificação respectiva, guiado por referentes teóricos sobre a formação de uma estrutura social em rede.

A ideia que as configurações locais resultam de padrões de laços, de interação, entre atores vêm da consideração que estes laços são interdependentes entre si. A experiência de relacionamento com uma pessoa condiciona os relacionamentos com outras pessoas e, por sua vez, a possibilidade de um novo laço entre duas pessoas se acha em função do ambiente social na sua vizinhança. Aliás, também incidem neste processo os atributos dos atores, mais outro tipo de fatores exógenos. A partir desse ponto, se derivam outros supostos básicos do modelo tais como as redes sociais emergem localmente; padrões no interior das redes evidenciam processos estruturais em andamento; múltiplos processos podem operar de modo simultâneo; e as redes sociais são estruturadas e estocásticas.

As interdependências definem tipos de configurações e vizinhanças (contextos) sociais de ordem local. Por exemplo, um laço direcionado de ator a outro pode estar condicionado pela existência do laço em direção contrária entre os mesmos dois atores. Esta relação de dupla mão (em ambas direções) assinala o mecanismo de reciprocidade e a vizinhança relevante sob estudo, neste caso, é a díade. As configurações estruturais mais comuns, e disponíveis nos pacotes informáticos atuais, graças aos desenvolvimentos matemáticos e estatísticos da teoria de redes em diálogo com as teorias sociológicas (LUSHER; KOSKINEN; ROBINS, 2013) são, além da reciprocidade, a atividade/popularidade, o encerramento (closure) e a ponte (brokerage).

A atividade/popularidade indica configurações tipo estrela nas quais um ator tem relação com vários outros atores. O número de pontas da estrela indica a quantidade de atores com os quais mantém contato. Se os laços são direcionados e saem do nodo (nome genérico dado ao ator na forma de ponto na representação gráfica), a representação é a do grau de atividade que aquele desempenha. Se, ao contrário, chegam no nodo, se fala da sua popularidade. Quando não existe uma direção específica dos laços, a atividade e popularidade resultam equivalentes, sem distinção entre elas. Devido ao princípio de interdependência dos laços, o esperado é que atores ativos/populares atraiam mais laços, sob o processo conhecido como relacionamento preferido. Nessa circunstância, pode acontecer uma presença distribuída de nodos ativos ou populares no conjunto da rede, ou poucos nodos que concentram laços ao seu redor e centralizam a rede.

Uma estrela de duas pontas pode ser vista também como um caminho de relacionamento de dois passos entre os nodos localizados nos extremos (pontas) da configuração. Se há a tendência para fechar a conexão entre os três participantes envolvidos com um terceiro laço (passo) que una diretamente os extremos, formaria um triângulo que simboliza a configuração de encerramento e denota a propensão dos atores pela formação de grupos; isto é, um subconjunto de atores com muitos laços entre eles. Nesse sentido, é provável que no interior dos grupos exista um acúmulo de triângulos (múltipla triangulação) entre seus membros. Com laços direcionados o mecanismo implicado denota transitividade. Independente da direção dos laços, a lógica simples por trás neste tipo de configuração é: o amigo do amigo de um ator é, por sua vez, amigo deste último.

Uma situação alternativa que deriva também da estrela de duas pontas, vista como caminho (ou, de forma mais precisa, senda, na linguagem técnica das redes) de dois passos, é a tendência oposta ao encerramento (fechamento) de modo que não aconteça o terceiro laço direto que completa a triangulação e, portanto, fique um vazio ou buraco entre as duas pontas. Neste caso tem lugar a configuração tipo 'brokerage' na qual o nodo no meio das pontas, do caminho entre elas, faz o papel de ponte com vantagens estratégicas para ele. Por um lado, condiciona a circulação de informação e recursos entre atores que podem ser membros de agrupamentos (sub-grafos)

diferentes. E, por outro lado, o ator ponte tem a possibilidade de aproveitar o melhor de cada sub-grupo e de evadir os controles que os integrantes destes podem tentar impor num dado momento sobre seus colegas.

As configurações sinalizadas são exemplos de processos endógenos ou de auto-organização da rede, dado que resultam da própria interdependência dos laços e dos padrões que se formam na medida que a presença de cada laço vai na pauta dos outros. Daí que este tipo de configurações receba também a categoria de estrutural. Adicional aos processos endógenos, existem aqueles baseados nos atributos dos atores e em fatores exógenos contextuais. O primeiro destes dois tipos dá lugar aos nomeados modelos de seleção social nos quais se avalia em que medida os laços dependem das características individuais (monádicas na linguagem de redes) ou características compartilhadas entre duplas de atores. Em laços direcionados, poder-se-ia verificar o efeito ou configuração de emissor que acontece quando um atributo particular (gênero, idade, E.g.) de um nodo explica os laços que dele saem; ou o efeito (configuração) contrária de receptor, se o atributo fundamenta a popularidade do ator. Pode acontecer também que entre os atores há uma tendência de homofilia, ou seja, a de se associar com os que compartilham uma mesma categoria (E.g. na sala de aula, meninas preferem trabalhar com meninas).

Em relação aos fatores exógenos contextuais, eles são introduzidos nos modelos ERGM na forma de variáveis diádicas (dyadic covariates, da sua expressão em inglês) que funcionam como regressores. Um exemplo são redes entre o mesmo conjunto de nodos da rede inicial sob análise que se diferenciam desta última por representar outros tipos de laços, tais como relações de amizade e aconselhamento entre os colegas de um escritório de trabalho. Aqui a rede de amizade pode ser usada como um fator exógeno para verificar a sua influência na rede de aconselhamento. Cabe esperar que também possa haver uma incidência no sentido inverso entre estas redes; só que essa situação parte para outro tipo de modelos (multiplexos) que, por enquanto, não será necessário aprofundar.

As configurações estruturais já tratadas podem se produzir de modo múltiplo e misturado. Um triângulo, por exemplo, inclui três laços, três estrelas de duas pontas,

e três sendas de dois passos ao mesmo tempo. Portanto, para saber quais configurações são determinantes na rede não é suficiente suas quantidades observadas, senão que é preciso fazer o teste estatístico para saber se estas são significativamente maiores ou menores do que esperado pelo acaso (aleatoriamente).

A mecânica dos modelos ERGM é a seguinte. Dado o número de atores em interação, é simulado um conjunto de grafos aleatórios em rede, cada um com igual probabilidade de acontecer, nomeado espaço amostral³, de maneira que o grafo observado, com os dados dos que dispõe o pesquisador, seja central em dito espaço simulado. Central quer dizer que se aproxime do valor médio da quantidade de cada configuração sob análise. Em outras palavras, do conjunto de grafos são calculadas estatísticas da frequência das quantidades com que se apresenta cada configuração. Sobre esta distribuição de frequências, é avaliada a hipótese nula de igualdade entre a quantidade de determinada configuração, na rede observada, e o valor médio da quantidade desta mesma configuração no espaço amostral de grafos simulados de modo aleatório. Se a quantidade observada está muito acima (ou muito abaixo), com um 95% de probabilidade por exemplo, do valor médio da distribuição aleatória, poder-se-ia afirmar que a configuração é estatisticamente relevante para a formação, ou não, da rede observada.

A expressão matemática dos modelos ERGM é:

$$\Pr(X = x|\theta) \equiv P_{\theta}(x) = \frac{1}{k(\theta)} \exp\{\theta_1 z_1(x) + \theta_2 z_2(x) + \dots + \theta_p z_p(x)\}$$

Onde,

X é o espaço amostral de grafos aleatórios,

x a rede observada,

$\theta_1, \theta_2, \dots, \theta_p$ os coeficientes de ponderação,

$z_1(x), z_2(x), \dots, z_p(x)$ as estatísticas de cada configuração avaliada,

$P_{\theta}(x)$ a função de massa de probabilidade

³ Para uma rede de laços direcionados, o tamanho máximo deste espaço estaria dado pela fórmula $2^{n(n-1)}$, na qual n é o número de nodos.

$k(\theta) = \sum_{y \in x} \exp\{\theta_1 z_1(y) + \theta_2 z_2(y) + \dots + \theta_p z_p(y)\}$ termo de normalização para assegurar que a soma da função de massa de probabilidade, $P_\theta(x)$, sobre todo o conjunto de grafos aleatórios seja 1.

Isso significa que a probabilidade da rede observada, do conjunto de laços observados acontecer é uma função exponencial da estatística ponderada de cada configuração incluída na análise. As ponderações estão dadas pelos coeficientes que acompanham as configurações e que indicam, para cada uma, qual é a probabilidade de a rede estudada se produzir, dada a estatística obtida das simulações aleatórias com a configuração respectiva. A significância do coeficiente vai indicar a negativa da hipótese nula de comparação entre o valor observado e o valor médio da distribuição aleatória, em relação à quantidade da configuração, e, portanto, que existe uma diferença reconhecida de modo estatístico entre a rede estudada e o acaso. O símbolo positivo do coeficiente denota que a configuração correspondente se acha presente na rede observada numa quantidade significativamente maior do que o esperado pelo acaso, e que constitui então uma das tendências ou padrões possíveis de interação que explicam a formação da rede. Caso o símbolo do coeficiente seja negativo, a configuração relacionada se registra em um número significativamente menor do que o esperado pelo acaso e não representa uma tendência na interação dos atores que sustenta a rede.

A fórmula matemática dos ERGM é similar a dos modelos estatísticos logísticos, porém nos primeiros não é empregado o princípio de independência das observações que fundamenta os segundos e, pelo contrário, coloca os processos do tipo Markov como base para modelar a dependência entre os laços observados. Desta maneira, um laço pode pautar a existência de outro se têm um nodo em comum. Se Martha e Clarissa são amigas de João, é possível que elas virem amigas também. É o caso da configuração de estrelas de duas pontas, ou senda de dois passos, já comentada, com o potencial para se converter num triângulo. Antes dos processos de Markov tinham sido usados modelos de distribuição de Bernoulli para representar a reciprocidade dos laços, ou seja, a ocorrência de um laço direcionado em função do mesmo laço em direção oposta, ao interior da díade; só que ali persistia o suposto da

independência entre díades e os modelos resultavam pouco úteis para dar conta dos processos observados em rede.

Adicional aos processos Markovianos, foi implementado com posterioridade o princípio de dependência condicionada dos modelos de regressão linear, na qual uma variável pode ter uma influência indireta sobre outra devido a que existe uma terceira em comum que atua sobre as duas primeiras. Aquilo foi empregado para modelar os nomeados circuitos sociais dentro das redes os quais consistem em dois laços sem nodos em comum, mas que se conectam por um terceiro laço entre um dos extremos de cada um dos primeiros; deste modo, aumenta a probabilidade de os outros dois extremos terminarem ligados. Cabem aqui como exemplo dois casais que se aproximam porque um dos parceiros se conhecem, o que faz com que seja maior a probabilidade dos outros dois parceiros se conhecerem também.

3.2. Análise de correspondência múltipla

Além dos modelos ERGM, da análise de redes sociais, outra técnica estatística, que acompanhou o desenvolvimento dos capítulos V e VI, foi a conhecida como análise de correspondência múltipla. Esta se empregou para descrever os dados dos atributos sociodemográficos dos líderes, de um lado, e dos atributos organizativos das iniciativas das quais eles têm formado parte, do outro lado. As variáveis, monádicas, nestes dois casos são de caráter qualitativo categórico. A análise de correspondência serviria então para achar padrões de associação de categorias que permitiriam, por sua vez, caracterizar e identificar quem são os líderes e o que são as iniciativas em concreto. Em tal sentido, os resultados da caracterização estatística foram colocados, antes dos respectivos modelos de redes, para ter clareza dos tipos de atores e atividades que estariam presentes na estrutura de interações de trabalho comunitário.

Os resultados da análise de correspondência múltipla são apresentados de modo geométrico mediante um esquema gráfico sobre um plano, conformado por dois eixos

perpendiculares entre si, que faz o papel de mapa; daí o seu valor analítico e expositivo⁴. Cada categoria de informação, contida na variável respectiva, é localizada no plano a partir duma dupla de coordenadas em relação aos eixos. No entanto, cada eixo representa por sua vez um plano ou reta diferente que contém quantidades de informação também diferentes, razão pela qual são nomeados de dimensões. Portanto, para interpretar o gráfico é necessário olhar primeiro a forma como se distribuem as categorias no eixo horizontal, geralmente intitulado de dimensão um, e logo, de maneira complementária, no eixo vertical, ou dimensão dois, para detectar padrões de discriminação (agrupamento) entre as categorias e, desta maneira, de caracterização do grupo de atores aos quais estão referidas as variáveis sob análise.

Cada categoria no mapa, da análise de correspondência múltipla, é representada como um ponto que constitui um perfil de interação, ou de frequências relativas cruzadas, com todas as outras categorias, baseado numa tabela ou matriz de contingências. Ou seja, um perfil está composto pelas participações de cada categoria nas outras. Para chegar no mapa mencionado, se parte de um espaço multidimensional no qual as participações mencionadas são coordenadas da categoria (ou ponto) em relação às outras categorias que se convertem nas dimensões de referência do espaço. Além disso, existe um perfil médio, integrado pelas participações médias das categorias nas outras, que ficará como centroide dos demais perfis no espaço multidimensional.

Na análise de correspondência o que se faz então é, basicamente, achar um plano ou reta que passe pelo centroide e que fique o mais próximo possível dos pontos que representam cada perfil, para reduzir o espaço multidimensional a uma geometria visível com a menor perda de informação possível. Neste novo plano, os pontos (perfil de categoria) são projetados e localizados com uma nova coordenada, igual que o centroide cuja coordenada é agora a do zero. A nova coordenada de cada perfil (categoria) mede, portanto, a distância em relação ao centroide ou origem do novo plano. Dado que o centroide representa o perfil médio antes indicado, a distância deste simboliza o grau de diferença dos perfis ou quadros de participações

⁴ Para uma explicação matemática da construção geométrica da análise de correspondência múltipla consultar Greenacre (2008).

observadas com a sua média esperada; isto é, a distância estatística ji-quadrado que denota o quanto o perfil de cada categoria é influenciado pelas outras categorias ao ponto de desviá-los da sua média.

Desta maneira, o plano ou reta que simplifica o espaço multidimensional é o eixo ou dimensão um que conforma o mapa da análise. Ele representa a localização dos perfis de cada categoria e as distâncias ji-quadrado com o centroide ou perfil médio. O quanto este eixo consegue representar depende da sua inércia a qual está conformada pelas distâncias ji-quadrado de cada perfil, ponderada pela massa ou peso total de cada um no conjunto de dados. Devido ao que a representação alcançada com o eixo implica um sacrifício de informação, se faz necessário calcular um segundo eixo complementar pelo mesmo método do primeiro, e que pode-se dispor de modo perpendicular a este último, com o qual se completa o mapa com uma geometria visível e se reduz a perda de informações.

4. O AGLOMERADO DA SERRA, A SUA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, E A SEGURANÇA PÚBLICA ANTES DO VILA VIVA: UMA BREVE HISTÓRIA A MODO DE LINHA DE BASE

Os líderes tradicionais, e ainda ativos, do Aglomerado da Serra datam o início aproximado das suas atividades comunitárias na década dos anos 80 (século XX), atrelados à figura das Associações de Moradores ou Comunitárias de cada uma das vilas que integram a favela. Era a época de enfraquecimento da ditadura no Brasil e de transição para a democracia. Um pouco antes, nos anos 70, durante a plenitude do regime militar, a cidade de Belo Horizonte recebe um fluxo migratório motivado pela abertura de distritos industriais dos lados norte e oeste, e cidades vizinhas, ao mesmo tempo que a oferta habitacional para camadas de baixa renda é desconsiderada e são efetuadas ações de remoções dos assentamentos existentes para dar passo a projetos viários. Na época foram removidas ao redor de 35 mil pessoas e demolidos pouco mais de 27 mil cômodos (PINTO; VERÍSSIMO, 2014, 7). As iniciativas oficiais de expansão da cidade encareciam os terrenos também, reduzindo assim as opções de espaço para os segmentos populares.

Houve então um adensamento de assentamentos existentes e antigos, que tinham sido conformados no seu início por pessoas vindas do interior do estado de Minas Gerais, como foi o caso do Aglomerado da Serra. Foram sinais do processo de adensamento a existência de conexões clandestinas para trazer energia elétrica e água, a construção de alguns becos e o levantamento de moradias em alvenaria (DAM ENGENHARIA, 2000b), a diferença do uso de adobo e de barracos feitos em zinco, tábuas e papelão; obras que em geral demandavam algum grau de cooperação entre vizinhos e ao apelo, talvez a uma das figuras típicas de intervenção coletiva até hoje no Aglomerado, que é a do mutirão. Igualmente, já se identificava naquela área assentamentos constituídos em 4 vilas vizinhas (Nossa Senhora da Conceição – Conceição–, Nossa Senhora da Aparecida –Aparecida–, Marçola, e Fazendinha) próximas da principal centralidade de serviços da cidade, sobre terrenos de alta declividade de propriedade pública ou cujo dono estava ausente (DAM ENGENHARIA, *Ibid.*).

Emergiram também duas vilas adicionais (Santana do Cafezal –Cafezal–, e Nossa Senhora de Fátima –Fátima–) (DAM ENGENHARIA, Ibid.). No período de anos de 1966 até 1983 o Aglomerado passou de um registro de 9.560 a 22.550 habitantes (aprox.), para um crescimento populacional do 136% (DAM ENGENHARIA, Ibid., 17, 20). O movimento intraurbano de adensamento no Aglomerado revelava a operação de redes de contatos entre conhecidos, amigos e parentes que facilitariam o estabelecimento no lugar. De fato, se comenta que a ocupação que deu origem à vila Cafezal foi planejada por este tipo de contatos de modo que “havia um morador responsável pela escolha das pessoas que iriam ocupar a área, por dar nome às ruas e entregar os lotes a aqueles que ali iriam se estabelecer” (DAM ENGENHARIA, Ibid, 52).

Um dos líderes tradicionais da vila Aparecida, o sr. ‘DD’⁵, comenta que nasceu no estado de Espírito Santo, e que foi criado depois na região de Valadares (estado de Minas Gerais), sem os pais. Trabalhou em diversos ofícios, até em tourada no interior. Aos 29 anos de idade (em 1973) chegou no Aglomerado, acompanhado de mulher, com idade similar, e dois filhos, uma de 2 meses e o outro de dois anos respectivamente. Se envolveu nos assuntos comunitários pela primeira vez em 1982, em particular na área de infraestrutura, na qual estavam as necessidades mais sentidas da vila. Ele trabalhava na construção civil de dia e às noites ia às reuniões para criar a Associação, na época de transição para a democracia, e para se organizar contra os despejos que aconteciam durante a ditadura e que faziam parte de um controle assíduo sobre este tipo de assentamentos nas proximidades do centro da cidade. Outro líder da vila Cafezal, ‘JJ1’ quem na atualidade tem 42 anos de idade, menciona que o seu pai participou de uma ocupação mais próxima do centro, dentro do que hoje também faz parte da Regional Administrativa Centro-Sul da cidade⁶, de onde foram removidos e deslocados para o Aglomerado pela própria prefeitura.

Outra das pessoas envolvidas com o trabalho comunitário, a dona ‘II1’, e que há pouco mudou para fora da cidade, fala que chegou do município de Diamantina para morar

⁵ Os nomes originais dos entrevistados foram omitidos para preservar a sua intimidade e segurança.

⁶ Belo Horizonte foi dividida em nove regionais administrativas, a partir dos anos 70 e 80 (século XX), com a ideia de facilitar o gerenciamento público da cidade, na visão de descentralização e coordenação de programas e atividades adequados às particularidades territoriais de seus moradores.

em 1978 no bairro Serra, ao lado do Aglomerado para acompanhar a seu esposo que trabalhava ali na construção civil. Ela sempre foi professora e aproveitou para trabalhar por meio período em uma creche em 1983 em educação infantil na Vila Fátima, que funcionou até a intervenção do programa Vila Viva. No outro meio período ela começou a trabalhar numa creche da vila Cafezal, hoje conhecida como Conselho de Pais Criança Feliz. Ela viu a oportunidade de trabalhar na área dado que as crianças ficavam sozinhas em casa, enquanto os pais saíam para procurar o sustento. Depois, no mesmo ano de 1983 ela decide se mudar para o Aglomerado. Na época havia poucas creches. Além da educação infantil, e do berçário, abriram atividades, nomeadas de oficinas, para ocupar o tempo ocioso dos meninos. A creche mencionada da vila Fátima também é citada por uma das líderes entrevistadas, a 'HH1' de 51 anos de idade, que comenta que era administrada pelas próprias moradoras que conseguiram os materiais e equipamentos, além de um local para acondicionar e uma casa para deixar os filhos sob cuidado das vizinhas.

Uma das líderes antigas do Cafezal, a dona 'OO1', fala que foi da primeira Associação da vila, com 12 titulares. Ela chegou com os pais e irmãos em Belo Horizonte na década dos anos 40. Ao final dos 50 se casou e depois foi para o Aglomerado para morar com a sogra, onde reside até hoje. A família migrou para a cidade a procura de melhorar a sua condição socioeconômica. Antes de vir para o Aglomerado, ela morou nos bairros Anchieta e Santa Efigênia. Relata que antes o que hoje é Aglomerado era só mato, não tinha nada, só pés de café e outras plantas. Comenta que desde a criação da Associação, eles construíram a creche do Conselho de Pais, a creche Quita Tolentino, o posto de saúde, e as vias de acesso a elas, antes mesmo da urbanização por parte da prefeitura, muito tempo depois.

Outro líder tradicional, o sr. 'BB', chegou em 1970 e relata que os moradores se juntaram para "ter", dado que na época no Aglomerado não havia nada. Agrega que "o jovem ia correndo atrás e o velho ficava por trás apoiando a comunidade". Buscava e trazia o gás nas costas, desde a praça ABC ou da avenida Afonso Pena. Fazia lista de mercado para trazer logo as mercadorias para os mais velhos, ou carregava água a noite inteira.

A 'HH1' nasceu no Aglomerado e lembra dos trabalhos de urbanização na sua infância por conta da própria comunidade. Por exemplo, mobilizar e acionar a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); construir becos; puxar fios de luz que vinham do bairro Serra, até conseguir a instalação dos postes de iluminação; pressionar para que as ruas fossem pavimentadas. Ele ressalta que a força da necessidade motivava a articulação das pessoas por grupos setorizados, ou Vilas; e que depois decidiram implantar o esquema de lideranças comunitárias oficiais para trabalhar junto à prefeitura.

O 'II', um dos líderes não tão antigos, nasceu no Aglomerado em 1965. É o segundo de 4 irmãos homens e 3 mulheres mais jovens. Naquela época, os pais chegaram na vila Fátima (primeiro setor) logo após comprar o terreno a um cunhado da mãe, dado que o assentamento estava no início e era bem localizado. Ela vinha de Santa Bárbara e o esposo do Vale do Aço. Comenta que antigamente tinha favelas vizinhas ('Kerosene', 'Pendura Saia') nas proximidades do parque das Mangabeiras, e que logo foram removidas na época da ditadura para ampliação da avenida Afonso Pena. Parte dessas famílias moradoras foram parar nas vilas existentes no Aglomerado.

Com o desgaste do regime militar no país e o mal-estar econômico no final dos 70's, ressurgiu o movimento da formação de favelas e a luta pela moradia popular com resultados em termos de mudança na atenção do poder público na cidade. Em 1983 é criada, pela prefeitura, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), que inclui dentro das suas atividades o loteamento de terrenos municipais para os mais pobres, e é promulgada a lei que dava vida ao Programa Municipal de Regularização de Favelas (Profavela), sob coordenação da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), e que contemplava a delimitação dos assentamentos de origem irregular num zoneamento particular para a sua regularização jurídica e urbanística. Na segunda metade dos 80's, durante transição para a democracia, foi concretizada a criação de novas moradias com a implantação de vários conjuntos habitacionais (PINTO; VERÍSSIMO, 2014). No entanto, a implementação do Profavela foi mínima dada a falta de experiência institucional na matéria (CONTI, 2004).

Por parte da iniciativa estadual se registra também, em 1982, o surgimento do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom), com projetos piloto de planejamento participativo em diferentes favelas da cidade e apoio financeiro da agência de cooperação técnica do governo alemão –GTZ–. No Aglomerado o piloto foi na vila Santana do Cafezal, com cerca de 800 famílias. O programa tinha como base a participação dos moradores representados por Associação Comunitária, que fazia o papel de agente promotor. A ideia do programa era atender comunidades onde já existisse algum tipo de organização. Na Associação se selecionavam as famílias beneficiárias, com critérios próprios, se identificavam os processos a serem financiados, vistoriavam as obras e postulavam a liberação de parcelas (DAM ENGENHARIA, 2000b). Os recursos foram orientados à consecução de obras priorizadas pela população e trabalhadas com participação de mão de obra local, às vezes mediante mutirões. Houve delimitação e legalização de terrenos, construção de moradias, abertura de ruas, “drenagem, abastecimento de água, luz elétrica e iluminação pública, coleta de lixo e varrição, rondas policiais e escola de primeiro grau” (DAM ENGENHARIA, *Ibid.*).

Nesse momento, a Associação Comunitária do Cafezal se instalou no prédio da Igreja católica, e ali foi autorizado também para funcionar um posto de saúde, uma creche, um curso de corte e costura e alfabetização (DAM ENGENHARIA, *Ibid.*). A Associação tinha, a partir desse momento, uma existência formal para implementação do Prodecom.

Dona 'FF', líder tradicional da vila Cafezal explica que no Aglomerado tem funcionado o esquema de uma Associação Comunitária por vila com intuito de chamar a atenção do poder público estadual para trazer as melhorias urbanísticas que a população precisa. Serviços básicos e vias, por exemplo. A Associação deve ser registrada e abrir um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Segundo a dona 'II1', o tramite do registro tem dependido muito do financiamento com parceiros de cada Associação, dado que estas não têm recursos próprios. No caso do Cafezal, contaram com apoio jurídico e assessoria de advogado e do padre Mário da época. Dona 'FF' coloca que, dado que eram católicos, nessas questões sociais eles acharam mais próxima a ajuda do representante do mesmo credo. Que se, no caso, fossem

evangélicos, eles teriam buscado pelo pastor da respectiva igreja. A Associação devia então ter livro de ata e estatutos registrados no cartório e no mínimo 12 titulares, com uma composição básica de presidente e vice-presidente e seus suplentes correspondentes. Eram convocadas eleições para escolher o presidente e sua equipe de 11 membros, mediante edital prévio para anunciar a inscrição de chapas e a data das votações. Em dado momento tiveram até 19 chapas concorrentes. Ela fala que o recurso inicial que ia para a Associação foi para dois projetos considerados principais (um deles a escola).

Habitantes da vila Fátima foram beneficiados, por intermédio do Prodecom, com obras de drenagem e abertura de rua; enquanto que o acesso parcial às redes de água e luz, e a abertura de ruas adicionais foram custeados com recursos públicos (DAM ENGENHARIA, Ibid).

'Il' lembra da mobilização pela água, com a Associação fundada com o pai (que atuou como vice-presidente nesse então), e junto com a população para fazer passeata e pressionar pela atenção do poder público estadual. Chegaram até a câmara dos vereadores, com um grupo de 65 pessoas, e o prefeito da época (1986-1989) visitou a vila dois dias depois e construíram uma caixa de água entre o Aglomerado e o parque das Mangabeiras. A Associação, com o programa Prodecom, conseguiu abrir ruas, conexões elétricas, construir muros de contenção e escadas nos becos; tinha engenheiros e a mão de obra vinha dos moradores. Segundo o entrevistado, a energia elétrica chegou em 1986 e a água em 1989.

O programa Prodecom foi acionado também na vila Conceição, com o asfaltamento da principal via de acesso na época, rede de água e moradias. Recursos estaduais e da mesma agência alemã GTZ facilitaram a organização da Associação da vila Marçola para a consecução de melhorias em matéria de redes de água, luz, e abertura de ruas. Por outra parte, a vila Aparecida ficou enquadrada na recepção de financiamento público para a chegada das redes do mesmo tipo, durante aqueles anos, ainda que a sua cobertura fora parcial (DAM ENGENHARIA, Ibid.).

'II' comenta que as cabeças da Associação integravam o órgão executivo da mesma, conhecido como a diretoria. Um dos líderes da época vinculado à principal rádio comunitária do Aglomerado, a Rádio Favela, tentou se eleger presidente, mas não conseguiu. As eleições eram a cada dois anos. Os presidentes das associações tinham comunicação permanente como o prefeito da época (1986-1989), e contatos com vereadores.

Resultados parciais e muito delimitados, em termos geográficos, levaram a críticas sobre o Prodecom nas quais se argumentou que o programa era um instrumento do governo para subordinar líderes, na medida que com este se evitava enfrentar problemáticas mais estruturais e de direito à propriedade (CONTI, 2004). Menciona-se que houve casos na cidade de líderes participantes do programa que passaram a ocupar cargos em agências da prefeitura, ou que se envolveram em campanhas políticas em favor do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Para 'JJ1' as eleições das Associações eram muito disputadas, e podiam terminar em briga, porque estas organizações eram remuneradas pelo poder público estadual que bancava os participantes e parte do funcionamento da instituição. Depois, suspenderam o financiamento porque o recurso era direcionado por filiações partidárias para garantir eleições. Então passou a voluntário a filiação às Associações. 'II' menciona que, em tempo de eleições, as Associações faziam trabalho de promover votos para determinados candidatos com a esperança de receber benefícios de volta em até 3 dias antes da eleição, ou depois mediante uma insistência permanente sobre o ganhador.

Já o sr. 'DD' comenta que foi vice-presidente e presidente da Associação da sua vila de residência, em eleições que eram muito disputadas. Sempre com contribuição do próprio bolso até hoje, apesar de considerar aportes dos moradores nos estatutos. Ele menciona, um tempo de desorganização por culpa da prefeitura na hora de apoiar as Associações.

Em termos de relações com políticos, Dona 'FF' fala que eles e o Aglomerado todo apoiaram a candidatura para vereador do Antônio Pinheiro que, antes, como

advogado, foi a pessoa que os ajudou no início da vila. Depois de se aposentar foi que ele lançou a sua candidatura. (Foi vereador entre 1989 e 2008, segundo site da câmara municipal da cidade). Mas Dona 'FF' esclarece que os apoios têm sido a título individual, de modo que cada um ficou em liberdade de escolher sem comprometer o nome da Associação como entidade. Dona 'FF' coloca outro caso do pastor responsável da Igreja Universal no Aglomerado no 1985 e depois foi vereador, até chegar na Câmara Federal. Na época de campanha para deputado ele prometeu-lhes a construção de sede para Associação e deixou pronto o desenho e a maquete. Mas ficou em só nisso. Ele sumiu durante os 4 anos do período como deputado e voltou a aparecer agora (2015) pelos lados da congregação da Igreja, embaixo no centro, na mesma sede que frequenta há 35 anos uma das irmãs de Dona 'FF'.

Os anos 90 iniciam com a formação de mais uma vila no Aglomerado, a Novo São Lucas, com a sua respectiva Associação Comunitária. Além disso, tem lugar a fundação da Associação da vila Fátima para o conjunto das duas seções que a integram, e apesar da que ainda existia na primeira seção à altura da rua Flor de Maio. A da vila Conceição é fundada de novo também. Por sua parte, faz a sua aparição oficial a Associação da vila Aparecida.

Dona 'II1' foi vice-presidente da Associação da primeira seção da vila Fátima durante 12 anos. Ela não pensava ficar lá tanto tempo, porém dadas as necessidades da população, acabou ficando mais do que o esperado. Enquanto estava lá, administrou uma padaria-escola para os meninos. A partir do ano 1996, foi trabalhar no Cafezal. Para a dona "II1", as Associações são entidades necessárias para as comunidades contarem com um corpo de voluntários que as representem e mobilizem as suas demandas.

Para o ano de 1993, calcula-se que quase um quarto (23%) da população em Belo Horizonte morava em vilas e favelas. Em resposta, foi organizado o Sistema Municipal de Habitação (SMH), integrado pelo Fundo Municipal de Habitação (FMH), o Conselho Municipal de Habitação (CMH) e a Urbel. Do Conselho tem feito parte representantes dos poderes executivo e legislativo, igual que movimentos de luta pela moradia, sindicatos, universidades e setor empresarial (PINTO; VERÍSSIMO, 2014). As

proposições das intervenções têm ficado por conta da Urbel e submetidas ao Conselho onde se define sua aprovação para financiamento pelo Fundo. A produção de novas moradias, para atingir o déficit habitacional quantitativo, e a urbanização e regularização de vilas e favelas, no déficit de ordem qualitativo, têm sido estabelecidas para nortear as atuações da Urbel (PINTO; VERÍSSIMO, Ibid.). Além dos assentamentos de origem irregular, têm sido incluídos os das camadas de renda baixa na cobertura de trabalho desta entidade.

No Sistema todo se pretendeu um desenho participativo, com a população, da política municipal de habitação (PEREIRA; BRASIL; CARNEIRO, 2014). O Conselho foi acompanhado de Conferências Municipais que tem atuado como plenárias nas quais se discutem e avaliam os resultados da política de habitação popular, e se definem diretrizes de ação e se elegem os novos membros do Conselho por períodos de dois anos. Juntos, Conselho e Conferência, tem uma função deliberativa e consultiva, respectivamente, das duas linhas de atuação quantitativa e qualitativa em matéria de déficit habitacional. Cada linha contaria com instâncias participativas locais da população.

Nesse clima de abertura às demandas da população e de disposição para o trabalho com ela mesma, foi criado pela prefeitura o programa de Orçamento Participativo (OP), no ano de 1993, no qual as pessoas poderiam decidir sobre o destino de uma proporção do dinheiro público que integra a partida de investimento da cidade. Para permitir uma distribuição mais equitativa dos recursos, foram acionadas as Regionais Administrativas nas quais seriam identificadas e executadas as obras, escolhidas por votação entre delegados representantes dos moradores. O programa funcionaria em rondas sucessivas de reuniões, para a priorização das obras e a seleção dos delegados. Durante os anos 90, foram aprovadas 40 obras para as vilas do Aglomerado. Um pouco mais da metade consistentes na urbanização parcial ou total de vias, duas escolas municipais, um centro de saúde, e um centro cultural. O resto, obras localizadas de drenagem, canalização, contenção, pavimentação, e extensão de rede de esgoto.

Um dos líderes entrevistados, o 'PP', comenta que o centro cultural da vila Marçola (CCVM) iniciou seu funcionamento no ano de 1997, no lugar onde era um campinho usado para jogar futebol, e foi construído com recursos do Orçamento Participativo. Os moradores amantes da prática esportiva no antigo campinho ficaram sem graça nesse momento e também porque o outro espaço disponível para o futebol, do lado da caixa da água, permanecia deteriorado.

Boschi (1999) comenta que mediante o Orçamento Participativo, se permitiu abrir um novo espaço institucional de mediação mais democrático entre a população e o poder público, em detrimento de arranjos clientelistas entre os líderes de associações comunitárias e políticos específicos. No entanto, Melo (2008) coloca que tem existido uma lógica instrumental de atuação entre a população, de modo que as pessoas têm concentrado seus esforços de participação só em aqueles momentos do processo que derivem um benefício particular direto e têm deixado algumas instâncias em mãos dos líderes mais tradicionais das Associações, o qual tem sido em parte estimulado pelo esquema de operação do próprio programa. Essa irregularidade no processo de participação ainda deixa espaço para os representantes de Associações concentrarem e pautarem determinadas decisões, como a identificação das obras propostas, e para eles mesmos se justificarem com o argumento do desinteresse dos moradores em se envolver na atenção de problemas coletivos.

'YY', líder menos antigo, chegou no Aglomerado a partir dos 3 anos de idade (no ano de 1970). Cresceu com os amigos entre o futebol e o estudo, com esforço dado que na época não tinha tantas facilidades para aquilo. Porém, chegou um momento de questionamento político, dado que os políticos apareciam só na época de eleições. Pensaram em uma cobrança maior do poder público. Era a ideia de transformar a comunidade num lugar melhor para morar, com escolas ou ruas de qualidade, por exemplo.

Com 'PP1' comentam que formaram um grupo de trabalho com moradores interessados na discussão e atenção às problemáticas coletivas do Aglomerado. O grupo foi intitulado Sociedade Assistencial, Beneficente, Educacional, Cultural e Esportiva da Serra (SABECES). Todos seus integrantes militavam no Partido Popular

Socialista (PPS), mas sem perder o foco na comunidade. Eram 10 os da linha de frente para ir na prefeitura, em reuniões com o poder público por exemplo, porém somavam mais pessoas segundo a atividade, tal como a sua iniciativa dos Jogos Esportivos entre as Vilas da Serra (JEVIS). Eles queriam identificar o conjunto principal de dificuldades da população e criar departamentos de trabalho por temáticas, com responsáveis específicos.

Explicam que quando começou a entrar a política no Aglomerado, pensaram em ter um candidato próprio, que fosse da comunidade e que trabalhasse pela comunidade. Então apoiaram o Carlos Lacerda, quem tinha já uma empresa e falou que disponha de uma verba para pagar a eles e a outras pessoas próximas, contatadas por 'YY' e 'PP1', para trabalhar na campanha. 'YY' então colocou, e todos concordaram, em que esse dinheiro fosse usado na compra de material, e logo fariam um mutirão e construiriam becos, enquanto eles ficavam como voluntários. Na época o 'PP1' apoiou, mas não concordou porque achou que essa era uma estratégia boa no sentido cidadão; no entanto, do ponto de vista da campanha, as pessoas que não fossem atingidas ficariam chateadas e optariam por não votar e falar mal deles; o que ao final aconteceu. Teria sido melhor se eles fizessem uma campanha convencional, ganhassem, e a eleição do Carlos, garantia a verba para fazer todos os becos que a população demandava. Essa era uma preocupação muito sentida porque a maioria eram córregos escorregadiços e perigosos, principalmente quando chovia, para os idosos e crianças transitarem. A justificativa de 'YY' sobre a proposta que ele mobilizou foi que, apesar de não ganhar, pelo menos trariam melhoras para a comunidade.

'YY' e 'PP1' manifestam que, na época, qualquer pessoa moradora podia figurar como delegado para participar no programa de Orçamento Participativo, sob o nome de qualquer entidade ou Associação e não precisava de comprovar nada. Na visão original do programa, pretendia-se descentralizar as decisões sobre matérias locais. No entanto, a implementação (o como) da descentralização, traz suas próprias complicações. Para a prefeitura era custoso identificar com clareza os delegados e assumiu-se que quem estava participando era porque tinha interesse e fazia parte da comunidade. Na hora de notar isso, 'YY' e 'PP1' se somaram de modo que

conseguiram levar mais pessoal que os de outras favelas. Desta maneira, eles acabaram por negociar com moradores de outros assentamentos o apoio de obras nesses locais ou a aprovação de obras de benefício para a cidade toda.

Na prática, eles coordenavam desde a Sabeces para colocar o 'YY' como o seu delegado representante no Orçamento Participativo, enquanto era aproveitado o vínculo de outros membros da diretoria da Sociedade com outras entidades conhecidas do Aglomerado. Um deles era intitulado representante do Capivari Sport Clube, por exemplo, outro do time da Associação comunitária (dado que o 'PP1' fez parte muito tempo daquele), e mais um pelo Bola de Ouro (por ser atleta de lá). Deste modo, eles conseguiam 15 delegados. Além disso, a cada 10 moradores assistentes nas reuniões tinham direito a mais um delegado. Então, eles levavam um ônibus da vila Fátima, por exemplo, com 30 pessoas, o que lhes garantia mais 3 delegados. Um dos motivos do afastamento do 'PP1' do programa foi a ambição política existente entre os participantes de trazer obras muito locais que criava um conflito, e até agressões físicas, entre pessoal e líderes do mesmo Aglomerado. A ideia cidadã, segundo ele comenta, de apoiar obras em outras favelas ou setores da cidade não era, até então, atrativa o suficiente.

Para Dona 'FF', liderança tradicional, o Orçamento Participativo tem sido uma ajuda para Belo Horizonte e região metropolitana. Ela resume com a ideia que na área central cada bairro tem um presidente de Associação, de igual modo que as vilas do Aglomerado.

Numa posição mais crítica, outro dos líderes tradicionais, o sr. 'DD', expressa que o programa de Orçamento Participativo foi criado numa época na qual as Associações eram bem atuantes. Porém, estas entidades deixaram de ser as mediadoras na recepção das demandas populares, em vista que, a partir do novo formato, iam a ser escutadas, discutidas e votadas no mesmo programa. As Associações passaram a integrar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo (Comforça), e os presidentes viraram delegados. Segundo o sr. 'DD', as associações ficaram no cartório só, e já não foram mais operantes. Começaram a perder

credibilidade entre a população. Então, o governo aliviou essa fonte de pressão, enquanto que o programa cada vez tinha menos recursos.

'YY' e 'PP1' fazem questão na hora de comentar que apesar da inclusão e aprovação, no Orçamento Participativo, de parte das propostas pensadas com motivo dos Jogos Esportivos (JEVIS), o tempo passou sem as obras acontecerem e então os próprios moradores e jogadores resolveram fazer por sua conta mediante mutirões.

Por sua parte, e em paralelo durante a primeira metade dos anos 90, na Urbel, com apoio da ONG italiana de credo católico AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional), se iniciou a ideia de intervenção estrutural para as vilas e favelas da cidade. Depois de testar este conceito em determinadas vilas da cidade, Vila Senhor dos Passos, Vila Ventosa e Vila Apolônia, sob o princípio de um diagnóstico detalhado das áreas a atingir, foi introduzida a figura dos Planos Globais Específicos (PGE) como condicionante da ação pública. Cada Plano faria o papel de raio X da realidade de cada favela e das demandas dos seus moradores a ser priorizadas; de tal maneira que se contasse com um instrumento de referência no tempo para o planejamento e atuação por etapas segundo a disponibilidade do fluxo de recursos financeiros. Para o ano de 1997, se determinou que os Planos estariam sujeitos ao esquema de votações do programa de Orçamento Participativo (OP), para financiar a sua elaboração, e o listado de obras propostas nos mesmos Planos concursariam também pelos recursos respectivos no OP (CONTI, 2004).

Conti (Ibid.) anota, porém, que o PGE carecia de flexibilidade para se adaptar a um contexto sempre variável tal qual é o da favela, de modo que este ficaria preso a um diagnóstico que perderia validade com facilidade e, portanto, seria visto com relativa rapidez como uma leitura alheia e imposta no momento de fazer as intervenções acontecerem; aquilo acabaria reforçado aliás pelo atraso no início das obras como de fato foi o caso do Aglomerado da Serra onde tardaram ao redor de 5 anos para começar. O Plano Global ali foi feito entre os anos 1999 e 2000 e a intervenção iniciou no 2005.

Na elaboração de cada Plano participariam representantes comunitários de sua respectiva favela que foram convidados a intervir e os quais, juntos, integrariam um Grupo de Referência (GR). No Aglomerado da Serra, foram as lideranças mais tradicionais, com trajetória como cabeças das Associações de bairro, que integraram, na sua maior parte, o GR respectivo. A figura do GR se constituiria na instância participativa local da linha de atuação qualitativa na atenção do déficit habitacional da cidade, dentro do Sistema Municipal (SMH) já mencionado anteriormente. No ano 2005, as intervenções estruturais seriam rebatizadas e relançadas com o nome de Vila Viva; dada a afluência de recursos provenientes do nível federal de governo, mediante o Programa nacional de Aceleração do Crescimento (PAC), que permitiria a execução de um conjunto de obras de grande porte de maneira simultânea, por favelas da cidade. Os Grupos de Referência (GR) estariam presentes na implementação dos Vila Viva, e dos programas de regularização fundiária e de reassentamento em função de obras públicas (PEREIRA; BRASIL; CARNEIRO, 2014; AFONSO; MAGALHÃES, 2014).

Em termos de diagnóstico, e do ponto de vista socioeconômico, no Plano Global Específico (DAM ENGENHARIA, 2000a, 43-56) do Aglomerado da Serra se registrava um crescimento do número de domicílios de 37,2%, durante os anos 90, superior às regionais da cidade, enquanto a densidade domiciliar, 89,2 domicílios/há, era a maior da cidade e da regional Centro-Sul. A média máxima de tempo de ocupação em 6⁷ das 7 vilas que compunham o Aglomerado no ano de 1999 foi de 17 anos (aprox.) e a mínima de 5 anos. Por sua parte, a idade média dos moradores era de 28 anos e da população adulta em torno de 40 anos. O tamanho médio das famílias entre as 6 vilas foi de 4 pessoas; e os núcleos familiares estavam constituídos por pais e filhos, principalmente, ainda que a presença dos avôs era ao redor do 15%.

Por outro lado, a atividade comercial era reduzida, conformada por bares, mercearias e sacolões, o qual resultava compensado pela proximidade com o centro da cidade e de lojas com produtos básicos na divisa com os bairros vizinhos; tal localização era

⁷ Fátima, Marçola, Cafezal, Conceição, Aparecida e Novo São Lucas. A Fazendinha foi deixada por fora do diagnóstico consignado no Plano Global devido a sua pertença à Regional Administrativa Leste e, além disso, a que no mesmo texto do Plano se considerou que a história desta vila foi a dum bairro que se tornou favela. No entanto, ela tem conformado com as demais vilas um conjunto todo de tipo morfológico, socioeconômico e funcional que persiste ainda até hoje.

considerada um fator decisivo na permanência residencial no Aglomerado. Havia uma expectativa pela continuidade na moradia e pelas melhorias urbanísticas por parte do poder público, o qual pode ter subestimado entre os moradores a necessidade pela regularização fundiária. Aproximadamente um terço se declarava assalariado registrado, um quarto autônomo ou dona(o) de casa, e em torno de um sexto desempregado à procura de trabalho (DAM ENGENHARIA, *Ibid.*, 53-57, 65).

Na época, no Plano Global (DAM ENGENHARIA, 2000b) foi retratado que existia uma atenção do poder público estadual mediante programas e projetos desenhados para a cidade, e com presença no Aglomerado via equipamentos já existentes e o cadastro de populações específicas. Os âmbitos de atenção eram assistência social, educação, saúde, negócios, esportes e artístico; vários deles a partir de transferências monetárias ou em espécie. No primeiro, o assistencial, existia a comercialização de alimentos e víveres a preços baixos, oferta de alimentos nas creches, atendimento e inserção de meninos moradores de rua, atenção e capacitação de portadores de deficiências, auxílios para famílias em situações críticas de tipo socioeconômico. No campo educativo, gerenciamento nutricional das escolas e auxílio no gasto escolar de algumas famílias de renda baixa e com crianças.

Em termos de saúde, famílias das vilas Marçola e Fátima tinham sido cadastradas para seu acompanhamento por parte do programa de agentes comunitários de saúde (PACS), com a ideia de contar com um quadro de informações mais adequado na hora que estes moradores precisassem de diagnóstico e tratamento médico. Em relação aos negócios, funcionavam cursos de qualificação de comerciantes de atenção ao consumidor. Em relação ao âmbito esportivo, o treino de crianças e adolescentes, a revitalização do campo de futebol 'Bola de Ouro', e o apoio à copa Serra de futebol amador. E, no âmbito artístico, apoio financeiro e logístico de rádios comunitárias, divulgação da consciência negra, e promoção de apresentações num circuito cultural de grupos de pagode, samba, rock, hip-hop, rap, poesia e teatro.

Em relação aos equipamentos comunitários (DAM ENGENHARIA, *Ibid.*, 48-69) havia, em média, uma escola, um posto de saúde, uma creche, uma igreja (católica ou evangélica), e uma associação comunitária por vila. Marçola, Fátima, e Novo São

Lucas careciam de posto de saúde. Esta última também não tinha escola, mas vale dizer que era a vila mais recente. Nas escolas e creches, a oferta educativa incluía também uma formação esportiva, artística e vocacional e, por outro lado, havia o interesse por envolver aos pais nas decisões sobre a orientação e funcionamento destes equipamentos, porém só em alguns casos se conseguia atenção deles. Além disso, todas as creches do Aglomerado careciam de vagas suficientes para atender a demanda e os moradores tinham dificuldade em bancar a manutenção das crianças nestes espaços. Algumas creches foram fundadas pelos moradores.

Dona 'II1' sinaliza que o Conselho de Pais Criança Feliz, na vila Cafezal, nasceu como uma creche, sem esse nome, no ano de 1979 e com cestas básicas para as famílias da vila, e dentro dos trabalhos da Associação. 'JJ1' coloca que funcionava no espaço da paroquia da igreja católica da mesma vila, em aliança com empresas que facilitavam a atenção de demandas específicas segundo o caso.

No 1988, 'JJ1' agrega que os moradores reunidos em Assembleia decidiram separar as atividades da Associação da Creche como uma frente de trabalho independente focado nas crianças da comunidade. Para dona 'II1' é aí que a creche é nomeada de Conselho de Pais, em quando a oferta das cestas parou. A decisão mencionada foi facilitada também pelo apoio da organização Fundo Cristão Save the Children (de credo evangélico) que permitiu a construção do espaço atual em terreno que foi cedido pela mesma Associação. Dona 'II1' então trabalhou para o Fundo na elaboração de prontuários (situação) das famílias que tinham seus filhos no Conselho. Era necessário conhecer o estado das famílias para implantar o sistema de apadrinhamento financeiro dos meninos, que se conduz desde o Fundo, por parte de cidadãos dos Estados Unidos. A fundação chegou pela Associação do Bairro logo de testemunhar as necessidades das crianças no Aglomerado.

'JJ1' comenta que a operação do sistema de apadrinhamento permitiu manter um monitoramento das famílias mediante visitas técnicas, ou convites delas para vir à creche. Isso ajudou na identificação de casos de abuso das crianças, de alcoolemia dos pais, ou de períodos prolongados de tempo solitário dos meninos. Então foi possível desde a creche encaminhar para outras entidades e acompanhar este tipo

de situações, e adaptar a sua oferta de serviços. Por exemplo, os aportes dos padrinhos estrangeiros, em dólares, foram usados para a abertura de oficinas (aulas) adicionais para os meninos sobre artesanato, sucata, sustentabilidade, médio ambiente, ou convivência, segundo manifesta dona 'II1'. Informação de interesse prático para os pais, como oportunidades de emprego, também se transmitia na creche.

Em relação às igrejas, algumas, ou organizações pertencentes a elas, faziam um trabalho assistencial e educativo com crianças, em parceria com as creches por exemplo, e com adultos. No caso da vila Fátima, o local da igreja católica foi construído por mutirão dos moradores e nesta a Associação oferecia aulas em atividades artísticas e ofícios para crianças e adultos, com preferência em dependentes de drogas e álcool. Outra Associação ativa na oferta de cursos em ofícios era a da vila Marçola, apesar de não contar com sede própria como acontecia com as outras Associações. Só a da vila Cafezal contava com sede, financiada pelo Fundo Cristão (evangélico), e era cedida para a operação de uma das creches da vizinhança. Parte das vilas contava com rádios comunitárias, a maioria ligada a igrejas evangélicas. Exceção notável era a Rádio Favela.

Em relação aos centros de saúde, o da vila Cafezal tinha uma abrangência que incluía as vilas Fátima e Novo São Lucas, porém mostrava falta de pessoal médico, despreparo no atendimento ao público e no relacionamento com a comunidade. Portanto, os moradores da vila Fátima preferiam ir ao Hospital da Baleia e os da vila Novo São Lucas no centro de saúde da vila Aparecida, melhor equipado ainda que com filas grandes para atendimento. Já na vila Conceição, o equipamento estava localizado no primeiro andar do prédio da igreja católica da vizinhança e carecia de espaço para funcionar (DAM ENGENHARIA, 2000a). Na época de elaboração do Plano Global, não se registravam Comissões Locais, instância de participação popular desenhada para acompanhar a implementação das políticas na matéria por intermédio do centro de saúde. O vínculo com os moradores era mais informal a partir de diálogos com líderes do Aglomerado, e a maior aproximação acontecia nas vilas Fátima e Marçola mediante os agentes comunitários do Centro de Saúde do setor. Por outro lado, os diagnósticos mais frequentes sobre os moradores do Aglomerado,

eram parasitoses intestinais, ira leve, e falta de supervisão de saúde das crianças (DAM ENGENHARIA, 2000b).

Uma frente adicional de trabalho do poder público estadual com a população foi a discussão de linhas internas de ônibus, que conectaram as vilas com os pontos finais de linhas da cidade os quais ficavam na vizinhança do Aglomerado. Para isso conformou-se uma comissão de transportes, com representantes de todas as vilas, que se reunia cada mês com funcionários da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte –BHTrans– e da Regional Centro-Sul.

Com base no Plano Global (DAM ENGENHARIA, *Ibid.*), cabe dizer que as demandas mais representativas dos moradores na aquela época eram, em geral, a extensão da rede de esgoto e saneamento básico e de água, contenção de encostas, construção de becos e pavimentação e abertura de ruas, centros sociais e sedes para as Associações, ampliação de oferta de escolas e centros de saúde, áreas de lazer e esporte. Estas últimas dada a escassez de espaços públicos (só dois campos disponíveis, o Najá e o Bola de Ouro) e o acesso limitado a atividades de ordem recreativo e cultural; ao mesmo tempo, pela preocupação sobre os jovens em particular e o potencial que teria o exercício deste tipo de atividades, em espaços adequados, para prevenir a violência da qual eram vítimas recorrentes.

De fato, no Plano Global (DAM ENGENHARIA, 2000a), moradores indicavam como problemas de violência mais comuns, a discriminação social, a agressão física, e a doméstica, que acontece ao interior das famílias. Todas apareciam após o tráfico e consumo de drogas, localizado em primeiro lugar, por seu efeito destrutivo da vida cotidiana na comunidade. Agregasse neste quadro o medo e desconfiança para com a polícia. As pessoas percebiam uma atitude abusiva por parte dos policiais, os quais deixariam se levar pelo preconceito em relação à condição social e a cor dos moradores. A desconfiança também incluía o sistema de justiça pelo desgastante dos processos e a sua pouca efetividade para punir os responsáveis pelas transgressões.

Segundo 'JJ1', a aproximação policial típica na época era a exercida pela polícia militar que ingressava no Aglomerado para patrulhar, de modo esporádico, e com a ideia que todo morador era suspeito de crime.

O lugar onde o 'II' mora era antes somente um beco e com fama de perigoso. Segundo ele, além dos moradores, malandro e bandido eram os únicos que entravam. Tinha feridos, porém não havia homicídios. No que hoje é a avenida do Cardozo tinha uma pracinha. 'II' trazia dinheiro em casa, no início, com a compra e venda de água que ele levava logo para cima, dada a vantagem de morar na vera de rua. Desta maneira, começa a conhecer muitas pessoas e as aulas de malandragem. No ano de 1983 abriram a rua, porém chegaram mais famílias para morar.

Aos 18 anos, 'II' tenta procurar trabalho e para isso precisou de documentação assinada pelo pai, porém este se negou por considerar que aquilo seria um pretexto só para dar mais uma liberdade que 'II' usaria para atuar na criminalidade. Nesse momento, os trabalhos que estavam disponíveis eram em ofícios simples, de baixa qualificação, pagos por horas e feitos por encomenda, tais como pintura ou lavagem de carros. Essas atividades eram vistas como próprias de pessoas pobres e que se envolviam com drogas no tempo livre. Essa era imagem que também tinha o pai do 'II', baseada ao mesmo tempo num problema já de consumo recorrente deste tipo de substâncias no 'II'. A resistência do pai para assinar, mais uma grana que devia aportar como garantia para aceder ao trabalho, provocou um sentimento de frustração e o fez cativo às ofertas do tráfico de drogas. Um amigo envolvido no tráfico no morro do Papagaio sugeriu que o 'II' podia comprar cocaína ali para introduzir no Aglomerado da Serra, dado que o mercado desta droga estava no início. 'II' achou oportuno para juntar o dinheiro que precisava para ter acesso à oferta de trabalho inicial. Só que a facilidade considerada, mais o fato dele ser consumidor, fez dessa primeira vez uma entrada no tráfico no qual ele se converteria numa das cabeças do Aglomerado.

Um ano depois de entrar no tráfico, o pai descobriu e falou para o 'II' escolher entre a casa ou a rua. Ele decidiu-se pela segunda. Durante o período de 1985 a 1991 foi perseguido pela polícia. No ano de 1986 foi a sua primeira entrada na prisão, por porte de droga, e conta que sofreu tortura psicológica pelo seu aspecto negro e de dread;

jurou que não ia mais usar drogas e 42 dias depois estava de volta. No mesmo ano, a divisão de tóxicos deu uma tortura maior. Integrantes da inteligência policial ficaram na cola do 'Il' para matá-lo. No entanto, a tentativa na qual ele esteve mais perto de morrer foi executada por ex-policiais que, se supõe, receberiam dinheiro depois como pagamento de mãos de policiais ativos. Atiraram no 'Il' 23 vezes. Esse tipo de práticas, herdada da ditadura, era estimulada pela política deliberada de recompensas.

Nessa época o tráfico era dominado por duas fações com nomes de animais nas quais, além de 'Il', esteve o irmão mais velho dele, o 'QQ1', e mais outros dois entrevistados ('OO' e 'VV'), hoje líderes comunitários do Aglomerado. Esse irmão e outros dos seus amigos morreram nessa vida. No ano de 1991, 'Il' decide mudar de caminho. 'QQ1' e 'OO' comentam também da proximidade da morte como uma das razões para desistir da criminalidade. Depois de sofrer com algumas facadas, 'Il' acolheu a proposta duma igreja evangélica e fala que se converteu. Ele nega pressões de outras pessoas envolvidas no tráfico para continuar na criminalidade. Explica que ele era parte das cabeças do negócio no Aglomerado na época e, portanto, não deixava rastro com facilidade, não precisava de fachadas (p. ex. religiosas), porque diz que nesse então eles faziam malandragem, mas não banditismo.

A malandragem teria a conotação positiva de astúcia e a negativa de preguiça, de sempre tirar vantagem das pessoas. Essa mistura era de fato aplicada por eles. Ou seja, aproveitar as pessoas, mas com limites. Por exemplo, tentar ser respeitosos com os vizinhos da sua vila, com os idosos e as crianças. Não deixar os mais novos se envolverem com o negócio. Não comercializar abertamente na frente dos vizinhos, não deixar eles nervosos. Respeitar e fazer parte dos laços comunitários. Por exemplo, um dos traficantes famosos então, o Mejia, de fato mantinha e participava dos laços de vizinhança. O que resultava paradoxal com as mortes frequentes no Aglomerado.

'Il' coloca que nunca gostou da participação das crianças no mundo das drogas. Então, mesmo como traficante, explicava para os meninos os efeitos, prós e contras, quando eles queriam comprar. Depois, na hora de entrar na igreja, ele começou a aproveitar qualquer momento para conversar e difundir uma mensagem positiva. Ele

coloca os exemplos daqueles que entraram para os que não entrarem ainda. É um trabalho feito por membros da igreja, mas não pela igreja, no papel de missionário o que qualquer um poderia fazer.

Na entrevista com um dos “sobreviventes”, como ‘QQ1’ se intitula, “da guerra” entre fações do tráfico de drogas, durante os anos 1993 a 1995, ele narra que “matava aula e pegava traseira de ôns”, aos 11 ou 12 anos de idade. Deste modo, iniciou para ele um percurso de marginal, com enganos sobre os pais e professores. No tráfico, no ambiente de guerrilha urbana, segundo ele, trabalhou para um dos irmãos da ‘HH1’. Foi pego numa ocasião e não falou nada do parente dela. Então ela foi procurar ele na cadeia e conseguiu liberá-lo dado que ela fazia parte do Conselho Tutelar. Ele se acidentou e foi para onde a sua mãe; começou a trabalhar depois para resgatar o seu direito de ser cidadão. Mas ele ficou mais ciente nesse sentido quando entrou para a área da Cultura. Logo após se salvar de tentativa de morte e então começou a trabalhar na Rádio Favela; contar a sua história, o que ele queria para ele e os jovens, e falar que com a sua experiência os meninos não iam conseguir o que eles querem.

A partir do 1996, incursiona no movimento do Hip-Hop e descobre que pode ser usado na convivência e mediação de conflitos no Aglomerado, como educação para vida. Uma forma de fazer com que o entorno da comunidade fique em paz para ele se sentir em paz também. Além de participar nos Foros Sociais Mundiais e conhecer ali realidades variadas de pessoas de diferentes lugares, e da América Latina em particular. Adicionalmente, teve formação como agente cultural na rede Moinho, formada e dirigida por jovens do Aglomerado.

Na Rádio, ele iniciou como Repórter volante. Mostrava a realidade do Aglomerado para ressaltar onde estavam as necessidades e as áreas para atuação do poder público. Começou a cantar e construir seu censo político, no sentido de identificar e manifestar a sua leitura das injustiças e desigualdades na favela, e de mostrar oportunidades para os jovens ou, pelo menos, o custo de andar pelo caminho da criminalidade. Ai também ‘QQ1’ dava visibilidade para o trabalho dos jovens. Isso até que a Rádio foi legalizada quando então deixou de falar das questões sociais e críticas do governo. Os processos sociais e culturais da Rádio foram finalizados. Então ele, e

a maioria dos que ajudaram a construir a Rádio saíram. A saída do 'QQ1' foi no ano de 2001. Desde então, ele ficou distante do 'RR1' pela decepção das promessas não cumpridas com a legalização da Rádio. Mas, para 'QQ1', a concessão da frequência é também uma vitória da comunidade; e a experiência dele ali representa o seu ponto de virada da criminalidade. Ele fala que "trocou o revólver pelo microfone".

Outros líderes entrevistados, nascidos e criados também no Aglomerado como 'II' ou 'QQ1', conseguiram evitar o caminho da criminalidade.

'PP' e 'ZZ' fizeram parte da organização do FaveRock, um festival de bandas de rock da periferia que teve a sua primeira edição no ano de 1999 no Aglomerado. Ali se lançaram de forma artesanal a banda Pelos, a Pulgas ou a Sólido, as quais conseguiram palco profissional depois. No réveillon do mesmo ano, outras das plataformas para artistas locais que iniciou foi o Palco da Periferia e o 'PP' fazia de apresentador.

'JJ1' comenta que a antiga Rádio Favela esteve presente nas ondas de estilo musicais predominantes em algum momento nos eventos culturais do Aglomerado. Foram o Hip-Hop ou o Som na Rua, por exemplo. 'O diretor da Rádio colocava o equipamento e os apresentadores eram também do Aglomerado, do mesmo modo que aqueles que trabalhavam na Rádio que tinha uma audiência total na favela. Para 'JJ1' essas ondas têm durado 2 ou 3 anos seguidas por um período de transição de 4 anos (aprox.), enquanto se posiciona uma nova onda.

No momento do PGE, era costume celebrar festas juninas e viradas do ano entre os vizinhos e predominavam no Aglomerado todo os nomeados grupos culturais; 2 de poesia, 13 musicais nos gêneros de MPB (1 em total), pagode (4 em total), rock (5 em total) e rap (3 em total), assim como se registravam 17 times de futebol.

'YY' e 'PP1' falam que os jogos esportivos (JEVIS) funcionaram dois anos. O primeiro ano (1995) foi futebol masculino, para todas as vilas, no segundo feminino. No terceiro eles queriam adicionar mais atividades recreativas como truco ou peteca. O esquema era de jogos entre times de uma mesma vila, e logo um torneio entre os 6 campeões

de cada vila. Os prêmios consistiam em um kit de uniformes, troféu, e material de construção (caminhão de areia, um caminhão de brita, e 50 sacos de cimento) para obra comunitária que o campeão decidisse. Isso dado que nessa época não tinha as intervenções oficiais do programa Vila Viva e o Orçamento Participativo estava no começo. O objetivo com os jogos era envolver toda a comunidade do Aglomerado. No terceiro ano, a pessoa que prometeu financiar os prêmios não cumpriu porque ele queria uma troca por votos que não foi aceita na Sociedade (SABECES) organizadora dos jogos. Então eles tiveram que correr atrás de várias pessoas e colocar recursos do seu trabalho para tentar cumprir com a premiação.

A modo de resumo parcial,

Segundo as declarações dos líderes, é possível dizer que a experiência de vida e de organização comunitária servia para conter, de alguma maneira, a atividade dos envolvidos no tráfico, no sentido de transmitir um grau de respeito pelos vizinhos ao interior das vilas que limitava o acionar do mercado de drogas. As facções participantes nas vendas destas substâncias se identificavam, de modo aproximado, com os limites geográficos das vilas; portanto, elas seguiam o padrão de ocupação e de urbanização do Aglomerado, com a vila como o seu referencial. Cada vila contava com uma instância de participação e de representação comunitária qual era a das nomeadas Associações de Bairro ou Comunitárias. Além disso, a vizinhança era reforçada pelo fato de contar com redes de parentes, amigos e conhecidos que moravam e participavam juntos da construção e a defesa de cada vila; ou seja, os níveis paroquial e privado de controle de condutas, consideradas impróprias, estavam entrelaçados neste âmbito socioespacial.

Havia uma preocupação latente pela sorte das crianças que ficavam tempo demais sozinhas em casa, sem se alimentar de modo adequado, e pelo consumo de drogas entre os meninos, como se infere dos relatos do trabalho com as creches e as Associações comunitárias. Apoios externos de organizações religiosas, de credo católico ou evangélico, apontavam também na mesma direção. Enquanto que as relações com o poder público estadual, em particular na década dos anos 80, revelavam uma espécie de formalização do processo de organização das vizinhanças,

tipo vila, que já vinha de tempo atrás com a luta pelo reconhecimento das ocupações de terrenos, como alternativa de moradia popular. No programa Prodecom foi respeitada e apoiada a pauta das Associações, com um alcance específico em termos de vizinhança ou incluso menor. Porém, aquilo beneficiava, em parte, a presença de intermediários políticos na gestão e distribuição de procedimentos e obras com critérios eleitorais; dado que era mais fácil garantir no tempo um caudal cativo de votos com respostas de cobertura parcial (construção de becos, por exemplo), que se fossem fornecidas soluções de maior alcance. Quer dizer, então, que o nível público de controle tinha a vila também como marco de ação.

Não obstante, a força e os respaldos do controle do nível paroquial, no âmbito de vila, resultavam insuficientes para desestimular o tráfico de drogas porque dito nível de controle servia de contenção, que compensava ainda que não substituía, os vazios no nível mais primário de controle privado; em especial, no momento crítico da adolescência de meninos que nasceram e cresceram no Aglomerado. E, por outro lado, as tentativas de geração de uma noção do público, nos âmbitos do Aglomerado como um todo articulado e da cidade em geral, foram objeto de controvérsia e conflito que impediu a construção de um nível também público de controle.

A procura de identidade do adolescente constitui um tempo de questionamento de padrões sociais e das autoridades estabelecidas. Portanto, é de esperar a distância que ele adota em relação a parentes, conhecidos, ou vizinhos mais velhos. Nessa situação, a comunicação, contato e elaboração da figura dos pais ou dos irmãos com idades maiores, pessoas mais próximas de sangue, é a que poderia fazer uma diferença definitiva no percurso de vida do menino. Os faltantes no ambiente do núcleo básico da família, e os seus controles respectivos, não poderiam ter sido supridos por completo pelas redes do nível paroquial, ao interior das vilas do Aglomerado.

Do lado do nível público, e em especial a partir dos anos 90, ficou parte das opções de construção de identidade coletiva do Aglomerado e deste em relação à cidade. À esse respeito, o programa de Orçamento Participativo foi colocado com a expectativa de criação de um espaço institucional que servisse para contornar a influência dos arranjos, de corte clientelista e eleitoreiro, entre políticos e moradores e que, no caso

do Aglomerado, funcionavam mais no contexto de cada uma das vilas. Era a oportunidade para que outras lideranças se projetassem com uma visão mais do conjunto das sete vilas da favela; que fundamentasse a execução de obras de maior envergadura, com recursos de maior quantia, na atenção de problemáticas comuns que extrapolassem o âmbito da vila, tal qual era o do tráfico de drogas e as demandas de meninos envolvidos ou vulneráveis à criminalidade que para a época já representavam uma camada de jovens com 18 anos de idade ou mais.

No entanto, apostas democráticas requerem mais do que abertura institucional, de cima para baixo. Precisam de uma aprendizagem e incorporação de práticas participativas e deliberativas por parte da população e seus representantes informais, de baixo para cima. A lógica instrumental que assinala Melo (2008) na participação no programa Orçamentário (OP), por aqueles anos, corresponde com moradores ocupados cujo interesse mais imediato é sobre questões que os beneficiem de modo mais individual e direto; no máximo a sua órbita de preocupações chegaria no plano do beco (o rua) e, talvez, da vizinhança da vila, o qual tinha facilitado, até esse momento, o exercício de práticas de clientelismo político. Os líderes das Associações tinham se erigido como representantes e articuladores na resolução dessas demandas micro locais e as relações deles com o poder público, de tipo oficial ou informal, tinham como referência de atuação esse mesmo âmbito da vila.

Em consequência, a abertura para novas lideranças podia ser lida como uma ameaça a um status já conquistado e consolidado pelas Associações, em um esquema de conexões e de interlocução entre os moradores e agentes externos à vila e ao Aglomerado. No caso dos que queriam mobilizar novas propostas para a população inteira do Aglomerado, perante do poder público, a lógica instrumental de participar só nas etapas mais decisivas do Orçamento Participativo podia refletir também uma forma de minimizar o diálogo com os líderes das Associações, o que indicaria uma falta de entendimento entre as lideranças tradicionais e as menos antigas (emergentes).

Além do mais, a dificuldade no programa de verificar a representatividade dos participantes, em relação à população, ajudava à presença de figuras novas, mas

duvidosas na sua capacidade real de mobilização de agendas de política até então subestimadas, e significava que o aval da representação ficava por conta dos próprios funcionários do programa. Aquilo fomentava uma concorrência pelo aval oficial de quem ia ser identificado entre os moradores como as pessoas que levariam obras para suas vizinhanças e, dada esta imagem, sobre quem teria o perfil para, talvez, se desempenhar como cabo eleitoral para políticos clientelistas nas épocas das eleições para vereador ou prefeito. De igual maneira, criava-se um cenário assimétrico entre líderes tradicionais e emergentes em favor dos primeiros, dado que estes já tinham um reconhecimento oficial de anos atrás.

Durante os anos 90, as facções do tráfico projetaram seu interesse por dominar o mercado de drogas do Aglomerado inteiro. Elas saíram do âmbito da vila para tentar uma posição hegemônica em relação as facções das outras vilas da favela. Daí a guerra a morte e a demarcação de limites à circulação entre os participantes de facções diferentes, o qual colocava em risco a vida dos moradores. Uma das respostas vindas de fora do Aglomerado e, portanto, do nível público de controle era a de tipo policial que, de fato, estava guiada por uma visão homogênea, mas negativa do conjunto das vilas. Para os policiais todo morador lá era bandido e o tratamento necessário devia ser repressivo.

Esforços das lideranças emergentes, nascidas e criadas no Aglomerado, e daquelas que conseguiram abandonar a criminalidade, marcavam cenários possíveis de desenvolvimento de identidades alternativas para os mais jovens, e que ocupassem o espaço da favela toda e da sua interação com a cidade. 'YY' apostava pelo esporte como mecanismo de integração das vilas e de promoção de talentos, além de uma plataforma política para projetar um candidato próprio que representasse os interesses do Aglomerado. 'QQ1', 'PP' e 'ZZ' criavam também plataformas de integração e lançamento de jovens, porém no campo artístico e cultural.

5. A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO AGLOMERADO DA SERRA NAS ATUAÇÕES DOS SEUS LÍDERES: O QUE TÊM ACONTECIDO LOGO DO INÍCIO DO PROGRAMA VILA VIVA?

Hoje é possível achar no Aglomerado da Serra pessoas que têm sobressaído pela sua trajetória de trabalho comunitário e pelo seu envolvimento em iniciativas sociais para atenção de problemáticas coletivas de diversas áreas. Em tal sentido, se constituem em referentes da capacidade de ação conjunta dos moradores da favela, em conexão com atores externos. Seu estudo permite fazer uma aproximação à organização comunitária e ao funcionamento do nível paroquial de controle de condutas consideradas transgressoras, em interação com o nível público de apoio nesta mesma direção.

A análise neste capítulo se desenvolve a partir de uma caracterização sociodemográfica dos líderes entrevistados e da sua rede de interações de trabalho comunitário, com intuito preliminar de contar com uma visão geral sobre a composição da elite do Aglomerado e da estrutura dos laços pelos quais se mobilizam, em parte, suas atuações. Com este pano de fundo se procede então a identificar os mecanismos específicos de articulação, ao interior desta rede, para depois inferir quais os efeitos conseguidos até agora com o Programa Vila Viva na capacidade de ação coletiva dos líderes mediante os alcances da intervenção urbanística em ditos mecanismos.

5.1. Quem são os líderes comunitários?

Dos 40 líderes entrevistados, 30% respondem ao género feminino e o 70% ao masculino. Em termos de escolaridade, um pouco menos da metade (45%) registram uma educação do nível técnico ou superior. Os outros 55% se encontram nos níveis fundamental ou médio, completo ou incompleto. Esta distribuição se mantém entre

mulheres e homens (TABELA, 1). No entanto, em relação ao estado civil, as primeiras refletem uma proporção menor de casadas em comparação aos segundos; o qual pode ser devido a que o grupo das mulheres tende a ser mais velho e, em aquelas idades de adulto para cima, é mais frequente a resposta de separadas, divorciadas ou viúvas (TABELA, 2). Não há também diferenças estatisticamente significativas de gênero sobre a composição da família e a sua condição socioeconômica. Ou seja, mulheres e homens poderiam ter, em meia, dois filhos, e um deles seria criança ou adolescente; morariam, em meia, com dois parentes maiores de 18 anos de idade, e em alguns casos um deles seria aposentado ou estaria desempregado (TABELA, 3). Porém, os desvios padrão são em geral iguais ou maiores destas quantidades meias de filhos e colegas de domicílio, o que lhes resta relevância estatística. E, de qualquer maneira, não representa um quadro crítico de precariedade para nenhum dos gêneros (QUADRO, A1. 1., do Apêndice 1, para uma descrição das definições e estrutura das variáveis).

- Tabela 1 — Proporções de escolaridade segundo gênero

| Escolaridade | Gênero | |
|------------------------|----------|-----------|
| | Femenino | Masculino |
| Fundamental/Meia | 58,3 | 53,6 |
| Superior/Pós-graduação | 41,7 | 46,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela 2 — Proporções de gênero por estado civil e faixa etária

| Gênero | Estado Civil | | | | Total |
|-----------|--------------|----------|--------------------------|-------|-------|
| | Casada | Solteira | Separada / Divorciada | Viúva | |
| Femenino | 16,7 | 41,7 | 25,0 | 16,7 | 100,0 |
| Masculino | 39,3 | 39,3 | 17,9 | 3,6 | 100,0 |

| Gênero | Faixa etária | | | | Total |
|-----------|--------------|--------------|--------|-------|-------|
| | Joven | Adulto Joven | Adulto | Velho | |
| Femenino | 9,1 | 18,2 | 45,5 | 27,3 | 100,0 |
| Masculino | 18,5 | 29,6 | 37,0 | 14,8 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela 3 — Quantidades de filhos e colegas adultos de domicílio, segundo gênero do líder.

| Gênero | Número de filhos | | Filhos crianças- adolescentes | | Colegas adultos domicílio | | Colegas adultos domicílio sem renda | |
|--------------|------------------|------------------|----------------------------------|------------------|------------------------------|------------------|----------------------------------------|------------------|
| | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão |
| Femenino | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Masculino | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Total | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Em relação a procedência dos líderes entrevistados, 24 (o 60,0%) nasceram em Belo Horizonte. Dos 16 líderes restantes, 2 (o 5,0%) provêm de municípios da região metropolitana da mesma cidade (Ribeirão das Neves e Sete Lagoas); 9 (22,5%) de municípios do leste do Estado de Minas Gerais (MG), em particular da macrorregião Vale do Rio Doce (6 em total) e 3 distribuídos nas macrorregiões Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Zona da Mata. Outros 2 vêm de municípios do Estado de Espírito Santo (ES), ainda que próximos do Vale do Rio Doce. Mais um é da macrorregião Norte de Minas, no mesmo estado de Minas Gerais, e outro do município de Assaí no Estado de Paraná (PR), ao sul do Brasil (TABELA, 4). Daqueles 24 que nasceram em Belo Horizonte, 19 (79,2%) o fizeram no Aglomerado e 4 restantes em bairros da cidade:

Barro Preto, Santa Efigênia, São Lucas e Venda Nova; os três primeiros localizados na mesma regional Centro-Sul do Aglomerado, e o último na regional de igual nome (Venda Nova) no extremo norte da cidade.

• Tabela 4— Procedência dos líderes

| Município | Natural Aglomerado | | | Total |
|-----------------------------|--------------------|-----|---------|-------|
| | Não | Sim | Missing | |
| Belo Horizonte (MG) | 4 | 19 | 1 | 24 |
| Assai (PR) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Barra de São Francisco (ES) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Coluna (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Diamantina (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Inhapim (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Itabirinha de Mantena (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Itanhomi (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Januária (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Mantena (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Nanuque (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Ribeirão das Neves (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| São Gabriel da Palha (ES) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Santa Margarida (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Sete Lagoas (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Timóteo (MG) | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Missing | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 20 | 19 | 1 | 40 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Os líderes acompanham então um padrão histórico consistente no Aglomerado servir como foco receptor de fluxos migratórios intermunicipais e intra-urbanos; porém, é também uma área que se expande por um componente de crescimento vegetativo da sua população, o qual indica que há pessoas que têm migrado ali para ficar e levantar ou manter uma família. No conjunto de líderes, aquilo se evidencia na divisão, quase exata, entre os que são naturais do Aglomerado e os que não. Além disso, os primeiros têm crescido e morado sempre na favela, enquanto que os segundos têm

morado ali em meia o 60% das suas vidas (TABELA, 5). Esse fato revela uma relativa estabilidade residencial.

- Tabela 5 — Tempo de moradia no Aglomerado como proporção da idade do líder. (Segundo procedência em relação ao Aglomerado)

| Natural Aglomerado | Antiguidade | | |
|--------------------|-------------|-----------|---------------|
| | Média | N | Desvio padrão |
| Não | 60,1 | 19 | 22,3 |
| Sim | 100,0 | 19 | 0,0 |
| Total | 80,1 | 38 | 25,5 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Adicionalmente, a mobilidade residencial do grupo todo de líderes dentro do Aglomerado tem sido baixa. Entre os 36 que responderam sobre o particular, a maioria (66,7%) tem permanecido na vila onde eles moram; segundo se apreça na matriz de cruzamento entre a vila anterior de residência e a atual (TABELA, 6). Os valores desta tabela registram as quantidades de líderes moradores e as que estão localizadas na diagonal, onde não há movimentação entre vilas, são maiores ou iguais, em geral, aos valores fora da diagonal.

- Tabela 6 — Mobilidade residencial inter-vilas

| Vila Residência Anterior | Vila Residência Atual | | | | | | | | Total |
|--------------------------|-----------------------|----------|----------|-----------|-----------|----------------|------------|----------|-----------|
| | Marçola | Fátima | Cafezal | Conceição | Aparecida | Novo São Lucas | Fazendinha | Pomar | |
| Marçola | 7 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Fátima | 1 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Cafezal | 2 | 0 | 3 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 7 |
| Conceição | 0 | 2 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Aparecida | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Novo São Lucas | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Fazendinha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Pomar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Marçola; Conceição | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 10 | 9 | 5 | 4 | 3 | 2 | 2 | 1 | 36 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

No sub-grupo dos líderes naturais do Aglomerado existe uma participação maior de jovens e adultos, a diferença dos vindos de fora da favela os quais estão mais nas faixas de adulto e velho. Os primeiros têm alcançado também um nível mais alto de escolaridade, superior ou de pós-graduação, comparado com os segundos que registram uma participação concentrada nos níveis de ensino fundamental e meio, incompleto ou completo (TABELA, 7). No entanto, entre estes dois sub-grupos de líderes, ao igual que no caso dos gêneros, não se evidenciam diferenças estatisticamente significativas sobre composição e condição socioeconômica familiar, dado que o registro dos desvios padrão tende a ser maior ou igual do referido às suas meias; e, se chegassem a existir, não revelam uma situação de precariedade (TABELA, 8).

- Tabela 7 — Proporções de procedência, em relação ao Aglomerado, por faixa etária e escolaridade

| Natural Aglomerado | Faixa etária | | | | Total | Natural Aglomerado | Escolaridade | | Total |
|--------------------|--------------|--------------|--------|-------|-------|--------------------|---------------------|--------------------------|-------|
| | Joven | Adulto-Joven | Adulto | Velho | | | Fundamental / Média | Superior / Pós-graduação | |
| Não | 5,3 | 21,1 | 36,8 | 36,8 | 100,0 | Não | 70,0 | 30,0 | 100,0 |
| Sim | 27,8 | 33,3 | 38,9 | 0,0 | 100,0 | Sim | 36,8 | 63,2 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela 8 — Quantidades de filhos e colegas adultos de domicílio. (Segundo procedência do líder em relação ao Aglomerado).

| Natural Aglomerado | Número de filhos | | Filhos crianças-adolescentes | | Colegas adultos domicílio | | Colegas adultos domicílio sem renda | |
|--------------------|------------------|---------------|------------------------------|---------------|---------------------------|---------------|-------------------------------------|---------------|
| | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão |
| Não | 3 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 0 | 1 |
| Sim | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Total | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Para o conjunto todo de líderes, o nível de escolaridade conseguido por eles tem um reflexo no tipo de atividade que lhes serve de fonte de sustento. Níveis mais altos podem se corresponder a ofícios que demandam maior qualificação laboral (TABELA,

9). Educador(a), agente comunitário de saúde (ACS) ou produtor(a) cultural concentram os líderes com escolaridades superior ou de pós-graduação, apesar de parte dos educadores e ACS's registrar ensino fundamental ou médio. Outras atividades são próprias dos que têm mais estudos, como funcionário público, empresaria(o), assistente social ou pároco. Por sua parte, comerciante, motorista, pedreira(o), cuidador(a) de idosos, ou auxiliar administrativo ficam em mãos só dos que têm menos estudos. Aqueles que se dedicam a um tipo de arte (música, artesanato ou dança) apresentam menos escolaridade que quando a pessoa exerce vários tipos (é artista) ou está do lado da produção e promoção destas atividades. Os que manifestam ser liderança, dado que têm sido cabeças das Associações comunitárias, ficam no grupo de menos estudos, da mesma forma que outros ligados com estas entidades coletivas e que se declaram como aposentada(o) ou auxiliar de gabinete político.

- Tabela 9. — Proporções de atividade segundo escolaridade.

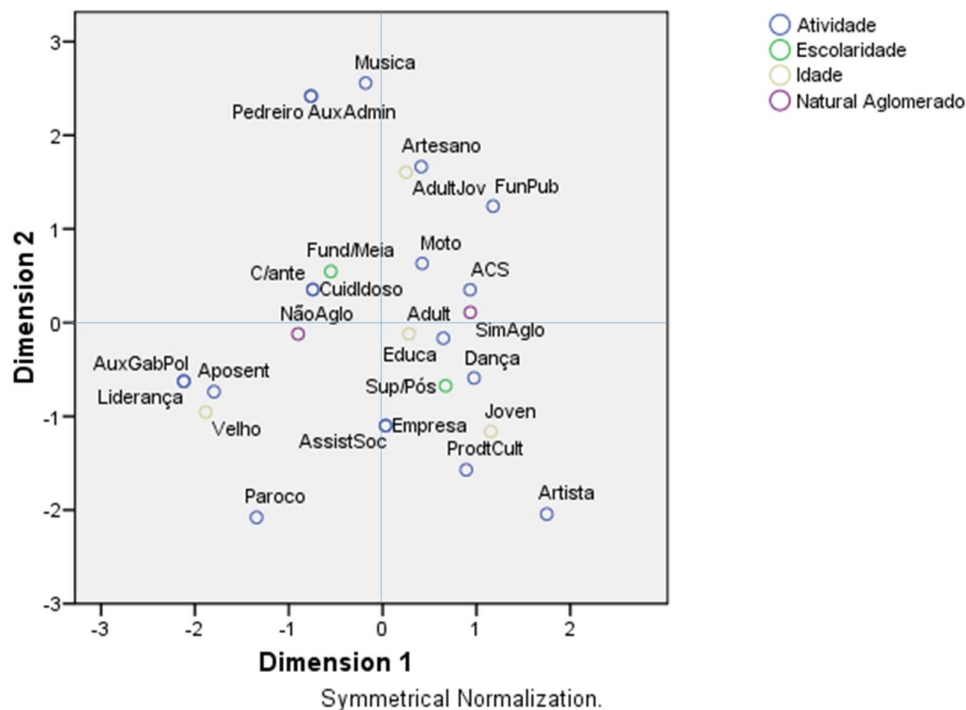
| Atividade | Escolaridade | |
|----------------------------|------------------|------------------------|
| | Fundamental/Meia | Superior/Pós-graduação |
| Educador(a) | 22,7 | 44,4 |
| ACS | 4,5 | 11,1 |
| Produtor(a) cultural | 0,0 | 11,1 |
| Aposentada(o) | 13,6 | 5,6 |
| Artista | 0,0 | 5,6 |
| Assistente social | 0,0 | 5,6 |
| Empresaria(o) | 0,0 | 5,6 |
| Funcionário Público | 0,0 | 5,6 |
| Pároco | 0,0 | 5,6 |
| Artesanato | 9,1 | 0,0 |
| Auxiliar administrativo | 4,5 | 0,0 |
| Auxiliar gabinete político | 4,5 | 0,0 |
| Comerciante | 4,5 | 0,0 |
| Cuidador(a) idosos | 4,5 | 0,0 |
| Dança | 4,5 | 0,0 |
| Liderança | 9,1 | 0,0 |
| Motorista | 4,5 | 0,0 |
| Musica | 9,1 | 0,0 |
| Pedreira(o) | 4,5 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Nas relações já apontadas entre algumas variáveis se percebe, de modo preliminar, um padrão diferenciado em torno dos líderes tradicionais do Aglomerado, vinculados com as Associações comunitárias. Foi realizada então uma análise de correspondência múltipla (explicada no capítulo metodológico), de variáveis categóricas, para avançar na identificação de perfis dos líderes e, portanto, na sua composição como grupo de representantes da organização comunitária e do nível paroquial de controle informal de condutas transgressoras na favela. Foram então usadas as variáveis 'Natural Aglomerado', 'Faixa etária', 'Escolaridade' e 'Atividade'

que têm revelado alguma influência discriminante sobre o conjunto de líderes e algumas relações entre elas. O resultado se aprecia no Gráfico 1 a seguir.

- Gráfico 1 — Análise de correspondência múltipla para identificação de perfis dos líderes comunitários.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa SPSS versão 15.0, com dados coletados em campo.

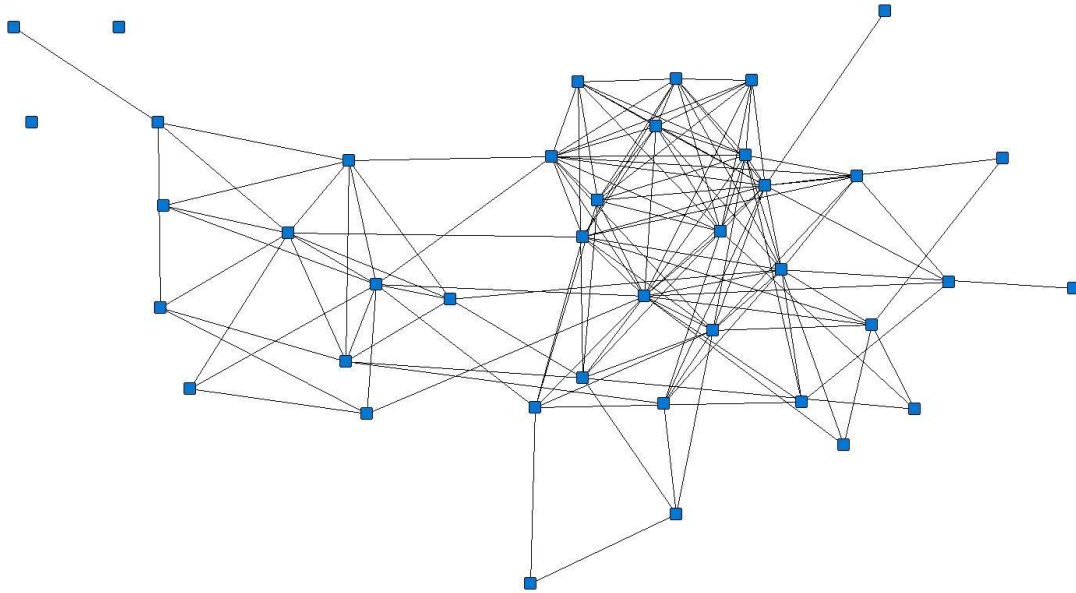
Sobre o eixo da dimensão 1, o principal em termos de discriminação entre categorias, se verifica a contraposição dos que vêm de fora do Aglomerado ('NãoAglo') perante dos nascidos nesta favela ('SimAglo'); enquanto que os níveis de escolaridade fundamental e médio ('Fun/Meia') ficam do lado dos primeiros e os níveis superior e pós-graduação ('Sup/Pós') do lado dos segundos. A partir daí os líderes velhos ('Velho') se localizam numa posição mais próxima dos não naturais do Aglomerado e em atividades declaradas de liderança ('Liderança') ou auxiliar de gabinete político ('AuxGabPol'), quando não se registram como aposentados ('Aposent'), junto com outros ofícios que demandam menor qualificação laboral.

Do lado dos naturais, com um pouco mais de dispersão sobre o eixo da dimensão 2, se encontram atividades nas que se tende a exigir maior qualificação laboral. Próximo dos adultos ('Adult') está a categoria de educador ('Educa') ou de Agente Comunitário de Saúde ('ACS'), por exemplo; produtor cultural ('ProdtCult'), artista ('Artista') ou empresário ('Empresa') no caso dos jovens ('Joven'); e funcionário público ('FunPub') perto dos adultos-jovens ('AdultJov'). Em definitiva, sobressai o perfil dos líderes mais tradicionais do Aglomerado, os quais chegaram e se estabeleceram na medida que contribuíam para a urbanização e consolidação da favela, e o perfil dos que nasceram e têm crescido e se desenvolvido na mesma vizinhança, ao estilo de líderes emergentes.

5.2. Como é que os líderes se articulam para trabalhar em conjunto? Uma leitura preliminar

O número de líderes identificados e entrevistados ($k = 40$ em total) representa o tamanho da rede inicial de interações de trabalho comunitário. O máximo possível de laços, ou de pares nos dois sentidos da relação (díade), entre eles é de $k*k-1$, ou seja, igual a 1560. Porém, só foram considerados os laços recíprocos nos quais houve um reconhecimento mutuo da relação de trabalho para garantir a consistência e veracidade da parceria. Portanto, o número potencial de laços se reduz à metade (780), dado que já não é necessário diferenciar o sentido (direção) da relação. A consideração da reciprocidade fez também com que dois líderes ficassem isolados, sem laços, o qual incide, para baixo, na densidade global da rede formada pelo número observado de laços sobre o total possível. No caso foi de 17,8%, equivalente a 139 laços observados (FIGURA, 1).

- Figura 1 — Rede (Grafo) de trabalho conjunto dos líderes comunitários



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: visualização feita no programa Ucinet (versão 6.625), com dados coletados em campo.

Por outro lado, a média de relacionamentos, pares, recíprocos dos líderes foi de 7, com um desvio padrão de 4; isto é, são poucos laços observados no total da rede, mas distribuídos pelo conjunto de líderes. O qual se reflete em termos da sua interconectividade. Neste sentido, a matriz de distâncias geodésicas, aquelas que representam o caminho mais curto de contato entre dois líderes, mostra que existe ao menos um trecho deste tipo a seguir para um dos membros da rede chegar em outro, salvo pelos dois isolados que já se têm mencionado (FIGURA, 2). Outro aspecto que se revela nesta matriz é o grau de proximidade entre os atores da rede, dado que ali é registrada a extensão dessas distâncias mais curtas; ou seja, o número mínimo de laços ou passos intermediários que existem para transitar de um líder a outro. A média global deste tipo de distância (proximidade) é de 2 (laços), com desvio padrão de 1 (laço), e máxima de 5 (laços).

• Figura 2 — Matriz de distâncias geodésicas na rede de trabalho conjunto entre os líderes

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---|
| 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 3 |
| 2 | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 3 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 2 | 2 | 4 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 4 | 3 | 2 | 2 | 4 | 1 | 4 | 4 | 1 | 4 | 4 | |
| 4 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | |
| 5 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 4 | 2 | 3 | 4 | 3 | 3 | 1 | 2 | 4 | 2 | 3 | 3 | 3 | | |
| 6 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | | |
| 7 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 4 | 3 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 4 | 3 | 4 | 4 | 4 | | | |
| 8 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | | |
| 9 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 5 | 3 | 2 | |
| 10 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 4 | 2 | 2 | |
| 11 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 0 | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 5 | 3 | 2 | | |
| 12 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 2 | |
| 13 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 2 | 2 | 3 | 2 | 0 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 2 | 2 | 3 | 4 | 2 | 3 | 4 | 3 | 5 | 3 | 2 | |
| 14 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 | 4 | 2 | |
| 15 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 4 | 2 | 1 | |
| 16 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | |
| 17 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | 2 | 3 | 2 | 4 | 2 | 2 | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 2 | 2 | 4 | 2 | | |
| 20 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 4 | 2 | |
| 21 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 3 | 2 | 4 | 2 | 2 | |
| 22 | 2 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 4 | 3 | 2 | 4 | 2 | |
| 23 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | |
| 24 | 2 | 2 | 2 | 1 | 3 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | |
| 25 | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 0 | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 1 | 1 | 1 | | |
| 26 | 2 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 4 | 3 | 2 | 4 | 3 | 2 |
| 27 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 2 | 2 | 1 | 2 | |
| 28 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 29 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 0 | 2 | 3 | 4 | 2 | 2 | 3 | 4 | 3 | 5 | 3 | 3 | 3 | | |
| 30 | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 4 | 1 | 2 | 2 | | |
| 31 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 | 2 | 3 | 4 | 2 | 3 | |
| 32 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 4 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 4 | 2 | 1 | 0 | 3 | 3 | 3 | 4 | 5 | 1 | 3 | 5 | 1 | 3 | |
| 33 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 0 | 1 | 2 | 3 | 3 | 5 | 3 | 3 | 3 | | |
| 34 | 2 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 1 | 0 | 3 | 3 | 2 | 4 | 2 | 3 | | |
| 35 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 0 | 1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | | |
| 36 | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 4 | 3 | 2 | 3 | 3 | 1 | 0 | 4 | 3 | 4 | 4 | 4 | | | |
| 37 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 4 | 2 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 4 | 3 | 2 | 3 | 4 | 3 | 2 | 3 | 4 | 0 | 5 | 3 | |
| 38 | 2 | 3 | 1 | 2 | 2 | 3 | 3 | 5 | 4 | 5 | 4 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 3 | 4 | 4 | 4 | 5 | 4 | 4 | 5 | 4 | 3 | 3 | 5 | 0 | 5 | 5 | 5 | 5 | | |
| 39 | 3 | 2 | 4 | 3 | 3 | 4 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 3 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 4 | 3 | 5 | 0 | 2 | | |
| 40 | 3 | 2 | 4 | 3 | 3 | 4 | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 3 | 5 | 2 | 0 | 0 | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa Ucinet (versão 6.625), com dados coletados em campo.

A proximidade variável entre os líderes dá lugar para pensar em vizinhanças ou interações locais, no interior da rede global, nas quais eles se achem mais inseridos ('embedding' do termo usado na língua inglesa) devido a um compartilhamento de contatos e laços. A média das densidades de todas as vizinhanças da rede, uma por cada líder formada por seus contatos ou 'alter's', conhecida como coeficiente de agrupamento geral (HANNEMAN; RIDDLE, 2017)⁸, é de 48,2%, mais do dobro da densidade global da rede (17,8%). Portanto, os líderes apresentam uma interação local de trabalho, com alguns parceiros próximos, bem mais superior do que o conjunto completo deles.

A interação local se nota na distribuição do tipo de centralidade (HANNEMAN; RIDDLE, Ibid.) que ocupam diferentes líderes. Os que registram um maior número de laços (Centralidade de grau, TABELA, 10, Coluna (A)) ficam, ao mesmo tempo, mais distantes para o conjunto da rede (Centralidade de proximidade – 'closeness',

⁸ Ver anexo matemático para consulta da fórmula estatística de cálculo do indicador mencionado.

TABELA, 10, Coluna (B)). A densidade que os envolve, no mínimo do 31,1% segundo o coeficiente de agrupamento local, termina por dificultar o acesso ou comunicação deles com outros localizados além da sua vizinhança (ou 'ego-network'). No entanto, eles também sobressaem no papel de intermediários ou pontes de outros colegas na rede pelo fato de se localizar no centro de uma vizinhança local densa, e porque mantêm alternativas de comunicação com outros segmentos ou vizinhanças da rede ('betweenness centrality', TABELA, 10, Coluna (C)). Esse último fato fica mais evidente no seu menor coeficiente de obstrução ('constraint') ou controle lateral exercido sobre eles mesmos, o qual refleti o quanto que um ator investe em contatos ou alter's que, por sua vez, estão relacionados com outros dos seus alter's (TABELA, 10, Coluna (D)).

- Tabela 10 — Centralidades tipo e coeficiente de obstrução dos líderes (*)

| No. Líder | Degree ⁽ⁱ⁾ (A) | Closeness (B) | Betweenness (C) | Constraint Coefficient (D) |
|-----------|------------------------------|------------------------|--------------------|----------------------------------|
| 10 | 18,00 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 71,00 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 113,09 | 0,19 |
| 17 | 17,00 | 76,00 | 81,51 | 0,19 |
| 12 | 14,00 | 79,00 | 71,57 | 0,22 |
| 24 | 14,00 | 76,00 | 62,23 | 0,25 |
| 20 | 13,00 | 82,00 | 12,16 | 0,28 |
| 14 | 12,00 | 80,00 | 31,41 | 0,28 |
| 27 | 12,00 | 83,00 | 20,18 | 0,28 |
| 16 | 11,00 | 76,00 | 52,42 | 0,29 |
| 19 | 11,00 | 83,00 | 10,75 | 0,32 |
| 22 | 11,00 | 84,00 | 4,36 | 0,33 |
| 6 | 10,00 | 82,00 | 61,20 | 0,31 |
| 26 | 10,00 | 86,00 | 3,75 | 0,36 |
| 1 | 9,00 | 91,00 | 55,73 | 0,32 |
| 25 | 9,00 | 85,00 | 38,61 | 0,31 |
| 23 | 8,00 | 90,00 | 0,21 | 0,44 |
| 21 | 8,00 | 90,00 | 1,94 | 0,43 |
| 4 | 7,00 | 93,00 | 27,37 | 0,39 |
| 31 | 7,00 | 89,00 | 40,35 | 0,45 |
| 2 | 7,00 | 90,00 | 19,14 | 0,36 |
| 15 | 7,00 | 87,00 | 33,07 | 0,40 |
| 34 | 7,00 | 89,00 | 3,52 | 0,47 |
| 8 | 6,00 | 86,00 | 20,39 | 0,45 |
| 30 | 6,00 | 86,00 | 18,11 | 0,42 |
| 11 | 5,00 | 96,00 | 3,20 | 0,59 |
| 3 | 4,00 | 116,00 | 36,46 | 0,54 |
| 35 | 4,00 | 109,00 | 6,43 | 0,54 |
| 39 | 4,00 | 98,00 | 1,27 | 0,64 |
| 5 | 4,00 | 93,00 | 17,94 | 0,54 |
| 33 | 4,00 | 105,00 | 8,79 | 0,54 |
| 40 | 3,00 | 112,00 | 0,00 | 0,93 |
| 36 | 3,00 | 98,00 | 0,00 | 0,93 |
| 7 | 3,00 | 112,00 | 0,33 | 0,84 |
| 9 | 3,00 | 104,00 | 1,17 | 0,61 |
| 32 | 2,00 | 108,00 | 0,45 | 0,50 |
| 13 | 2,00 | 118,00 | 0,90 | 0,50 |
| 38 | 1,00 | 112,00 | 0,00 | 1,00 |
| 37 | 1,00 | 115,00 | 0,00 | 1,00 |
| 29 | 1,00 | 152,00 | 0,00 | 1,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa Ucinet (versão 6.625), com dados coletados em campo.

(*) Sem incluir os líderes isolados.

⁽ⁱ⁾ Fórmula dos indicadores no anexo matemático.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores em cinza escuro são significativamente maiores da média, num intervalo de confiança do 99,0%.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Valores em cinza claro são significativamente menores da média, num intervalo de confiança do 99,0%.

A ideia de segmentos mais densos da rede, ainda que interligados entre si, coloca a possível existência de subgrupos (subestruturas) de base a partir das quais os líderes desenvolvem com maior intensidade a suas iniciativas de trabalho comunitário. Para explorar a presença de subgrupos foi empregado o conceito de Clã da análise de redes sociais. O Clã se deriva, por sua vez, do Clique o qual é definido como “o máximo número de atores que apresentam todos os laços possíveis entre eles” (HANNEMAN; RIDDLE, *Ibid.*)⁹. No entanto, o pertencimento a um grupo pode ser dado também pela via indireta de um ator intermediário e, portanto, formada por dois passos ou laços. No Clã, este ator mediador faz parte do grupo também e a extensão da via para chegar a algum integrante pode ser igual ou maior que dois. Sob a distância padrão de dois, a mínima para incluir intermediários e, por sua vez, com a maior proximidade possível entre os membros deste tipo de agrupação, foi encontrado um padrão de proximidades em torno de dois grandes subconjuntos entre os líderes. Cada um tem uma díade nuclear, como se pode observar nos topos da Figura 3, formada por uma dupla de atores que seriam os mais próximos entre eles, e que resulta no final do processo cumulativo de criação de subconjuntos e de fracionamento simultâneo até decompor a rede global. Ao longo do fracionamento, os subconjuntos perdem integrantes até o ponto de estes ficarem isolados.

⁹ Ver anexo matemático.

• Figura 3 — Matriz de sobreposição de agrupamento hierárquico.

| Level | No. Líder | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------|-----------|----|----|----|---|----|---|---|---|---|----|----|---|---|----|---|----|----|----|----|----|----|----|----|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 18 | 28 | 32 | 39 | 3 | 38 | 5 | 2 | 1 | 4 | 31 | 25 | 6 | 8 | 35 | 7 | 36 | 37 | 23 | 29 | 11 | 33 | 13 | 21 | 9 | 15 | 19 | 20 | 22 | 12 | 14 | 10 | 16 | 17 | 24 | 27 | 26 | 30 | 34 | 40 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | | | | | |
| 11.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | | | |
| 10.296 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | | | |
| 9.455 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | | |
| 8.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | | |
| 7.523 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | |
| 7.333 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | |
| 7.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | | |
| 6.133 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | |
| 6.107 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | |
| 6.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | |
| 5.498 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | | |
| 5.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | |
| 4.933 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | | |
| 4.857 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | |
| 4.371 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | |
| 3.170 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | |
| 2.938 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | | |
| 2.590 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | |
| 2.184 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | |
| 2.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | |
| 1.852 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | | |
| 1.589 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | |
| 1.225 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | |
| 1.000 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | |
| 0.925 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | |
| 0.773 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . |
| 0.355 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . |
| 0.188 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . |
| 0.031 | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . | . |
| 0.000 | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa Ucinet (versão 6.625), com dados coletados em campo.

Uma das díades nucleares, no topo à direita do gráfico anterior, é formada por líderes que estão fora do perfil dos tradicionais (do tipo emergente), colocado na seção anterior deste capítulo, e os membros ao redor dela compartilham esta mesma característica; salvo por alguns que foram isolados e descartados da rede global (2 em total), ou que ficaram mais próximos (4 em total) da outra agrupação integrada pela totalidade de líderes que cumprem com o perfil dos tradicionais. Este último subgrupo conta também com uma díade nuclear, no topo à esquerda do gráfico.

Os emergentes que ficaram no subgrupo dos tradicionais registram esta proximidade em razão do critério matemático de distância usado no indicador de Clãs. Em relação a este ponto, cabem várias explicações em termos qualitativos. É um líder que tem compartilhado espaços institucionais nas quais é típica a figuração dos tradicionais, apesar de mobilizar agendas diferenciadas; ou é alguém que tem avançado em um trabalho comunitário independente da rede e em algum momento se apoiou em um líder tradicional por sua experiência, contatos ou facilidades logísticas; ou é um ator que tem se movimentado entre tradicionais e emergentes e, no balanço, há

acumulado mais laços diretos ou intermédios com os primeiros. Os outros dois líderes emergentes que foram deixados de lado da rede, na formação dos clãs, seriam atores que também estão no meio dos dois grupos principais, mas o balanço mencionado resulta indeterminado de maneira que é impossível classificá-los.

Na leitura descritiva da rede de trabalho comunitário dos líderes fica, portanto, confirmada a existência dos perfis de tradicionais e emergentes, identificados antes pelas semelhanças de atributos individuais; com a diferença que a verificação tem sido agora na forma de subestruturas de interação que, ao mesmo tempo, dialogam entre si.

5.3. Quais são os mecanismos sociais que fundamentam o trabalho comunitário entre os líderes?

Em razão à natureza exploratória da pesquisa sobre os padrões fundamentais de interação de trabalho entre os líderes, foram realizadas múltiplas avaliações com combinações diversas de configurações estruturais, ou mecanismos sociais, típicos dos modelos ERGM (Exponential Random Graph Models) da análise de redes sociais (LUSHER; KOSKINEN; ROBINS, 2013), em termos das situações nomeadas de centralidade (atividade/popularidade), encerramento (closure) e ponte (brokerage) já explicadas no capítulo metodológico do presente estudo. Os resultados definitivos estão resumidos em três modelos construídos de modo suplementar, cada um com variáveis adicionais sobre o anterior, na ideia de desenvolver uma análise parcimoniosa dos efeitos sobre a rede. O primeiro se limita aos efeitos estruturais das configurações que representam processos endógenos na rede; o segundo inclui os atributos individuais (monádicos) dos líderes, e o terceiro agrega outros tipos de relações incidentes colocadas como variáveis diádicas.

Cada modelo foi convergente¹⁰ no sentido de garantir que a rede observada, dos laços de trabalho comunitário, fosse central no espaço amostral de grafos aleatórios. Desta maneira, é possível verificar a significância estatística de cada configuração estrutural incluída. Com tudo, o ajuste de cada modelo foi confirmado com o teste GOF (da abreviatura em inglês para ‘goodness of fit’ - bondade de ajuste) respectivo e o seu indicador complementar da distância Mahalanobis (HARRIGAN, 2016) (TABELAS, A2. 46.–48., do Apêndice 2).

5.3.1. Modelo I




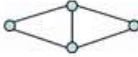
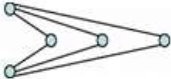


No primeiro modelo, com o qual se indaga sobre as configurações estruturais ou endógenas responsáveis da existência da rede só, se acha que aquelas estatisticamente significativas são o laço ou adjacência simples (‘edge’), a estrela de duas pontas (‘2-star’), o duplo triângulo (‘Triangle2’), e a senda alternada de dois laços (passos) (‘A2P’)¹¹ (TABELA, 11). A primeira, de adjacência, faz um papel de “linha de base a respeito da propensão para a ocorrência dos laços” (LUSHER; KOSKINEN; ROBINS, *Ibid.*). As outras três revelariam, em princípio, tipos de ponte entre as subestruturas (subgrupos) presentes de líderes tradicionais e não tradicionais

¹⁰ Como medida padrão de convergência, se considera que o valor absoluto da ratio t de cada configuração local no modelo deve ser menor a 0,1 (HARRIGAN, 2016, 22-24). Esta ratio é igual ao valor (quantidade) observado (Obs) da configuração menos o valor (quantidade) médio (Méd Amost) da configuração, no conjunto amostral de grafos aleatórios, todo aquilo dividido pelo desvio padrão (Desv Pad) do valor médio no conjunto amostral: $((\text{Obs}) - (\text{Méd Amost})) / (\text{Desv Pad})$.

¹¹ As configurações alternadas foram introduzidas nos modelos ERGM para ajustar os processos Markovianos os quais, como foi tratado no capítulo metodológico, são básicos na representação da interdependência das observações (laços). Os triângulos alternados e as sendas alternadas têm por objeto permitir padrões locais de adensamento sob sub-estruturas de tríade, em vista que a tendência com os Markovianos é a distribuição uniforme das tríades pela rede toda. Adicionalmente, as sendas alternadas servem para controlar mais outra tendência dos Markovianos, pela mesma natureza de interdependência, que consiste no fechamento das tríades e a multiplicação desmedida de triângulos em consequência. A ideia de alternada vêm da comprovação da regularidade na sequência entre coeficientes com símbolos positivos e negativos intercalados na medida que aumenta a ordem, ou profundidade, da relação entre os dois nodos que conformam a base da tríade. Aquilo refleti a dificuldade prática de incrementar as relações e o número de nodos (atores) conectados indefinidamente. Daí a possibilidade de introduzir configurações alternadas que sintetizam esta constatação mediante uma soma ponderada das diferentes ordens de relacionamento, com as mais altas acompanhadas dum peso menor (LUSHER; KOSKINEN; ROBINS, 2013).

(emergentes); isto é, indicam quais os mecanismos que poderiam manter em comunicação os componentes polarizadores da estrutura total.

- Tabela 11 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de trabalho comunitário entre líderes

| Efeitos de rede | | Parâmetros (coeficientes) | Desvio Padrão | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------|---|
| Efeitos estruturais puros (endógenos) | | | | |
| Edge (adjacência) |  | -2,87 | 0,64 | * |
| Atividade/Popularidade | | | | |
| 2-star (estrela de duas pontas) |  | -0,20 | 0,09 | * |
| 3-star (estrela de três pontas) |  | 0,00 | 0,01 | |
| Brokerage (Ponte) | | | | |
| Triangle2 (duplo triângulo) |  | -0,04 | 0,01 | * |
| A2P (senda alternada de dois laços) |  | 0,19 | 0,08 | * |
| AET (triângulo com adjacências alternadas) |  | -0,03 | 0,30 | |
| Closure (Encerramento) | | | | |
| Triangle (triângulo) |  | 1,91 | 1,72 | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa PNet (versão 1.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo.

No entanto, a única configuração significativa cujo coeficiente registra símbolo positivo é a de senda alternada de dois laços (passos); o qual revela que a quantidade de vezes que este mecanismo se acha na rede observada é significativamente maior, do ponto de vista estatístico, do que o esperado pelo acaso e, então, constitui o padrão de interação responsável da rede toda. Outra forma de entender as sendas alternadas é mediante a presença de estrelas de duas pontas que sempre coincidem nos seus extremos. Deste modo representam uma conexão de dois laços entre dois nodos (atores) mediada por um terceiro nodo, e que se reproduz várias vezes com vários

atores intermediários adicionais. Neste sentido, cabe dizer que é uma relação que se aprofunda ou escala em conexões intermediárias de mais alta ordem, apesar de não se consolidar num laço direto devido a “antipatias mútuas ou distâncias geográficas” por exemplo (Lusher, e outros; *Ibíd.*). No caso dos laços de trabalho entre líderes aqui colocada, os extremos desta relação intermediada seriam os nodos mais centrais que operam como núcleos das duas grandes agrupações de tradicionais e emergentes ao interior da rede; ou seja, em razão da sua popularidade/atividade que faz deles, ao mesmo tempo, articuladores de trabalho em coletivo no Aglomerado. Quer dizer então que a rede toda depende do diálogo (propositivo/conflitivo) diversificado que mantenham estes dois componentes a partir dos seus centros respectivos e, no qual, uma das partes sirva de referente ou recurso complementar para a outra. No momento que alguma das duas perca esse atrativo, a comunicação ficaria quebrada e a rede exposta a fraturas definitivas. A estrela de duas pontas e o duplo triângulo, por sua vez, registram coeficientes negativos, de maneira que o número observado destas configurações na rede analisada é significativamente menor, em termos estatísticos, que o esperado pelo acaso. Não seriam, portanto, esquemas padrão de interação que expliquem a conformação da rede observada. Representam situações particulares tipo ponte que não conseguem suportar o conjunto de laços de trabalho comunitário.

Ao respeito do duplo triângulo, por exemplo, tem se comentado que os nodos centrais (núcleos) da rede podem funcionar como bases de pontes alternadas com o seu par. Os alter's destes nodos, ou líderes conectados a eles, faram o papel de mediadores na medida que sejam portadores daquele referente ou recurso complementar necessário para a interligação com o sub-grupo na contraparte. Caso a interação de um desses alter's seja maior com os alter's de um núcleo que com os alter's do outro identifica-se a dificuldade de consolidação do seu rol de intermediário, porque as informações e recursos que por ele transitam podem ser mais do tipo redundante e já reconhecidos dentro de um grupo específico. A base comum do duplo triângulo refleti as interações entre alter's de núcleos, também em comum, as quais podem acabar por operar como barragem para conectar os dois nodos centrais da rede entre si.

Na rede analisada de interações entre os líderes, observa-se que um dos temas de convergência é a ocupação do tempo livre dos meninos moradores do Aglomerado

para evitar a sua entrada no mundo das drogas. A sede da Associação Comunitária do Cafezal, da qual faz parte um dos líderes nucleares do subgrupo dos tradicionais, tem funcionado, ao longo dos anos e em parte, como local de oficinas (aulas) de disciplinas esportivas, artísticas e vocacionais com foco nos jovens. A troca de espaço físico pelo conhecimento de líderes emergentes em seu papel de professores, identificados comoicineiros, serve para estabelecer parcerias de trabalho comunitário cujo objetivo é beneficiar os estudantes envolvidos.

Há alguns anos, 'XX' realizou uma parceria no campo de produção em meios audiovisuais com ênfase em rádio. A sua liderança da extinta rádio comunitária Caracol permitiu-lhe mobilizar iniciativas noticiadas com destaque fora do Aglomerado como a revitalização da praça de esportes do Cafezal, uma das obras inconclusas no programa Vila Viva. 'XX' tem concentrado seu o trabalho comunitário no aglomerado em uma oficina de fotografia, como parte do Programa Estadual de Prevenção do Homicídios, o Fica Vivo. No entanto, enquanto o trabalho concentra-se em atividades deste projeto, as campanhas para melhorias de espaços públicos na comunidade e a oficina na Associação do Cafezal encontram-se inativos. Uma das razões que, possivelmente, tenha motivado a inibição de tais atividades, talvez seja a proibição de rádios comunitárias por parte da prefeitura.

'JJ' é um dos parceiros do trabalho comunitário da Associação do Cafezal e parente do líder nuclear do subgrupo dos tradicionais, já anotado mais atrás, que integra esta coletividade de moradores da vila. Na Associação, 'JJ' ministra aulas de capoeira e, além disso, foiicineiro do programa Fica Vivo.

'QQ', compositor e cantor de rap, é um dos líderes emergentes e nucleares, conhece a 'XX' e a 'JJ' por terem trabalhado juntos no Fica Vivo, mas se retirou para iniciar o seu projeto de Centro Cultural 'Lá da Favelinha' na vila Novo São Lucas. Se 'QQ' estivesse interessado em uma parceria para o uso da sede do Cafezal, de fato a única Associação Comunitária do Aglomerado com um local próprio, ainda que deteriorado, ele poderia procurar 'XX' ou a 'JJ' como intermediários por sua necessidade de estabelecer laços diretos com qualquer um dos tradicionais. Porém, neste momento, 'XX' está mais envolvida com os antigos colegas do 'QQ' no Fica Vivo, os alter's deste

último, em um esquema de relações que fica descrito na configuração indicada no triângulo duplo, e em cuja base da triangulação se acha o laço entre 'XX' e 'JJ'. Apesar disso, o 'JJ' pode funcionar melhor como ponte para 'QQ' porque o primeiro já não integra o Fica Vivo, pois deixou a atividade para mobilizar seu projeto cultural comunitário; ele tem proximidades de sangue com o núcleo dos tradicionais e conhece outros líderes emergentes (das artes marciais) que não tem contato direto, não são alter's, com 'QQ', ainda que têm proximidade com os tradicionais. Ou seja, 'JJ' seria um dos caminhos alternados de dois passos, e até mais passos, entre os núcleos dos emergentes e tradicionais.

As demais configurações no modelo não evidenciam um número observado que se diferencie significativamente daquele esperado em média dentro do espaço de ocorrências aleatórias; por isso ficam sem associação com algum processo social específico na rede.

5.3.2. Modelo II

Neste modelo, nomeado de seleção social (já comentado no capítulo de metodologia), são verificadas as características que os líderes observam entre si para realizarem trabalho conjunto e, em particular, a influência do Programa Vila Viva nestas escolhas dada a relação individual que cada líder teve com a intervenção de melhoramento urbanístico. As variáveis monádicas empregadas nesse sentido são participação direta, benefícios adquiridos e posição no debate sobre os efeitos intermediários e finais em segurança pública do Programa. Os demais atributos individuais são então empregados como controle da incidência do Vila Viva e consideram, o pertencimento ou não do líder ao subgrupo dos tradicionais, e o seu âmbito típico de trabalho comunitário. 22,5%, 9 dos 40 líderes entrevistados, cumprem com o perfil tradicional. A maioria, 66,6%, que equivale a 6 deles, declarou as áreas de urbanismo e educação como seus âmbitos distintivos no seu trabalho comunitário; enquanto os esforços dos líderes emergentes têm se concentrado nos âmbitos declarados de cultura, esportes

e lazer, 41,9%, equivalente a 13 pessoas, e de saúde com o 16,1%, equivalente a 5 deles (TABELA, A2. 1., do Apêndice 2).

5.3.2.1. Descrição das variáveis monádicas sobre a relação com o Vila Viva: participação e benefícios

A variável da participação direta no Programa Vila Viva foi construída no intuito de registrar as diferentes atividades nas que os líderes tinham-se envolvido durante o desenho e implementação da intervenção urbanística (QUADRO, A1. 2., do Apêndice 1 sobre descrição e estrutura das variáveis). Como já tinha sido advertido no capítulo IV do presente estudo, a maioria (66,7%, equivalente a 6 pessoas) dos líderes tradicionais fizeram parte do Plano Global Específico (PGE) ou do Núcleo de Defesa Civil (NUDEC), este último orientado ao monitoramento das áreas catalogadas dentro do Vila Viva como de risco geológico e construtivo por desabamento e por inundação; em contraste com 13,0% (equivalente a 4 pessoas) de participação dos líderes emergentes nestas atividades. Mais 11,1% (uma pessoa) dos líderes tradicionais ajudaram em tarefas de comunicação, trabalho social e mediação de conflitos no decorrer das obras, enquanto os emergentes contribuíram no 19,4% (6 pessoas) dos entrevistados deste subgrupo. 11,1% (uma pessoa) dos líderes tradicionais se limitou a assistir reuniões informativas do Programa e a proporção restante, igual em 11,1% (uma pessoa), afirmou ficar de fora de qualquer forma de participação. Pelo contrário, os emergentes registraram proporções de 25,8% (8 pessoas) e de 41,9% (13 pessoas) de maneira respectiva para cada uma destas duas situações (TABELA A2. 2, do Apêndice 2).

Os benefícios adquiridos pelos líderes, por parte da execução do Vila Viva, vinham em forma de indenização pela remoção da moradia, em razão dos riscos de ordem geológica e construtiva, ou de apartamento para se reassentar dentro do Aglomerado. 33,3% (3) dos líderes tradicionais ou seus parentes receberam algum destes tipos de benefícios. E 45,2% (14 pessoas) dos emergentes foi favorecido do mesmo modo.

5.3.2.2. *Posições sobre os efeitos intermediários do Vila Viva na segurança pública*

Em relação à valoração dos efeitos intermediários do programa urbanístico na segurança pública do Aglomerado, foram colocadas afirmações, em um sentido positivo, sobre o impacto considerado na vida e organização comunitária dos moradores. Desta maneira, foi possível conhecer o parecer dos líderes a respeito do potencial da intervenção para contribuir com a articulação dos moradores na atenção às demandas coletivas do Aglomerado e, portanto, no apoio ao nível paroquial que estaria disponível para o controle de delitos ou transgressões. As afirmações empregadas foram baseadas em aspectos teóricos de coesão social e do acontecer comunitário, e que também se registraram durante a fase qualitativa da pesquisa. 4 alternativas de resposta acompanharam cada uma das colocações: ‘concorda’, ‘concorda parcialmente’, ‘não concorda parcialmente’ e ‘não concorda’ com o enunciado. As respostas logo seriam codificadas numa escala ordenada mediante a qual se atribui o nível 4 para primeira até 1 para a última. De acordo ao grau de correlação entre a distribuição de respostas para cada item, se construíram 4 indicadores pelo método fatorial de análise de componentes principais para variáveis categóricas (CATPCA, da sua abreviatura em inglês)¹². Os indicadores obtidos permitiram caracterizar a ação coletiva no Aglomerado, desde a existência de uma base social atuante e o acesso de recursos em seu apoio até a organização propriamente dita.

O primeiro indicador, nomeado de coesão social com capacidade de ação, tem servido para aglutinar os pareceres dos líderes acerca da influência do Programa em ações de solidariedade, confiança e reciprocidade entre vizinhos e moradores em geral, junto com a comunicação mútua e a realização de eventos coletivos (QUADRO, A1. 3., do Apêndice 1). A observação das frequências de respostas, nos distintos componentes

¹² Ver Apêndice 2 com as composições fatoriais de cada indicador, e seu respetivo teste dado pelo Eigenvalue e Alfa de Cronbach, todo calculado no programa SPSS versão 15.0.

do indicador, demonstra a existência de posições diferenciadas dos líderes emergentes e dos líderes tradicionais (TABELAS, A2. 3. – 8., do Apêndice 2). Terça parte dos primeiros nega categoricamente os efeitos positivos do Programa. Entre um e três quartos deste tipo de liderança confere valorização ao programa, ainda que de forma duvidosa. Em geral, as posições dos emergentes estão divididas entre concordância e discordância dos efeitos positivos do programa; com exceção da consideração do item sobre tornar possível a realização de eventos coletivos entre moradores na qual a parcela alinhada com o efeito positivo é majoritária, em definitiva, com 66,7% das respostas. Deste percentual, 40% o faz de maneira parcial.

No caso dos líderes tradicionais, a tendência da maioria é uma valorização favorável, sem dúvida, com destaque (66,7%) para a colocação já mencionada sobre os eventos coletivos. A posição mais clara (66,7%) na hora de concordar com o efeito positivo, ainda que com dúvidas, tem lugar sobre a afirmação relativa à solidariedade (estímulo à proteção e cuidado de parentes e bens materiais entre vizinhos). Na consideração em torno à melhoria da comunicação e troca de ideias entre vizinhos, foi onde as valorações favoráveis ficaram mais divididas (com porcentagens de 44,4% para concorda, de um lado e concorda parcialmente do outro). Houve uma avaliação negativa do programa no quesito tornar os moradores mais confiantes nos seus vizinhos. Neste campo, uma quarta parte dos líderes tradicionais discordou total ou parcialmente.

No segundo indicador, intitulado atração de recursos para a organização comunitária, circulação e acesso ao Aglomerado, a avaliação dos líderes emergentes é favorável (QUADRO, A1. 3., do Apêndice 1). Nesta avaliação, sobressai o item localização e identificação dos domicílios com o 75,9% de aprovação. O item sobre melhorias na circulação de pessoas, mercadorias e recursos usados em iniciativas comunitárias, a partir do programa, registra uma avaliação favorável e duvidosa (46,7%); porém a parcela que concorda de maneira total com esta colocação é do 43,3%. Por outro lado, 17,8% nega o efeito positivo sobre programa possibilitar a circulação mais segura de veículos e pedestres (TABELAS, A2. 9.– 12., do Apêndice 2).

Os líderes tradicionais, por sua vez, neste quesito, ratificam a avaliação favorável de modo mais contundente com o percentual acima de 60% na categoria 'concorda' totalmente com as colocações que compõem este indicador. Exceção de maior discordância se relaciona apenas ao item sobre a circulação segura de veículos e pedestres. 25% é o percentual de líderes tradicionais que apresentam discordância. Tal posição, se aproxima à dos líderes emergentes

O terceiro indicador trata acerca da oferta de espaços públicos (QUADRO, A1. 3., do Apêndice 1). O 56,7% dos líderes emergentes concorda com melhorias nos espaços físicos para atividades recreativas e culturais, porém o 30% o faz de maneira parcial; e uma proporção semelhante (33,3%) não reconhece dito efeito positivo. Enquanto que os líderes tradicionais fazem um reconhecimento favorável ao Programa no 88,9% dos casos, ainda que com dúvidas numa proporção de 77,8% (TABELA, A2. 13., do Apêndice 2).

Por sua vez, no quarto e último indicador de impactos intermediários do Vila Viva na segurança pública, pela via da organização e vida comunitária, se encontram as avaliações da capacidade organizacional própria (QUADRO, A1. 3., do Apêndice 1). Compreende afirmações sobre a participação na priorização e desenho das obras urbanísticas, o treinamento de habilidades para a gestão comunitária, aproximação entre os moradores e seus líderes, e o cuidado coletivo de espaços públicos. A tendência no conjunto de itens deste indicador, entre os líderes emergentes, é de uma posição conforme, porém parcial, com destaque (43,3% dos respondentes) para o item aproximação dos representantes comunitários com os moradores na execução do programa. A avaliação mais favorável, com o 39,3% deste subgrupo de líderes, se refere à promoção do cuidado coletivo das novas áreas verdes e espaços públicos; porém, aqui também há 32,1% que discorda totalmente desta proposição. A maior proporção de discordantes (37,9%) tem lugar na consideração do treinamento das habilidades dos moradores na gestão comunitária. O item que demonstra maior divisão de opiniões, com saldo pequeno favorável ao efeito positivo, é o que trata sobre a oportunidade dada aos moradores para participar na discussão e desenho das obras prioritárias (TABELAS, A2. 14.–18., do Apêndice 2).

Os líderes tradicionais, por outro lado, outorgam uma avaliação favorável no conjunto do indicador; com proporções neste sentido acima do 60%, em geral, e valores máximos do 66,7% para os itens da participação na discussão das obras e a aproximação entre líderes e moradores. A posição positiva fica mais em dúvida (37,5% dos líderes tradicionais entrevistados) e, ao mesmo tempo, gera mais respostas discordantes (37,5%) quando se indaga da promoção do cuidado coletivo de novas áreas verdes e espaços públicos.

5.3.2.3. *Posições sobre o efeito final do Vila Viva na segurança pública*

Nesta oportunidade se listaram o conjunto de obras urbanísticas para a sua avaliação positiva em segurança pública por parte dos líderes a partir de uma escala de '0', caso não fosse reconhecido impacto, até '5', quando se considerasse muito impacto. Distribuições correlacionadas de frequência de respostas foram agregadas, de novo, mediante a análise de componentes principais para variáveis categóricas (CATPCA)¹³, e derivados 4 indicadores que permitem verificar também posições diferenciadas entre líderes emergentes e tradicionais.

O primeiro indicador, nesta oportunidade, é o de moradia que compreende a construção de apartamentos, o processo de remoção e reassentamento de famílias devido a riscos construtivos e geológicos considerados nas unidades habitacionais originais, e a delimitação de áreas catalogadas como parques (QUADRO, A1. 4., do Apêndice 1). Mais da metade dos líderes emergentes dão notas positivas intermediárias (entre 2 e 3, ou 3 e 4). Aproximadamente 15% confere a nota mais alta ('5'), enquanto que 30% registra '0' quando questionados sobre a delimitação de parques sob comando do Vila Viva. Quanto aos líderes tradicionais, mais da metade atribuem nota '5' a respeito dos prédios de apartamentos (o 66,7%) e da remoção e reassentamento de famílias (55,6%). No item referente à delimitação de parques, esta

¹³ Ver Apêndice 2 com as composições fatoriais de cada indicador, e seu respectivo teste dado pelo Eigenvalue e Alfa de Cronbach, todo calculado no programa SPSS versão 15.0.

proporção se reduz até 22,2%; a terceira parte deste subgrupo de entrevistados responde com uma nota de '3', e outro 33,3% com '0', '1' ou '2' (TABELAS, A2. 19.–22., do Apêndice 2).

No seguinte indicador, de infraestrutura, se indagou sobre obras em matéria de vias, esgoto, saneamento básico, e iluminação pública (QUADRO, A1. 4., do Apêndice 1). A distribuição relativa de respostas tende a se concentrar nos níveis mais elevados da escala de notas (de 3 até 5), entre os líderes emergentes, o que somado configura a proporção majoritária. Esta tendência foi mais nítida no item das obras de esgoto e saneamento básico, na qual a nota '5' teve um registro no 32,3% dos entrevistados do subgrupo. Uma posição mais positiva é demonstrada pelo grupo dos líderes tradicionais, com avaliações mais próximas do '5' nos diferentes itens do indicador; com exceção das obras de esgoto e saneamento básico sobre as quais o percentual de notas entre '2' e '5' foi de 22,2% para cada uma (TABELAS, A2. 23.–26., do Apêndice 2).

No tocante ao terceiro indicador, nomeado de obras Cardoso, foram registradas as apreciações relativas a avenida e a praça do mesmo nome Cardoso, e que têm se constituído nas principais referências em matéria viária e de espaço público por seu tamanho, localização e funcionalidade no Aglomerado (QUADRO, A1. 4., do Apêndice 1). Os líderes emergentes conferem notas acima de '3' em uma proporção superior ao 60%, sobre os dois itens que conformam o indicador. Enquanto a avenida obteve avaliações de '0' ou '1' na avaliação de 19,4% dos entrevistados deste subgrupo, e de 19% dos entrevistados ao responderem perguntas sobre a praça. Em relação aos líderes tradicionais, não há notas baixas de '0' ou '1', e as mais altas de '4' ou '5' representam mais do 55% da avaliação dos itens (TABELAS, A2. 27.–29., do Apêndice 2).





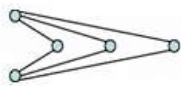






Por último, o indicador de equipamentos comunitários foi integrado pelas avaliações sobre a construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na vila Fátima e de 5 Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) (QUADRO, A1. 4., do Apêndice 1). A maioria (56,7%) dos líderes emergentes avalia com nota '5' o efeito positivo em segurança pública destes edifícios e outro 20% atribuem nota '4'.

Enquanto os tradicionais atribuem algumas destas duas avaliações em 62,5% das vezes. Adicionalmente, uma quarta parte dos integrantes deste subgrupo registra nota de '2' (TABELA, A2. 30., do Apêndice 2).

5.3.2.4. *Resultados do modelo e discussão*

Das diferentes variáveis do Vila Viva se mostraram significativos os indicadores do efeito final em segurança pública a partir das obras em matéria de moradia, por um lado, e de equipamentos comunitários por outro (TABELA, 12). Considerando os dois como variáveis contínuas, nos modelos ERGM, é avaliada a diferença entre os líderes na escala do indicador, de modo que a análise está focada na heterofilia dos laços. Isto é, se os líderes trabalham juntos quando, ou apesar de, registrar posições diferentes a respeito do efeito das obras em segurança, discriminadas por aspectos específicos. O coeficiente das obras em moradia é negativo; portanto, o efeito de heterofilia é escasso e, o seu contrário, a homofilia é o padrão com presença significativa na rede. Quer dizer que os líderes que se conectam para fazer trabalho comunitário são os que compartilham visões similares sobre o legado em segurança do Vila Viva em termos de moradia. Aqui há dois blocos, o dos que concedem notas altas e o dos críticos; e, de fato, este aspecto tem sido um dos mais controversos do Programa com várias implicações na garantia de segurança pública.

- Tabela 12 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de trabalho comunitário, com efeitos monádicos

| Efeitos de rede | | Parâmetros (coeficientes) | Desvio Padrão | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------|---|
| Efeitos estruturais puros (endógenos) | | | | |
| <i>Edge (adjacência)</i> |  | -2,62 | 0,65 | * |
| Atividade/Popularidade | | | | |
| <i>2-star (estrela de duas pontas)</i> |  | -0,14 | 0,10 | * |
| <i>3-star (estrela de três pontas)</i> |  | 0,00 | 0,01 | |
| Brokerage (Ponte) | | | | |
| <i>Triangle2 (duplo triângulo)</i> |  | -0,03 | 0,01 | * |
| <i>A2P (senda alternada de dois laços)</i> |  | 0,15 | 0,08 | * |
| <i>AET (triângulo com adjacências alternadas)</i> |  | -0,06 | 0,28 | |
| Closure (Encerramento) | | | | |
| <i>Triangle (triângulo)</i> |  | 1,77 | 1,61 | |
| Efeitos de relação de ator (exógenos) (círculos cheios indicam líderes com o atributo) | | | | |
| Homofilia (Líder tipo) | | | | |
| <i>LiderTipo_interaction</i> |  | 1,14 | 0,22 | * |
| Heterofilia (Moradia) | | | | |
| <i>Moradia_diff</i> |  | -0,44 | 0,13 | * |
| Heterofilia (Equipamentos comunitários) | | | | |
| <i>EquipCom_prod</i> |  | 0,02 | 0,01 | * |
| Heterofilia (Âmbito) | | | | |
| <i>âmbito_mismatch</i> |  | -0,62 | 0,14 | * |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa PNet (versão 1.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo.

Famílias localizadas em áreas consideradas pelos técnicos da prefeitura como de alto risco geológico e construtivo por desabamento e inundação das moradias, foram removidas e reassentadas em prédios de apartamentos. Entre os critérios de distribuição nas novas unidades habitacionais estavam o tamanho da família e a busca pela manutenção da rede de vizinhos do Aglomerado. As pessoas que rejeitaram a oferta dos apartamentos foram indenizadas com dinheiro em espécie. Algumas compraram uma casa no Aglomerado, outras o fizeram em áreas periféricas da cidade onde encontraram preços acessíveis para morar. Parte dos que aceitaram o apartamento decidiram alugá-lo e continuar residindo em construções próprias da favela. Houve então uma valorização imobiliária no Aglomerado devido a estes movimentos no mercado de moradia e por melhorias de conexão com as redes de infraestrutura da cidade (vias, água, energia elétrica), que permitiram maior acesso e habitabilidade chegando ao ponto de encarecer o solo.

As áreas de risco despejadas foram delimitadas e declaradas parques, junto com obras hidráulicas para controlar o nível das águas em épocas de chuva e regular seu caudal para a proteção dos bairros vizinhos localizados sobre cotas inferiores às do Aglomerado. Os líderes tradicionais, integrantes do Grupo de Referência (GE) dentro do Plano Global Específico (PGE) e o Programa Vila Viva conformaram também o Núcleo de Defesa Civil (NUDEC) como parte do Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR) da prefeitura o qual, igual o Vila Viva, depende da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Dentro do Nudec, os líderes tradicionais ficaram encarregados de monitorar as áreas de risco e alertar sobre novas ocupações.

Nas críticas apresentadas pelos líderes emergentes, foi exposto o fato de a realocação das famílias ter enfraquecido as redes de vizinhos, conformadas em cada vila, com efeitos mais marcados nos casos de saída do Aglomerado para morar na periferia da cidade. O acompanhamento das famílias reassentadas nos prédios foi insuficiente para eles se adaptarem ao novo modo de morar e administrar espaços comuns dentro dos prédios, sob a figura de um síndico e cotas para financiar a manutenção das edificações residenciais. Nos apartamentos, os moradores perderam liberdade construtiva para redesenhar seus espaços habitacionais, além da perda do quintal que a maioria costumava utilizar como horta ou como espaço para criação de

animais (porcos e galinhas, por exemplo). Ao redor dos principais córregos, que viraram parques, as pessoas mantinham árvores frutíferas e cuidavam destas fontes de água para poder lavar as suas roupas ali. Agora tinham perdido esses lugares e encontram-se encerrados por grades, carentes de equipamentos adequados para promoverem o funcionamento dos parques. Além disso, foi abandonado ali parte do entulho produto das remoções e das bases das moradias derrubadas nestas áreas.

Houve então uma redefinição e redelimitação de espaços privados, comuns e públicos que foi julgada como impositiva e alheia por uma parcela dos líderes. Os referentes de espaço que as pessoas tinham não foram substituídos e compensados com clareza, o qual podia conduzir à deterioração das novas áreas e a tensões por sua manutenção e administração. Hoje os nomeados parques estão descuidados, têm se convertido em lugares para armazenamento de lixo e entulho extra e para o consumo e venda de drogas. Além disso, tornaram-se espaços de novas ocupações, algumas motivadas e apoiadas por facções do tráfico. Alguns dos líderes emergentes têm tentado transformar parte destas áreas em horta comunitária e sede de atividades artísticas como alternativa de manutenção, porém a influência do mercado das drogas ronda também estas iniciativas apesar da distância que seus promotores pretendem marcar a respeito.

Com referência aos equipamentos comunitários construídos sob o Vila Viva, o efeito de heterofilia é positivo e funciona na forma de produto, ou seja, os laços significativamente abundantes na rede observada são aqueles cuja multiplicação matemática das avaliações dadas em segurança pela dupla de líderes envolvidos tende a ser maior; o que significa na prática que os líderes que outorgam notas baixas em segurança pública a estas obras tendem a se associar (trabalhar) com os que imputam notas altas, gerando um efeito nomeado de seguidor. Aquilo acontece porque só 5 dos 40 líderes avaliam com '1' ou '2', em uma escala cuja nota máxima corresponde a '5', o resultado dos equipamentos, e esta minoria trabalha com a maioria que tem uma avaliação satisfatória. Os equipamentos são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Fátima e as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) localizadas nas vilas Fátima, Marçola, e Novo São Lucas e que somam 5 em total. O CRAS serve de sede para a coordenação de uma rede de

atenção interinstitucional às problemáticas sociais do Aglomerado com foco na família e na convivência da população juvenil e idosa. As UMEI'S, por sua vez, são creches com desenho arquitetônico, com espaços amplos, com programa nutricional e com plano pedagógico voltado para crianças entre 0 e 5 anos de idade.

A influência do Vila Viva sobre a rede, pela via da relação e pareceres dos líderes com o Programa, é controlada pela divisão entre líderes tradicionais e líderes emergentes, segundo se evidencia na significância estatística da variável sobre o tipo de liderança. O coeficiente do efeito de interação é positivo o que denota uma tendência a se relacionar com os que fazem parte do mesmo subgrupo, o qual confirma a presença destas duas subestruturas principais nos laços de trabalho comunitário. A outra variável de controle, o âmbito típico de trabalho comunitário, mostra-se significativa com o efeito de heterofilia, porém com coeficiente negativo. Logo, o comportamento padrão é o contrário, ou seja, de homofilia. Os líderes se articulam se não divergem no âmbito de trabalho.

As pontes de caminhos alternados de dois laços (passos) e o duplo triângulo são configurações que mantêm a sua importância no modelo de seleção social, apresentado nesta seção, e no mesmo sentido estrutural colocado no modelo I. Isto é, com coeficiente positivo a primeira, apenas não significativo, e negativo para a segunda; o que denota a dependência da rede toda das conexões mediante as sendas alternadas.

5.3.3. Modelo III

Neste modelo final se exploram os efeitos adicionais de variáveis diádicas, mediante tipos diferentes de relações entre os líderes que podem incidir nas configurações

básicas ou locais da rede de trabalho comunitário¹⁴, junto com os atributos monádicos (individuais) já empregados, mais um nomeado de arraigo familiar do líder. Desta maneira é possível caracterizar os mecanismos sociais da rede e verificar outro dos efeitos do Programa Vila Viva. Em particular, foram introduzidos os laços recíprocos de amizade e conhecimento definitivo¹⁵, e a intensidade e a antiguidade (com respeito ao início das obras do Programa urbanístico) da relação mais geral e recíproca entre conhecidos. Empregou-se de novo o critério de reciprocidade nos laços para manter a consistência na análise com os laços de trabalho recíprocos também.

A diferença entre conhecido definitivo e conhecido geral é que o primeiro resulta do descarte de outras categorias (parente, amigo, vizinho, inimigo) que indicam maiores graus de proximidade ou tensão; enquanto o segundo vem do simples reconhecimento formal que implicaria um cumprimento e uma conversação convencional. Nesta última categorização, a do conhecido geral, usou-se os atributos de intensidade e antiguidade como proxy das mesmas características valorizadas nos laços de trabalho devido a problemas nas respostas dadas pelos líderes a respeito. Na intensidade, medida pelo número de projetos ou iniciativas trabalhadas em conjunto, houve confusão entre a ideia de projeto e a de atividade ou ação. Assim sendo, as pessoas mencionavam o que mais lembravam de modo que podiam expor uma quantidade imprecisa de projetos. Para o registro da antiguidade, houve falta de controle na confusão na informação sobre “há quanto tempo” que trabalharam juntos (desde a data de início deste tipo de relação) e o quanto tempo (duração específica dos projetos) trabalharam juntos. Pelo contrário, nas variáveis proxy funcionaram com

¹⁴ Neste caso se assume que os atributos diádicos operam como variáveis contextuais ou exógenas das variáveis estruturais ou configurações básicas da rede. Pode se prescindir deste suposto para analisar a interação bivariada, de dupla mão, com aqueles atributos diádicos num modelo de laços multiplexo; por exemplo, qual o condicionamento de laços de amizade sobre os de trabalho e, ao contrário, qual o dos segundos sobre os primeiros. Por enquanto, o foco nesta parte do estudo é entender os fundamentos do trabalho conjunto entre os líderes, de modo que a análise multiplexa fica como um desdobramento a ser desenvolvido em futuros escritos.

¹⁵ Também se registraram laços recíprocos de família, de vizinhança e de inimizade. Só que a sua presença foi mínima, de modo que perdiam relevância estatística. Ao respeito dos laços familiares, houve uma relação de pai para filho, entre dois irmãos e seu primo, e deles com uma tia-avó, quem integra o núcleo dos líderes tradicionais; os demais são parte dos não tradicionais (emergentes). A condição mutua de vizinhos só foi declarada em duas duplas de moradores da vila Cafezal. E a inimizade foi colocada em laços direcionados, que operavam num sentido unicamente, e, portanto, não tinham um reconhecimento recíproco.

clareza as categorias de intensidade, muito, pouco ou nada conhece o outro líder e o há quanto tempo, em anos, o conhece.





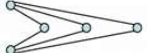









Laços entre amigos e conhecidos definitivos foram empregados para testar a importância de relações de ordem primária, surgidas nos âmbitos mais próximos de socialização, e de ordem secundária, nas escolhas de parceiros de trabalho pelos líderes. Chama a atenção o fato de ele preferirem a categoria de conhecido do que a de vizinho. Esta só ficou registrada em dois díades de uma mesma vila. Quer dizer que ainda há dificuldade para os líderes atribuírem o status de vizinho, do Aglomerado, o qual estaria restrito dentro dos limites de cada uma das vilas. Esta seria uma indicação de que a identidade de vizinhança e o nível paroquial de controle, para o Aglomerado como um todo ainda estaria em processo de construção. Aquilo é reforçado pela proporção elevada de familiares dos líderes que moram na mesma vila deles, de 95,2% do total de familiares moradores na favela para o caso dos tradicionais e de 65,6% entre os emergentes, e que faz com que a condição de vizinho se misture com a de parentes ou pessoas próximas dos parentes. Daí que tenha se introduzido neste modelo, de modo adicional, um novo atributo monádico de arraigo familiar do líder na vila onde mora, para perceber o alcance que este tipo de relações possa ter na ação coletiva paroquial de todo o Aglomerado.

5.3.3.1. Resultados do modelo III e discussão

No entanto, a única variável significativa neste modelo, de tipo diádico, foi a intensidade do laço de conhecido geral, na configuração de adjacência ('edge'), e com coeficiente positivo. Quer dizer que a rede observada de trabalho está baseada em laços fortes, de maior intensidade, no sentido conhece muito ao líder X. Enquanto tem se mantido o caminho alternado de dois laços (passos), como processo endógeno sustentador. Permanecem também os efeitos das homofilias, do lado dos atributos monádicos, no tocante ao parecer sobre a influência do Vila Viva em segurança, mediante as obras em moradia, e o pertencimento a um tipo de liderança e a um

âmbito de trajetória de trabalho comunitário. As homofilias têm servido para corroborar também a existência de duas subestruturas definidas dentro da rede, as agrupações de tradicionais e emergentes, as quais têm resultado então acompanhadas de laços fortes (TABELA, 13).

- Tabela 13 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de trabalho comunitário, com efeitos monádicos e diádicos

| Efeitos de rede | | Parâmetros (coeficientes) | Desvio Padrão | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------|---|
| Efeitos estruturais puros (endógenos) | | | | |
| Edge (adjacência) |  | -5,34 | 1,15 | * |
| Atividade/Popularidade | | | | |
| 2-star (estrela de duas pontas) |  | -0,03 | 0,14 | |
| 3-star (estrela de três pontas) |  | 0,00 | 0,01 | |
| Brokerage (Ponte) | | | | |
| Triangle2 (duplo triângulo) |  | -0,01 | 0,01 | |
| A2P (senda alternada de dois laços) |  | 0,18 | 0,09 | * |
| AET (triângulo com adjacências alternadas) |  | 0,42 | 0,32 | |
| Closure (Encerramento) | | | | |
| Triangle (triângulo) |  | -1,44 | 1,85 | |
| Efeitos de relação de ator (exógenos) (círculos cheios indicam líderes com o atributo) | | | | |
| Homofilia (Líder tipo) | | | | |
| LiderTipo_interaction |  | 1,96 | 0,41 | * |
| Heterofilia (Moradia) | | | | |
| Moradia_diff |  | -0,85 | 0,30 | * |
| Heterofilia (Equipamentos comunitários) | | | | |
| EquipCom_prod |  | 0,01 | 0,01 | |
| Heterofilia (Âmbito) | | | | |
| âmbito_mismatch |  | -0,76 | 0,30 | * |
| Redes que covariam (exógenas) (laço vermelho) | | | | |
| Intensidade conhecido geral | | | | |
| IntensidadeConh_edge (nas adjacências) |  | 2,54 | 0,51 | * |
| Amizade | | | | |
| Amigo_edge (nas adjacências) |  | 0,56 | 0,36 | |
| Intensidade conhecido geral | | | | |
| IntensidadeConh_S21 (nas estrelas de duas pontas) |  | -0,03 | 0,03 | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa PNet (versão 1.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo.

Contudo, cabe dizer que a ideia de forte aqui fica relativizada, dado que a intensidade ali medida foi usada como variável proxy daquela que os próprios laços de trabalho pudessem exibir. Aliás, a relação de conhecido geral pode parecer vaga para estabelecer os limites de onde é fraca ou forte; máxima se considerar que a noção de vizinho do Aglomerado como conjunto, mais do que a de vizinho de vila, se encontra em construção. Tendo em vista essa questão, a ideia de forte pode se entender melhor aqui como um sinal de maior proximidade entre os líderes no interior das subestruturas que o que se esperaria fora delas.

Em geral, do conjunto dos resultados das inferências estatísticas colocadas nos três modelos prévios, se deduz que com o Vila Viva se terminou por respeitar a composição da rede global de trabalho entre os líderes, na medida em que não houve incidência decisiva neste tipo de laços. Então, os líderes não consideraram relevante as suas próprias relações com o programa ou as suas apreciações sobre o potencial que este representaria para articular a ação coletiva do Aglomerado, no momento de fazer a suas escolhas de pares de trabalho. Pelo contrário, o programa teria ajudado a consolidar a presença dos dois subgrupos predominantes na rede devido fato de ter sido articulado com os líderes tradicionais e incitou uma convergência de críticas entre os emergentes, em particular, a partir da discussão sobre o modo de residir no Aglomerado sob a intervenção urbanística. Cabe observar se essa foi uma tendência na interação com o poder público em geral, mediante programas ou projetos de intervenção em outras áreas, o que explica então a não fragmentação definitiva da rede toda de ação coletiva representativa além do nível paroquial de controle de delitos. Esta avaliação procede no capítulo seguinte com o modelo de redes two-mode.

6. INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO NAS INICIATIVAS DE ATENÇÃO COMUNITÁRIA NO AGLOMERADO DA SERRA: O LUGAR DO VILA VIVA

Na atualidade, a organização comunitária no Aglomerado da Serra se caracteriza por formas de mobilização e resposta a demandas coletivas dos seus moradores geradas por eles mesmos ou pelo poder público e conduzidas com a participação de seus representantes comunitários. Nesse sentido, as iniciativas podem se constituir também em formas de aproximação e de interação do poder público para com a população residente da favela mediada por seus líderes, configurando assim, uma interação público-paroquial.

No capítulo se oferece uma análise do alcance do programa Vila Viva na organização comunitária, em relação a outras iniciativas de atenção das demandas coletivas do Aglomerado, e com algumas implicações na segurança pública da favela, na forma do potencial de controle público-paroquial de delitos e transgressões, colocadas de modo preliminar. Para isso parte-se de uma caracterização das iniciativas de atenção comunitária, baseada nos seus atributos particulares. Logo se avança na identificação de perfis de ação das iniciativas e suas mudanças a partir do cenário das obras do Vila Viva. Em seguida, apela-se à análise de redes sociais para questionar sobre o núcleo da ação coletiva no Aglomerado, mediante as iniciativas mais populares entre os líderes; e, finalmente, se identificam e discutem os mecanismos fundamentais de articulação dos líderes em torno das iniciativas, e a influência neles do Programa de Melhoramento Urbanístico.

Cabe esclarecer de início, que no inventário analisado não há uma figuração explícita do programa Vila Viva como iniciativa. O nomeado Grupo de Referência foi a instância de articulação com os moradores que se criou para a elaboração do Plano Global Específico (PGE), que norteia a intervenção urbanística, e para o acompanhamento e fiscalização das obras. No entanto, seus integrantes, líderes tradicionais em sua maioria, não consideram a sua participação no plano em termos deste grupo, mas a relacionam com o processo de trabalho mais antigo no programa de Orçamento Participativo do qual o próprio plano faz parte. Em função da proximidade dos líderes

tradicionais com o Vila Viva, é relevante indagar então neste capítulo, sobre a forma de articulação deles com outras iniciativas de atenção comunitária e em conjunto com os seus pares, os líderes emergentes. Tal indagação é uma maneira de explorar também informações sobre os limites da interação público-paroquial do Vila Viva na organização comunitária do Aglomerado, além da já citada influência do cenário criado com as obras que compõem o Programa Urbanístico.

6.1. Quais são as características das iniciativas de atenção comunitária?

Um total de 46 iniciativas ativas, hoje em dia, no Aglomerado foi registrado. Um pouco mais da metade, 52,2%, começaram antes de 2005, ano de início das obras do Vila Viva. O restante (47,8%) é tão antigo quanto estas obras. 67,4% está pensado para atuar em qualquer parte de todo o Aglomerado. Há ainda um restante dividido em proporções em torno de 17,4% para o Aglomerado e a cidade, em um caso dado, e de 15,2% para o trabalho por vilas específicas da favela. 32,6% registra uma participação relativa maior do subgrupo dos líderes tradicionais, em comparação a dos emergentes. No tocante ao responsável principal pela iniciativa, a maior parte (69,6%) corresponde aos líderes comunitários, seguido do poder público com 26,1%. Este resultado reflete parcialmente o viés da pergunta na qual se enfatiza as iniciativas que partiram dos próprios líderes, antes de alguma influência externa, dado ao qual interessava identificar o potencial que os líderes tinham de marcar a pauta na atenção de problemáticas coletivas. Portanto, a quarta parte, que fica em mãos do poder público, mostra, a importância da aproximação oficial sobre o aglomerado, apesar de subestimar essa presença (QUADROS, A1. 5.–6., do Apêndice 1; TABELAS, A2. 31.–33., do Apêndice 2).

Em relação aos tipos de objetivos das iniciativas, a sua leitura permite uma verificação da agenda de prioridades de intervenção no Aglomerado colocadas pelos líderes, a partir de seu trabalho comunitário, e em coordenação com o poder público. 37,0%

(equivalente a 17 iniciativas) se foca na ‘formação, socialização, e promoção de convivência’, o que representa mais do que o dobro (17,4%, ou 8 iniciativas) do segundo tipo de objetivo mais frequente que é ‘articulação comunitária e chamar a atenção do poder público’. Este fato sobressai se considerar, ao mesmo tempo, a proporção já anotada que ocupam as iniciativas cujo responsável principal é o poder público. Em terceiro lugar, aparece de volta com o 15,2%, a questão da formação, contudo, mais vinculada à promoção do que a socialização no campo artístico e esportivo (TABELA, 14). Seguidos em quarto e quinto lugar, com o 10,9% cada um, figuram a ‘discussão de políticas públicas e programas políticos’, ou seja, a agenda de prioridades de intervenção em debate, e a ‘prevenção situacional’ de eventos adversos (p. ex. acidentes ou delitos). Ao final, na categoria de ‘outros’ (8,7%) aparecem as questões da ‘geração e promoção de renda’ e da ‘integração com a cidade’ (2 iniciativas para cada um); o primeiro destes dois colocados aparece com menor importância do que esperado para uma população de favela.

- Tabela 14 — Objetivo da iniciativa de atenção comunitária.

| Objetivo | Frequência | % |
|-------------------------------------------------------|------------|--------------|
| Formação, socialização, promoção de convivência | 17 | 37,0 |
| Articulação comunitária e atenção do poder público | 8 | 17,4 |
| Formação e promoção artística e esportiva | 7 | 15,2 |
| Discussão de políticas públicas e programas políticos | 5 | 10,9 |
| Prevenção situacional (eventos adversos) | 5 | 10,9 |
| Outros | 4 | 8,7 |
| Total | 46 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Em termos de recursos e administração/logística, quase a metade das iniciativas (21 que representam o 45,7% do total) funcionam com recursos e administração ‘própria’ que saem da gestão do líder. Em segundo lugar, aparecem os ‘programas ou projetos públicos’ (23,9%, e 11 iniciativas) que se corresponde com a proporção (26,1%) sinalizada para o poder público na variável já tratada dos responsáveis principais das iniciativas. Não obstante, o peso de 69,6% colocado para os líderes ou iniciativas próprias, naquela mesma variável, fica relativizado agora com a informação da

variável na qual se registram as fontes de viabilização de todas as iniciativas, dado que se incorpora a influência indireta do poder público nestas via apoios financeiros ou administrativo/logísticos. Isto é, 21,7% adicional de esforços dos líderes é apoiado pelo poder público em forma de ‘editais’, ‘parcerias’ em geral, e as nomeadas PPP (parcerias público-privadas) quando também intervêm organizações privadas que atuam no Aglomerado. Como consequência, entre presença direta e indireta, o poder público totaliza 45,6% no total de iniciativas e os líderes 52,2% ao somar as suas ‘parcerias com colegas’ do mesmo âmbito de trabalho comunitário (TABELA, 15).

- Tabela 15 — Fonte dos recursos, administração e logística da iniciativa de atenção comunitária.

| Recursos/Administração/Logística | Frequência | % | % Válido | % Acumulado |
|-----------------------------------|------------|--------------|----------|-------------|
| Próprios | 21 | 45,7 | 46,7 | 46,7 |
| Programa ou projeto público | 11 | 23,9 | 24,4 | 71,1 |
| Próprios, editais, projetos publ. | 4 | 8,7 | 8,9 | 80,0 |
| Parceria com colegas | 3 | 6,5 | 6,7 | 86,7 |
| Parceria com poder público | 3 | 6,5 | 6,7 | 93,3 |
| Outros | 3 | 6,5 | 6,7 | 100,0 |
| Total | 45 | 97,8 | 100,0 | |
| Missing (9999) | 1 | 2,2 | | |
| Total | 46 | 100,0 | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

No detalhe das equipes de trabalho atuantes no aglomerado, as categorias mais sobressalientes são aquelas que indicam tipos de pessoas com uma relativa proximidade com o líder ao desenvolverem a respectiva iniciativa. Aparecem ‘Familiares, amigos ou vizinhos’ (21,7%), ‘Estudantes formados na iniciativa’ (17,4%), ‘Colegas de âmbito de atuação’ (13,0%) e ‘vizinhos ou conhecidos’ (13,0%). A presença de familiares e amigos neste subconjunto de categorias revela, por um lado, a importância que ainda conservam os laços primários na organização comunitária do Aglomerado e o grau de coesão social ali existente que é funcional ao trabalho de atenção das necessidades coletivas. Mas, por outro lado, há um processo de figuração dos laços de tipo secundário, e de ordem mais profissional-instrumental, na

presença da categoria de vizinhos ou conhecidos; fato que se soma ao papel já destacado dos laços de conhecido geral na rede de trabalho comunitário entre os líderes. É provável, portanto, que aqueles colegas de âmbito de atuação sejam catalogados como conhecidos também. A outra categoria de laços de ordem secundária é a dos estudantes da iniciativa que se mantêm integrados as equipes de trabalho, a qual denotaria um potencial de formação de recursos que representa uma capacidade para as iniciativas se sustentar por conta própria no tempo.

Já em uma participação menor, estão funcionários nas categorias alusivas a seu envolvimento com programas públicos, acompanhados de prestadores de serviços (contratados) (8,7% do total) ou com moradores da favela nas equipes (6,5% do conjunto de casos). A presença dos moradores é favorável à consolidação das iniciativas o qual é necessário para a sua continuidade futura, caso o apoio público seja diminuído. Sob o rótulo de ‘Outros’ se acham agregados, com 15,2% de participação, ‘colegiado prefeitura-sociedade civil’ e ‘Sem equipe’ determinada (2 iniciativas para cada categoria), e ‘Extensão universitária’, ‘Funcionários do programa social e prestadores de serviços’, e ‘Funcionários de programa público e oficinairos’ (1 iniciativa para cada categoria) (TABELA, 16).

- Tabela 16 — Equipe característica da iniciativa de atenção comunitária.

| Equipe | Frequência | % | % Válido | % Acumulado |
|---------------------------------------------------------|------------|--------------|----------|-------------|
| Amigos, familiares ou vizinhos | 10 | 21,7 | 22,7 | 22,7 |
| Estudantes formados na iniciativa | 8 | 17,4 | 18,2 | 40,9 |
| Colegas de âmbito de atuação | 6 | 13,0 | 13,6 | 54,5 |
| Vizinhos e conhecidos | 6 | 13,0 | 13,6 | 68,2 |
| Funcionários/Contratados do programa ou projeto publico | 4 | 8,7 | 9,1 | 77,3 |
| Funcionários e moradores | 3 | 6,5 | 6,8 | 84,1 |
| Outros | 7 | 15,2 | 15,9 | 100,0 |
| Total | 44 | 95,7 | 100,0 | |
| Missing (9999) | 2 | 4,3 | | |
| Total | 46 | 100,0 | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Em referência ao público ao qual se orientam as iniciativas, a maioria se concentra em duas grandes audiências, quase em iguais proporções. 'Moradores do Aglomerado' em geral, representa o 41,3% do total de casos, e os jovens, em um sentido amplo do termo, que correspondem a 43,5%. Nestes se consideram um período de faixas etárias que vão desde crianças e adolescentes até a juventude de 29 anos de idade. 'Moradores de vilas' específicas, 'Família' e 'partes interessadas em políticas públicas' completam o quadro na categoria 'Outros' e totalizam 15,2% dos resultados (TABELA, A2. 34., do Apêndice 2).

Duas áreas de atuação comunitária lideram a proporção de frequência relativa das iniciativas, são elas: 'Cultura, esportes e lazer' (41,3%, equivalente a 19 iniciativas), e 'Educação' (13,0%, para 6 iniciativas). Segue a categoria 'Outros', com 8,7%, conformada por 'Negócios' e 'Segurança Pública' (1 iniciativa para cada um), e 'Todos' os âmbitos (2 iniciativas). Em seguida, aparecem as categorias 'Assistência Social', 'Organização comunitária', 'Política', 'Saúde', e 'Urbanismo', com um 6,5% para cada. Em último lugar figura 'Religião' com 2 iniciativas (4,5% do total) (TABELA, A2. 35., do Apêndice 2).

6.2. Perfis de ação das Iniciativas e a sua articulação com o Poder público

Na exploração de perfis das iniciativas e o papel cumprido pelo poder público em cada um deles foi usada, novamente, a técnica de análise de correspondência múltipla, explicada no capítulo sobre metodologia, dada a natureza categórica e nominal das variáveis construídas para a caracterização das iniciativas. No Gráfico 2 abaixo aparece o resultado para as variáveis Objetivo, Recursos e Administração/Logística, Âmbito e mais uma variável nomeada de Proporção Tradicionais/Emergentes, para dar conta do grau de participação relativo a um tipo de líder sobre o outro em cada iniciativa.

em 'parceria com colegas' (ParCol), no âmbito de 'cultura, esportes e lazer' (CultEspLaz). Exemplos a respeito são os eventos artísticos e eventos esportivos que acontecem com regularidade para difundir e apresentar trabalhos nestas matérias; junto com outras funções sociais como manter celebrações tradicionais, espaços de encontros e sociabilidade, igualmente a assistência social, comunicação e mobilização de demandas coletivas. Em outras palavras, são espaços de oportunidade para a afirmação e construção de identidades coletivas.

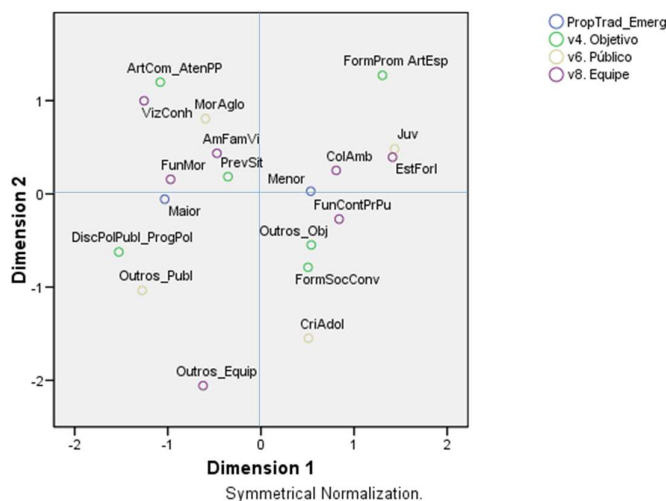
Existem alguns matizes dos perfis indicados no eixo de discriminação da dimensão 2. Em relação ao perfil das iniciativas mais vinculadas com os líderes tradicionais, é possível observar uma distinção nas parcerias com o poder público como fonte de recursos e administração/logística, em forma de conexões com pessoas representantes ou com agências do governo. No quadrante superior-esquerdo se localizam as iniciativas pertencentes ao âmbito da 'política' (Polt) e sob esquema de 'parceria com políticos' (ParPolt) (dentro da categoria 'outros recursos' - Outros_Rec); enquanto as desenvolvidas no âmbito de 'urbanismo' (Urb), no quadrante inferior-esquerdo, ficam ao lado de 'parceria com o poder público' (ParPodPubl). Um exemplo da conexão com políticos é o trabalho de mobilização, característica na vida do Aglomerado e como forma de articulação comunitária para atenção do poder público. Consiste no exercício de campanhas, e de filiações partidárias, efetuado pelos líderes na ideia de eleger titulares em cargos públicos afins com seus interesses particulares e coletivos. Relativo ao tema de urbanismo se encontra o trabalho dos líderes no programa de Orçamento Participativo e nas Associações Comunitárias anteriormente mencionadas por extenso no capítulo IV deste estudo.

Com respeito ao perfil de iniciativas ligadas a uma maior presença dos líderes emergentes, as trabalhadas no objetivo de 'formação, socialização e promoção de convivência' (FormSocConv) figuram perto do âmbito 'religião' (Relg) ou da 'educação' (Edu), no quadrante superior-direito, e as que se encontram em 'outros objetivos' (Outros_Obj), como 'geração e promoção de renda' ou 'integração com a cidade', funcionam com recursos e administração própria apoiados em editais e concursos (ProEdPr), no quadrante inferior-direito. Em relação ao primeiro objetivo enunciado, um dos presbíteros da paróquia que funciona no Aglomerado, morador há cinco anos

nos prédios do Vila Viva, tem mobilizado a criação de círculos bíblicos, em contraposição à multiplicação de igrejas evangélicas na favela, para estudar o texto sagrado no catolicismo com implicações práticas no cotidiano de cada pessoa e seus semelhantes. Dentre as iniciativas vinculadas à categoria 'outros objetivos', encontra-se a conhecida como Rut Sativa que difunde a filosofia do rastafarianismo com alternativas ecológicas de desenvolvimento econômico, além de outras atividades culturais.

De maneira complementar, foi realizada uma segunda análise de correspondência múltipla na qual a variável Objetivo foi relacionada com as variáveis Público, ao qual estão dirigidas as iniciativas, e o tipo de equipe de trabalho que as conforma, enquanto se manteve a variável Proporção de líderes tradicionais/emergentes (GRÁFICO, 3). Observa-se, neste caso, que sobre a dimensão 1, do eixo discriminativo principal da análise, ficam, novamente, do lado esquerdo as iniciativas com participação majoritária dos tradicionais (Maior) em equipes de trabalho de 'funcionários públicos com moradores' (FunMor), 'amigos, familiares e vizinhos' (AmFamVi), ou de 'vizinhos e conhecidos' (VizConh). Do lado direito, se localizam as iniciativas com figuração predominante dos líderes emergentes (rótulo intitulado Menor), vinculados às equipes conformadas por 'funcionários e prestadores de serviços (contratados) de programa ou projeto público' (FunContPrPu), 'colegas de âmbito de atuação' (ColAmb), e 'estudantes formados na iniciativa' (EstForI).

- Gráfico 3 — Análise de correspondência múltipla para identificação de perfis de iniciativas de atenção comunitária II



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa SPSS versão 15.0, com dados coletados em campo.

No perfil ligado aos líderes tradicionais, se encontram discriminadas, sobre o eixo residual da dimensão 2, as iniciativas orientadas à ‘articulação comunitária e a atenção do poder público’ (ArtCom_AtenPP) e à ‘prevenção situacional’ (PrevSit) sobre o público de moradores do Aglomerado em geral, no quadrante superior-esquerdo. Em termos da prevenção situacional, é ilustrativo o Núcleo de Defesa Civil (NUDEC), já comentado no capítulo IV desta pesquisa. No quadrante inferior-esquerdo, o objetivo é o da ‘discussão de políticas públicas e programas políticos’ (DiscPolPubl_ProgPol) com moradores e famílias (na categoria de ‘outros públicos’ - Outros_Publ). Neste caso, se encontram como exemplo as conferências municipais e os conselhos municipais, instâncias máximas e oficiais estabelecidas com o intuito de facilitar a participação popular no desenho e implementação das políticas públicas a serem desenvolvidas na cidade. Estão integrados por representantes do poder público estadual e representantes da sociedade civil. Por parte do Aglomerado, alguns dos líderes tradicionais participam nas instâncias desta arquitetura institucional nos temas de habitação, transporte e trânsito, e assistência social.

Por sua parte, o perfil de iniciativas mais atreladas à presença dos emergentes, complementa-se com o objetivo de 'formação e promoção artística e esportiva' (FormPromArtEsp) dirigidos ao público da 'juventude' (Juv), no quadrante superior-direito, e com o objetivo da 'formação, socialização e promoção de convivência' (FormSocConv) no trabalho com 'crianças e adolescentes' (CriAdol), do lado do quadrante inferior-direito. No que tange à atividade artística e esportiva, sobressai neste caso, Lá da Favelinha, centro cultural de origem informal e que depende de campanhas anuais de doações voluntárias. Além disso, é dirigido por seu fundador, um jovem rapper que faz parte do núcleo dos líderes emergentes na rede de trabalho comunitário analisada no capítulo anterior da presente pesquisa. Parte do trabalho de formação e convivência, por sua vez, tem lugar em dois centros culturais oficiais da Fundação Municipal da Cultura. Nos centros alguns líderes emergentes ministram oficinas, como prestadores de serviços ou voluntários, com ênfase em arte e cultura.

Note-se que os líderes tradicionais têm trabalhado mais na figura de parceiros oficiais do poder público e os emergentes, por sua parte, têm desenvolvido seu trabalho comunitário de maneira mais autônoma e com eventuais auxílios que veem a partir da submissão que realizam a editais e concursos para executar projetos públicos. Parceiros do poder público, seja com políticos ou com agências da prefeitura, significa que dividem responsabilidades relativas aos aspectos de recursos, administração e logística das iniciativas. Diferente dos programas ou projetos públicos, nos quais estas responsabilidades recaem, antes que todo, no poder público.

No entanto, dada a proximidade notada dos líderes tradicionais com o poder público, chama a atenção a localização da categoria 'funcionários e prestadores de serviços (contratados) de programa ou projeto público' (FunContPrPu) do lado das iniciativas associadas aos líderes emergentes, no segundo gráfico das análises de correspondência múltipla tratadas anteriormente. Um indício sobre o particular tem lugar na hora de observar a Tabela 17 abaixo, de frequências relativas contingentes entre as variáveis Equipe, e Recursos e Administração/Logística. Se percebe ali, na segunda coluna, que as diferentes equipes de trabalho que contêm funcionários públicos fazem parte das iniciativas oficiais catalogadas sob a categoria de 'programa

ou projeto público', da variável que trata dos recursos. Esta última categoria indica um estilo direto de intervenção no Aglomerado que, além dos recursos e da administração/logística, leva funcionários no componente da execução ao interior da favela.

- Tabela 17 — Proporções de equipe, por recursos e administração/logística

| Equipe | Recursos/Administração/Logística | | | | | | Total |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------------|--------------------------------------|-------|
| | Próprios | Programa ou projeto público | Próprios, editais, projetos publ. | Parceria com colegas | Parceria com poder público | Outros Recursos / Admon. / Logística | |
| Outras Equipes. | 10,0 | 27,3 | 0,0 | 0,0 | 33,3 | 33,3 | 15,9 |
| Funcionários e moradores. | 0,0 | 27,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,8 |
| Funcionários/Contratados do programa ou projeto público. | 0,0 | 36,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 9,1 |
| Vizinhos e conhecidos. | 15,0 | 9,1 | 0,0 | 0,0 | 33,3 | 33,3 | 13,6 |
| Colegas de âmbito de atuação. | 20,0 | 0,0 | 25,0 | 33,3 | 0,0 | 0,0 | 13,6 |
| Estudantes formados na iniciativa. | 15,0 | 0,0 | 75,0 | 66,7 | 0,0 | 0,0 | 18,2 |
| Amigos, familiares ou vizinhos. | 40,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 33,3 | 33,3 | 22,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Portanto, o poder público parece ficar mais próximo, de modo direto, dos emergentes ao mesmo tempo em que é mantido no esquema de parcerias de trabalho com os tradicionais. Para entender melhor este enquadramento da aproximação oficial sobre o Aglomerado e a maneira como o Vila Viva se integra nele, cabe observar a Tabela 18 seguinte de frequências relativas contingentes produto do cruzamento entre as variáveis Objetivo, e Recursos e Administração/Logística, controlado pela antiguidade da iniciativa em função do Vila Viva¹⁶.

¹⁶ Cabe lembrar que todas as iniciativas analisadas aqui estavam vigentes ao momento do trabalho de campo para recolecção de informação. Daí que o referente de tempo usado em relação ao Vila Viva seja o de antiguidade (a iniciativa começa antes ou dentro do período que inicia com a incursão das obras urbanísticas do Programa) e não a simples duração da iniciativa que pode indicar um período já encerrado. De igual maneira, não se pode colocar um antes e um depois do Vila Viva, devido a que o programa ainda aguarda recursos para a execução de obras pendentes.

- Tabela 18 — Proporções de objetivo, por recursos e administração/logística; controlado pela antiguidade em relação ao Vila Viva *

| | Objetivo | Recursos / Administração / Logística | | | | | Outros | Total |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------------|------------|-------------|
| | | Próprios | Programa ou projeto público | Próprios, editais, projetos publ. | Parceria com colegas | Parceria com poder público | | |
| Mais Antigo que o Vila Viva | Formação, socialização, promoção de convivência. | 42,9 3 * | 0,0 0 | 66,7 2 | 33,3 1 | 0,0 0 | 66,7 2 | 33,3 8 |
| | Articulação comunitária e atenção do poder público. | 42,9 3 | 0,0 0 | 0,0 0 | 0,0 0 | 66,7 2 | 33,3 1 | 25,0 6 |
| | Formação e promoção artística e esportiva. | 0,0 0 | 0,0 0 | 0,0 0 | 66,7 2 | 0,0 0 | 0,0 0 | 8,3 2 |
| | Discussão de políticas públicas e programas políticos. | 0,0 0 | 60,0 3 | 0,0 0 | 0,0 0 | 0,0 0 | 0,0 0 | 12,5 3 |
| | Prevenção situacional (eventos adversos). | 14,3 1 | 40,0 2 | 0,0 0 | 0,0 0 | 0,0 0 | 0,0 0 | 12,5 3 |
| | Outros. | 0,0 0 | 0,0 0 | 33,3 1 | 0,0 0 | 33,3 1 | 0,0 0 | 8,3 2 |
| | Total | 100,0 7 | 100,0 5 | 100,0 3 | 100,0 3 | 100,0 3 | 100,0 3 | 100,0 24 |
| Tão Antigo como o Vila Viva | Formação, socialização, promoção de convivência. | 35,7 5 | 66,7 4 | 0,0 0 | | | | 42,9 9 |
| | Articulação comunitária e atenção do poder público. | 7,1 1 | 16,7 1 | 0,0 0 | | | | 9,5 2 |
| | Formação e promoção artística e esportiva. | 28,6 4 | 0,0 0 | 0,0 0 | | | | 19,0 4 |
| | Discussão de políticas públicas e programas políticos. | 14,3 2 | 0,0 0 | 0,0 0 | | | | 9,5 2 |
| | Prevenção situacional (eventos adversos). | 7,1 1 | 16,7 1 | 0,0 0 | | | | 9,5 2 |
| | Outros. | 7,1 1 | 0,0 0 | 100,0 1 | | | | 9,5 2 |
| | Total | 100,0 14 | 100,0 6 | 100,0 1 | | | | 100,0 21 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

(*) Números de menor tamanho, em estilo itálico, indicam quantidades absolutas.

A partir da época de início das obras do Vila Viva, há uma mudança na orientação da atuação do poder público. Se privilegia a presença oficial direta, pela via de programas e projetos públicos administrados pela prefeitura e executados com algum grau de envolvimento dos líderes, em especial dos emergentes na figura de prestadores de serviços ou oficineiros; enquanto permanecem sem modificação os apoios indiretos dados mediante parcerias, alianças ou participação em editais dos líderes e moradores com agências do governo local ou representantes políticos. As categorias 'parceria com o poder público' (ParPodPubl) e 'outros' (parceria com políticos, parceria público-privada) deixam de somar iniciativas com a entrada do Vila Viva, e a categoria 'próprios, editais, projetos públicos' (ProEdPr) registra mais uma iniciativa às três que vinham desde tempo anterior ao programa urbanístico. Por outro lado, a presença oficial, que está representada pela categoria 'programa ou projeto público' (ProPubl), se centra de modo direto no incremento de iniciativas no objetivo de 'formação, socialização e promoção de convivência', com o 66,7% de esforços do tipo (equivalente a 4 iniciativas na segunda coluna da tabela).

No entanto, existem matizes e alcances diferenciados, segundo os tipos de objetivos colocados, no relativo à aproximação direta do poder público ao trabalho dos líderes emergentes e ao significado do Vila Viva nesta mudança, seja como cenário de espaços construídos ou como atuação do subgrupo de trabalho mais associado ao programa, isto é, o subgrupo dos líderes tradicionais.

O objetivo da 'formação, socialização e promoção de convivência' foi sempre uma prioridade na agenda pública do Aglomerado, a julgar pelas frequências relativas no total de iniciativas antes (33,3%) e desde o começo do Vila Viva (42,9%). Sobressaem, por exemplo, desde a época anterior ao Vila Viva até hoje, o programa Criança Esperança e o Centro de Integração Martinho, os quais funcionam com o apoio de recursos de organizações sociais e privadas externas ao Aglomerado. Na mesma linha quantitativa, a maioria dos esforços na matéria (3 iniciativas antes, 5 iniciativas mais adiante) tem sido dos líderes de maneira autônoma (primeira coluna da Tabela 18), em particular dos emergentes. Portanto, a incursão oficial direta na época do Vila Viva reflete uma onda de intervenções em um campo que sempre foi considerado crucial pelos líderes no seu potencial de controle paroquial de delitos e transgressões

e, desta maneira, na garantia de segurança pública, tendo também um desenvolvimento parcial dentro do Programa urbanístico.

Os centros culturais, uma das 4 iniciativas do poder público, é resultado do orçamento participativo, ou seja, do mesmo processo de urbanização que tem acompanhado o Vila Viva. Outra das iniciativas, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Fátima, também constitui um dos equipamentos do programa urbanístico. E mais uma terceira iniciativa, com foco nas escolas do Aglomerado, reunindo os programas nomeados Escola Integrada e Escola Aberta é operada, parcialmente, em espaços públicos construídos no Vila Viva.

Porém, este tipo de equipamentos e espaços públicos foram construídos em localizações pouco acessíveis para os jovens usuários ou pessoas mais velhas do Aglomerado o que novamente reflete a ausência de desenho de um sistema articulado de áreas públicas para pedestres cumprindo a função de servir de cenário para as atividades que se propõem ali. Em alguma medida, a avaliação positiva entre líderes e moradores do trabalho a partir do CRAS se relacionam à inclusão ampla e diversa no programa BH Cidadania, que no espaço em questão, constitui um lugar para atuação das vozes de atores locais comunitários interessados e conhecedores das matérias tratadas em conjunto com funcionários públicos encarregados de outras áreas de atuação social no Aglomerado.

Ao lado dos esforços próprios dos líderes no mesmo campo da formação e convivência, depois da entrada do Programa Urbanístico (TABELA, 18), destacam-se os associados a atividade religiosa, evangélica ou católica, porém, o alcance de suas atividades ainda é reduzido. Do lado evangélico, tem havido uma multiplicação de igrejas (a ponto de encontrar-se 4 delas no mesmo quarteirão, por exemplo) desarticuladas entre si e concorrentes na busca de fieis. De tal maneira, que parecem pequenas sociedades de ajuda assistencial mútua, com coletas de valores para cobrir, primeiramente, os gastos operativos da igreja respectiva.

Quanto ao lado católico, há um processo de reorganização no aglomerado que tem implicado a criação, desde o ano de 2012, de uma paróquia que une todas as 8

comunidades existentes, uma por vila, e que antes dependiam separadamente de paróquias que têm funcionado nos bairros nobres em volta da favela e cuja relação característica era de tipo assistencial. No esforço de consolidar uma comunidade católica do Aglomerado, hoje tenta se desenvolver um trabalho ainda incipiente, liderado por um dos presbíteros e morador da favela há cinco anos, na criação de círculos bíblicos. Além disso, ele tem lutado para criar um de Grupo de Referência Comunitário, cujo objetivo é a discussão de políticas e programas no Aglomerado, tal iniciativa é tratada com maior detalhe mais adiante do texto.

Chama a atenção a projeção territorial diferenciada entre as duas tendências religiosas. A paróquia católica na tentativa de contribuir com a construção da identidade coletiva como Aglomerado e em sincronia com as novas obras do Vila Viva, defendidas em parte pelo presbítero e líder emergente na frente das iniciativas aqui colocadas. As igrejas evangélicas, por sua parte, atreladas às redes de vizinhança locais, em cada vila ou quarteirão, e afins com o rádio de atuações típico dos líderes tradicionais. De fato, a participação proporcional identificada deste tipo de líderes, na rede de contatos com as iniciativas de atenção comunitária, é maior no caso das igrejas evangélicas que a dos líderes emergentes.

De volta nos matizes por tipo de objetivo da interação público-paroquial no Aglomerado (TABELA, 18), o relativo à 'prevenção situacional' tem sido característico da intervenção oficial direta desde os anos anteriores ao Vila Viva, e entendido como o controle de eventos considerados adversos (ameaças) que têm associada uma probabilidade (risco) de ocorrência. O programa de agentes comunitários de saúde (PACS), por exemplo, permite aos médicos dos centros de saúde disporem de um quadro mais completo de informações sobre fatores de risco de doenças nas vilas. Este objetivo conta ainda com o estabelecimento do Núcleo de Defesa Civil (NUDEC) que funciona com líderes tradicionais treinados na fiscalização de áreas nomeadas de risco construtivo. Além disso, seções do Aglomerado delimitadas neste sentido pelo Vila Viva são também objeto da vigilância do NUDEC atualmente.

O projeto Fica Vivo, que faz parte da onda de intervenção oficial contemporânea do Vila Viva, responde à aplicação do enfoque situacional no campo da criminologia. Isto

é, o foco no controle do evento do homicídio (ameaça), e as circunstâncias que fazem com que aconteça, em vez de voltar-se ao criminoso e os fatores que sustentam o seu comportamento. Nesse sentido, o programa tem mais um perfil dissuasivo ou de contenção do delito. Além do Fica Vivo, aparece o movimento Paz na Serra, dentro do mesmo período de obras do Vila Viva, criado por líderes emergentes com a ideia inicial de eventos culturais para promover a convivência. Depois eles tentaram abrir a discussão de um comércio organizado de drogas para evitar as mortes entre concorrentes nesta atividade.

Com respeito ao objetivo 'articulação comunitária para atenção do poder público' (TABELA, 18) a maior parte das iniciativas (6 de 8 em total) são mais antigas que o Vila Viva. 4 das 6 integram o perfil de atividades dos líderes tradicionais, de modo que não é estranho o registro muito menor de 2 iniciativas adicionais a partir das obras; considerando a maior proximidade deste tipo de líderes com o programa do Vila Viva, e a percepção que apresentam sobre os efeitos do mesmo é das mais favoráveis. Estas duas iniciativas são, de fato, reflexos de pendências da intervenção urbanística que estão em discussão ou nas quais apenas participam líderes emergentes. Uma delas é o Conselho Gestor pensado como cenário de diálogo direto entre moradores e autoridades para tratar alternativas de reativação do campo de futebol do Baleão que foi construído com o Vila Viva, mas que fica em um extremo pouco acessível do Aglomerado e que foi dado numa concessão que está finalizada. A outra iniciativa, o Pomar do Cafezal, é a frente da vanguarda de uma das ocupações mais recentes sobre uma das áreas consideradas de risco construtivo desde o Programa de melhoramento; ainda que a definição de risco tem sido contestada por estudos técnicos independentes (SILVA, M., 2013) do poder público, do lado cidadão, e que apoiam a ocupação.

Diferente dos tipos de objetivos anotados anteriormente, o de 'discussão de políticas públicas e programas políticos' (TABELA, 18), tratado a continuação, se caracteriza pela refração da presença direta do poder público. Existem três iniciativas sob o comando do poder público estadual, que vêm do período prévio à execução das obras do Vila Viva, e que são representativas da arquitetura institucional estabelecida para o desenho das intervenções oficiais na cidade com participação popular. São elas as

Conferências e os Conselhos Municipais e as Comissões Locais de Saúde (as COL). No entanto, tem lugar duas iniciativas, já dentro do tempo das obras urbanísticas, que surgem com recursos próprios dos líderes emergentes e que se colocam como alternativas à forma como se analisa e trabalha sobre as problemáticas coletivas no Aglomerado e à maneira como se exerce a representação política dos seus moradores. Em tal sentido, evidenciam um reagir à arquitetura oficial de participação mencionada; da qual o Vila Viva tem sido parte com seu Grupo de Referência (GR) específico integrado principalmente pelos líderes tradicionais, na figura de cabeças das Associações Comunitárias. Daí eles têm feito presença majoritária também na conformação do NUDEC do Aglomerado, no Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR), adicional à sua trajetória no programa de Orçamento Participativo (OP) desde tempos anteriores ao Vila Viva.

Uma destas duas iniciativas novas, no objetivo de discussão de políticas e programas, é o Grupo de Referência Comunitário, proposto e mobilizado por um dos presbíteros da paróquia católica do Aglomerado, com o qual se pretende conformar um coletivo de moradores em deliberação permanente sobre a realidade da favela, sem representantes (lideranças) específicos ainda que atuante sobre as suas possibilidades de transformação. Há também o Grupo de Discussão Política no qual se procura consolidar um ou poucos candidatos, em nome do Aglomerado, na época de campanha eleitoral, para vereador na cidade, com um programa político determinado a partir das discussões entre os moradores interessados em ocupar este cargo e que então exerceriam o papel de pré-candidatos. A ideia seria também quebrar o esquema de líderes e moradores que trabalham como cabos eleitorais, em troca de benefícios particulares, fragmentando o potencial de votação da favela inteira entre múltiplos candidatos, externos ao Aglomerado, sem clareza sobre a representação dos interesses de seus moradores.

No campo da 'formação e a promoção artística e esportiva' (TABELA, 18), constitui um terreno onde o poder público tem demonstrado ausência, em qualquer uma das suas formas diretas e indiretas de manifestação, e encontram-se iniciativas de caráter divergente, com respeito às autoridades civis, a pesar de se desenvolverem em espaços do Vila Viva.

Assim, encontra-se o centro cultural Lá da Favelinha que é comandado por um dos líderes emergentes mais reconhecidos e que ocupa um lugar central na rede de trabalho conjunto. Diferente é o que acontece com os outros dois centros culturais oficiais que funcionam em locais pouco acessíveis no Aglomerado e não dispõem de pessoas da favela na sua direção, aliás do ponto de vista formal porque no caso do centro da vila Marçola o coordenador operativo cresceu no Aglomerado. O líder da Favelinha também iniciou o centro depois de sua passagem pelo programa Fica Vivo, de controle de homicídios, como oficineiro de líricas do género rap e pelos seus desacordos com esta intervenção oficial; em especial, pela imagem de proximidade, na condição de informante, da polícia aos olhos dos meninos do Aglomerado. Outra das iniciativas, o Recanto do Beija-flor, constitui, junto com o Pomar do Cafezal, uma alternativa de aproveitamento e cuidado efetivo das zonas verdes delimitadas pelo Vila Viva, ao redor da operação de hortas (em parte comunitárias) e a promoção de hábitos ecológicos através da arte.

Porém, a mudança de mais do dobro (de 8,3% para 19,0%) na proporção de iniciativas focadas na atividade artística e esportiva, a partir do Vila Viva, não pode ser confundida com uma resposta massiva e contraditória ao programa, senão como um relevo nos grupos de trabalho nesta matéria. Representa, portanto, uma tentativa de dar continuidade a esforços do tipo que integram-se à construção de uma cultura de convivência e prevenção da criminalidade.

Por último, na leitura das iniciativas por tipos de objetivos se encontra a categoria de 'outros' (TABELA, 18), que agrega 'geração e promoção de renda' e 'integração com a cidade'. Em termos do tipo relacionado à renda, existe a iniciativa da casa Rut Sativa, no período das obras do Vila Viva, que se soma e se relaciona a uma outra mais antiga, o Grupo de Artesanato. A integração entre ambas se dá na medida que a primeira serve de cenário de exposição dos produtos da segunda. As duas têm funcionado com recursos próprios dos líderes emergentes e provenientes da participação em editais públicos, de modo que fazem parte também das iniciativas com as quais o poder público se articula pela via indireta no Aglomerado. Neste campo de produção de renda, o programa de melhoramento urbanístico não revela maior conexão com as iniciativas comunitárias. Sob o Vila Viva simplesmente teve lugar um

período de contratação massiva de moradores para atividades de baixa qualificação nas obras e uma conjuntura de auge econômico na medida que estes moradores gastavam ou investiam no interior da favela.

No caso do tipo de objetivo 'integração com a cidade', nota-se uma mudança do carácter entre a iniciativa que se cria antes do Vila Viva e a que se acha depois das obras de melhoramento iniciarem. A iniciativa que começa na época anterior ao programa revela um interesse pela atenção da demanda por um dos serviços básicos na matéria que é o transporte público, e onde, de fato, há um esforço conjunto, na figura de parceria, do líder emergente envolvido e o poder público estadual. Enquanto que na iniciativa desenvolvida por um dos líderes emergentes sob o período do Vila Viva, há uma procura por aproximar os moradores a um olhar informado sobre uma das principais produções audiovisuais da vida urbana contemporânea que é o cinema, desde as lajes das casas como um lugar representativo da favela para projetar e assistir os filmes. A mudança é também um indicador das variações na natureza e priorização das necessidades de integração urbana sob o cenário do Vila Viva, das questões urbanísticas básicas ao cultivo do espírito humano.

Depois de observar e discutir o quadro geral das iniciativas de atenção comunitária, há algum tipo específico delas que tenha concentrado a atividade dos líderes?

Dito de outra maneira, qual é o núcleo da ação coletiva, público-paroquial, no Aglomerado? Para responder esta pergunta foi construída a rede de laços dos líderes com as diferentes iniciativas às quais eles pertencem (FIGURA, 4). Este tipo de representação recebe o nome de two-mode, dentro da análise de redes sociais, devido a que são relacionados dos conjuntos de nodos que expressam níveis de agregação (resolução) diferentes. Neste caso os líderes, de um lado, e as iniciativas (ou eventos), do outro, que agrupam aos líderes de maneiras distintas.

• Tabela 19 — Centralidades tipo das iniciativas de atenção comunitária

| Iniciativa | Degree ⁽ⁱ⁾ | Closeness | Betweenness |
|---------------------------------|------------------------|-----------|-------------|
| Reuniões Reivindicativas | 0,675 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 0,77 | 0,17 |
| Eventos Artísticos | 0,60 | 0,72 | 0,14 |
| Orçamento Participativo | 0,60 | 0,71 | 0,13 |
| Mobilização Política | 0,50 | 0,70 | 0,11 |
| Associações Comunitárias | 0,45 | 0,64 | 0,06 |
| Eventos Esportivos | 0,38 | 0,64 | 0,07 |
| Escolas (integrada e aberta) | 0,38 | 0,66 | 0,07 |
| Conferências Municipais | 0,30 | 0,58 | 0,03 |
| FicaVivo | 0,23 | 0,58 | 0,04 |
| Creches / UMEI's | 0,20 | 0,57 | 0,01 |
| Lá da Favelinha | 0,20 | 0,54 | 0,01 |
| Comissões Locais de Saúde | 0,18 | 0,54 | 0,01 |
| Centros Culturais | 0,18 | 0,53 | 0,01 |
| RutSativa | 0,18 | 0,54 | 0,01 |
| NUDEC | 0,18 | 0,52 | 0,00 |
| Hip-Hop | 0,15 | 0,53 | 0,01 |
| SART | 0,15 | 0,53 | 0,01 |
| Grupo Discussão Política | 0,10 | 0,51 | 0,01 |
| Conselhos Municipais | 0,10 | 0,51 | 0,00 |
| CIM | 0,10 | 0,51 | 0,00 |
| Pro-Jovem | 0,10 | 0,50 | 0,00 |
| Recanto do Beijafflor | 0,10 | 0,50 | 0,00 |
| PACS | 0,10 | 0,49 | 0,00 |
| CRAS | 0,075 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 0,48 | 0,00 |
| Conselho Gestor | 0,08 | 0,46 | 0,00 |
| Igreja Evangélica | 0,08 | 0,49 | 0,00 |
| Pomar do Cafezal | 0,08 | 0,48 | 0,00 |
| PES | 0,08 | 0,47 | 0,00 |
| Paz na Serra | 0,05 | 0,49 | 0,00 |
| Roda na Praça | 0,05 | 0,48 | 0,00 |
| PreVestibular | 0,05 | 0,48 | 0,00 |
| Prevenção falsiforme idosos | 0,05 | 0,48 | 0,00 |
| Grupo Artesanato | 0,05 | 0,47 | 0,00 |
| Projeto Itamar | 0,05 | 0,47 | 0,00 |
| Criança Esperança | 0,05 | 0,45 | 0,00 |
| D'Lucas e Samba | 0,03 | 0,46 | 0,00 |
| Samba Guetto | 0,03 | 0,46 | 0,00 |
| Cine na Laje | 0,03 | 0,46 | 0,00 |
| Cia. dos Anjos | 0,03 | 0,44 | 0,00 |
| SABECES | 0,03 | 0,44 | 0,00 |
| Círculos Bíblicos | 0,03 | 0,42 | 0,00 |
| Grupo de Referência Comunitário | 0,03 | 0,42 | 0,00 |
| Transporte na favela | 0,03 | 0,41 | 0,00 |
| Bloco Seu Vizinho | 0,03 | 0,41 | 0,00 |
| Amplios CREW | 0,03 | 0,40 | 0,00 |
| Ação Social Vencer | 0,03 | 0,40 | 0,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa Ucinet (versão 6.625), com dados coletados em campo.

⁽ⁱ⁾ Fórmula dos indicadores no anexo matemático.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores em cinza obscuro são significativamente maiores da média, num intervalo de confiança do 99,0%.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Valores em cinza claro são significativamente menores da média, num intervalo de confiança do 99,0%.

Na Tabela 20, seguinte, das iniciativas mais centrais, o núcleo da rede, é possível verificar que há uma distribuição em partes iguais entre as participações relativas do tipo de liderança; de modo que, das 8 iniciativas do núcleo em total, 4 têm uma proporção maior de participação de líderes tradicionais em relação aos emergentes, enquanto nas outras 4 se registra a situação contrária. As 4 com maior presença relativa dos líderes tradicionais se correspondem com o perfil característico, anotado na seção anterior do texto, do fato de eles se colocarem intermediários e representantes dos moradores do Aglomerado para a atenção do poder público, nos espaços institucionais de participação criados pelas próprias autoridades civis da cidade ou em aliança com políticos, e no qual aparece central a consecução de obras de urbanização das vilas. Todas estas 4 iniciativas são anteriores à chegada do Vila Viva, com o Programa de Orçamento Participativo como antecedente marco do processo de melhoramentos urbanísticos. Portanto, e dado que a maioria dos tradicionais conformaram o nomeado Grupo de Referência (GR) do Vila Viva, se revela de novo que este programa se articulou, mais do que articular, a um segmento dos líderes da favela.

• Tabela 20 — Núcleo de iniciativas na rede.

| Iniciativa | Início / Vila Viva (VV) | Proporção de Líderes Tradicionais (T) | Proporção de Líderes Emergentes (E) | T/E |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|-----|
| Associações Comunitárias. | Mais Antigo que VV | 1,00 | 0,29 | 1 |
| Reuniões Reivindicativas. | Mais Antigo que VV | 1,00 | 0,58 | 1 |
| Orçamento Participativo. | Mais Antigo que VV | 0,89 | 0,52 | 1 |
| Mobilização Política. | Mais Antigo que VV | 0,56 | 0,48 | 1 |
| Eventos Artísticos. | Mais Antigo que VV | 0,33 | 0,68 | 0 |
| Eventos Esportivos. | Mais Antigo que VV | 0,22 | 0,42 | 0 |
| Escolas (integrada e aberta). | Tão Antigo como VV | 0,11 | 0,45 | 0 |
| Fica Vivo. | Tão Antigo como VV | 0,00 | 0,29 | 0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Não obstante, chama a atenção que a iniciativa das Reuniões reivindicativas não seja monopolizada pelas associações comunitárias, tendo em vista que esta seria sua principal tarefa principal. A pesar de o grupo inteiro de tradicionais ser participante, diante de 58% dos emergentes, esta iniciativa constitui uma forma mais básica de

organização comunitária, que não se acha atrelada a um coletivo ou líder específico, e simplesmente configura-se na força da mobilização de demandas e cobranças sobre as autoridades. Essa informação reflete a perda de funcionalidade das associações e da sua representatividade dentro do Aglomerado. Neste sentido, existe um sinal de enfraquecimento do papel dos líderes tradicionais que sempre têm operado como cabeças de associações.

Os emergentes, por sua parte, fazem maioria proporcional em duas iniciativas anteriores ao Vila Viva, os eventos artísticos e os eventos esportivos, nas quais os esforços têm sido realizados por conta própria, com colegas de âmbito de trajetória comunitária, ou com os estudantes formados em alguma das atividades do tipo. Os eventos têm sido a tribuna dos seus exponentes, uma forma de copar espaços públicos assediados pelo tráfico de drogas, e uma maneira de mostrar aos jovens do Aglomerado outras formas de interagir e dar sentido a suas vidas é possível. As outras duas iniciativas, de origem escolar (integrada e aberta), e o Fica Vivo, evidenciam a virada já comentada na aproximação do poder público sobre a favela com intervenções e articulações diretas que, ao mesmo tempo, têm valorizado o trabalho dos líderes emergentes na formação, socialização e promoção de uma cultura de convivência com foco na juventude. Neste sentido, compensam a contribuição parcial do Vila Viva em matéria de segurança pública, a qual tem estado referida à oferta de equipamentos ou à consolidação específica da capacidade de ação paroquial dos moradores.

Ambos os programas, operados desde as escolas municipais, e o Fica Vivo, incorporam de modo remunerado aos líderes emergentes e membros de grupos culturais do Aglomerado, nomeados de agentes comunitários, para ofertar disciplinas (oficinas) a crianças e adolescentes. No caso das escolas, este tipo de trabalho com os meninos permite que seja estendida sua jornada escolar diária, até nos finais de semana em que também são usados espaços públicos da favela (entre estes os construídos no Vila Viva) e em que são trabalhados conteúdo e práticas pedagógicas diversificadas e complementares às matérias mais convencionais que compõem os planos de estudo, sempre sob supervisão do respectivo corpo docente. Desta maneira, os âmbitos da vizinhança e escolar se integram em uma experiência de

aprendizagem conjunta. No caso do Fica Vivo, além disso, o esquema de oficinas permite que o programa se vincule ao trabalho comunitário no campo da convivência, a pesar do seu enfoque predominante na prevenção de ordem situacional da violência homicida.

6.3. Quais são os mecanismos específicos de interação ao redor das iniciativas nucleares, e das menos populares (ou periféricas)? E qual o papel do poder público, incluído o Vila Viva, nesses mecanismos sociais?

Nesta seção da pesquisa, o caráter exploratório tem implicado de novo a realização de múltiplas estimações com combinações diversas de configurações estruturais, ou mecanismos sociais, já tipificados nos modelos ERGM (Exponential Random Graph Models) desenvolvidos neste tipo de análise de redes sociais (LUSHER; KOSKINEN; ROBINS, 2013). A base conceitual-matemática para a exploração de ordem inferencial dos dados, no esquema two-mode, está conformada também pelas situações nomeadas de centralidade (atividade/popularidade), encerramento (closure) e ponte (brokerage) explicadas no capítulo de metodologia do presente estudo. Tem se respeitado o princípio da parcimônia mediante a construção incremental de dois modelos definitivos, de modo que no segundo acrescentam-se variáveis às testadas no primeiro. Este contém os efeitos estruturais só das configurações que representam processos endógenos na rede. O seguinte adiciona os efeitos exógenos dados a partir dos atributos individuais (monádicos) dos líderes e das iniciativas.

Cada modelo foi convergente¹⁸ no sentido de garantir que a rede observada dos laços de trabalho comunitário, fosse central no espaço amostral de grafos aleatórios. Desta maneira, é possível verificar a significância estatística de cada configuração estrutural incluída. Além disso, e similar aos modelos one-mode do capítulo prévio da pesquisa,

¹⁸ Como medida padrão de convergência, se considera que a ratio t de cada configuração local no modelo deve ser menor a 0,1.


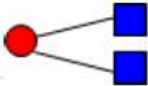
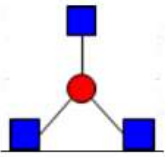
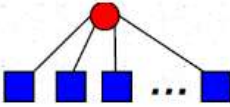

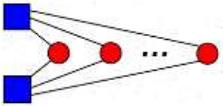
o ajuste de cada modelo foi confirmado com o teste GOF (da abreviatura em inglês para 'goodness of fit' - bondade de ajuste) e o indicador complementar da distância Mahalanobis (TABELAS A2. 49.-50., do Apêndice 2). Por último, nos modelos ERGM, com dados two-mode, é necessário verificar a sua confiabilidade mediante o grau de auto correlação entre as amostras dos grafos aleatórios que servem para estimar os coeficientes de maneira iterativa. Se a distância entre as amostras é suficiente, a auto correlação é controlada e o modelo mostra-se confiável (WANG Et al., 2016). Esta condição foi contemplada nos dois modelos finalmente considerados¹⁹.

6.3.1. Modelo I

As configurações ou mecanismos locais, estatisticamente significativos, no modelo estrutural de articulação dos líderes com as iniciativas são a 'adjacência' (laço) (XEdge), 'estrela de duas pontas' (ou eventos) (XStar2B), 'estrela de três pontas' (ou eventos) (XStar3B), 'senda de três laços' ou passos (X3Path), e 'encerramento alternado baseado em dois eventos' (XACB) (TABELA, 21). A letra 'X' é o símbolo da rede, a letra 'A' corresponde ao conjunto de líderes, a letra 'B' equivale ao conjunto de eventos ou iniciativas, e a letra 'C' vem da palavra em inglês closure (encerramento). A configuração de 'adjacência' traz idêntico significado e função ao colocado no modelo (one-mode) da rede de trabalho comunitário dos líderes.

¹⁹ Segundo o critério do indicador da função de auto-correlação amostral menor a 0,4.

- Tabela 21 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de líderes e iniciativas

| Efeitos de rede | | Parâmetros (coeficientes) | Desvio Padrão | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------|---|
| Efeitos estruturais puros (círculos vermelhos indicam líderes e quadrados azuis as iniciativas) | | | | |
| <i>XEdge (adjacência)</i> |  | -1,82 | 0,55 | * |
| Atividade/Popularidade | | | | |
| <i>XStar2B (estrela de duas pontas ou eventos)</i> |  | 0,44 | 0,07 | * |
| <i>XStar3B (estrela de três pontas ou eventos)</i> |  | -0,01 | 0,00 | * |
| <i>XASB (estrela de pontas ou eventos alternados)</i> |  | -0,67 | 0,36 | |
| Brokerage (Ponte) | | | | |
| <i>X3Path (senda de três laços)</i> |  | -0,01 | 0,00 | * |
| Closure (Encerramento) | | | | |
| <i>XACB (Encerramento alternado baseado em dois eventos)</i> |  | -0,17 | 0,06 | * |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa MPNet (versão 1.04), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo.

As ‘estrelas de duas e três pontas’ (XStar2B e XStar3B) descrevem a presença do líder que estaria vinculado a duas ou três iniciativas. O símbolo positivo do coeficiente do primeiro tipo de estrela mencionado indica que o número observado de vezes que ela se acha na rede é significativamente maior, em termos estatísticos, do número médio esperado pelo acaso e, então, constitui um padrão de articulação que fundamenta a rede toda. Enquanto o símbolo negativo do coeficiente da segunda configuração de estrela indica/assinala a situação contrária; ou seja, que a quantidade observada na rede é significativamente menor da média esperada pelo acaso e

constitui um esquema de articulação específico, com frequência reduzida, e insustentável ao conjunto da rede. Quer dizer que há uma tendência dos líderes se envolverem com duas iniciativas. Existem líderes que participam de três iniciativas, porém em menor número.

Dado o papel ativo dos líderes, existe a possibilidade de eles se encontrarem-se em uma ou mais iniciativas. Neste sentido, a iniciativa implicada cumpriria a função de ponte entre líderes, viabilizaria o maior conhecimento de si entre eles. Entanto, os líderes que compartilham uma iniciativa ou espaço de trabalho, tem a possibilidade conhecerem as atividades comunitárias de outros líderes com a opção de, talvez, juntarem-se em outras frentes de ação de seus pares. É o caso da seguinte configuração com coeficiente significativo no modelo, a de 'senda de três laços' ou passos (X3Path), que descreve uma conexão em sequência e alternada entre dois líderes e duas iniciativas, sem fechar o circuito²⁰. O símbolo negativo que acompanha o coeficiente desta configuração, do tipo ponte, indica que ela acontece em uma quantidade menor diante do valor médio esperado pelo acaso e não representa um padrão de articulação na rede, de modo que a sua ocorrência encontra-se restrita a situações específicas.

Segundo o modelo resultante, sob análise, há também casos de circuitos sociais na rede, isto é, encerramentos completos com os 4 laços presentes na sequência alternada entre dois líderes e duas iniciativas os quais, porém, não acontecem de maneira isolada mas sim, na configuração alternada de vários líderes (mais de dois) articulados ao redor da mesma dupla de iniciativas (XACB). Esta configuração, nomeada 'encerramento alternado baseado em dois eventos'²¹, está acompanhada

²⁰ A diferença das tríades nos modelos one-mode, as configurações base das pontes completas e encerramentos completos (circuito social) funcionam nos modelos two-mode a partir de 4 nodos implicados, dois do grupo A ou primeiro nível de análise (atores) e dois do grupo B ou segundo nível de agregação dos dados na análise (eventos). No caso do presente estudo, com dois líderes e duas iniciativas. A interdependência aqui é introduzida mediante o princípio estatístico de dependência condicionada já explicado no capítulo metodológico.

²¹ A ideia de alternada nas configurações de pontes e encerramentos nos modelos two-mode cumpre uma função similar à colocada para os modelos one-mode; ou seja, permitir o modelamento de processos de adensamento de laços, em seções da rede, a partir da reprodução (aprofundamento) de determinado esquema de relações ao redor do mesmo subconjunto de nodos (atores ou eventos).

por um coeficiente negativo que indica uma frequência significativamente baixa na rede para ser considerada uma tendência de articulação.

6.3.2. Modelo II

Este modelo, nomeado Seleção Social, permite fazer inferências sobre a influência dos atributos particulares dos líderes ou das iniciativas na ocorrência dos laços, compondo assim a caracterização das configurações estruturais da rede. As variáveis associadas aos líderes são as mesmas empregadas no capítulo anterior que aborda a relação de cada líder com o programa Vila Viva, o seu pertencimento ao perfil tradicional ou emergente e sua participação em partidos, para detalhar um dos vínculos com o poder público por via política. Neste campo, 66,7% dos tradicionais e 29,0% dos líderes emergentes manifestaram ter filiação partidária em algum momento. Com referência às iniciativas, as variáveis incluídas foram as já usadas até aqui para a sua caracterização e identificação de perfis em particular.

A variável significativa no modelo foi Recursos e Administração/Logística, com a qual tem-se registrado o tipo de fontes de financiamento e de organização operativa das iniciativas, e fica introduzida no modelo mediante a configuração de estrela (Rec_X2StarBMismatch) cujas duas pontas ou iniciativas divergem nas categorias observadas desta mesma variável (TABELA, 22). Além disso, o símbolo de seu coeficiente é positivo, o que a coloca como uma configuração padrão de suporte de toda a rede observada.

- Tabela 22 — Parâmetros (coeficientes) estimados (e desvios padrão) da rede de líderes e iniciativas, com efeitos monádicos

| Efeitos de rede | | Parâmetros (coeficientes) | Desvio Padrão | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|------------------------------|---------------|---|
| Efeitos estruturais puros (endógenos) (círculos vermelhos indicam líderes e quadrados azuis as iniciativas) | | | | |
| <i>XEdge (adjacência)</i> | | -2,06 | 0,59 | * |
| Atividade/Popularidade | | | | |
| <i>XStar2B (estrela de duas pontas ou eventos)</i> | | 0,48 | 0,08 | * |
| | | | | |
| <i>XStar3B (estrela de três pontas ou eventos)</i> | | -0,01 | 0,00 | * |
| | | | | |
| <i>XASB (estrela de pontas ou eventos alternados)</i> | | -0,67 | 0,37 | |
| | | | | |
| Brokerage (Ponte) | | | | |
| <i>X3Path (senda de três laços)</i> | | -0,01 | 0,00 | * |
| Closure (Encerramento) | | | | |
| <i>XACB (Encerramento alternado baseado em dois eventos)</i> | | -0,19 | 0,06 | * |
| | | | | |
| Efeitos de relação de ator (exógenos) | | | | |
| Heterofilia (Recursos/Logística) | | | | |
| <i>Rec_X2StarBMismatch (estrela de duas pontas ou eventos)</i> | | 0,09 | 0,04 | * |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa MPNet (versão 1.04), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo.

Estas configurações indicam que os líderes tendem a trabalhar em duas iniciativas ou frentes que diferenciam-se por sua origem financeira e administrativo/logística. Há

também uma correlação²² entre esta variável, usada para dar conta da fonte dos recursos e da organização, e a centralidade das iniciativas, devido a uma participação majoritária das intervenções oficiais no núcleo da rede (66,6% do total de iniciativas centrais), enquanto o destacado na periferia corresponde aos esforços próprios dos líderes (72,7% do total de iniciativas menos centrais) (TABELA, 23). Essas demonstrações significam, portanto, que a configuração de estrelas de duas pontas sintetiza também a tendência dos líderes a trabalharem na seção central da rede e na periferia da mesma, mediante uma combinação que revela o seu grau e forma de articulação com as autoridades.

- Tabela 23 — Proporções de recursos e administração/logística, por centralidade *

| Recursos / Administração / Logística | Centralidade | | | Total |
|-----------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Alta | Media | Baixa | |
| Próprios. | 11,1 <i>1 *</i> | 28,6 <i>4</i> | 72,7 <i>16</i> | 46,7 <i>21</i> |
| Programa ou projeto público. | 33,3 <i>3</i> | 42,9 <i>6</i> | 9,1 <i>2</i> | 24,4 <i>11</i> |
| Próprios, editais, projetos publ. | 0,0 <i>0</i> | 14,3 <i>2</i> | 9,1 <i>2</i> | 8,9 <i>4</i> |
| Parceria com colegas. | 22,2 <i>2</i> | 7,1 <i>1</i> | 0,0 <i>0</i> | 6,7 <i>3</i> |
| Parceria com poder público. | 22,2 <i>2</i> | 0,0 <i>0</i> | 4,5 <i>1</i> | 6,7 <i>3</i> |
| Outros. | 11,1 <i>1</i> | 7,1 <i>1</i> | 4,5 <i>1</i> | 6,7 <i>3</i> |
| Total | 100,0 <i>9</i> | 100,0 <i>14</i> | 100,0 <i>22</i> | 100,0 <i>45</i> |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

(*) Números de menor tamanho, em estilo itálico, indicam quantidades absolutas.

O que torna atrativas as iniciativas centrais entre os líderes é a ingerência oficial, de modo que o poder público tem se convertido em responsável pela manutenção do

²² A probabilidade do coeficiente de Chi-quadrado de Pearson, para tabelas de contingência com variáveis categóricas, foi de 0,016 menor que 0,05, de modo que se rechaça a hipótese nula de independência entre as variáveis sob análise.

núcleo da ação coletiva dentro do Aglomerado. A estabilidade do trabalho comunitário ali depende da administração das intervenções que emana das agências de governo, ou das parcerias com representantes políticos e o poder público em geral na interlocução com os moradores. Não obstante, existem neste núcleo iniciativas como as 'reuniões reivindicativas' ou os 'eventos artísticos' e 'eventos esportivos' que funcionam à margem da intervenção oficial. Aquilo é possível porque tais reuniões não demandam esforço cotidiano ou logística permanente ou, pelo menos, a sua administração e execução é mais irregular se comparado a outras iniciativas centrais.

As iniciativas periféricas ou menos centrais denotam os esforços mais incipientes ou mais independentes dos líderes ou que demandam menos nexos com os líderes quanto gestores de trabalho comunitário. Ao contrário, as iniciativas centrais, funcionam como plataformas de acesso e troca, relativamente estável de contatos, informação e recursos. Na medida que nelas convirjam líderes com iniciativas variadas, atuantes sob diferentes enfoques e tipos de interação com moradores, pares e poder público, cabe pensar que estas plataformas funcionam como ponte no intercâmbio de recursos e como janela de oportunidades inéditas para os seus participantes na configuração de senda de três laços (passos). Ou, o fato de aglutinarem um grupo de líderes já reconhecidos entre si, pela sua participação conjunta em outras iniciativas, se configura um circuito social com uma circulação de recursos redundantes ou já esperados e tratados por seus participantes. O primeiro tipo de plataforma permite flexibilidade na ação coletiva dos líderes do Aglomerado e o segundo tipo, por sua vez, reforça o seu caráter de estabilidade.

A especificidade das configurações do tipo ponte e encerramento pode ser novamente observada neste último modelo, com o símbolo negativo dos coeficientes que as acompanham, e se interpretam de maneira mais clara quando são pensadas a partir de situações particulares dos líderes emergentes e dos líderes tradicionais.

Em relação aos líderes emergentes, a sua integração como oficinairos e prestadores de serviços nas equipes de trabalho de iniciativas centrais (Escolas –Integrada e Aberta–, Fica Vivo) tem representado um apoio a seu esforço comunitário e, em alguma medida, um complemento financeiro a suas próprias iniciativas. A diversidade

de oficinas tem permitido que os programas Fica Vivo e Escola Integrada e Escola Aberta funcionem como plataformas flexíveis para ação coletiva e tem contribuído com a permanência e abertura de frentes de trabalho comunitário. Em alguns casos, os líderes oficinairos já encabeçam uma iniciativa própria quando ingressam no Fica Vivo, por exemplo, o qual lhes facilita dar-se a conhecer com outros colegas de âmbito de atividade e somar público juvenil interessado em acompanhar ou integrar o processo que eles desenvolvem. Em outros casos, o passo pelo Fica Vivo serve de etapa de amadurecimento de habilidades e planos para empreender uma iniciativa pela sua conta. Nas duas situações apontadas, a plataforma do trabalho das oficinas, nos programas da prefeitura, traz consigo a possibilidade de um posicionamento maior das iniciativas próprias dos emergentes dentro da rede global de iniciativas. De modo que algumas delas ganhem centralidade e equipes de colegas em comum, a pesar de não serem parte ainda do núcleo da rede, como acontece com o Centro Cultural Lá da Favelinha, por exemplo.

No entanto, a Favelinha também ilustra o limite das oficinas enquadradas nos programas públicos do Aglomerado e a consolidação deste tipo de plataformas oficiais da ação coletiva que sempre estarão sujeitas a ritmos orçamentários de ordem burocrática e política. O projeto Lá na Favelinha foi criado a partir da demissão de seu líder fundador do Fica Vivo e representou um pulo qualitativo na sua trajetória comunitária e profissional. A abertura deste centro cultural, informal e que depende de campanhas anuais de doações voluntárias, permitiu-lhe estender a abrangência possível do seu trabalho artístico do público de estudantes da oficina de rapper ao do Aglomerado e da cidade incluso; se colocar como diretor dum esquema adicional de oficinas; abrir uma biblioteca comunitária; fornecer uma vitrine audiovisual para os produtos artísticos que decorrem neste espaço; e promover os talentos dos meninos que encontram neste lugar um espaço de refúgio e oportunidades diante a seus problemas. Todas estas atividades ficariam por fora do alcance do programa Fica Vivo, o qual se acha restringido à uma prevenção situacional dos homicídios mediante alternativas simples de ocupação do tempo livre dos meninos entre 12 e 18 anos de idade e, de preferência, que se achem envolvidos no tráfico de drogas.

Os líderes tradicionais, por sua vez, ao marcar presença em esquemas de participação institucional, desde a criação do Programa de Orçamento Participativo (OP), também receberam impulso e reconhecimento oficial sobre a sua posição como cabeças de associação comunitária. Estes esquemas os colocam como os principais responsáveis pela sua execução ou representação para dentro e fora do Aglomerado, tal e como acontece com o mesmo OP, e com outras iniciativas na média dos indicadores de centralidade na rede como o Núcleo de Defesa Civil (NUDEC), as Conferências Municipais e os Conselhos Municipais. Igualmente acontece em matéria de mobilizações políticas para campanhas eleitorais e filiações partidárias. Todo aquilo os torna parceiros do poder público, seja com agências do governo ou representantes políticos. A diferença dos emergentes, os líderes tradicionais em bloco ocuparam, um por um, os espaços oficiais de participação, sem perder presença em nenhum deles, até constituir um circuito ao redor de iniciativas que, por esta mesma via, se fizeram centrais na rede. Neste processo, os líderes tradicionais ganharam estabilidade e se consolidaram no papel de intermediários entre o poder público e o Aglomerado, em especial no que tange às necessidades de urbanização.

Por outro lado, o trabalho nas iniciativas oficiais se converteu no campo predominante dos líderes tradicionais chegando ao ponto de debilitar seu trabalho comunitário de base com os moradores mediante as Associações Comunitárias. Neste sentido, um sinal são as queixas colocadas por outros líderes e moradores que falam do negativamente dos tradicionais, em todas as vilas do Aglomerado, para fazer eleições aos cargos da diretoria de cada associação ou a suspeita de intervenções nos procedimentos eleitorais para permanecerem na frente destas corporações. O fato é que eles têm se perpetuado nos cargos, pelo menos desde finais dos anos 90 (do século XX), e já a idade deixa sua marca neles como é o caso da titular tradicional da Vila Fátima quem se encontra fisicamente diminuída.

O fechamento definitivo do circuito social dos líderes tradicionais, ao redor das iniciativas de participação institucional colocadas pelo poder público (em especial, municipal ou estadual), teve lugar com o processo que deu vida ao programa Vila Viva. Primeiro, no Grupo de Referência (GR), para a elaboração do Plano Global Específico (PGE) que norteia todas as obras de melhoramento urbanístico do

Programa, e que contou com participação majoritária dos líderes tradicionais. Após a elaboração do Plano Global, este grupo teria como missão monitorar e fiscalizar a execução do Vila Viva. Porém ele só é reconhecido pelos tradicionais no momento do referido Plano. Talvez, porque ficou diluído no trabalho e representação que fazem os tradicionais dentro da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Execução do Orçamento Participativo (Comforça) da regional Centro-Sul, na qual se inscreve o Aglomerado, considerando também que o Plano Global foi parte do mesmo processo do OP e fundamenta o Vila Viva. Além disso, o mesmo grupo de líderes integra o mencionado NUDEC que monitora as áreas de risco construtivo e geológico, determinadas no próprio Vila Viva, e como parte do Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR) da prefeitura.

O circuito de parceria dos tradicionais com o Poder público terminou por facilitar a construção e firmação de uma visão comum, em um segmento da rede, do que define a execução do plano de urbanização do aglomerado e a elaboração de estratégias para garantir segurança pública para este espaço. Basicamente, era uma questão de trazer obras em várias frentes, pela via da construção de espaços residências, comunitários e públicos e a conexão com as principais redes de infraestrutura e serviços da cidade, sem reparar muito nos desenhos e os detalhes técnicos, por sua vez, transmitidos em uma linguagem não apta para leigos. A chegada do Vila Viva, com um pacote de obras nomeadas de grande porte, respondia simultaneamente a várias das necessidades urbanísticas colocadas por anos, e tornava realidade construções pendentes aprovadas nos exercícios anuais do Orçamento Participativo. A participação em tais ações representa para os tradicionais o maior momento de realização na sua trajetória como líder comunitário.

Portanto, pouco considerados foram os comentários críticos vindos do sector dos emergentes, em relação aos desenhos das obras e à maneira como estas eram conduzidas entre a população de moradores. Também estava em jogo nas discussões o status dos tradicionais que tinham servido como os mediadores oficiais do poder público e tinham o aval das autoridades para figurar como líderes comunitários; além de considerações geracionais sobre quem tinha o conhecimento para desenvolver o Aglomerado, se os mais velhos que levantaram os primeiros blocos ou os meninos

que cresceram no médio dos esforços para materializar as construções com esses blocos.

Duas visões e dois perfis de atuação, tradicional e emergente, marcaram a pauta dos resultados em segurança ao longo do programa Vila Viva, em meio à configuração de uma identidade coletiva para o Aglomerado todo. No entanto, esse é o tema do capítulo que segue.

7. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE PÚBLICO-PAROQUIAL: VISÃO DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS A PARTIR DO VILA VIVA.

A percepção de segurança representa um indicador de aproximação à sensação de tranquilidade e a confiança para morar e conviver no Aglomerado. Além disso, constitui um olhar que ajuda a relativizar o registro oficial dos crimes, pelo fato deste levar consigo o viés do que a atividade policial consegue visibilizar. No caso dos líderes, a visão como moradores informados, sobre estas preocupações, acompanha-se do fato que eles são os primeiros implicados no exercício do potencial controle público-paroquial de delitos e transgressões na favela, a partir das obras do programa Vila Viva. O fato dos líderes ser atores no processo em estudo, o das articulações na implementação e desenvolvimento da intervenção, os torna fontes chave para sua análise com informações que não estariam disponíveis para outros atores fora deste processo. Como colocado na metodologia da pesquisa, o viés introduzido pelos líderes, ao comentar os resultados do seu trabalho e acompanhamento da intervenção, estaria controlado pelo número deles entrevistado (40 em total) e a sua heterogeneidade. Em outras palavras, a sua leitura é uma apreciação da confiança que eles têm ganhado, com o programa urbanístico, na abertura e expansão das suas articulações para desenvolver iniciativas de atenção comunitária e reduzir, por esta via, o espaço de comportamentos suscetíveis de punição ou que podem ameaçar a convivência dos moradores do aglomerado. Em tal sentido, permitem uma avaliação dos resultados do Vila Viva em segurança pública.

Ao longo da análise a seguir, manteve-se a distinção entre líderes tradicionais e emergentes devido a que estas categorias são portadoras dos principais perfis de interação e de trabalho comunitário existentes na estrutura social representada de controle paroquial, e de ação coletiva de carácter público-paroquial, tal e como foi verificado nos capítulos anteriores.

Na introdução e no capítulo IV (linha de base) do presente estudo foram comentadas algumas condutas delitivas, a partir de seu registro oficial e de colocações feitas pelos

líderes nas entrevistas qualitativas semi-estruturadas. Agora, conta-se com a compilação das respostas por eles dadas acerca da frequência de delitos e transgressões, mencionados de maneira reiterada na mesma etapa de entrevistas, em referência ao que acontecia na época anterior ao início das obras do Vila Viva, e sobre as mudanças atuais no nível de frequência destas condutas, se comparado com o passado. No registro das frequências, antes do Vila Viva, eles tiveram as opções para indicar que cada conduta acontecia 'sempre', 'frequentemente', 'às vezes', 'raramente' ou 'nunca'; e na comparação de hoje com o passado, as alternativas 'aumentou', 'diminuiu', ou 'manteve' o nível de frequência. Em vista que, do modo em que foram expostas as perguntas, se indaga no sentido negativo por fatos de insegurança, o código de '1' no seu papel de nota mínima foi atribuído às situações de 'sempre' e 'aumento' da conduta (de menor segurança), respectivamente, e o de '5' e '3', respectivamente também, no papel de notas máximas quando considerado que a conduta 'nunca' tem ocorrido ou diminuído (maior segurança) (QUADRO, A1. 7., do Apêndice 1).

7.1. Percepção de (In)Segurança Pública

Quando perguntados pela frequência dos homicídios, antes do início das obras do Vila Viva, a proporção mais alta registrada é 35,0% para os que manifestam que aconteciam 'às vezes'; apesar disso, as respostas nos dois sub-grupos extremos conformados pelas categorias 'sempre' e 'frequentemente', dum lado, e 'raramente' e 'nunca', do outro, somaram iguais proporções de 32,5% para cada uma. Aquilo reflete posições divididas enquanto a magnitude deste delito no passado do Aglomerado. Já no cenário atual e ulterior ao início das obras, se verifica 46,2% de proporção, próxima à metade dos líderes, que indica uma diminuição dos homicídios. O restante se distribui entre 35,9% que comenta um aumento e 17,9% de um nível similar ao passado (TABELA, 24). Ou seja, a partir das obras do Vila Viva, logrou-se, em geral, que o grupo de líderes se distanciasse de uma posição ambígua sobre a realidade do homicídio na favela para apreçar uma redução nos níveis desta conduta. Desta

maneira, a percepção dos líderes é condicente com as tendências mostradas nos dados oficiais das mortes dolosas, apesar de uma terceira parte dos representantes comunitários ainda manterem reservas ao declarar que houve um incremento dos assassinatos no Aglomerado.

- Tabela 24 — Percepção de (in)segurança em matéria de homicídios. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|----------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre <i>quantidade</i> | 20,0 8 | 22,2 2 | 19,4 6 | Aumentou <i>quantidade</i> | 35,9 14 | 22,2 2 | 40,0 12 |
| Frequentemente <i>quantidade</i> | 12,5 5 | 22,2 2 | 9,7 3 | Manteve <i>quantidade</i> | 17,9 7 | 22,2 2 | 16,7 5 |
| Às vezes <i>quantidade</i> | 35,0 14 | 11,1 1 | 41,9 13 | Diminuiu <i>quantidade</i> | 46,2 18 | 55,6 5 | 43,3 13 |
| Raramente <i>quantidade</i> | 30,0 12 | 44,4 4 | 25,8 8 | Total (%) <i>quantidade</i> | 100,0 39 | 100,0 9 | 100,0 30 |
| Nunca <i>quantidade</i> | 2,5 1 | 0,0 0 | 3,2 1 | <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 40 | 100,0 9 | 100,0 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Outras condutas nas que também têm existido posições divididas sobre as mudanças nos seus níveis de ocorrência, depois do desenvolvimento do Vila Viva, são troca de tiros e acúmulo de lixo e entulho em espaços públicos. Com respeito à primeira, os líderes têm percebido que esta fonte de insegurança já existia com anterioridade ao programa urbanístico, com diferenças no seu grau de frequência aliás. Hoje 50,0% afirma que ‘aumentou’, perante das outras respostas possíveis de ‘manteve’ ou ‘diminuiu’; este segmento dos entrevistados poderia estar ligado, por sua vez, aos que consideram aumentos nos níveis de homicídios (TABELA, A2. 36., do Apêndice 2) . No caso do acúmulo de lixo, 40% dos líderes menciona uma diminuição nos dias presentes, contra as outras opções de resposta distribuídas quase por partes iguais, e apesar do consenso ao redor dos níveis ‘sempre’ e ‘frequentemente’ nos anos prévios ao Vila Viva (TABELA, A2. 37., do Apêndice 2).

As condutas nas quais há hoje uma firme apreciação de aumento são as relacionadas com o consumo ou o tráfico de drogas, incluída a presença de grupos dedicados a este negócio, a condução imprudente de carros e motos, e o som alto em lugares indiscriminados (TABELAS, A2. 38.–39., do Apêndice 2). Estas duas últimas, mais na condição de transgressão não de delito. As condutas vinculadas com a circulação de drogas no Aglomerado têm sido uma preocupação desde os anos prévios ao Vila Viva. Ao redor da metade dos líderes anota que aconteciam ‘sempre’ (o tempo inteiro); não obstante, dada a sua atividade mais reservada em aquele então, se destaca, em segundo lugar, a proporção de resposta ‘raramente’ (ao redor de 17,9%) (TABELA, 25). Por sua parte, a condução imprudente se apresentava ‘raramente’, segundo o expressado na sua maior proporção pelo 39,5% dos líderes, e ‘às vezes’, para 18,4% (TABELA, A2. 40., do Apêndice 2). Enquanto que o som alto se estimava uma transgressão permanente para 36,8% dos entrevistados, com percepções contraditórias devido a que outros segmentos de líderes comentam que tinha lugar ‘às vezes’ ou ‘raramente’ (somado, 44,8% do grupo de representantes comunitários) (TABELA, 26).

- Tabela 25 — Percepções de (in)segurança em matéria de tráfico de drogas. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 51,3 | 44,4 | 53,3 | Aumentou | 74,4 | 55,6 | 80,0 |
| <i>quantidade</i> | 20 | 4 | 16 | <i>quantidade</i> | 29 | 5 | 24 |
| Frequentemente | 12,8 | 11,1 | 13,3 | Manteve | 17,9 | 22,2 | 16,7 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 1 | 4 | <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 |
| Às vezes | 10,3 | 22,2 | 6,7 | Diminuiu | 7,7 | 22,2 | 3,3 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 2 | 2 | <i>quantidade</i> | 3 | 2 | 1 |
| Raramente | 17,9 | 22,2 | 16,7 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 | quantidade | 39 | 9 | 30 |
| Nunca | 7,7 | 0,0 | 10,0 | <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 39 | 9 | 30 | | | | |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela 26. — Percepções de (in)segurança em matéria de som alto em lugares indiscriminados. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 36,8 | 37,5 | 36,7 | Aumentou | 70,3 | 50,0 | 75,9 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 3 | 11 | <i>quantidade</i> | 26 | 4 | 22 |
| Frequentemente | 7,9 | 0,0 | 10,0 | Manteve | 24,3 | 50,0 | 17,2 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 | <i>quantidade</i> | 9 | 4 | 5 |
| Às vezes | 21,1 | 12,5 | 23,3 | Diminuiu | 5,4 | 0,0 | 6,9 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 1 | 7 | <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Raramente | 23,7 | 37,5 | 20,0 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 3 | 6 | <i>quantidade</i> | 37 | 8 | 29 |
| Nunca | 10,5 | 12,5 | 10,0 | <i>Missing quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 1 | 3 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| <i>quantidade total</i> | 38 | 8 | 30 | | | | |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Atualmente, a movimentação do comércio de drogas e as transgressões da condução imprudente de veículos e o som alto revelam associações entre si. Segundo o observado em campo, no Aglomerado há o costume de concentrar o barulho em caixas de som colocadas nos porta-malas dos carros, em trânsito ou estacionados nas ruas, para incitar concentrações de moradores e à festa, sem prévio aviso, ou usados para a ostentação da acumulação de bens por aqueles que participam do tráfico. O som alto e móvel seria também uma maneira de atrair potenciais compradores de drogas, nos até faz pouco controvertidos e afamados bailes funk feitos na rua por exemplo. As melhorias na acessibilidade para veículos, sob o Vila Viva, e a massificação na aquisição deste tipo de bens, por parte da população do Aglomerado, multiplicaram as possibilidades de ocorrência dos eventos descritos.

Em termos de tendência à diminuição, considerada pelos líderes quando entrevistados, sobressaem, na seguinte ordem, os estupros, os furtos ou assaltos, e os conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas (TABELA, A2. 41., do Apêndice 2). No entanto, a respeito dos primeiros, e de outras condutas mais relacionadas ao âmbito mais íntimo da família, os líderes não apresentaram certeza das suas impressões por carecer de informação suficiente. Aquilo mostra-se evidente nas

respostas divididas dadas quando perguntados, por exemplo, pela violência doméstica ou intrafamiliar e por casos de abuso e exploração sexual infantil (TABELAS, A2. 42.–43., do Apêndice 2). Estas opiniões se distribuem quase por proporções iguais entre aumento, diminuição ou paridade, se comparado com os anos anteriores ao Vila Viva. Em relação a aquela época, porém, os líderes preferiram manifestar que os estupros ou os abusos sexuais se produziam ‘raramente’ ou ‘às vezes’ (65,0%, para os primeiros, 55,0% para os segundos), e a violência doméstica com frequência ou de modo permanente (62,5% dos entrevistados).

Em referência à frequência dos furtos ou assaltos, no período anterior ao Vila Viva, as respostas se concentram nas categorias ‘nunca’, ‘raramente’, ou ‘às vezes’, com 62,5% dos líderes em total (TABELA, 27). Algo parecido acontece com os conflitos por lindeiros ou obras, na medida em que 58,8% selecionou as respostas ‘raramente’ ou ‘às vezes’ (TABELA, 28). Portanto, cabe dizer que estes tipos de condutas não têm sido avaliados como fontes de insegurança até hoje. De igual maneira, o registro oficial, apresentado na introdução da pesquisa, tinha revelado rangos baixos de concentração dos roubos e os furtos, por quilômetro², no Aglomerado, ao comparar com o resto da cidade para o período de anos 2015-2016 (MAPAS, 2 e 3).

- Tabela 27. — Percepções de (in)segurança em matéria de furtos ou assaltos. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|----------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre <i>quantidade</i> | 17,5 7 | 11,1 1 | 19,4 6 | Aumentou <i>quantidade</i> | 12,8 5 | 22,2 2 | 10,0 3 |
| Frequentemente <i>quantidade</i> | 20,0 8 | 22,2 2 | 19,4 6 | Manteve <i>quantidade</i> | 30,8 12 | 0,0 0 | 40,0 12 |
| Às vezes <i>quantidade</i> | 12,5 5 | 11,1 1 | 12,9 4 | Diminuiu <i>quantidade</i> | 56,4 22 | 77,8 7 | 50,0 15 |
| Raramente <i>quantidade</i> | 27,5 11 | 22,2 2 | 29,0 9 | Total (%) <i>quantidade</i> | 100,0 39 | 100,0 9 | 100,0 30 |
| Nunca <i>quantidade</i> | 22,5 9 | 33,3 3 | 19,4 6 | <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 40 | 100,0 9 | 100,0 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela 28 — Percepções de (in)segurança em matéria de conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|----------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre <i>quantidade</i> | 11,8 4 | 16,7 1 | 10,7 3 | Aumentou <i>quantidade</i> | 21,2 7 | 33,3 2 | 18,5 5 |
| Frequentemente <i>quantidade</i> | 17,6 6 | 33,3 2 | 14,3 4 | Manteve <i>quantidade</i> | 33,3 11 | 16,7 1 | 37,0 10 |
| Às vezes <i>quantidade</i> | 29,4 10 | 16,7 1 | 32,1 9 | Diminuiu <i>quantidade</i> | 45,5 15 | 50,0 3 | 44,4 12 |
| Raramente <i>quantidade</i> | 29,4 10 | 33,3 2 | 28,6 8 | Total (%) <i>quantidade</i> | 100,0 33 | 100,0 6 | 100,0 27 |
| Nunca <i>quantidade</i> | 11,8 4 | 0,0 0 | 14,3 4 | <i>Missing quantidade</i> | 7 | 3 | 4 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 34 | 100,0 6 | 100,0 28 | | | | |
| <i>Missing quantidade</i> | 6 | 3 | 3 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Em todas as condutas a posição dos líderes tradicionais sempre tende a colocar um cenário de diminuição, manutenção ou menor aumento e, portanto, de melhoria na segurança pública, enquanto seus pares emergentes têm adoptado uma visão mais crítica e de maior percepção de insegurança.

Em vista deste quadro percebido de (in)segurança, sob o cenário dos espaços construídos e modificados com o Vila Viva, cabe então diferenciar quais, no parecer dos líderes, seriam os alcances das distintas formas de incidência na matéria do programa urbanístico no Aglomerado. Duas destas três formas já tinham sido tratadas nos capítulos precedentes e têm servido para expor, de um lado, as posições dos entrevistados acerca do efeito final, e global, em segurança pública de cada uma das obras e, de outro lado, sobre o efeito intermédio pela via dos processos sociais, com ênfase na vida e organização comunitárias, mobilizados no decorrer do conjunto das mesmas obras e seu funcionamento ulterior. Este último permite ilustrar também a interação dos níveis público e paroquial e o potencial controle de condutas delitivas ou transgressoras. Por sua parte, a terceira das formas de incidência acontece no

nível público de controle e consiste na presença da polícia, militar ou civil, conseguida no Aglomerado mediante as obras.

7.2. Atuação da polícia e o seu acesso percebido a partir do Vila Viva

A avaliação da atuação policial tem sido registrada mediante afirmações formuladas aos líderes entrevistados com o mesmo esquema de respostas, já empregado na coleta de informações sobre o efeito intermediário do Vila Viva em segurança, conformado pelas opções 'concorda', 'concorda parcialmente', 'não concorda parcialmente', e 'não concorda', organizadas na escala ordinal de códigos que vão de '4' para a primeira até '1' para a última. No entanto, algumas das afirmações colocam situações negativas da atuação policial, de modo que a escala de codificação das respostas fica invertida. O número '1' para a opção de 'concorda' com a situação negativa, e o número '4' para aquela opção de 'não concorda' com dita situação. Tal inversão se faz para manter uma consistência entre as escalas de avaliação das respostas, nos diferentes aspectos questionados aos líderes que integram toda a pesquisa. Isto é, notas baixas indicam um estado ruim (ou menos bom) e notas altas um estado bom (ou menos ruim) (QUADRO, A1. 8., do Apêndice 1).

Quatro indicadores foram definidos em função do grau de correlação entre a distribuição de frequências das respostas e medido pelo método, já familiar neste estudo, de análise de componentes principais para variáveis categóricas (CATPCA)²³. O primeiro indicador, nomeado de vigilância policial, foi colocado para registrar as apreciações dos líderes acerca da facilidade dada à polícia para patrulhar e vigiar as vilas, em virtude das melhoras de acesso e circulação no Aglomerado conquistadas através do programa urbanístico.

²³ Ver Apêndice 2 com as composições fatoriais de cada indicador, e seu respetivo teste dado pelo Eigenvalue e Alfa de Cronbach, todo calculado no programa SPSS versão 15.0.

No segundo indicador, rotulado como 'atuação policial positiva', se integraram as posições ao redor dos enunciados que tratam da melhoria na comunicação da polícia com a população e na investigação de tipo criminal (TABELA, A2. 44., do Apêndice 2).

Já no terceiro indicador, intitulado de 'atuação policial negativa', os líderes expressaram seu parecer a respeito das possibilidades, sob o cenário do Vila Viva, de um uso repressivo da força policial e de uma abordagem preconceituosa dos corpos oficiais de segurança sobre os jovens moradores da favela (TABELA, A2. 45., do Apêndice 2).

O quarto e último indicador foi introduzido para dar conta da subtração da competência policial da vigilância por parte dos responsáveis do tráfico de drogas no Aglomerado. Na fase qualitativa da pesquisa, foram identificadas melhoras urbanísticas em acessibilidade e circulação que aproximaram os clientes de drogas vindos de fora da favela. Para satisfazer de modo expedito esta demanda externa, proveniente de bairros contíguos e de distintas vizinhanças da cidade incluídas outras favelas, foram estabelecidos pontos de venda em espaços públicos (esquinas, ruas e becos específicos) à vista das pessoas. Tal esquema deu origem, a um dispositivo de vigilância sobre as vilas do Aglomerado, mediante a localização de olheiros e meninos em pontos-chave de observação e equipados com rádios para comunicar a movimentação de clientes, transeuntes e polícia.

Esta vigilância, derivada da atividade do tráfico, tem mostrado desdobramentos na forma do controle de ocorrências de furtos ou roubos, dentro e ao redor da favela e de mediação de conflitos entre familiares e vizinhos nas vilas, em casos de lixo jogado por alguém na frente da casa de seu vizinho ou de penalização de um explorador sexual de um parente por exemplo segundo informações apontadas em entrevistas feitas na fase qualitativa do estudo. Poder-se-ia pensar então que a vigilância resultante do tráfico é uma maneira de controle paroquial de condutas delitivas ou transgressoras. Porém, com os desdobramentos mencionados se pretende manter longe o sistema de justiça criminal do Aglomerado para conseguir, em último termo, consolidar ali o negócio do tráfico. Como consequência, a vigilância sob questão seria

mais um modo de contrarrestar o controle público dos corpos oficiais de segurança e uma variável que, na análise, cumpre um papel similar ao do indicador de atuação policial negativa colocado mais atrás.

Nesta seção, foi possível discorrer sobre as posições dos líderes, tradicionais e emergentes, em relação aos indicadores expostos de atuação policial que pudessem ter sido afetados pelo Vila Viva. Já os pareceres acerca das outras duas formas de incidência do programa urbanístico na segurança pública do Aglomerado foram retratados no capítulo V da pesquisa.

70% dos líderes, seja tradicional ou emergente, coloca que a partir do Vila Viva houve maior facilidade para o patrulhamento e vigilância policial; e 20% compartilha parcialmente esta opinião, (TABELA, 29). Já em matéria de investigação criminal e comunicação da polícia com a população, os líderes concordam com uma melhoria sob o programa urbanístico, mais ainda nos pareceres dos líderes tradicionais. Contudo, há uma dificuldade mencionada pelos entrevistados em geral acerca de identificar estas atuações; no caso, pelo trabalho encoberto dos efetivos responsáveis da polícia civil. Se presume, por exemplo, da facilidade dada para estes trabalhos mediante a localização dos endereços que se produz com a intervenção do Vila Viva. O mais visível para eles resultam ser os operativos de apreensão que, segundo é afirmado, deixam a impressão de que os policiais “já vêm com as cartas marcadas”. Por outro lado, destaca-se a conquista de uma maior comunicação com o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR); porém, o grau de correlação com as respostas sobre a investigação criminal refletiu que a proximidade dos uniformados é lida mais em termos de procura de informação com valor judicial, e não apenas simples diálogos de reconhecimento entre moradores e autoridades que permitam um ganho na confiança mútua entre as duas partes.

- Tabela 29. — Atuações da polícia a partir do Vila Viva.
(Proporções dos líderes entrevistados)

| Vigilância policial | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------|-------|-------------|-----------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Concorda | 71,8 | 66,7 | 73,3 |
| Concorda parcialmente | 20,5 | 22,2 | 20,0 |
| Não concorda parcialmente | 2,6 | 11,1 | 0,0 |
| Não concorda | 5,1 | 0,0 | 6,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| Comunicação Polícia- População | Total | Lider Tipo | | Investigação criminal | Total | Lider Tipo | |
|--------------------------------------|-------|-------------|-----------|------------------------------|-------|-------------|-----------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Concorda | 35,9 | 55,6 | 30,0 | Concorda | 39,5 | 55,6 | 34,5 |
| Concorda parcialmente | 33,3 | 33,3 | 33,3 | Concorda parcialmente | 34,2 | 33,3 | 34,5 |
| Não concorda parcialmente | 7,7 | 11,1 | 6,7 | Não concorda parcialmente | 10,5 | 11,1 | 10,3 |
| Não concorda | 23,1 | 0,0 | 30,0 | Não concorda | 15,8 | 0,0 | 20,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| Uso desmedido força | Total | Lider Tipo | | Abordagem preconceituosa | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------|-------|-------------|-----------|------------------------------|-------|-------------|-----------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Concorda | 53,8 | 44,4 | 56,7 | Concorda | 44,7 | 12,5 | 53,3 |
| Concorda parcialmente | 23,1 | 33,3 | 20,0 | Concorda parcialmente | 15,8 | 25,0 | 13,3 |
| Não concorda parcialmente | 10,3 | 11,1 | 10,0 | Não concorda parcialmente | 13,2 | 25,0 | 10,0 |
| Não concorda | 12,8 | 11,1 | 13,3 | Não concorda | 26,3 | 37,5 | 23,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| Vigilância do tráfico | Total | Lider Tipo | |
|---------------------------|-------|-------------|-----------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Concorda | 52,6 | 33,3 | 58,6 |
| Concorda parcialmente | 31,6 | 33,3 | 31,0 |
| Não concorda parcialmente | 7,9 | 22,2 | 3,4 |
| Não concorda | 7,9 | 11,1 | 6,9 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

As opiniões dos tradicionais acerca do aumento no uso repressivo da força e da abordagem policial preconceituosa, sobre os jovens do Aglomerado, são discordantes 22,2% e 62,5% do total de respostas, respectivamente, do subgrupo de líderes; enquanto os emergentes concordam em observar este mesmo tipo de atuações em proporções de 76,7% e 66,6% do seu total respectivo. Há, na vigilância da polícia, um concorrente reconhecido nas respostas dos líderes. Se trata dos grupos dedicados ao tráfico de drogas. A maioria dos tradicionais e emergentes (mais do 67,0%) coincidem em confirmar um incremento deste tipo de atividade.

Depois da leitura realizada pelos líderes da presença e atuação policial, como efeito intermediário das obras do Vila Viva na segurança pública, cabe então continuar com questionamento sobre os alcances do programa com o quadro completo de seus efeitos intermediários e finais (globais).

7.3. Alcances do Vila Viva no controle de delitos e transgressões, segundos os líderes comunitários

As condutas selecionadas para a explanação que se propõe na presente seção do estudo são: homicídios, tráfico de drogas, furtos ou assaltos, som alto em lugares

indiscriminados, e conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas. Os assassinatos são um indicador típico nas medições de (in)segurança devido a seu lugar central nos delitos contra a vida, direito humano fundamental; são também considerados atos difíceis de ocultar e, até antes do Vila Viva, o principal problema de criminalidade no Aglomerado.

O tráfico de drogas, tem substituído hoje a posição dos homicídios nas preocupações de moradores e líderes sobre segurança e resume as tendências de aumento dadas quando se questionou sobre o consumo de drogas ou a ação de acionar de grupos de tráfico. De igual maneira, as trocas de tiros dependem da atividade do tráfico e as tensões pelo mercado de drogas entre as fações envolvidas, razão pela qual foram descartadas da análise a continuação. Quanto aos furtos ou assaltos, estes são representativos dos delitos contra o patrimônio econômico acontecidos na favela, segundo informações da fase qualitativa do estudo, e apesar da sua franca diminuição percebida. Outros delitos relacionados à violência doméstica ou sexual carecem de avaliações confiáveis, como reconhecido pelos próprios líderes nas entrevistas, no entanto, na presente seção decidiu-se por sua omissão.

Em relação às condutas transgressoras manifestadas, por exemplo, na ação de deixar o som alto em lugares indiscriminados e que é representativo da condução imprudente de carros e motos, conforme anteriormente destacado e identificado pelos líderes; enquanto o acúmulo de lixo e entulho em espaços públicos não registra uma tendência clara nas percepções dos líderes, o que dificulta a identificação de relações estatísticas, e os conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas sobressaem pela sua diminuição percebida.

Devido ao tamanho reduzido do grupo de líderes entrevistados (40 em total), do ponto de vista do cálculo estatístico baseado em informações organizadas sob formato tipo *survey*, e à natureza categórica ordinal dos dados coletados, optou-se por uma análise exploratória das relações entre as formas de incidência do Vila Viva, em segurança pública, e as variações de frequência percebidas das condutas delitivas ou transgressoras selecionadas. Para isso, foi aplicado o coeficiente d de Somers com o qual se permite verificar e prognosticar relações, em ambas direções, entre pares de

variáveis ordinais, baseadas em tabelas de contingência. O coeficiente oscila entre valores de -1 a 1; próximo ao valor absoluto de 1 denota uma relação forte entre as variáveis, enquanto perto do zero indica uma ausência de associação. O símbolo, positivo ou negativo, sinala o sentido, direto ou inverso respectivamente, da associação. Esta medida se acompanha também de um teste de significância a partir da hipótese nula de independência entre as variáveis. A ideia da verificação das relações nas duas direções significa que cada uma das duas variáveis implicadas, em cada par, é avaliada nos papéis possíveis de explicativa e dependente.

O principal critério usado na seleção dos coeficientes relevantes para análise foi o daqueles com um valor absoluto superior a 0,5 o qual indicaria uma redução, no mínimo, do 50% nos erros de predição do ordenamento de casos da variável dependente, dado o ordenamento de casos da variável independente. O critério da significância do coeficiente foi relegado a um segundo lugar de importância pela baixa quantidade relativa de casos por variável na análise, produto do número total de 40 líderes entrevistados.

Logo após a aplicação de critérios mencionados de seleção dos coeficientes d de Somers, observou-se que todas as relações relevantes entre as variáveis, salvo por duas apenas, ficam do lado dos líderes tradicionais. Aquilo pode refletir o fato deste subgrupo ter mantido posição mais coesa por apresentarem-se menos duvidosos nas respostas e acrescentarem poucos ou sucintos comentários, em comparação com seus pares os emergentes, tal informação se manifesta em tendências verificáveis nas medições com os dados recolhidos. Os emergentes têm apresentado posições mais variadas em seu interior, devido a que eles se mostraram mais duvidosos com as opções de resposta e traçaram comentários mais amplos no intuito de explicarem-se ou ajustarem suas escolhas no questionário. Assim sendo, ao longo do trabalho, tornou-se mais difícil identificar tendências particulares do registro de dados feito sobre eles. Para não desconhecer o ponto de vista dos emergentes e perder a riqueza das suas apreciações de ordem qualitativa, suas colocações foram empregadas na discussão dos resultados estatísticos.

O número de componentes (apenas 9 em total) no subgrupo dos tradicionais motivou a necessidade de obviar técnicas mais sofisticadas para estudo de dados categóricos e ordinais, como a análise de correspondência múltipla utilizada nos capítulos anteriores.

7.3.1. Resultados e discussão

Os resultados estatísticos foram organizados em três tipos de Tabelas (30, 31, 32) dispostas na sequência. Na primeira e mais importante, registra-se o quadro geral das condutas, delitos e transgressões, em função das formas de incidência em segurança do Vila Viva; e algumas relações observadas que se comportam de maneira invertida, ou seja, das formas em função das condutas. Estes modos identificados de influência do programa se discriminam, por sua vez, em três blocos de componentes.

A segunda e a terceira tabela foram utilizadas para introduzir relações complementares na discussão verificada no primeiro tipo. Essas tabelas referem-se a interações entre as formas tratadas de incidência da intervenção urbanística. Isto é, o efeito global em segurança das distintas obras em relação aos efeitos intermediários, dados pela via dos processos comunitários mobilizados e da presença policial facilitada; e as ligações destes efeitos intermediários entre si, o que permite revelar interações adicionais entre os níveis público e paroquial de controle.

Antes de expor a leitura e discussão dos resultados, este estudo esclarece que, por exemplo, no caso de relações diretas encontradas, representadas por um coeficiente positivo, os comportamentos das duas variáveis implicadas se correspondem, de maneira sincronizada, com melhorias ou pioras, pressupostas em segurança pública; ou seja, as duas se acompanham de valores altos, ou baixos, nas escalas de codificação das respostas respectivas. Nesta análise, algumas variáveis atuam como indicadores de percepção ou apreciações de situações de insegurança (delitos, transgressões, vigilância produto do tráfico, ou atuações negativas da polícia);

portanto, os seus valores altos servem para indicar redução ou negação de suas ocorrências e, nesse sentido, seriam, em teoria, estados desejáveis de segurança pública.

- Tabela 30 — Correlações contingentes entre efeitos do Vila Viva e a percepção de (in)segurança pública.

| Apreciações Efeitos Vila Viva | Variável Dependente: Percepção (In)Segurança | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------|-------------------|----------------------|--------------------|--------|
| | Homicídios | Tráfico | Furtos / Assaltos | Som alto | Conflitos Linderos | |
| <u>Aporte global percebido Obras</u> | | | | | | |
| Moradia | -0,571 | 0,571 | | 0,571 | 0,800 | |
| Infraestrutura | | | | | 0,750 * | |
| Cardoso | -0,667 * | | | | | |
| Equipamentos comunitários | -0,609 * | | | | | |
| <u>Processos, com ênfase na Vida e Organização comunitárias</u> | | | | | | |
| Níveis Público-Paroquial Controle | Coesão | 0,875 | | 0,571 | -0,600 | |
| | Recursos organizativos | | | | | |
| | Espaços públicos | | | -0,533 | 0,571 | |
| | Capacidade organizativa | 0,714 | | | | |
| Nível Público Controle | <u>Atuação Polícia</u> | | | | | |
| | Vigilância policial | -0,600 * | -0,550 | | | |
| | Atuação policial positiva | | -0,875 | 0,579 (emergentes) * | -0,571 | -0,600 |
| | Atuação policial negativa | 0,857 | | 1,000 | | 0,800 |
| | | 0,621 * | | 0,609 * | | |
| | | | | | | |

| Percepção (In)Segurança | Variável Dependente | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|--------------------------------------|----------------|---------|---------------------|------------------------------------------|---------------|------------------|-------------------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|
| | <u>Aporte global percebido Obras</u> | | | | <u>Níveis Público-Paroquial Controle</u> | | | | <u>Nível Público Controle</u> | | | |
| | Moradia | Infraestrutura | Cardoso | Equip. comunitários | Coesão | Recursos org. | Espaços públicos | Capacidade organizativa | Vigilância policial | Atuação policial positiva | Atuação policial negativa | Vigilância do tráfico |
| Homicídios | | | | -0,700 * | | | | | | | | |
| Tráfico | | | | | | | | | | | | 0,750 * |
| Furtos / Assaltos | | | | | | | | | | | | 1,000 |
| Som alto | | | | | | | | | | | | 0,875 * |
| Conflitos Linderos | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa SPSS (versão 15.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo. Coeficientes em cinza indicam relações simétricas, de dupla mão.

- Tabela 31 — Correlações contingentes entre efeitos intermédios e finais do Vila Viva.

| Apreciações Efeitos Vila Viva | | Variável Dependente: Obras | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------|------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|
| | | Aporte global percebido Obras | | | | | | | |
| | | Moradia | Infraestrutura | Cardoso | Equipamentos comunitários | | | | |
| Níveis Público-Paroquial Controle | <u>Processos, com ênfase na Vida e Organização comunitárias</u> | | | | | | | | |
| | Coesão | | -0,750 | | -0,714 | | | | |
| | Recursos organizativos | | | | 0,600 | | | | |
| | Espaços públicos | 0,533 | 0,533 | 0,533 | 0,714 | | | | |
| Nível Público Controle | <u>Presença Polícia</u> | | | | | | | | |
| | Vigilância policial | | | | 0,588 * | | | | |
| | Atuação policial positiva | | -0,750 | 0,750 | | | | | |
| | Atuação policial negativa | | | | -0,833 | | | | |
| | Vigilância do tráfico | | | | -0,565 * | | | | |
| | | Variável Dependente | | | | | | | |
| | | Nível Público-Paroquial Controle | | | | Nível Público Controle | | | |
| | | <u>Processos, com ênfase na Vida e Organização comunitárias</u> | | | | <u>Presença Polícia</u> | | | |
| | | Coesão | Recursos organizativos | Espaços públicos | Capacidade organizativa | Vigilância policial | Atuação policial positiva | Atuação policial negativa | Vigilância do tráfico |
| <u>Aporte global percebido Obras</u> | | | | | | | | | |
| Moradia | | | | 0,571 | | | | | |
| Infraestrutura | | | | | | | | | |
| Cardoso | | | | | 0,556 | | | | |
| Equipamentos comunitários | | | | | | | | | -0,565 * |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa SPSS (versão 15.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo. Coeficientes em cinza indicam relações simétricas, de dupla mão.

- Tabela 32 — Correlações contingentes entre os efeitos intermédios do Vila Viva.

| Apreciações Efeitos Vila Viva | | Variáveis Dependentes | | | |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------|------------------|-------------------------|
| | | Níveis Público-Paroquial Controle | | | |
| | | <u>Processos, com ênfase na Vida e Organização comunitárias</u> | | | |
| | | Coesão | Recursos organizativos | Espaços públicos | Capacidade organizativa |
| Nível Público Controle | <u>Presença Polícia</u> | | | | |
| | Vigilância policial | | | | |
| | Atuação policial positiva | | 0,750 | | 0,532 (emergentes) * |
| | Atuação policial negativa | | | | |
| | Vigilância do tráfico | | | | |

| | | Variáveis Dependentes | | | |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|
| | | Nível Público Controle | | | |
| | | <u>Presença Polícia</u> | | | |
| | | Vigilância policial | Atuação policial positiva | Atuação policial negativa | Vigilância do tráfico |
| Nível Público-Paroquial Controle | <u>Processos, com ênfase na Vida e Organização comunitárias</u> | | | | |
| | Coesão | | | | 0,750 |
| | Recursos organizativos | | 0,556 | | -0,722 * |
| | Espaços públicos | | | | |
| | Capacidade organizativa | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa SPSS (versão 15.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficiente estatisticamente significativo.

7.3.1.1. Obras e controle público - paroquial

Uma das situações paradoxais acontece a respeito da percepção dos líderes tradicionais sobre o comportamento dos homicídios devido ao fato de encontrar-se vinculada, de maneira inversa, com o aporte considerado em segurança das obras, relativas aos indicadores de moradia, do Cardoso (a avenida e a praça), e dos equipamentos comunitários (TABELA, 30). Os três coeficientes negativos respectivos (o segundo e o terceiro significativos) revelariam que estes tipos de obras podem ser

avaliados de modo positivo, apesar de reconhecerem uma piora da segurança equivalente a um aumento dos homicídios, ou, pelo contrário, se expressa uma melhoria (diminuição de mortes dolosas), ainda que sejam colocadas notas baixas e críticas acerca dos resultados das obras em segurança pública. Uma leitura plausível desta constatação é que os líderes, em geral, e os tradicionais, em especial, podem ter uma impressão global de que as obras do Vila Viva têm sido benéficas para a segurança pública no aglomerado. Porém, visto por aspectos particulares, como a sensação do comportamento de alguma das condutas delitivas ou transgressoras colocadas, surgem considerações para notar que o trabalho das obras não tem sido suficiente.

Quando se exploram as relações que as avaliações globais das obras têm com os processos sociais mobilizados com elas mesmas, em termos de vida e organização comunitárias, verifica-se entre os líderes tradicionais, com coeficientes positivos, que as obras representaram um aumento da oferta de espaços públicos, para atividades recreativas e culturais (TABELA, 31). Contudo, as obras não têm sido reconhecidas em termos de recursos organizativos, salvo pelo caso mais óbvio dos equipamentos comunitários (do CRAS e as UMEI), nem para fomentar uma capacidade organizativa maior da população; e ainda nos equipamentos, e nos trabalhos de infraestrutura (vias, iluminação, saneamento), se faz questão explícita, evidente nos coeficientes negativos, da sua falta de aporte para a coesão dos moradores, a respeito da promoção da solidariedade, reciprocidade, confiança e comunicação entre eles.

No caso específico dos equipamentos comunitários, há uma relação simétrica, de dupla mão, significativa, e inversa com o estado de segurança verificado a partir do comportamento da vigilância que resulta do tráfico (TABELA, 30). É uma presença conjunta que se pode notar à vista no funcionamento de bocas de fumo (pontos de venda de drogas) na entrada do CRAS e nas imediações das UMEI's. Por trás desta associação existem, como terceiras variáveis no jogo de conexões, os processos de coesão social e de ampliação de recursos organizativos comunitários sobre os quais pudessem ter incidido as obras do Vila Viva (TABELA, 31). Em referência ao primeiro, o foco de trabalho desde CRAS e UMEI's é a convivência na família e a educação infantil. No entanto, dificuldades mencionadas nas entrevistas, dentre as quais estão:

falta de cobertura, falta de pessoal, entraves burocráticos na atenção dos casos ou diferenças notáveis nos ritmos e visões de intervenção entre as agências oficiais requeridas para coordenar ações pertinentes, terminam por limitar o alcance da atuação de tais iniciativas nos âmbitos familiares e de vizinhança das mesmas vilas. Constatação dessa natureza é exposta na manifestação de um dos líderes emergentes que indicou que as demoras de retorno fragilizavam a vida dos jovens ameaçados pelo tráfico e que precisavam de proteção imediata. Houve também menção sobre o fato de os conflitos entre parentes e vizinhos converterem-se em oportunidades de mediação para os operadores da vigilância resultante do tráfico, no interior das vilas, o que consolida o estabelecimento deste negócio ilícito.

Os equipamentos têm sido parte também da ampliação de recursos organizativos comunitários, por intermédio das facilidades urbanísticas de acesso, circulação e localização pelo Aglomerado. No entanto, de igual maneira, estas vantagens têm trazido benefícios para o tráfico, com a já comentada abertura do mercado externo de drogas à favela. Portanto, o comércio de drogas, e seu dispositivo de vigilância, tem se alocado e desdobrado sobre a base dos mesmos corredores de mobilidade, fluxos de população que por ali circulam, e até âmbitos sociais, ao desenvolverem-se sobre trabalho realizado por os equipamentos comunitários. Uma crítica adicional, feita pelos líderes emergentes, ao potencial dos equipamentos como recurso organizativo é a falta de oportunidade de empregos para os moradores do Aglomerado nesses equipamentos. Neste contexto, é possível observar disponibilidade de trabalho em caráter voluntário no CRAS e nas UMEI's mediante a submissão em concurso público, apesar da experiência de trabalho comunitário e formação superior serem apresentadas entre os líderes emergentes

Voltando o foco à Tabela, 30, da saída dos comportamentos percebidos de delitos e transgressões, surge a informação de que as obras de moradia estão relacionadas, ao contrário do que acontece com a apreciação relativa aos homicídios, de maneira direta sob coeficientes positivos com a percepção de segurança associada ao comportamento do tráfico de drogas, do som estridente em lugares indiscriminados e com os conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas. Na avaliação dos líderes

tradicionais, a contribuição deste tipo de obras tem refletido em melhorias em segurança equivalentes à redução das condutas mencionadas.

No contraste com o cenário prévio ao programa, os líderes tradicionais têm a imagem de que os prédios e as áreas delimitadas de parques são um modelo padrão de vizinhança, parecido com os bairros da cidade, que seriam mais organizados e de fácil controle por parte das autoridades civis. Antes do Vila Viva, o tráfico era realizado em becos e o entorno aberto das nascentes de água servia de refúgio para criminosos, segundo informações recolhidas em algumas entrevistas. O estilo dos prédios anularia o espaço do beco, nas áreas do Aglomerado onde fossem construídos, e o esquema de grades, portarias definidas, e de interfone, nos apartamentos, e de encerramentos dos novos parques declarados, criaria barreiras para os comerciantes das drogas e facilidades para a vigilância e ação policial. Por outro lado, o fato de contar com unidades de espaço habitacional delimitados com clareza nos apartamentos ajudaria na mitigação de conflitos entre vizinhos por condutas como alto volume do som, pela definição de lindeiros e características perturbadoras de obras nas moradias próximas.

Porém, informações destacadas por líderes emergentes mostram que a mistura de moradores oriundos de diferentes vilas nos novos prédios tem dificultado a administração dos novos espaços e serviços comuns, a ponto de provocar arrombamentos, brigas e homicídios e a necessidade da intervenção policial. Considerando-se os laços familiares anteriormente estabelecidos entre famílias no interior de cada vila, espera-se este tipo de consequências. Em uma das entrevistas qualitativas, um morador mencionava a sua sensação de insegurança na sua visita a um dos prédios. “Parecia um presídio”, dizia, e observou uma boca de fumo na entrada de um dos blocos. Outros moradores e líderes tem expressado que famílias com meninos integrantes de facções diferentes do tráfico foram alocadas no mesmo prédio, neste fato, convém destacar que cada facção tem origem em uma vila específica.

Além disso, ao longo das entrevistas destaca-se a informação sobre a insuficiência de um acompanhamento psicossocial para as famílias se adaptem ao novo modo de

residir em prédios, a ponto de haver mortes de idosos sob pena moral no processo de remoção das suas moradias antigas e reassentamento nos apartamentos. Durante a etapa preliminar de remoções, líderes emergentes anotam que houve uma nomeada visita social que consistiu em um inventário do espaço construído, de maneira que as pessoas pareciam ser tratadas como números. Este cálculo serviu de base para a oferta de indenizações, caso a opção do apartamento fosse rejeitada, e em virtude do amparo legal de que o terreno não era de propriedade dos ocupantes, ainda que haja informações sobre uma diminuição do orçamento para indenizações no transcurso do Vila Viva. Portanto, a quantia recebida por cada família tendeu pequena em relação ao valor dado às casas pelos seus ocupantes e construtores, na comparação com o requerido para evitar compras na periferia da cidade. Nesse sentido ficou a sensação de uma decisão forçada para os que ao final optassem por morar em apartamentos com espaços que foram considerados, em geral, mais reduzidos.

No tocante à delimitação de parques, uma equipe de moradores foi instruída, com fundos públicos, como agentes ambientais para a manutenção dos novos espaços. Eles estão encarregados do seu monitoramento e avisam do seu estado para acionar medidas da a prefeitura, além de difundir entre os vizinhos a importância de preservação dos mesmos. Não obstante, são seções da favela pouco frequentadas. Na visão de líderes emergentes, a estrutura que seria parque ou locais que funcionariam para fins de práticas esportivas e recreativas é deficiente e constituem espaços minúsculos. Não é convidativo para as crianças. Eles evidenciam ali acúmulo de lixo, saídas de esgoto, poluição das nascentes de água e seus entornos verdes, invasões, e abandono em geral, informações constatadas nas observações de campo ao longo da presente pesquisa. Afirma-se também que estes lugares são usados para ocultar e vender drogas ou como esconderijo para evitar o encontro com polícia.

Em parte, se comenta que as invasões têm sido feitas por pessoas que já tinham casa e, em vista que a resposta burocrática não é rápida o suficiente, elas conseguem indenização para ser removidas segundo as considerações legais nestes casos. Hoje, existem duas vilas novas constituídas pela via da ocupação. Um dos líderes emergentes acrescenta que, de maneira contraditória, é ignorado quem tenta procurar as autoridades para desenvolver projetos comunitários nos espaços declarados

parques e que facilitem a sua conservação. Dentre as informações obtidas nas entrevistas, está a discussão sobre o modo adequado de preservação das minas de água e o modo de remoção de pessoas ou a possibilidade de se pensar em alguma alternativa que permita a ocupação e, talvez, a habitação de tais ambientes

Por sua parte, a praça do Cardoso, a obra de espaço público mais renomeada do Vila Viva e localizada no meio da única avenida construída e existente (a do Cardoso), não fica livre de avaliações explícitas entre os líderes emergentes sobre a sua funcionalidade; o que pode constituir um caminho para a compreensão da associação destas obras com eventuais aumentos dos homicídios, ainda que sejam avaliadas pelos tradicionais com notas altas de aporte global em segurança. Na visão dos emergentes, a praça representou a abertura de mais uma porta de acesso ao Aglomerado, sua construção se deu logo após a remoção de famílias da área. É uma praça para o encontro e onde os adolescentes podem permanecer, por exemplo, porém para a qual não se consultaram todas as necessidades implicadas em torno a uma prática esportiva qualificada que atendesse o maior público possível. Seu tamanho é insuficiente para albergar alguma parcela dos 20 times de futebol da favela que foram verificados com os funcionários da prefeitura. Dado o número restrito de usuários, não é possível a criação de um sentido geral de pertencimento. “É concreto só”, se afirma. Ela não funciona como espaço de atividades de educação e socialização, o que poderia contar também com iniciativas policiais, incluso, mediante trabalho comunitário e social.

Pelo contrário, a praça tem servido de lugar de confronto entre facções do tráfico, em particular na forma de tiroteios durante a realização de eventos massivos. Daí a proibição policial destes últimos, apesar do acompanhamento que tinham por parte dos uniformados e o prejuízo em matéria de integração com a cidade. Os eventos serviam de palco de convite e socialização com os moradores de bairros vizinhos. Em geral, menciona-se que a presença dos policiais é intermitente, restringindo-se a acontecimentos de confrontos ou suspeita de envolvimento com tráfico. Os moradores temem chamar à polícia por possíveis retaliações dos traficantes, que podem chegar à expulsão do denunciante do Aglomerado. No cotidiano da praça, existe também o risco de tiroteios ou, minimamente, haver o encontro de algum consumidor de drogas.

Em determinada hora da tarde, a operação do tráfico pode ser predominante. A polícia sugere não parar em um dos acostamentos da praça porque há um ponto de tráfico que foi verificado nas observações de campo, e exposição à violência que deriva do comércio de drogas.

Com respeito a avenida do Cardoso, os emergentes ressaltam o seu papel como principal corredor de mobilidade no Aglomerado e a facilidade que tem representado para o acesso e trânsito de serviços (deslocamento de viaturas ou ambulâncias, por exemplo). Além disso, significou a abertura de uma alternativa no sistema de vias, desta parte da cidade, por meio da qual é possível evitar passagem pela maior centralidade comercial de Belo Horizonte. Contudo, o mesmo tipo de líderes reclama da falta de manutenção da avenida, que já apresenta buracos e confirma o incremento do fluxo do tráfico de drogas na favela circulante pela avenida. Essa realidade serve de justificativa para as vozes que reclamam pela instalação de câmeras de vídeo-vigilância com o objetivo de garantir segurança.

Por último, resta falar das obras de infraestrutura (vias intermediárias, saneamento, iluminação pública) as quais encontram-se em relação significativa e direta com a percepção de segurança associada ao comportamento dos conflitos entre vizinhos, segundo se infere nas avaliações entre os líderes tradicionais (TABELA, 30). A diminuição percebida deste tipo de controvérsias tem sido favorecida pela conexão, das moradias da favela, com as redes de serviços domiciliares da cidade que dependem de um provedor externo (p. ex. a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA, ou a Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG) e não de vizinhos encarregados de instalações fraudulentas, como acontecia antes do início do Vila Viva na maior parte do Aglomerado.

Infraestrutura é também uma variável que fica no meio da relação, contraditória em aparência, entre o processo de coesão social afetado pelas obras e os conflitos entre vizinhos por lindeiros ou obras. O estranho nesta associação é seu sentido inverso, dado pelo símbolo negativo do coeficiente (TABELA, 30). Ou seja, em uma verificação inicial, que um efeito nulo das obras na coesão social dos vizinhos estaria acompanhado de uma melhoria na segurança dada em termos de reduções nos

conflitos entre eles, na percepção dos líderes tradicionais. Porém, este é um resultado estatístico que se deriva da terceira variável em jogo, as obras de infraestrutura. Havia sido colocada a informação de que a construção de vias e redes de serviços domiciliares não foram parte das obras que fomentaram o componente de coesão social, mas evidencia-se sua vantagem na redução dos conflitos. Aquilo acontece porque a administração comunitária, paroquial, da energia elétrica, da água e da evacuação do esgoto foi trocada por um controle público, ou seja, por um controle exercido por um ator que é externo ao Aglomerado e cujas decisões de operação não se baseiam na estrutura de interação social dos moradores. Outra colocação em um sentido similar é feita por um dos líderes emergentes. As obras de abertura de vias e becos reduziram os custos de acesso e transporte a materiais de construção das moradias. Antes eram frequentes furtos de material entre vizinhos devido aos custos para mobilizá-lo.

Hoje, as reclamações sobre esse terceiro mediador, no Aglomerado, que configuram o poder público estadual e as empresas de serviços domiciliares, de capital misto, são acerca da falta de funcionalidade das obras, em alguns casos, ou de seu deterioro. O aprimoramento de becos (escadarias e corrimãos) tem facilitado o deslocamento de idosos e deficientes. Entretanto, há em outros corredores de mobilidade nos quais foram deixados declives que dificultam a locomoção dos mesmos idosos, além das crianças, a essa questão, soma-se as deficiências de transporte público. Aqueles becos com maior circulação já apresentam deterioro visível, nas escadarias por exemplo. Apesar dos cobros regulares, há postes de iluminação que ficaram no meio da rua, outros precisam ser trocados, e ainda falta completar a rede em alguns becos com mais postes. Existem ainda postes instalados sem as luzes, e outros com iluminação estragada. Algumas pela ação de pessoas envolvidas em delitos e que não deixam concertar pela empresa encarregada, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Tem se visto até aqui que nas avaliações, dos líderes tradicionais, não se inferem relações explícitas da maioria do tipo de obras com os efeitos que estas poderiam produzir, em conjunto, sobre os indicadores de coesão social e de capacidade organizativa própria. Contudo, perante ao comportamento dos homicídios em

particular há a percepção de melhoria, entre o mesmo subgrupo de líderes, equivalente a reduções eventuais deste delito, devido a uma influência favorável do pacote de obras na coesão social dos vizinhos, como verificado no coeficiente de símbolo positivo respectivo (TABELA, 30). Este parecer tão específico desvelado na posição dos tradicionais poder-se-ia ser entendido a partir da ideia, evidente já na discussão ao redor das obras de moradia, que eles tendem a falar mais desde o que esperavam que resultasse com o Vila Viva que com o que tem acontecido na prática.

Em relação aos homicídios, os principais autores e vítimas das mortes dolosas no Aglomerado têm sido meninos moradores, envolvidos em conflitos entre facções pelo mercado de drogas, isto é, netos e filhos das redes de parentes que prevalecem entre os vizinhos, ao interior das vilas, e das quais os tradicionais são parte e têm encontrado mais apoio, em um momento dado, a seu trabalho comunitário. Para esses líderes, é importante manter controles laterais, espalhados pelos laços de interação cotidiana, na forma de recomendações de pautas de comportamento próprias do processo de socialização dos mais novos na sua experiência familiar e comunitária.

Na mesma linha de argumentação, os líderes tradicionais também têm julgado necessário, mas talvez não tenha-se cumprido, o efeito das obras na capacidade organizativa própria dos moradores da favela para melhorar a percepção de segurança, expressada na redução das ocorrências de assassinatos, segundo o coeficiente positivo de associação entre estas variáveis. Em outras palavras, além de controles de tipo lateral, o controle paroquial das mortes teria requerido apoio à organização de respostas coletivas focadas na prevenção da participação de crianças e adolescentes na atividade do tráfico. No entanto, quando a faixa etária envolvida no problema são os jovens, os líderes tradicionais preferem resposta de nível público de controle de ordem policial, mesmo com desconfiança sobre as atuações dos corpos oficiais de segurança.

O efeito favorável das obras na coesão social também teria sido relevante, do ponto de vista dos líderes tradicionais, para a melhora da percepção de segurança associada à redução do som alto em lugares indiscriminados. De acordo com o símbolo positivo do coeficiente no caso, algumas ocorrências desta transgressão

teriam sido controladas como parte da ação solidária e recíproca, entre os vizinhos de vila, na educação e formação das crianças. Ainda assim, os tradicionais têm colocado a expansão da oferta de espaços públicos como fator complementar para facilitar o controle paroquial do volume do som, na medida que são sinalizados lugares específicos para eventos que estejam acompanhados de músicas estrepitosas.

Não obstante, sobre a mesma oferta de espaços públicos tem se registrado uma percepção de perigo (menos segurança), numa relação inversa de dupla mão, vinculada a um aumento dos furtos ou assaltos. Aquilo se transfere de maneira explícita para os equipamentos comunitários, na sensação de um entorno inseguro destas construções que estaria condicionado pelos mesmos furtos e roubos, apesar de haver redução dos mesmos, conforme manifestado pelos líderes em geral. Talvez, a percepção de insegurança entre os tradicionais ao redor do conjunto de espaços públicos, e dos equipamentos comunitários em particular, esteja influenciada pela presença do tráfico com seu dispositivo permanente de vigilância o qual, ao mesmo tempo, deixa em dúvida o trabalho policial de vigilância que funciona de forma intermitente e itinerante. De fato, há uma relação inversa, contraditória, entre a avaliação dos equipamentos em segurança e o estado desejável de segurança, vinculado com uma atuação policial negativa (TABELA, 31).

7.3.1.2. Obras, polícia e controle público

A facilidade dada a vigilância policial sob o Vila Viva mostra um coeficiente de associação negativo com a percepção de segurança vinculada com o comportamento dos homicídios, indicativo de uma relação inversa (TABELA, 30). Apesar do contraditório deste resultado, por associar uma maior presença dos policiais com uma piora da segurança pública (aumentos das mortes dolosas), o que chama mais a atenção é que o sentido desta relação se repete em todas as associações verificadas das atuações da polícia, positivas em teoria, com a percepção derivada dos comportamentos de delitos e transgressões, segundo os pareceres dos líderes

tradicionais. E se confirma quando se olha para o sentido direto nas relações que envolvem atuações negativas da polícia ou a partir da vigilância produto do tráfico de drogas.

Em especial, a vigilância policial e a investigação criminal aparecem ligadas à piora na percepção de segurança em termos de um incremento do tráfico de drogas. E, a partir desta atividade, se deriva também uma sensação de deterioro vinculada com aumento dos homicídios e do alto volume do som em lugares indiscriminados, junto com uma justiça falida para lidar com conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas. Ainda assim, mais do que pensar no comprometimento com o comércio de drogas ou as mortes dolosas, o que estes resultados refletem são dúvidas acerca da capacidade de controle público, por parte da polícia, para atingir delitos e transgressões na favela.

A coleta dessas informações indica que os líderes em geral, tradicionais ou emergentes, reconhecem aumentos da presença dos corpos oficiais de segurança no aglomerado, durante o período das melhoras urbanísticas. Há, por exemplo, relações positivas da vigilância policial e da investigação criminal com as obras da Cardoso (TABELA, 31). Porém, a atuação dos policiais mostra-se insuficiente, na visão dos tradicionais. Seus pares os emergentes expressam que há uma doutrina com falências que norteia as atuações policiais e que independem da estruturação do Vila Viva. Contudo, os tradicionais admitem a vantagem de contar com os efetivos da polícia para consolidar o trabalho dos equipamentos comunitários ou como parte dos recursos organizativos dos moradores, segundo os coeficientes positivos destas relações nas Tabelas 31 e 32. Entre os emergentes, por sua vez, chega até se atribuir um efeito favorável na percepção de segurança, equivalente à diminuição dos furtos ou assaltos, produto da maior vigilância policial, ou na capacidade organizativa dos habitantes por conta da investigação criminal e a comunicação da polícia com a população, conforme as duas únicas relações estatísticas (e significativas) que conseguiu-se verificar com este subgrupo de líderes (TABELAS, 31 e 32).

Casos de uma atuação claramente negativa, mostram-se nas interferências da polícia em ações desmedidas e indiscriminadas do uso da força sobre crianças e

adolescentes, em particular. A ação policial, nestes casos, pode ser considerada ameaça à educação, por parte dos pais, de seus filhos e parentes mais novos. Um dos antecedentes mais notados neste sentido aconteceu no ano de 2011, quando dois moradores, um de 17 anos de idade e outro de 39, resultaram feridos fatalmente com armas de fogo num encontro com policiais do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM) da cidade. Os fatos aconteceram numa das ruas da vila Marçola, durante a madrugada dum dia sábado. As vítimas eram filho e irmão dum outro policial militar. As mortes provocaram uma mobilização histórica dos habitantes do Aglomerado que derivou em protestos e confrontos com a polícia, segundo colocado em várias das entrevistas feitas em campo e na imprensa²⁴, e na queima de três ônibus das linhas de transporte público disponíveis na área.

No início das investigações judiciais, os policiais implicados, e mais o cabo que chefiava a equipe da ROTAM essa madrugada, foram conduzidos presos a instalações da Polícia Militar. Dois dias depois o cabo se suicidou na cela de detenção. Os seus dois colegas foram levados a juízo e achados culpáveis de homicídio no ano de 2014. Diante da recusação da defesa, neste 2017 foi confirmada a sentença e aumentada a pena pelo agravante da confirmação de manipulação da cena do crime para simular uma troca de tiros com as vítimas. Segundo se desprende de alguns declarantes no caso, os policiais estariam essa madrugada na procura de propinas ao tráfico de drogas na favela.

Acontecimentos, como o protagonizado pela ROTAM, e a descoordenação entre o controle parental (de carácter privado) e o da polícia (de carácter público), podem-se tornar em mecanismo de proteção a crianças que participam de delitos como furtos, assaltos ou homicídios, incitando a continuidade ou expansão deste tipo de

²⁴ <http://www.otempo.com.br/cidades/ex-pms-s%C3%A3o-condenados-a-23-anos-por-mortes-no-aglomerado-da-serra-1.810978>
<http://www.otempo.com.br/cidades/pms-acusados-de-mortes-na-serra-teriam-ido-ao-local-atr%C3%A1s-de-dinheiro-1.809652>
<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/02/pm-suspeito-de-assassinatos-no-aglomerado-da-serra-e-achado-morto.html>
<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/justica-aumenta-pena-de-ex-policiais-condenados-por-mortes-no-aglomerado-da-serra-em-bh.ghtml>
<https://pontozeropm.wordpress.com/2011/03/14/bh-caso-rotam-aglomerado-da-serra-soldado-jason-assume-mortes-e-revela-ter-prazer-em-matar/>
<https://pontozeropm.wordpress.com/2011/04/12/familiares-de-pms-denunciam-armacao-para-livrar-oficiais-no-caso-do-aglomerado-da-serra/>

comportamento violento. No tocante à uma piora da percepção de segurança, equivalente a um incremento dos furtos ou assaltos, nota-se no parecer entre os tradicionais, além disso, um reagir negativo da polícia que configura um ciclo repetitivo e uma relação direta, significativa e forte, de dupla mão, representada pelo coeficiente positivo de 1 entre o par de variáveis (TABELA, 30).

Enquanto, essa imagem desfavorável das autoridades se projeta na consideração de que sua intervenção piora, e não ajuda, na administração dos conflitos entre vizinhos em função de lindeiros ou obras (TABELA, 30). Embora estes eventos abram espaço para que os moradores solicitem vigilância procedente do tráfico, ainda tais desdobramentos não são evidentes nas apreciações dos líderes tradicionais. Por enquanto, a relação, direta, significativa e de dupla mão, que se verifica com este dispositivo de vigilância e patrulhamento ilegal, realizado em parte com veículos em movimento pelos comerciantes de drogas no Aglomerado, é a piora na percepção de segurança associada com o alto volume de som em lugares indiscriminados (TABELA, 30).

7.4. Uma breve reflexão conclusiva do capítulo

O quadro de (in)segurança percebido pelo conjunto total de líderes, sob o cenário do Vila Viva, coincide em geral com o registro e visão oficial de uma queda relativa aos homicídios e à permanência das facções do tráfico agrupadas, no máximo, por vilas. É também a leitura que se derivou na fase qualitativa da pesquisa mediante percursos e observações desprevenidas de campo e conversas com moradores e funcionários públicos de agências oficiais com trabalho no Aglomerado. Não obstante, há uma tendência sutil entre os líderes tradicionais, sobre este mesmo quadro, de destacarem melhorias em segurança, enquanto os líderes emergentes enfatizam os problemas de insegurança. De alguma maneira, o primeiro grupo vê o copo médio cheio e o segundo grupo o vê médio vazio.

A partir daí as diferenças se estendem com respeito aos alcances do Vila Viva em segurança e a sua relação ao controle de tipo paroquial. Os tradicionais procuram avaliar positivamente o programa urbanístico e mostraram maior comodidade nas perguntas formuladas no questionário da fase quantitativa da pesquisa. Contudo, inconsistências nas avaliações dos tradicionais, reveladas na inferência estatística, indicam que seu posicionamento ocorre em maior intensidade em termos de resultados esperados do que verificados pelo programa (E.g. apreciações em torno dos prédios do Vila Viva ou dos efeitos intermédios do programa para o controle dos homicídios).

Contudo, resulta curioso que as expectativas dos tradicionais, sobre o que deveria ter sido e acontecido com o Vila Viva, colocam modos de intervir na segurança pública que se aproximam dos emergentes. Os dois coincidem em medidas similares na necessidade de trabalho com as crianças e adolescentes do Aglomerado, por exemplo. A questão que surge neste escopo se refere aos motivos que os levam a divergência na mobilização e implementação de propostas. Os canais e redes de laços que cada sub-grupo emprega são diferentes, como ilustrado nos capítulos precedentes, e os leva por caminhos também diferenciados para fazer realidade uma noção pública de segurança que, por sua vez, impeça de maneira contundente estados críticos na matéria como o posicionamento do tráfico no Aglomerado. A integração de perfis relacionais, posicionamentos, e fechamento de espaços para o tráfico e a insegurança, serão tema das conclusões da presente pesquisa.

8. CONCLUSÕES.

Obras de melhoramento urbanístico no sentido aqui estudado, do novo paroquialismo e o controle do delito mediante a inter-relação dos níveis público-paroquial (comunitário), significa refletir sobre a tentativa de integração da favela às formas oficiais de regulação e de mediação da vida social da cidade. No caso do Aglomerado da Serra, a proposta de regulação do poder público estadual está marcada por um enfoque situacional, que se evidencia no programa Vila Viva e na onda de intervenções adicionais que tem acompanhado o desenvolvimento das obras.

Notou-se, no capítulo II desta pesquisa, que o enfoque situacional na criminologia tem por objetivo o controle do evento delitivo mais do que o agressor como tal. As facilidades de realização de crimes, mais do que os motivos e causas que envolvem o comportamento criminoso. Em matéria urbanística, e sob um sentido sociológico, tinha se colocado que a aplicação do enfoque situacional de controle do delito conduzia ao estabelecimento de espaços de vigilância mútua entre as pessoas que os usam ou circulam por ali.

Uma alternativa ao controle situacional pela via urbanística seria a de desenhos com os quais se procure um cercamento territorial; isto é, que garanta um público permanente de usuários para quem os espaços físicos seriam um verdadeiro recurso na medida que estes respondam a suas necessidades cotidianas. Com respeito ao Vila Viva, os espaços públicos construídos no Aglomerado, por exemplo, ficaram longe deste tipo de funcionalidade. Além dos reparos mencionados no capítulo anterior e verificados nas observações de campo sobre praças, parques e trechos tidos como verdes no início, vale mencionar, a sua principal obra em vias, a avenida do Cardoso. Esta atravessa toda a favela e facilita o trânsito dos veículos unicamente, o que representa um problema aos pedestres de uma população estimada de 42 mil pessoas (max.), das quais a terça parte está conformada por crianças, adolescentes e idosos. O restante de obras em vias apresenta a mesma falência, privilegiam o corredor de veículos, aliás com engarrafamento porque ainda resultam estreitas.

A falta do exercício de um cercamento territorial deixa os espaços públicos do Aglomerado, construídos com o Vila Viva, na função de lugares de trânsito e observação (vigilância) eventual para quem passa por ali. Porém, o ator que tem-se estabelecido nesta tarefa permanente é o dos envolvidos com o comércio de drogas o que significa que os traficantes são os que maior poder de controle conservam para si, na prática cotidiana, sobre estes espaços públicos.

A polícia, desempenha uma vigilância intermitente e itinerante; inclusive em relação aos pontos de operação do tráfico, visíveis nas entradas da favela, nas imediações de equipamentos comunitários, e em pontos intermediários dos corredores de trânsito entre as vilas. É, portanto, uma atuação policial que não incomoda aos traficantes, os quais tem claro que a melhor forma de evitar confrontos com as autoridades civis é regular e evitar as ocorrências de delitos de rua, que chamem a atenção dos agentes do sistema de justiça criminal. Ou seja, os traficantes têm se adaptado à retórica situacional do controle prioritário de eventos, dado pelo poder público estadual. Nesse sentido, não causam estranhamento as informações dos moradores acerca de recomendações da polícia para se evitar circulação próxima a alguma boca (pontos de venda de drogas) ao redor da praça do Cardoso, pelo risco de cair vítima de um eventual tiroteio. O que configura uma analogia da retirada do sofá da sala para se evitar encontrar parceiro em adultério.

Contudo, não é evidente que exista uma percepção de segurança no Aglomerado, com uma leitura de uma franca diminuição dos homicídios, por exemplo, ainda que dados oficiais, de pretendido carácter objetivo em princípio, mostrem descensos nas mortes dolosas desde o início do Vila Viva. Mas, ainda dentro da visão situacional, o risco subjetivo não tem sido controlado devido à consolidação das facções do tráfico que podem iniciar conflitos mortais em um dado momento, de modo que os moradores encontrem-se submetidos a situações de risco de morte. O fato de não afetar essa sensação de morte, o medo, opera como recurso intimidativo adicional em favor do controle potencial de espaços por parte dos traficantes. É verdade que as pessoas têm se acostumado a crescer e lidar com esta sensação por anos e agora sintam-se à vontade para transitar pela favela, em comparação aos tempos anteriores ao Vila

Viva; só que as fronteiras entre vilas ou segmentos de vila impostas pelas mesmas fações, para a distribuição do mercado, ainda pesam sobre os mais jovens.

De igual maneira, o trabalho feito com os jovens desde algumas iniciativas, sob o comando de agências públicas, comporta o distintivo situacional. No programa de controle de homicídios Fica Vivo, por exemplo, se pretende oferecer alternativas de tempo livre aos jovens adolescentes, enquanto a polícia faria uma desarticulação de organizações criminais que incorporam meninos nas suas filas. A questão é que essas distrações para evitar a participação deles em atividades ilegais, e nos eventos resultantes, obviam também a obrigação do poder público garantir direitos cidadãos básicos, como uma educação que atenda às necessidades pedagógicas socializadoras dos jovens nas escolas, sem importar se tais centros educativos são públicos ou privados. A exceção seria o programa Escola Integrada e a sua extensão na Escola Aberta, que aponta nesta última direção.

A resposta adaptativa de alguns dos adolescentes no Fica Vivo coloca sobre a mesa, de novo, os alcances da perspectiva situacional. Eles organizam seu horário para assistir a oficina (aula) no programa e cumprir com as tarefas assumidas na boca de fumo. Fica então a seguinte reflexão. O controle de eventos delitivos, como objetivo central, pode funcionar para atingir momentos críticos de explosão de ocorrências desta natureza, picos nas series de dados com as que se registram os delitos, e levar os seus níveis a tendências mais regulares, uma sorte de estabilização. No entanto, parece inevitável que para quebrar tendências de médio e longo prazo, com reduções estatisticamente significativas, junto com descensos decisivos no risco subjetivo de cair morto, percebido entre os moradores e os jovens em especial, seja necessário que o poder público defronte-se com falências sociais estruturais na garantia de cidadania; isto é, ir na raiz de problemáticas delitivas. Caso contrário, e com o passar do tempo, o enfoque situacional se expressará, no caso do Aglomerado da Serra, como uma estratégia de contenção cujo potencial é, no máximo, dissuasivo e não preventivo.

Como é que foi introduzido e acolhido então o programa Vila Viva, e seu viés situacional, no Aglomerado? Segundo o que se deduz na presente pesquisa, a

resposta de partida é que havia uma parte interessada entre os líderes comunitários da favela. Os líderes tradicionais sempre lutaram por obras e este tipo de resultado é o que justifica o seu papel de líder, ainda que a sua representatividade comunitária tivesse dado sinais de esgotamento. E um pacote de obras de grande porte, como nunca antes visto no Aglomerado, era o que oferecia, de entrada, a intervenção urbanística. Além disso, este segmento dos líderes já vinha de um processo antigo e reconhecido de cooperação com o poder público, desde a época de criação das Associações Comunitárias entre as décadas dos anos 80 e 90 do século XX, no qual tinha primado a voz dos líderes tradicionais na identificação e priorização de necessidades das vilas da favela.

Porém, no esquema entre tradicionais e poder público estadual não havia, e não houve, lugar para a discussão do desenho das obras e, conseqüentemente, sobre a sua funcionalidade prática no cotidiano dos moradores. Isto é, a oportunidade de avaliar alternativas de novos cercamentos territoriais, antes que intervenções de ordem situacional, no redesenho e ressignificações do espaço construído da favela. Em outras palavras, a preocupação pelo 'como' das obras, em concurso com a população, mais do 'quê' ou 'quais' obras. O segundo foi, em geral, garantido; o primeiro fica em dúvida, a julgar pelo conjunto todo de avaliações que apontam, na sua maioria, a reparos nesta frente. O cuidado com o 'como' versa sobre o processo de desenvolvimento das obras entre os moradores e com a participação deles mesmos, desde a fase já mencionada de identificação até a de manutenção dos espaços construídos. Implica dar voz às expectativas e aspirações dos moradores beneficiários, não restringindo-se, o poder público, apenas a escuta parcial de suas necessidades.

A posição crítica do segmento dos líderes emergentes para com o Vila Viva se explica, em termos básicos, pela sensação de ausência de escuta e incorporação de suas propostas no processo de implementação das obras desde seus desenhos.

Em relação à segurança pública, no contexto desta omissão, observa-se um carácter mais negativo na avaliação dos emergentes, pois essa questão os envolve diretamente, em vista que nasceram e cresceram ali no Aglomerado. Seu ponto de

vista, desde os tempos prévios ao programa urbanístico, se correspondia e manifestava o sentir e pensar dos jovens da favela acerca do seu próprio futuro. Desprezá-los, e se articular de maneira preferencial com os líderes tradicionais, representava uma sobre-estima da perspectiva dos adultos acerca dos jovens, obstruir o processo inexorável do relevo geracional e condenar ao desgaste a relação com o poder público ou a tentativa de um controle público-paroquial dos delitos e transgressões na favela.

Os líderes tradicionais e emergentes podem ter até ideias similares sobre o que fazer para evitar que os meninos ingressem no tráfico ou possam ser colocados fora desta atividade ilegal, mediante a atenção dada ao processo de socialização deles ou a falta de oportunidades para desenvolver as suas vidas. Para os dois segmentos de líderes, o trabalho na primeira frente pode se sustentar em controles laterais espalhados entre os níveis privado e paroquial (comunitário), com práticas de pares ou figuras de autoridade que se ativem nos âmbitos da família, da escola ou a vizinhança, o que refletiria também uma coesão social funcional ao objetivo de segurança pública. A respeito da segunda frente, e ainda na primeira, haveria de igual maneira, consenso na necessidade de ações coletivas no nível paroquial, iniciativas comunitárias que permitam responder às ofertas criminais organizadas feitas aos jovens e crianças da favela.

Os tradicionais, por exemplo, têm facilitado espaços, desde os anos prévios ao Vila Viva, para que sejam oferecidas atividades de tempo livre ou vocacionais com oficinas dedicadas a temáticas complementares às tratadas na escola ou focadas no desenvolvimento de algum ofício. No entanto, são os líderes emergentes quem tem ministrado as oficinas; quer dizer que são eles os que tem cultivado a expertise ou qualificações para trabalhar, de modo direto, com os jovens e as crianças. Seu potencial de comunicação, adaptação e influência com os seus alunos torna-se eficiente pelo fato de conhecerem o que é crescer no Aglomerado, experimentado as suas dificuldades e temores e servir de referencial para saber sortear obstáculos, além de grande parte deles constituírem ainda fatias etárias próximas (jovem ou adulto-jovem). O trabalho dos moradores que atuam comoicineiros é muito valorizado pela população. Neste sentido, uma crítica que sobressai na fase

qualitativa de pesquisa, refere-se ao programa Criança Esperança no Aglomerado, que substituiu os líderes emergentes por estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) de Minas Gerais para ministrar as oficinas ali programadas.

Os líderes emergentes alcançaram, em média, níveis de escolaridade maiores aos seus pares tradicionais e perfis profissionais mais elevados. No entanto, estes últimos têm ocupado o cargo de cabeça de Associação Comunitária e de delegado, em representação formal da população, nas instâncias oficiais de participação para discutir, segundo considerado no marco legal, as políticas públicas da cidade. Enquanto o cargo máximo ocupado entre os emergentes tem sido o de diretor de uma das escolas municipais e de duas UMEI's que funcionam no Aglomerado. Estas diferenças são marcantes na relação com o poder público. Em aparência, os tradicionais teriam maior margem para mobilizar demandas populares. Porém, é importante considerar que o processo de trabalho do poder público estadual com os moradores tem chegado à identificação e priorização de necessidades, no entanto, não há espaço para discussão do desenho das respostas. Existe também uma assimetria de conhecimentos e de discurso técnicos os funcionários públicos que impede maior protagonismo aos representantes comunitários, tradicionais no caso do Aglomerado.

Distinta é a posição do líder emergente na diretoria de equipamentos educativos na favela. Exerce o cargo como funcionário público, mas conta com poder decisório, ainda com limitações de lei, sobre o destino do equipamento, o serviço que presta aos moradores. Este é de fato um dos maiores anseios entre emergentes, o comando dos espaços e programas de intervenção considerados para o Aglomerado. Nesta mesma linha de argumentação, o esquema de relação com o poder público, anotado no capítulo VI, por parte dos emergentes visa estruturar-se com iniciativas de atenção comunitária sob patrocínio e direção oficial para manter, por outro lado, uma iniciativa de cunho próprio. Este esquema oferece-lhes flexibilidade de ação e também acesso a um fluxo de recursos e alternativas mais variado, tal como se observou em seções anteriores do presente estudo.

O esquema dos tradicionais, em relação ao poder público, tem sido o de ocupar a maior parte dos espaços institucionais de participação. Em especial, duas figurações representariam a consolidação da sua trajetória como grupo ponte oficial entre o poder público estadual e os moradores da favela. De um lado, conformar a base do Grupo de Referência (GR) na elaboração do Plano Global Específico (PGE), do Vila Viva. De outro lado, integrar o Núcleo de Defesa Civil (NUDEC) no programa irmão da intervenção urbanística, o Estrutural em Área de Risco (PEAR). Os dois programas administrados pela prefeitura através da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Aquilo garantiu-lhes estabilidade aos tradicionais, mas significou, igualmente, o fechamento à viabilização de visões alternativas sobre o desenho de políticas a serem implementadas, em geral, e acerca do melhoramento urbanístico e a segurança pública, em particular, no Aglomerado. Nesse sentido, pode-se concluir de forma mais precisa que este segmento de líderes se converteu mais em um curto circuito, do que em uma ponte, na comunicação entre os níveis público-paroquial.

Contudo, as articulações dos tradicionais ao redor do poder público têm contado com um fator adicional que as motivaria. Os espaços oficiais de participação foram estabelecidos numa tentativa de tornar públicas, de modo efetivo, as políticas mediante a democratização dos seus processos de elaboração. No entanto, constituiu uma iniciativa que significou uma abertura de cima para baixo, com um acompanhamento insuficiente sobre os acontecimentos da mobilização de baixo para cima. Em termos concretos para o Aglomerado, não se manteve um controle da representatividade das lideranças que participavam dos espaços institucionais; este mecanismo, até então, não era necessário para que os líderes mantivessem a sua figuração perante do poder público estadual. Ao que parece, as eleições de diretoria das Associações Comunitárias, para renovar o mandato dos tradicionais ao interior das vilas, perderam regularidade e eles se ocuparam permanentemente de seus cargos. Se intitularam, segundo dados da fase qualitativa da pesquisa, e só agora começam a surgir outros nomes pressionados pelas cobranças do passar dos anos na saúde física dos tradicionais.

Em termos práticos, o aval da condição de representante comunitário dos tradicionais passou depender do poder público estadual, nos espaços oficiais de participação, de

modo que os líderes passaram a ser reconhecidos entre os moradores da favela pela sua proximidade com a prefeitura, a ponto de descreditar a figura da liderança. Nas entrevistas, foi necessário limitar o uso desta categoria ou prestar esclarecimentos sobre o seu significado esperado dentro da pesquisa para identificar pessoas que assumiram este perfil, pois parte dos entrevistados se mostrou resistente a indicar ou aceitar ser associado com a figura de líder. A forma que operou ainda para justificar a condição permanente dos tradicionais foi a de facilitadores das obras urbanísticas realizadas no Aglomerado.

Do lado do poder público estadual, a articulação com os tradicionais implicou cair no nomeado paroquialismo nas intervenções. As obras do Vila Viva ajudaram no posicionamento deste segmento de líderes apesar de não constituírem o interlocutor mais interessado em mobilizar e incorporar críticas construtivas acerca do programa. Este grupo também foi privado de pontos de vista alternativos que pudessem ter advertido das múltiplas falências de desenhos e implementação da política pública em questão, com antecipação suficiente. Tais questões foram colocadas ao longo dos capítulos prévios da pesquisa. Para ilustrar o dito, este estudo destaca o campo esportivo do Baleião, espaço que tem constituído uma das demandas mais sentidas no Aglomerado e que agora giram em torno da sua localização, em um extremo da favela, e onde há alcance micro local, para um setor da vila Fátima.

Além da figuração constante nos espaços oficiais de participação, alguns dos líderes tradicionais mantiveram seu papel como cabos eleitorais. Este fato, tem aumentado a impressão negativa sobre a figura de liderança ao modo como a política é feita na favela. Em várias das entrevistas e conversas da fase qualitativa do estudo foi comentado que os políticos apareciam apenas no período eleitoral, descumpriam suas promessas de campanha ao elegerem-se, e que a mecânica se repetia em cada eleição. No cerne da questão, encontra-se a compra de votos ou clientelismo, na forma de ajudas materiais e monetárias para os eleitores, e a partir da qual o compromisso prático do político termina ou é quitado com o votante.

Os líderes tradicionais também têm excluído sua participação em iniciativas, mobilizadas pelos líderes emergentes na conformação de um programa político e um

candidato associado que represente o Aglomerado. Desta maneira, os tradicionais são funcionais à divisão da força eleitoral da favela e à manutenção dos currais eleitorais distribuídos por vilas, das quais eles não têm renunciado a figurar como cabeças representativas nas Associações Comunitárias respectivas. Obras e programas públicos representam votos. A proximidade dos tradicionais com as agências de governo na gestão das obras e a sua continuidade na frente das Associações tem valorizado a sua posição aos olhos dos políticos ávidos por votos, ainda que estes líderes pretendam manter distância de redes clientelistas.

O posicionamento dos líderes tradicionais na estrutura do nível paroquial do Aglomerado, e seu esquema de interação com o poder público, tem feito com que as relações com os seus pares, os líderes emergentes, assumam caráter meramente instrumental. Se os primeiros são as pontes oficiais, os segundos se veem obrigados a lidar com eles ao dirigirem-se às agências da prefeitura. No entanto, têm sido relações tensas que não têm traduzido a consolidação de uma identidade como Aglomerado e, portanto, de uma noção coletiva e pública de segurança para a favela. Ainda prevalece a ideia de vizinho de vila, estruturados em laços familiares, e não a de vizinho do Aglomerado. Os laços de trabalho comunitário no interior de cada segmento de líderes, tradicionais e emergentes, dependem do status de simples conhecidos. A prevalência da identidade local de vila explicaria, em grande parte, que a intervenção do Vila Viva fosse lida mais como uma intromissão desestruturante dos espaços comunitários predominantes da favela que foi feita para permitir uma abertura e diferenciação de espaços privados, comunitários e públicos, alheia para uma parcela de líderes emergentes e moradores consultados na pesquisa.

Qual seria, então, a importância e o significado dos espaços públicos construídos? Para compensar a redução do peso dos espaços comunitários, os espaços públicos poderiam ter sido a oportunidade de criação de cenários de integração entre as vilas e com a cidade. Segundo o desejo dos líderes tradicionais diante do Vila Viva, trataria-se, da estruturação de trechos verdes intocáveis ao redor das nascentes de água para conformar uma paisagem carregada de natureza e similar a outros bairros; ou, como notado nos esforços dos líderes emergentes em suas diferentes iniciativas, de lugares para a manutenção de uma vida comunitária ativa, de referência para os

jovens e crianças do Aglomerado inteiro. Em tais aspirações, é importante que a manutenção e segurança e de paisagens intocadas, demandaria vigilantes. Para atender a demanda do segundo grupo, um controle territorial, de um nível paroquial que sai das vilas para projetar-se no conjunto completo de vilas.

No caso do Aglomerado, o controle de ordem territorial, no nível paroquial (comunitário), significa a conformação e defesa de uma identidade coletiva da favela toda. Deste modo, os espaços públicos exerceriam o papel de facilitar o encontro e socialização entre os moradores, de vilas e bairros distintos, para que possam surgir, se transmitir e se reproduzir um conjunto de valores os quais, por sua vez, serviriam de referência na convivência, no decorrer da vida em conjunto e na interação com a cidade. Além disso, o mesmo controle territorial implica o reconhecimento dos espaços como recursos organizativos comunitários. Ou seja, servirem como lugar de operação de figuras especializadas em centralizar, mediar e difundir práticas de interação e de regulação de comportamentos, em função dos valores presentes. Exemplos claros são encontrados em parte das iniciativas de atenção comunitária analisadas ao longo desta pesquisa. Em particular, cabe destacar iniciativas dos líderes emergentes, como as oficinas implementadas no programa Fica Vivo ou no programa Escola Integrada, pela sua tentativa de uso dos espaços públicos do Vila Viva para a sua conversão em recursos organizativos de tipo paroquial. Em outras palavras, o controle territorial no Aglomerado demandaria, e se exerceria, mediante a construção de espaços públicos que facilitem a coesão social dos moradores e o seu desenvolvimento de sua capacidade organizativa.

É fato que em relação ao conjunto de obras do Vila Viva, estas foram reconhecidas pelos líderes comunitários entrevistados em sua contribuição na tentativa de expansão de espaço físico para atividades recreativas e culturais. No entanto, visto por itens particulares, com as obras de moradia deu-se início a uma proposta de reestruturação de espaços, com a sua delimitação de áreas comuns e públicas, que causou desconforto devido à perda de liberdade construtiva e da flexibilidade na ocupação e uso privado e comunitário dos espaços que, por sua vez, têm sido construídos de modo progressivo. Os vizinhos também demonstraram estranhamento nesta proposta, devido à mistura de moradores provenientes de vilas diferentes e ao

trabalho social de acompanhamento, para adaptarem-se às novas condições de moradia, que foi insuficiente com curto prazo de duração (dois anos) para um processo que pode tardar até uma geração. Sem referentes sociais e espaciais claros para os moradores reassentados nos prédios, o aporte das obras de moradia a coesão não foi reconhecido pelos líderes e os seus alcances em segurança questionados. Sem aporte no controle de homicídios e duvidoso no referente a outras condutas e transgressões.

O item dos equipamentos comunitários, construídos com o Vila Viva, é o que expressa esforço mais próximo ao desenvolvimento do controle territorial, no nível paroquial, do Aglomerado. Essa questão explica o fato de este tipo de obras ter sido o melhor avaliado pelos líderes no seu efeito global em segurança, com ressalvas e cobranças no controle de homicídios e dos furtos ou assaltos. O foco de trabalho do CRAS e das UMEI's na família e a convivência entre seus integrantes permitiu, por esta via, uma atenção dos laços entre vizinhos no interior das vilas. Logo, com a introdução da rede interinstitucional, coordenada a partir do CRAS como parte fundamental do programa oficial BH Cidadania, tiveram lugar desdobramentos do foco inicial mencionado que foram concretados com as iniciativas de líderes emergentes (oficinas ou revitalização da praça do Cafezal, por exemplo). Porém, entraves de ordem burocrático e de insuficiência de recursos levou a que os alcances dos equipamentos, em matéria de coesão social e de capacidade paroquial organizativa, não foram os esperados.

Já no item de obras de infraestrutura, houve substituição do nível paroquial (comunitário) de controle pelo nível público, mediante a troca dos esquemas comunitários e clandestinos de provisão dos serviços domiciliares de água, saneamento e energia pela conexão do Aglomerado às redes principais da cidade. Isso teria permitido uma diminuição nos conflitos entre vizinhos a pesar de, ao mesmo tempo, avaliar os líderes que aquilo pode, inclusive, ter diminuído a coesão social da favela.

Mostra-se evidente, portanto, que a interação dos níveis público e paroquial de controle tem matizes e alcances diferenciados de acordo a forma de intervenção do lado público, o estado do controle do lado paroquial, e a conduta delitativa ou

transgressora em foco. Aquilo reflete, por sua vez, interesses distintos em cada nível que não necessariamente funcionam de maneira sincronizada. E, mais ainda, zonas cinza nas escalas de intervenção (se vila ou aglomerado, por exemplo) que incidem na desestruturação ou emergência de identidades coletivas e sentidos territoriais.

De forma concomitante, é razoável esperar que o processo de construção de uma identidade coletiva do Aglomerado leve consigo a emergência de outras identidades mais específicas no seu interior o que define um lugar dentro da vida comunitária da favela. Por sua relevância na discussão sobre a segurança, uma identidade de interesse seria a do jovem do Aglomerado. À margem de considerações situacionais, de distração dos jovens e crianças, ou economicistas, em termos de criação de contextos de oportunidade mais rentáveis ou benéficos para não delinquir, a identidade funciona como uma marca de referência que fica mais ou menos presente, de acordo com as circunstâncias, embora sempre acompanhe como uma síntese de valores, símbolos e pautas de comportamento. Ao respeito, cabe mencionar o caso das artes marciais no Aglomerado. Os seus praticantes, das distintas disciplinas (capoeira, muay-thai, jiu-jitsu), conformam toda uma rede de treinamentos, encontros, competências, hierarquias, regras, valores, e modos de ser, a qual tem conseguido afastar meninos do tráfico de drogas, algum deles tem se convertido em exemplo ou tem se conformado famílias que traspassam a sua prática para a geração seguinte. Essa iniciativa não evita um potencial retorno ao tráfico, porém, constitui a semente positiva plantada no jovem.

Espaços públicos a serviço de uma identidade coletiva como Aglomerado significam, em definitiva, partir das identidades comunitárias de vila para a sua integração intersubjetiva em um rosto único e novo que se apresenta, interage e se nutre do contato com a cidade. É um espaço carregado de conteúdo comunitário, porém diferente deste. Baseia-se na interação público-paroquial. Antes do Vila Viva, existia um processo em curso de fusão das vilas em uma grande comunidade, segundo líderes emergentes e moradores entrevistados, produto, entre outros fatores, do adensamento progressivo, o relevo geracional e a mistura entre as redes de vizinhos fundadas nas de tipo parental. As tendências demográficas tinham seu correlato

violento nas lutas a morte das facções do tráfico pela hegemonia no mercado objetivo para elas na aquela época, quer dizer, o mercado interno da favela.

A partir do Vila Viva, o processo de fusão entre as vilas foi interrompido e substituído pela proposta de um espaço público, diferenciado do comunitário, a qual, no entanto, ficou longe de um exercício territorial; o que garantiu o simples trânsito e a observação. Desta maneira, foram levantados espaços carentes de conteúdo, que rasgariam a favela e redefiniriam seções e limites das vilas. “Uma avenida no meu quintal” é a expressão empregada por uma das líderes emergentes para se referir à avenida do Cardoso, e que viraria título de documentário. Os vazios espaciais estabelecidos com os espaços públicos do Vila Viva seriam preenchidos por traficantes, mais habilidosos na tarefa de vigilância, e se converteriam em fronteiras críticas na operação das facções implicadas. As tensões entre estas ficaram catalisadas pelo foco comercial agora dirigido para o público (mercado) externo ao Aglomerado.

Diante disso, parece necessário, então, retomar a abertura do cenário político para garantir discussões e intervenções públicas, democráticas em duas direções: de cima para baixo e de baixo para cima para, igualmente, aplicar ações que deem conta dos contextos e pautas que fazem com que a maioria das pessoas não delinquam ou transgridam as normas, em vez de proporem-se ações que estejam centradas nos motivos que levam a minoria a recorrer ao mundo do crime. Caso contrário, existe o risco, evidenciado nesta pesquisa, de que as obras de melhoramento urbanístico e os investimentos públicos, ao se aplicarem na favela, serem lidos como invasivos, transformando-se em problemas para os seus moradores deste ambiente. E por fim, apresentando-se com reflexos maiores, na forma de uma centralidade do tráfico no Aglomerado, e intensificando o comércio ilícito nas proximidades centrais da cidade aliás.

Referências bibliográficas

ABBOT, A. Of time and space: the contemporary relevance of the Chicago School. *Social Forces*, Chape Hill, v. 75, n. 4, p. 1149-1182, 1997.

AFONSO, A. S.; de MAGALHÃES, M. C. F. Programa Vila Viva: intervenção estrutural em assentamentos precários. *Revista Urbanização e Habitação*, Belo Horizonte, n. 1, p. 31-36, 2014.

ANSARI, S. Social capital and collective efficacy: resource and operating tools of community social control. *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*, Terre Haute, v. 5, n. 2, p. 75-94, 2013.

BANDURA, A. *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: W.H. Freeman and Company, 1997. 604 p.

BEATO, C. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG–, 2012. 291 p.

BÉNIT-GBAFFOU, C.; FOURCHARD, L.; WAFER, A. Local politics and the circulation of community security initiatives in Johannesburg. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, Malden, v. 36, n. 5, p. 936-957, 2012.

BÉNIT-GBAFFOU, C.; KATSAURA, O. Community leadership and the construction of political legitimacy: unpacking bourdieu's 'political capital' in post-apartheid Johannesburg. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, Malden, v. 38, n. 5, p. 1807-1832, 2014.

BORGATTI, S. P. Two-mode concepts in social network analysis. In: MEYERS, R. A. (Ed. in chief). *Encyclopedia of complexity and systems science*. New York: Springer, 2009. p. 8279-8291.

BOSCHI, R. R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999.

BROWNING, C. R.; FEINBERG, S. L.; DIETZ, R. D. The paradox of social organization: networks, collective efficacy, and violent crime in urban neighborhoods. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 2, p. 503-534, 2004.

BURSIK, R.; GRASMICK, H. G. *Neighborhoods and crime: the dimensions of effective community control*. New York: Lexington Books, 1993. 226 p.

BURT, R. *Neighbor networks: Competitive advantage local and personal*. Oxford: Oxford University Press, 2009. 410 p.

CARR, P. J. The new parochialism: the implications of the Beltway case for arguments concerning informal social control. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 108, n. 6, p. 1249-1291, 2003.

CONTI, A. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o 'Plano Global Específico'. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189-216, 2004.

COULSON, A. A plague on all your partnerships: theory and practice in regeneration. *International Journal of Public Sector Management*, Nijmegen, v. 18, n. 2, p. 151-163, 2005.

CROWE, T. D. *Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts*. Second edition. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2000. 360 p.

CRUZ, W. J. A. *Os "entraves" para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um Aglomerado de Belo Horizonte*. 2010. 190f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

CUNHA, J. B. Regularização urbanística e fundiária em uma favela da cidade do Rio de Janeiro: conflitos, percepções e práticas em jogo no processo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 483-511, 2012.

DAM ENGENHARIA. *Plano Global Específico (PGE) Aglomerado da Serra: Relatório de diagnóstico*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2000a.

DAM ENGENHARIA. *Plano Global Específico (PGE) Aglomerado da Serra: Relatório de levantamento de dados*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2000b.

DAVEY, C. L.; WOOTTON, A. B. Integrating crime prevention into urban design and planning: from European procedures to local delivery methods. *Journal of Place Management and Development*, Manchester, v. 9, n. 2, p. 153-165, 2016.

DE VRIES, P. Participatory slum upgrading as a disjunctive process in Recife, Brazil: urban coproduction and the absent ground of the city. *Singapore Journal of Tropical Geography*, Singapore, v. 37, n. 3, p. 295-309, 2016.

DIXON, J. The limits and potential of community development for personal and social change. *Community Health Studies*, Canberra, v. 13, n. 1, p. 82-92, 1989.

DRIVDAL, L. Community leadership in urban informal neighbourhoods: micro-politics and micro-administration in informal settlements in Cape Town. *Urban Forum*, Cape Town, v. 27, n. 3, p. 275-295, 2016.

FERNANDES, E.; PEREIRA, H. D. Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília DF, n. 34, p. 171-199, 2010.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GREENACRE, M. *La práctica del análisis de correspondencias*. Primera edición. Bilbao: Fundación BBVA, 2008. 375 p.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. *Introduction to social network methods*. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>. Acesso em: 16 de abr. 2017.

HARRIGAN, N. *PNet for dummies: an introduction to estimating exponential random graph (p*) models with PNet*. Version 1.04. Disponível em: <http://www.mysmu.edu/faculty/nharrigan/PNetForDummies.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

HUNTER, A. Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities. In: SUTTLES, G.; ZALD, M. (Eds.). *The challenge of social control*. Norwood, N.J.: Ablex, 1985. p. 230-242.

JHA, S.; RAO, V.; WOOLCOCK, M. Governance in the Gullies: democratic responsiveness and leadership in Delhi's slums. *World Development*, Ann Arbor, v. 35, n. 2, p. 230-246, 2007.

JUN, K. Escaping the local trap?: the role of community-representing organizations in urban governance. *Journal of Urban Affairs*, Milwaukee, v. 35, n. 3, p. 343-363, 2012.

KLEINHANS, R.; BOLT, G. More than just fear: on the intricate interplay between perceived neighborhood disorder, collective efficacy, and action. *Journal of Urban Affairs*, Milwaukee, v. 36, n. 3, p. 420-446, 2014.

KOSTER, M.; NUIJTEN, M. From preamble to post-project frustrations: the shaping of a slum upgrading project in Recife, Brazil. *Antipode*, Cardiff, v. 44, n. 1, p. 175-196, 2012.

LEVERENTZ, A. New parochialism and community dynamics: benefits and possible collateral consequences. *Criminology and Public Policy*, Columbus, v. 13, n. 2, p. 217-224, 2014.

LEVERENTZ, A.; WILLIAMS, M. Contextualizing community crime control: race, geography, and configurations of control in four communities. *Criminology*, Columbus, v. 55, n. 1, p. 112-136, 2017.

LOWNDES, V.; SULLIVAN, H. How low can you go?: rationales and challenges for neighbourhood governance. *Public Administration*, Oxford, Malden, v. 86, n. 1, p. 53-74, 2008.

LUSHER, D.; KOSKINEN, J.; ROBINS, G. (Eds.). *Exponential random graph models for social networks: Theory, methods, and applications*. eBook Kindle edition. New York: Cambridge University Press, 2013.

MARINHO, M. A. C. *Programa Vila Viva: favela, urbanização e segurança pública*. Estudo de caso do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte/MG. Monografia (pos-graduação especialização em segurança pública e criminalidade) – Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. 101 p.

MELO, A. P. S. *Participação, cultura política e racionalidade: a influência da natureza dos bens produzidos pelo Orçamento Participativo e Orçamento Participativo da Habitação sobre o processo de ação coletiva dos grupos de sem-casas e associações de bairros e favelas de Belo Horizonte*. 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

MINNERY, J. et al. Slum upgrading and urban governance: case studies in three South East Asian cities. *Habitat International*, [...], v. 39, p. 162-169, 2013.

NEWMAN, O. *Creating Defensible Space*. Disponível em: <https://www.huduser.gov/publications/pdf/def.pdf>. Acesso em: 2 de jul. 2017.

NUIJTEN, M.; KOSTER, M.; DE VRIES, P. Regimes of spatial ordering in Brazil: neoliberalism, leftist populism and modernist aesthetics in slum upgrading in Recife. *Singapore Journal of Tropical Geography*, Singapore, v. 33, n. 2, p. 157-170, 2012.

OAKES, J. M. The (mis)estimation of neighborhood effects: causal inference for a practicable social epidemiology. *Social Science and Medicine*, Boston, v. 58, n. 10, p. 1929-1952, 2004.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MC KENZIE, R. D. (Eds.). *The City*. Second edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. 239 p.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do censo de 2010. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 75-99, 2016.

PEREIRA, A.; BRASIL, F.; CARNEIRO, R. Arquitetura participativa na política habitacional: estudo de caso do município de Belo Horizonte. *Revista Urbanização e Habitação*, Belo Horizonte, n. 1, p. 13-24, 2014.

PERLMAN, J. E. *Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010. 444 p.

PINTO, M. L. C.; VERÍSSIMO, P. A cidade, as favelas e a Urbel. *Revista Urbanização e Habitação*, Belo Horizonte, n. 1, p. 3-12, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano 2003. Objectivos de desenvolvimento do milénio: um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. Edição em língua portuguesa. Queluz: Mensagem, 2003.

RAMEY, D. M.; SHRIDER, E. A. New parochialism, sources of community investment, and the control of street crime. *Criminology and Public Policy*, Columbus, v. 13, n. 2, p. 193-216, 2014.

ROJAS, E. (Ed.). *Construir ciudades: mejoramiento de barrios y calidad de vida urbana*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2009. 289 p.

SAMPSON, R. J. 2012 presidential address to the American Society of Criminology. *The place of context: a theory and strategy for criminology's hard problems*. *Criminology*, Columbus, v. 51, n. 1, p. 1-31, 2013.

_____. *Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect*. eBook Kindle edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

SAMPSON, R. J.; BARTUSCH, D. J. Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: the neighborhood context of racial differences. *Law and Society Review*, Salt Lake City, v. 32, n. 4, p. 777-804, 1998.

SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. W.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multi-level study of collective efficacy. *Science*, Washington, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997.

SARAIVA, M. et. al. Model (my) neighbourhood: –a bottom-up collective approach for crime-prevention in Portugal and Lithuania. *Journal of Place Management and Development*, Manchester, v. 9, n. 2, p. 166-190, 2016.

SHELLING, T. *Choice and Consequence*: perspectives of an errant economist. Cambridge e London: Harvard University Press, 1984. 363 p.

SCHUBERT, H. Urban crime prevention – broadening of perspectives. *Journal of Place Management and Development*, Manchester, v. 9, n. 2, p. 120-136, 2016.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. *Juvenile delinquency and urban areas*: a study of rate of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in American cities. Chicago: The University of Chicago Press, 1969.

SILVA, B. F. A. *Desorganização, oportunidade e crime*: uma análise “ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte. 2012. 175 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SILVA, M. M. A. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. 2013. 270 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

STOKER, G. Was local governance such a good idea?: a global comparative perspective. *Public Administration*, Oxford, Malden, v. 89, n. 1, p. 15-31, 2011.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). *Human development report 1994*. New York: Oxford University Press, 1994.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-Habitat). *Building urban safety through slum upgrading*. Nairobi: UN-Habitat, 2011.

VELEZ, M. B.; LYONS, C. J. Making or breaking neighborhoods: public social control and the political economy of urban crime. *Criminology and Public Policy*, Columbus, v. 13, n. 2, p. 225-235, 2014.

WANG, P.; ROBINS, G.; PATTISON, P.; KOSKINEN, J. *MPNet. Program for the simulation and estimation of (p^*) exponential random graph models for multilevel networks*: User manual. Disponível em: <http://www.melnet.org.au/s/MPNetManual.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

WASSERMAN, S; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. New York: Cambridge University Press, 1994. 856 p.

YEO, G. B.; NEAL, A. Revisiting the functional properties of self-efficacy: a dynamic perspective. *Journal of Management*, Piscataway, v. 39, n. 6, p. 1385-1396, 2013.

ZALUAR, A.; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 175-196, 2009.

Apêndice 1 — Descrição e estrutura das variáveis

- Quadro A1. 1 — Descrição dos atributos sociodemográficos dos líderes comunitários.

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador | Categorias / Valores |
|-------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gênero | Genero | Ao qual o entrevistado declara que pertence. | Qualitativa | Categoria escolhida pelo entrevistado e codificada, dentre as opções dadas. | 1=Femenino; 2=Masculino; 3=Outro. |
| Idade | Idade | Anos de nascido que o entrevistado tinha no momento da entrevista. | Quantitativa | Diferencial de magnitude entre o ano de referência no início da pesquisa de campo (2015) e o ano no qual o entrevistado declara que nasceu. | Valores iguais ou maiores que um. Código 9999 no caso de 'missing'; Não sabe/Não responde, por exemplo. |
| Estado civil | EstadoCivil | Tipo de relação com o cônjuge. | Qualitativa | Categoria escolhida pelo entrevistado e codificada, dentre as opções dadas. | 1=Casada(o) (Casada); 2=Solteira(o) (Solteira); 3=Separada(o)/Divorciada(o) (Sep/Div); 4=Viúva(o) (Viuva). |
| Filhos | Filhos | Quantidade de filhos que o entrevistado declara. | Quantitativa | Magnitude que o entrevistado declara. | Valores iguais ou maiores que um. Código 9999 no caso de 'missing'; Não sabe/Não responde, por exemplo. |
| Colegas domicílio | Colegas domicílio | Quantidade de pessoas que moram com o entrevistado. | Quantitativa | Magnitude que o entrevistado declara. | Valores iguais ou maiores que um. Código 9999 no caso de 'missing'; Não sabe/Não responde, por exemplo. |
| Arraigo familiar | ArraigoFam | Extensão da rede familiar na vila de residência atual. | Qualitativa | Intervalo do número de parentes do líder que moram na mesma vila de residência dele, como proporção do total de parentes do líder que moram no Aglomerado. | 1=Baixa; 2=Média; 3=Alta. |

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador | Categorias / Valores |
|--------------------|--------------------|--------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Procedência | Procedência | Lugar de nascimento. | Qualitativa | Município e Estado declarados de nascimento. | Município e Estado brasileiro. |
| Natural Aglomerado | Natural Aglomerado | Entrevistado que nasceu no Aglomerado. | Qualitativa | Registro sobre se nasceu no Aglomerado; segundo a procedência do entrevistado e, se esta correspondia com Belo Horizonte, o bairro ou assentamento da cidade no qual moravam os seus (parentes) responsáveis no momento do nascimento. | 1=Não Aglomerado (NãoAglo); 2=Sim Aglomerado (SimAglo). |
| Antiguidade | Antiguidade | Tempo de moradia no Aglomerado. | Quantitativa | Diferencial de magnitude entre o ano de referência no início da pesquisa de campo (2015) e o ano no qual o entrevistado se mudou para morar no Aglomerado. | Valores iguais ou maiores que um. Código 9999 no caso de 'missing'; Não sabe/Não responde, por exemplo. |
| Vila | VilaRes | Vizinhança na qual mora dentro do Aglomerado. | Qualitativa | Nome dum das 7 vilas que compõem o Aglomerado e na qual o entrevistado mora na atualidade. | 1=Marçola; 2=Fátima; 3=Cafezal; 4=Conceição; 5=Aparecida; 6=Fazendinha; 7=Nvo. São Lucas; 8=Pomar. |
| Domicílio | MoradiaTipo | Tipo de moradia na qual reside. | Qualitativa | Categoria escolhida pelo entrevistado e codificada, dentre as opções dadas. | 1=Casa (Casa); 2=Apartamento (Apto); 3=Prédio Vila Viva (PredVilaViva). |
| Escolaridade | Escolaridade | Nível de estudos alcançado no sistema educativo. | Qualitativa | Categoria escolhida pelo entrevistado e codificada, dentre as opções dadas. | 1=Ensino fundamental incompleto (EFI); 2=Ensino fundamental completo (EFC); 3=Ensino meio incompleto (EMI); 4=Ensino meio completo (EMC); 5=Técnico (TEC); 6=Superior incompleto (SI); 7=Superior incompleto (SC); 8=Pós-graduação (POS). |

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador | Categorias / Valores |
|-------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atividade | Atividade | Principal forma de sustento do entrevistado. | Qualitativa | Código do tipo de atividade exercida pelo entrevistado, segundo categorização a partir dos agrupamentos feitos com base nas similaridades entre formas de sustento declaradas pelos entrevistados. | 1=ACS (ACS); 2=Artesanato (Artesano); 3=Artista (Artista); 4=Assistente social (AssistSoc); 5=Auxiliar administrativo (AuxAdmin); 6=Auxiliar gabinete político (AuxGabPol); 7=Comerciante (C/ante); 8=Dança (Dança); 9=Funcionário público (FunPub); 10=Liderança (Liderança); 11=Motorista (Moto); 12=Música (Música); 13=Aposentada(o) (Aposent); 14=Educadora(o) (Educa); 15=Produtor(a) cultural (ProdtCult); 16=Empresaria(o) (Empresa); 17=Cuidador(a) idosos (CuidIdoso); 18=Pedreira(o) (Pedreiro); 19=Pároco (Paroco). |
| Âmbito | Âmbito | Área predominante de atuação na trajetória de trabalho comunitário. | Qualitativa | Categoria escolhida pelo entrevistado e codificada, dentre as opções dadas. | 0=Não sabe/Não responde; 1=Educação; 2=Saúde; 3=Cultura, esportes e lazer; 4=Assistência social; 5=Urbanismo; 6=Política; 7=Negócios; 8=Religião; 9=Segurança pública; 10=Organização comunitária em geral . |
| Participação partido político | PartPartido | Participação num partido político específico. | Qualitativa | Registro da participação num partido político em algum momento. | 1=Sim tem participado; 0 =Não tem participado. |
| Liderança Tipo | LíderTipo | Pertência do líder a um dos perfis (sub-grupos) predominantes identificados. | Qualitativa | Categoria atribuída segundo perfil característico. | 1=Tradicional; 0=Emergente. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 2. — Registro da participação e benefícios dos líderes comunitários no Vila Viva.

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador | Categorias / Valores |
|---------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| Participação no Vila Viva | PartVV | Participação em atividades de desenho e implementação do Programa Vila Viva. | Qualitativa | Registro da participação no Programa. | 1=Sim tem participado; 0 =Não tem participado. |
| Benefícios do Vila Viva | BenfVV | Pagamento de indenização ou entrega de apartamento construído sob o Programa Vila Viva para o líder ou um familiar. | Qualitativa | Registro da condição de beneficiário ou a dum familiar. | 1=Benefício; 0 =Não benefício. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 3. — Resumo dos indicadores dos efeitos intermédios do Vila Viva na segurança pública.

| Colocação | Indicador | Categorias / Valores |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Melhorou a comunicação e a troca de ideias entre os vizinhos.</p> <p>Incentivou a ajuda mútua entre os vizinhos.</p> <p>Tornou os moradores mais confiantes nos seus vizinhos.</p> <p>Estimulou a proteção e cuidado de parentes e bens materiais entre vizinhos.</p> <p>Possibilitou a realização de eventos coletivos entre vizinhos e moradores.</p> | <p>Coesão social com capacidade de ação.</p> | |
| <p>Melhorou a circulação de pessoas, mercadorias e recursos usados em iniciativas comunitárias locais.</p> <p>Facilitou a localização e identificação dos domicílios.</p> <p>Possibilitou uma circulação mais segura de veículos e pedestres.</p> | <p>Atração de recursos para a organização comunitária, circulação e acesso no Aglomerado.</p> | <p>1=Não concorda; 2=Não concorda parcialmente; 3=Concorda parcialmente; 4=Concorda; 5=NãoSabe/NãoResponde.</p> |
| <p>Disponibilizou espaços físicos suficientes para atividades recreativas e culturais.</p> | <p>Oferta espaços públicos.</p> | |
| <p>Deu a oportunidade dos moradores participar para discutir, colocar e desenhar as obras prioritárias.</p> <p>Permitiu que os moradores treinassem suas habilidades para a gestão comunitária de iniciativas locais.</p> <p>Aproximou às lideranças e representantes comunitários com os moradores.</p> <p>Promoveu o cuidado coletivo das novas áreas verdes, e espaços públicos.</p> | <p>Capacidade organizativa própria.</p> | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 4. — Resumo dos indicadores dos efeitos globais (finais) do Vila Viva na segurança pública.

| Colocação | Indicador | Categorias / Valores |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prédios. Remoção e reassentamento de famílias. Delimitação de parques. | Moradia e segurança. | Escala de '0' ate '5', na qual o '0'=Nada de impacto positivo e o '5'=Muito impacto positivo. |
| Abertura de vias e becos. Implantação de postes de iluminação. Esgoto e saneamento básico. | Infraestrutura e segurança. | |
| Avenida do Cardoso. Praça do Cardoso. | Obras Cardoso e segurança. | |
| Construção de CRAS e de UMEIs. | Equipamentos e segurança. | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 5. — Resumo dos atributos característicos das iniciativas de atenção comunitária.

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador | Categorias / Valores |
|------------------------|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Responsável principal. | Responsável principal. | Tipo de ator social que estaria encarregado da iniciativa com alcance comunitário. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação e agregação das respostas dadas pelo entrevistados. | Líder comunitário (Lid_Com); Organização social externa (Org_Soc_Ext); Poder público (Pod_Publ); Organização privada externa, ONU, Poder público (Priv_Ext-ONU-Pod_Públ). |
| Início. | Início. | Temporalidade das iniciativas em relação ao decorrer das obras do Vila Viva, as quais iniciaram no de 2005. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação do ano de criação da iniciativa informado pelo entrevistado. | Mais antigo que o Vila Viva (MaisAntgVV); Tão antigo como o Vila Viva (TãoAntgVV). |
| Cobertura. | Cobertura. | Extensão espacial aproximada que se consegue atingir mediante a iniciativa. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação e agregação das respostas dadas pelo entrevistados. | Aglomerado (Aglomerado); Aglomerado e cidade (Aglom. e cid); Vilas (Vilas). |
| Objetivo. | Objetivo. | Registro do fim geral perseguido com cada iniciativa. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação e agregação das respostas dadas pelo entrevistados. | Formação, socialização, promoção de convivência (FormSocConv); Formação e promoção artística e esportiva (FormProm ArtEsp); Articulação comunitária e atenção do poder público (ArtCom_AtenPP); Discussão de políticas públicas e programas políticos (DiscPolPubl_ProgPol); Prevenção situacional (eventos adversos) (PrevSit); Geração e promoção de renda, Integração com a cidade (Outros). |

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador | Categorias / Valores |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Âmbito. | Âmbito. | Área de atuação comunitária na qual se desenvolve a iniciativa. | Qualitativa | Categoria classificatória segundo a descrição de atividades declaradas pelos entrevistados. | Cultura, esportes e lazer (CultEspLaz); Educação (Edu); Saúde (Saud); Assistência social (AssistSoc); Urbanismo (Urb); Política (Polt); Religião (Relg); Organização comunitária em geral (OrgCom); Todos, Negócios, Segurança pública (Outros). |
| Público. | Público. | Audiência, ou grupo populacional, que se pretende atingir com a iniciativa. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação e agregação das respostas dadas pelo entrevistados. | Moradores do Aglomerado (MorAglo); Crianças e adolescentes (CriAdol); Juventude (Juv); Moradores de Vilas, Famílias, Partes interessadas em políticas públicas (Outros). |
| Recursos / Administração / Logística. | Rec./Admon./ Log. | Fontes de financiamento e de organização administrativa e operativa das iniciativas. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação e agregação das respostas dadas pelo entrevistados. | Parceria com colegas (ParCol); Parceria com poder público (ParPodPubl); Programa ou projeto público (ProPubl); Próprios (Prop); Próprios, editais, projetos publ (ProEdPr); Parceria com políticos, PPP (Outros). |
| Equipe. | Equipe. | Tipo de integrantes que conformam o grupo base de trabalho da iniciativa. | Qualitativa | Categoria resultado da classificação e agregação das respostas dadas pelo entrevistados. | Estudantes formados na iniciativa (EstForl); Amigos, familiares ou vizinhos (AmFamVi); Vizinhos e conhecidos (VizConh); Colegas de âmbito de atuação (ColAmb); Funcionários/contratistas do programa ou projeto publico (FunContPrPu); Funcionários e moradores (FunMor); Funcionários do programa, Funcionários do programa e oficinairos, Colegiado prefeitura-sociedade civil, Extensão universitária, Sem equipe (Outros). |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 6. — Síntese descritiva das iniciativas de atenção comunitária.

| No. | INICIATIVA | ATIVIDADES PRINCIPAIS | OBJETIVO CENTRAL |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | <i>Ação Social Vencer.</i> | Artes marciais e formação em artesanato. Orientações de vida para os meninos. | Promoção das artes marciais. |
| 2 | <i>Amplós CREW.</i> | Eventos demonstrativos dança. | Promoção artística através da dança. |
| 3 | <i>Associação Cultural Capoeira Roda na Praça.</i> | Capoeira, atividades artísticas complementárias (teatro, dança, música), e educação em saúde. | Integração social a partir da capoeira, e atividades complementárias. |
| 4 | <i>Associações Comunitárias.</i> | Mobilização de demandas coletivas e sociais. | Server de ponte com o poder público estatal para a atenção das demandas coletivas, em particular as de tipo urbanístico. |
| 5 | <i>Bloco de carnaval Seu Vizinho.</i> | Bloco com crianças. | Ensino de percussão. |
| 6 | <i>Centro Cultural Lá da Favelinha.</i> | Oficinas e eventos artísticos. Biblioteca comunitária. | Formação e promoção cultural. |
| 7 | <i>Centro de Integração Martinho (CIM).</i> | Formação em artes, esportes, educação e ofícios. | Educação integral. |
| 8 | <i>Centro de Referência de Assistência Social Vila Fátima (CRAS Vila Fátima).</i> | Programa de proteção e atendimento integral à família (PAIF) (Palestras, oficinas, campanhas, reuniões, grupos de reflexão. atendimentos individuais, visitas domiciliares e institucionais). | Fortalecer vínculos familiares e comunitários, e garantir cidadania da população. |
| 9 | <i>Centros Culturais.</i> | Oficinas e promoção artístico-cultural (telecentro, biblioteca, dança, esporte, plásticas, recreativo). | Formação e difusão artística e cultural. |
| 10 | <i>Cine Club na Laje.</i> | Cine club. | Aproximar meios de expressão cultural ao Aglomerado, com base no cinema. |
| 11 | <i>Círculos bíblicos.</i> | Reuniões de discussão no intuito de alcançar uma compreensão do Deus na vida. | Descobrir a mensagem de Deus através de cada pessoa no cotidiano. |
| 12 | <i>Comissões Locais de Saúde (COL).</i> | Proposição e fiscalização de políticas do local do Distrito Sanitário. | Acompanhar implementação de políticas para local do Distrito Sanitário. |
| 13 | <i>Companhia dos Anjos (Cia dos Anjos).</i> | Dança urbana. | Formação artística em dança. |

| No. | INICIATIVA | ATIVIDADES PRINCIPAIS | OBJETIVO CENTRAL |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 14 | <i>Conferências Municipais.</i> | Deliberação e desenho das políticas públicas municipais de Belo Horizonte, com participação popular. | Participação popular na construção das políticas públicas municipais. |
| 15 | <i>Conselho de Pais Criança Feliz / Creche Quita Tolentino.</i> | Educação infantil e parte da rede de oficinas do Programa Escola Integrada / Educação Infantil. | Formação e socialização de crianças e adolescentes / Formação crianças. |
| 16 | <i>Conselho gestor.</i> | Discussões sobre alternativas para reativar o Campo do Baleião. | Reativação do Campo do Baleião. |
| 17 | <i>Conselhos Municipais (Assistência Social, Habitação) e Comissão Regional de Transportes e Trânsito.</i> | Espécie de secretarias técnicas na implementação das políticas públicas, com participação popular. | Participação popular na implementação das políticas públicas municipais. |
| 18 | <i>Criança Esperança.</i> | Oficinas esporte, arte, ofícios, meio ambiente, e atenção psicossocial, num espaço desenhado e construído especificamente para estas atividades. | Formação artística e técnica, com foco em crianças e adolescentes. |
| 19 | <i>Escolas municipais e escola estadual.</i> | Programa Escola Integrada (PEI); Programa Escola Aberta / Projovem. (Oficinas de esporte, arte, lazer, ofícios e educação técnica) / (qualificação laboral). | Melhoria da aprendizagem escolar mediante ampliação da jornada e diversificação do ensino. Socialização e fomento de valores de cultura de paz. |
| 20 | <i>Eventos artísticos.</i> | Parcerias para apresentações (nas suas etapas de ensaio, preparo, atuação). | Garantizar a atividade artística no Aglomerado. |
| 21 | <i>Eventos esportivos.</i> | Parcerias para campeonatos, demonstrações, jogos, treinos, aulas. | Garantizar a atividade esportiva no Aglomerado. |
| 22 | <i>Fica Vivo.</i> | Oficinas e difusão de esporte e arte, com foco nos jovens que têm participado em atividades ilícitas. Análise dos contextos sociais nos que eles se desenvolvem. | Redução e prevenção de homicídios dolosos de adolescentes e jovens. |
| 23 | <i>Grupo de artesanato.</i> | Artesanato. | Difusão do artesanato como fonte alternativa de recursos. |
| 24 | <i>Grupo de referência comunitário.</i> | Representação da população, sem filiação partidista ou ideologia política específica. | Identificar problemas da população e tentar diálogo com o poder público estatal. |
| 25 | <i>Grupo discussão política.</i> | Discussão política dos moradores do Aglomerado da Serra. | Construir um programa político do Aglomerado e definir seus representantes. |

| No. | INICIATIVA | ATIVIDADES PRINCIPAIS | OBJETIVO CENTRAL |
|-----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| 26 | <i>Grupo Sociedade Assistencial, Beneficente, Educacional, Cultural e Esportiva da Serra (SABECES).</i> | Representação política e mobilização popular (com obras sociais) para atenção das demandas comunitárias. Cobranças ao poder público estatal. Discussão de políticas públicas. | Trazer melhoras para a população pelo canais políticos oficiais. |
| 27 | <i>Igreja Evangélica.</i> | Assistência social. | Ajudar e atrair fieis. |
| 28 | <i>Mobilização Política.</i> | Campanhas políticas, filiações partidarias. | Eleição de titulares em cargos públicos. |
| 29 | <i>Movimento juvenil de Hip-Hop.</i> | Composição e interpretação musical. | Música e arte como modo de vida e estratégia de mediação de conflitos. |
| 30 | <i>Movimento Paz na Serra.</i> | Eventos culturais de assistência social. | Promoção da convivência no Aglomerado. |
| 31 | <i>Núcleos de Defesa Civil (NUDEC).</i> | Orientação a grupo de moradores para identificar e prevenir riscos geológicos e construtivos. | Controle local de risco geologico e construtivo. |
| 32 | <i>Orçamento Participativo (OP).</i> | Urbanização das Vilas. Identificação de obras prioritárias mediante participação e deliberação cidadã. | Mobilização da comunidade para conquista de obras. |
| 33 | <i>Pomar do Cafezal.</i> | Proteção do medio ambiente mediante a plantação e cuidado de árvores frutíferas e medicinais. Mobilização de demandas da Vila Pomar do Cafezal. | Desenvolver atenção local pela necessidade da atuação coletiva e voluntária. |
| 34 | <i>Prevenção de doença falsiforme e atenção a idosos.</i> | Informações dos cuidados pessoais e médicos para prevenir e conviver com a doença, mediante reuniões, palestras, visitas e monitoramento dos pacientes. Alimentos para idosos. | Conscientização e prevenção da doença. Apoio ao cuidado dos idosos. |
| 35 | <i>Pre-vestibular comunitário.</i> | Aulas preparatórias para ingressar à universidade. | Preparação dos jovens visando a sua entrada na universidade. |
| 36 | <i>Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (PACS).</i> | Canal de comunicação entre moradores, pacientes e centros de saúde. | Prevenção de doenças e promoção de saúde. |
| 37 | <i>Projeto Esportivo Serrinha (PES).</i> | Escola de Futsal. | Formação jogadores de futesal. |
| 38 | <i>Projeto Itamar.</i> | Escola de esporte (taekwondo, futesal) e cultura. Apoio e participação em campeonatos das modalidades esportivas ofertadas. Biblioteca comunitária. | Promoção esportiva e fomação cultural. |

| No. | INICIATIVA | ATIVIDADES PRINCIPAIS | OBJETIVO CENTRAL |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 39 | <i>Projeto Origem / Associação Seguidores dos Ancestrais Revolucionários do Tempo (SART).</i> | Capoeira e treinamento esportivo (p. ex. futsal, voleiball, treino funcional). Defesa da identidade afro-brasileira. | Formação esportiva e artística, voltada para a defesa da cultura afro-brasileira. |
| 40 | <i>Pro-Jovem.</i> | Aulas e elaboração projetos de ação comunitária. | Conclusão ensino fundamental e qualificação profissional. |
| 41 | <i>Recanto Beijafior.</i> | Música e arte em geral. | Local para interpretação e difusão artística. |
| 42 | <i>Reuniões Reivindicativas.</i> | Mobilização demandas coletivas e sociais. Promoção de Audiências Públicas. | Por em pauta com o poder público estatal as demandas e cobrar deste as suas desatenções. |
| 43 | <i>Rut Sativa.</i> | Cultivo orgânico e cozinha vegetariana; formação e expressão artística (oficinas de artesanato, percussão, ritmo, poesia, rap, teatro, desenho, e horta; sarau de poesia). | Formação e geração familiar de renda mediante a gestão de resíduos orgânicos em cultivos. Formação artística. |
| 44 | <i>Samba Guetto.</i> | Shows beneficentes de samba. | Recolção de cestas básicas. |
| 45 | <i>Toca de Pele; depois nomeado D'Lucas e Samba na Batuta.</i> | Aulas e apresentações de samba e percussão. | Formação, composição e interpretação musical. |
| 46 | <i>Transporte na favela.</i> | Transporte público e de emergência. | Facilitar a circulação de pessoas dentro do Aglomerado e com a cidade. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 7. — Descrição das condutas delitivas e transgressoras que compõem a percepção de (in)segurança pública.

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador I (anos prévios ao Vila Viva –contexto sob o PGE–) | Categorias / Valores | Indicador II (na atualidade –contexto com obras do Vila Viva–) | Categorias / Valores |
|--------------------|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Tráfico de drogas. | Tráfico. | Comércio de substâncias alucinógenas consideradas de uso ilegal (maconha e cocaína). | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Variação percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Consumo de drogas. | Consumo drogas. | Uso final das substâncias alucinógenas (maconha e cocaína) no Aglomerado. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Variação percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Grupos de tráfico. | Grupos tráfico. | Coletivos dedicados ao comércio de maconha e cocaína no Aglomerado. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Variação percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador I (anos prévios ao Vila Viva –contexto sob o PGE–) | Categorias / Valores | Indicador II (na atualidade –contexto com obras do Vila Viva–) | Categorias / Valores |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Troca de tiros. | Tiros. | Intercambio de disparos acionados com armas de fogo sobre espaços abertos. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Homicídios. | Homicídios. | Mortes dolosas. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Furtos ou assaltos. | Furtos / Assaltos. | Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel (segundo o Código Penal Brasileiro), com ou sem violência praticada para reduzir a resistência da vítima. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Violência doméstica ou intrafamiliar. | Violência doméstica. | Agressão física e psicológica exercida ao interior e entre integrantes do mesmo lar. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador I (anos prévios ao Vila Viva –contexto sob o PGE–) | Categorias / Valores | Indicador II (na atualidade –contexto com obras do Vila Viva–) | Categorias / Valores |
|------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Abuso e exploração sexual infantil. | Abuso sex infantil. | Formas pelas quais as crianças e adolescentes são usados para gratificação sexual de adultos, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais (fonte: childhood, Brasil). | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Estupros. | Estupros. | Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (segundo o Código Penal Brasileiro). | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Acumulo de lixo e entulho em espaços públicos. | Lixo. | Quantidades excessivas de lixo e entulho em lugares de uso comum e público, inapropriados para armazenar este tipo de materiais. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |

| Nome | Nome Operativo | Definição | Tipo | Indicador I (anos prévios ao Vila Viva –contexto sob o PGE–) | Categorias / Valores | Indicador II (na atualidade –contexto com obras do Vila Viva–) | Categorias / Valores |
|-----------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Som alto em lugares indiscriminados. | Som alto. | Barulho e sons estrepitosos considerados perturbadores pela vizinhança. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Condução imprudente de carros e motos. | Condução imprudente. | Direção de veículos que possam colocar em risco a integridade dos moradores. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |
| Conflitos por lindeiros ou obras em casas vizinhas. | Conflitos lindeiros. | Diferenças entre vizinhos produto de alterações dos limites entre terrenos ou espaços construídos para uso privado. | Qualitativa | Frequência percebida de ocorrências. | 1=Sempre; 2=Freqüentemente; 3=Às vezes; 4=Raramente; 5=Nunca; 6=Não sabe/Não responde. | Varição percebida de ocorrências. | 1=Aumentou; 2=Manteve; 3=Diminuiu; 4=Não sabe /Não responde. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

- Quadro A1. 8. — Descrição dos indicadores de atuação policial.

| Colocação | Indicador | Categorias / Valores |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Facilitou o patrulhamento e vigilância policial das diferentes vilas do Aglomerado. | Vigilância policial. | 1=Não concorda; 2=Não concorda parcialmente; 3=Concorda parcialmente; 4=Concorda; 5=NãoSabe/NãoResponde. |
| Permitiu uma maior comunicação da polícia com a população. Possibilitou um trabalho eficaz de investigação dos crimes. | Atuação policial positiva. | |
| Facilitou o uso repressivo da força por parte da polícia. Aumentou uma abordagem policial preconceituosa sobre os meninos que moram no Aglomerado. | Atuação policial negativa. | 1=Concorda; 2=Concorda parcialmente; 3=Não concorda parcialmente; 4=Não concorda; 5=NãoSabe/NãoResponde. |
| Incrementou a vigilância das vilas por parte dos grupos de tráfico. | Vigilância do tráfico. | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Apêndice 2 — Estatístico

Tabela A2. 1. — Âmbito típico de trabalho comunitário do líder.
(*Frequências relativas –porcentagens– válidas*)

| Âmbito | Total | Líder Tipo | |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Cultura, esportes e lazer | 33,3 | 0,00 | 41,9 |
| <i>quantidade</i> | 13 | 0 | 13 |
| Educação | 17,9 | 37,50 | 12,9 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 3 | 4 |
| Saúde | 12,8 | 0,00 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 0 | 5 |
| Organização comunitária em geral | 10,3 | 0,00 | 12,9 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 0 | 4 |
| Urbanismo | 7,7 | 37,50 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 3 | 0 |
| Assistência social | 7,7 | 12,50 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| Religião | 5,1 | 0,00 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Política | 2,6 | 12,50 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 1 | 0 |
| Segurança pública | 2,6 | 0,00 | 3,2 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Negócios | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 0 | 0 | 0 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 8 | 31 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 1 | 0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Tabela A2. 2. — Participação dos líderes no Programa Vila Viva
(Frequências relativas –porcentagens– válidas)

| Formas de Participação | Total | Líder Tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Nenhuma | 35,0 | 11,1 | 41,9 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 1 | 13 |
| Programas afins (PGE/NUDEC) | 25,0 | 66,7 | 12,9 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 6 | 4 |
| Reuniões informativas | 22,5 | 11,1 | 25,8 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 1 | 8 |
| Campanhas comunicação | 10,0 | 11,1 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 1 | 3 |
| Trabalho social | 5,0 | 0,0 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Mediação conflitos | 2,5 | 0,0 | 3,2 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 40 | 9 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Efeitos intermédios do Vila Viva na segurança pública

- Tabela A2. 3. — Indicador: Coesão social com capacidade de ação.

| Descrição | Componente * |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Mediante o Vila Viva se melhorou a comunicação e a troca de ideias entre os vizinhos. | 0,91 |
| Mediante o Vila Viva se incentivou a ajuda mútua entre os vizinhos. | 0,92 |
| A intervenção com o Vila Viva tornou os moradores mais confiantes nos seus vizinhos. | 0,97 |
| Mediante o Vila Viva se estimulou a proteção e cuidado de parentes e bens materiais entre vizinhos. | 0,88 |
| Mediante o Vila Viva se possibilitou a realização de eventos coletivos entre vizinhos e moradores. | 0,68 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 2,97 | 59,33 | 0,83 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo. * Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então 59,33% da variância das cinco variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 83% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 4. — Posição dos líderes comunitários sobre a melhoria na troca de ideias entre vizinhos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Melhorou a comunicação e a troca de ideias entre os vizinhos. | Total | Lider tipo | |
|---------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 28,2 | 11,1 | 33,3 |
| <i>quantidade</i> | 11 | 1 | 10 |
| Não concorda parcialmente | 5,1 | 0,0 | 6,7 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Concorda parcialmente | 38,5 | 44,4 | 36,7 |
| <i>quantidade</i> | 15 | 4 | 11 |
| Concorda | 28,2 | 44,4 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 11 | 4 | 7 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 5. — Posição dos líderes comunitários sobre o incentivo a ajuda mútua entre vizinhos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Incentivou a ajuda mútua entre os vizinhos. | Total | Lider tipo | |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 23,1 | 0,0 | 30,0 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 0 | 9 |
| Não concorda parcialmente | 17,9 | 11,1 | 20,0 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 1 | 6 |
| Concorda parcialmente | 30,8 | 22,2 | 33,3 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 2 | 10 |
| Concorda | 25,6 | 55,6 | 16,7 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 5 | 5 |
| Não sabe/Não responde | 2,6 | 11,1 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 1 | 0 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 6. — Posição dos líderes comunitários sobre tornar os moradores mais confiantes nos seus vizinhos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Tornou os moradores mais confiantes nos seus vizinhos. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 31,6 | 12,5 | 36,7 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 1 | 11 |
| Não concorda parcialmente | 15,8 | 12,5 | 16,7 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 1 | 5 |
| Concorda parcialmente | 21,1 | 12,5 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 1 | 7 |
| Concorda | 31,6 | 62,5 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 5 | 7 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 38 | 8 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 7. — Posição dos líderes comunitários sobre o estímulo ao cuidado da vizinhança mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Estimulou a proteção e cuidado de parentes e bens materiais entre vizinhos. | Total | Lider tipo | |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 20,5 | 0,0 | 26,7 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 0 | 8 |
| Não concorda parcialmente | 15,4 | 0,0 | 20,0 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 0 | 6 |
| Concorda parcialmente | 33,3 | 66,7 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 13 | 6 | 7 |
| Concorda | 30,8 | 33,3 | 30,0 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 3 | 9 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 8. — Posição dos líderes comunitários sobre a possibilidade de eventos coletivos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Possibilitou a realização de eventos coletivos entre vizinhos e moradores. | Total | Líder tipo | |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 23,1 | 11,1 | 26,7 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 1 | 8 |
| Não concorda parcialmente | 5,1 | 0,0 | 6,7 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Concorda parcialmente | 35,9 | 22,2 | 40,0 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 2 | 12 |
| Concorda | 35,9 | 66,7 | 26,7 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 6 | 8 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 9. — Indicador: Atração de recursos para a organização comunitária, circulação e acesso no Aglomerado.

| Descrição | Componente * |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Mediante o Vila Viva se melhorou a circulação de pessoas, mercadorias e recursos usados em iniciativas comunitárias locais. | 1,38 |
| Mediante o Vila Viva se facilitou a localização e identificação dos domicílios. | 0,55 |
| A intervenção do Vila Viva possibilitou uma circulação mais segura de veículos e pedestres. | 0,57 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 2,13 | 71,12 | 0,80 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo. * Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então

71,12% da variância das três variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 80% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 10. — Posição dos líderes comunitários sobre a circulação de recursos para iniciativas comunitárias a partir do Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Melhorou a circulação de pessoas, mercadorias e recursos usados em iniciativas comunitárias locais. | Total | Lider tipo | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------|------------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 5,1 | 0,0 | 6,7 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Não concorda parcialmente | 2,6 | 0,0 | 3,3 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Concorda parcialmente | 41,0 | 22,2 | 46,7 |
| <i>quantidade</i> | 16 | 2 | 14 |
| Concorda | 51,3 | 77,8 | 43,3 |
| <i>quantidade</i> | 20 | 7 | 13 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 11. — Posição dos líderes comunitários sobre a identificação dos domicílios a partir do Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Facilitou a localização e identificação dos domicílios. | Total | Lider tipo | |
|---------------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda parcialmente <i>quantidade</i> | 2,7 1 | 0,0 0 | 3,4 1 |
| Concorda parcialmente <i>quantidade</i> | 24,3 9 | 37,5 3 | 20,7 6 |
| Concorda <i>quantidade</i> | 73,0 27 | 62,5 5 | 75,9 22 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 37 | 100,0 8 | 100,0 29 |
| <i>Missing quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 12. — Posição dos líderes comunitários sobre a circulação mais segura de veículos e pedestres a partir do Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Possibilitou uma circulação mais segura de veículos e pedestres. | Total | Lider tipo | |
|------------------------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda <i>quantidade</i> | 8,3 3 | 12,5 1 | 7,1 2 |
| Não concorda parcialmente <i>quantidade</i> | 11,1 4 | 12,5 1 | 10,7 3 |
| Concorda parcialmente <i>quantidade</i> | 30,6 11 | 12,5 1 | 35,7 10 |
| Concorda <i>quantidade</i> | 50,0 18 | 62,5 5 | 46,4 13 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 36 | 100,0 8 | 100,0 28 |
| <i>Missing quantidade</i> | 4 | 1 | 3 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 13. — Indicador: Oferta de espaços públicos. Posição dos líderes comunitários sobre a disposição de espaços físicos, recreativos e culturais, mediante o Vila Viva. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas).

| Disponibilizou espaços físicos suficientes para atividades recreativas e culturais. | Total | Lider tipo | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 28,2 | 11,1 | 33,3 |
| <i>quantidade</i> | 11 | 1 | 10 |
| Não concorda parcialmente | 7,7 | 0,0 | 10,0 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| Concorda parcialmente | 41,0 | 77,8 | 30,0 |
| <i>quantidade</i> | 16 | 7 | 9 |
| Concorda | 23,1 | 11,1 | 26,7 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 1 | 8 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 14. — Indicador: Capacidade organizativa.

| Descrição | Componente * |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Mediante o Vila Viva se deu a oportunidade dos moradores participar para discutir, colocar e desenhar as obras prioritárias. | 1,03 |
| Mediante o Vila Viva se permitiu que os moradores treinassem suas habilidades para a gestão comunitária de iniciativas locais. | 0,77 |
| A intervenção do Vila Viva aproximou às lideranças e representantes comunitários com os moradores. | 1,01 |
| Mediante o Vila Viva se promoveu o cuidado coletivo das novas áreas verdes, e espaços públicos. | 0,68 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 2,43 | 60,63 | 0,78 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo. * Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido

pele Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então 60,63% da variância das quatro variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 78% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 15. — Posição dos líderes comunitários sobre a oportunidade de discussão das obras prioritárias mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Deu a oportunidade dos moradores participar para discutir, colocar e desenhar as obras prioritárias. | Total | Lider tipo | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda <i>quantidade</i> | 25,6 10 | 11,1 1 | 30,0 9 |
| Não concorda parcialmente <i>quantidade</i> | 12,8 5 | 0,0 0 | 16,7 5 |
| Concorda parcialmente <i>quantidade</i> | 25,6 10 | 22,2 2 | 26,7 8 |
| Concorda <i>quantidade</i> | 35,9 14 | 66,7 6 | 26,7 8 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 39 | 100,0 9 | 100,0 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 16. — Posição dos líderes comunitários sobre o treinamento da gestão comunitária mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Permitiu que os moradores treinassem suas habilidades para a gestão comunitária de iniciativas locais. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 31,6 | 11,1 | 37,9 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 1 | 11 |
| Não concorda parcialmente | 5,3 | 0,0 | 6,9 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Concorda parcialmente | 36,8 | 33,3 | 37,9 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 3 | 11 |
| Concorda | 26,3 | 55,6 | 17,2 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 5 | 5 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 38 | 9 | 29 |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 17. — Posição dos líderes comunitários sobre a aproximação dos líderes com os moradores mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Aproximou às lideranças e representantes comunitários com os moradores. | Total | Lider tipo | |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 30,8 | 11,1 | 36,7 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 1 | 11 |
| Não concorda parcialmente | 7,7 | 11,1 | 6,7 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| Concorda parcialmente | 35,9 | 11,1 | 43,3 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 1 | 13 |
| Concorda | 25,6 | 66,7 | 13,3 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 6 | 4 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 18. — Posição dos líderes comunitários sobre a promoção do cuidado de espaços públicos mediante o Vila Viva. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Promoveu o cuidado coletivo das novas áreas verdes, e espaços públicos. | Total | Lider tipo | |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| Não concorda | 33,3 | 37,5 | 32,1 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 3 | 9 |
| Não concorda parcialmente | 2,8 | 0,0 | 3,6 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Concorda parcialmente | 27,8 | 37,5 | 25,0 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 3 | 7 |
| Concorda | 36,1 | 25,0 | 39,3 |
| <i>quantidade</i> | 13 | 2 | 11 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 36 | 8 | 28 |
| <i>Missing quantidade</i> | 4 | 1 | 3 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Efeitos finais do Vila Viva na segurança pública

- Tabela A2. 19. — Indicador: Moradia e segurança.

| Descrição | Componente * |
|---------------------------------------|--------------|
| Prédios. | 1,04 |
| Remoção e reassentamento de famílias. | 1,01 |
| Delimitação de parques. | 0,60 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 2,03 | 67,58 | 0,76 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

* Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então

67,58% da variância das três variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 76% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 20. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários dos prédios construídos com Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Predios. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 27,5 | 66,7 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 11 | 6 | 5 |
| 4 | 22,5 | 0,0 | 29,0 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 0 | 9 |
| 3 | 30,0 | 11,1 | 35,5 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 1 | 11 |
| 2 | 10,0 | 22,2 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 2 | 2 |
| 1 | 2,5 | 0,0 | 3,2 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| 0 | 7,5 | 0,0 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 40 | 9 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 21. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários do processo de remoção e reassentamento de famílias, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Remoção e reassentamento de famílias. | Total | Lider tipo | |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 25,6 | 55,6 | 16,7 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 5 | 5 |
| 4 | 5,1 | 11,1 | 3,3 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 1 | 1 |
| 3 | 30,8 | 22,2 | 33,3 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 2 | 10 |
| 2 | 23,1 | 11,1 | 26,7 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 1 | 8 |
| 1 | 7,7 | 0,0 | 10,0 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| 0 | 7,7 | 0,0 | 10,0 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 22. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de delimitação de parques, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Delimitação de parques. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 15,4 | 22,2 | 13,3 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 2 | 4 |
| 4 | 5,1 | 11,1 | 3,3 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 1 | 1 |
| 3 | 25,6 | 33,3 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 3 | 7 |
| 2 | 25,6 | 11,1 | 30,0 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 1 | 9 |
| 1 | 2,6 | 11,1 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 1 | 0 |
| 0 | 25,6 | 11,1 | 30,0 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 1 | 9 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 39 | 9 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 23. — Indicador: Infraestrutura e segurança.

| Descrição | Componente * |
|--------------------------------------|--------------|
| Abertura de vias e becos. | 0,85 |
| Implantação de postes de iluminação. | 0,75 |
| Esgoto e saneamento básico. | 1,03 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1,84 | 61,26 | 0,68 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

* Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido

pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então 61,26% da variância das três variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 68% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 24. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de abertura de vias e becos, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Abertura de vias e becos. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 30,0 | 44,4 | 25,8 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 4 | 8 |
| 4 | 17,5 | 44,4 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 4 | 3 |
| 3 | 20,0 | 0,0 | 25,8 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 0 | 8 |
| 2 | 15,0 | 0,0 | 19,4 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 0 | 6 |
| 1 | 12,5 | 11,1 | 12,9 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 1 | 4 |
| 0 | 5,0 | 0,0 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 40 | 9 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 25. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de implantação de postes de iluminação, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Implantação de postes de iluminação. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 34,2 | 50,0 | 30,0 |
| <i>quantidade</i> | 13 | 4 | 9 |
| 4 | 21,1 | 0,0 | 26,7 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 0 | 8 |
| 3 | 23,7 | 37,5 | 20,0 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 3 | 6 |
| 2 | 13,2 | 12,5 | 13,3 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 1 | 4 |
| 1 | 5,3 | 0,0 | 6,7 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| 0 | 2,6 | 0,0 | 3,3 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 38 | 8 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 26. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários das obras de esgoto e saneamento básico, do Vila Viva, em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Esgoto e saneamento básico. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 30,0 | 22,2 | 32,3 |
| <i>quantidade</i> | 12 | 2 | 10 |
| 4 | 17,5 | 22,2 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 |
| 3 | 17,5 | 22,2 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 |
| 2 | 17,5 | 22,2 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 |
| 1 | 10,0 | 11,1 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 1 | 3 |
| 0 | 7,5 | 0,0 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 40 | 9 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 27. — Indicador: Obras Cardoso e segurança.

| Descrição | Componente * |
|---------------------|--------------|
| Avenida do Cardoso. | 0,96 |
| Praça do Cardoso. | 0,96 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1,67 | 83,48 | 0,80 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

* Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então 83,48% da variância das duas variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 80% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 28. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários da Avenida do Cardoso em matéria de segurança pública. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Avenida do Cardoso. | Total | Lider tipo | |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 47,5 | 33,3 | 51,6 |
| <i>quantidade</i> | 19 | 3 | 16 |
| 4 | 12,5 | 44,4 | 3,2 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 4 | 1 |
| 3 | 15,0 | 11,1 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 1 | 5 |
| 2 | 10,0 | 11,1 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 1 | 3 |
| 1 | 5,0 | 0,0 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| 0 | 10,0 | 0,0 | 12,9 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 0 | 4 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 40 | 9 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 29. — Avaliação (nota) dos líderes comunitários da Praça do Cardoso em matéria de segurança pública. (Frequências relativas – porcentagens– válidas das respostas):

| Praça do Cardoso. | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 40,0 | 55,6 | 35,5 |
| <i>quantidade</i> | 16 | 5 | 11 |
| 4 | 7,5 | 0,0 | 9,7 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| 3 | 22,5 | 33,3 | 19,4 |
| <i>quantidade</i> | 9 | 3 | 6 |
| 2 | 7,5 | 11,1 | 6,5 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| 1 | 10,0 | 0,0 | 12,9 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 0 | 4 |
| 0 | 12,5 | 0,0 | 16,1 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 0 | 5 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 40 | 9 | 31 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 30. — Indicador: Equipamentos e segurança. Avaliação (nota) dos líderes comunitários dos equipamentos construídos com o Vila Viva em matéria de segurança pública. (Frequências relativas –porcentagens– válidas das respostas):

| Construção de CRAS e de UMEIs | Total | Lider tipo | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente |
| 5 | 52,6 | 37,5 | 56,7 |
| <i>quantidade</i> | 20 | 3 | 17 |
| 4 | 21,1 | 25,0 | 20,0 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 2 | 6 |
| 3 | 13,2 | 12,5 | 13,3 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 1 | 4 |
| 2 | 5,3 | 25,0 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 2 | 0 |
| 1 | 7,9 | 0,0 | 10,0 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade total</i> | 38 | 8 | 30 |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Características iniciativas de atenção comunitária

- Tabela A2. 31. — Antiguidade da iniciativa de atenção comunitária em relação ao decorrer das obras do Vila Viva.

| Antiguidade | Frequência | % |
|-----------------------------|------------|--------------|
| Mais antiga que o Vila Viva | 24 | 52,2 |
| Tão antiga como o Vila Viva | 22 | 47,8 |
| Total | 46 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 32. — Cobertura da iniciativa de atenção comunitária.

| Cobertura | Frequência | % |
|---------------------------------|-------------------|--------------|
| Aglomerado | 31 | 67,4 |
| Aglomerado e cidade | 8 | 17,4 |
| Vilas específicas do Aglomerado | 7 | 15,2 |
| Total | 46 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 33. — Responsável principal da iniciativa de atenção comunitária.

| Responsável | Frequência | % |
|-----------------------------------------------|-------------------|--------------|
| Líder comunitário | 32 | 69,6 |
| Poder público estadual | 12 | 26,1 |
| Organização social externa | 1 | 2,2 |
| Privado externo - ONU - Poder público estatal | 1 | 2,2 |
| Total | 46 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 34. — Público específico ao qual está dirigido a iniciativa de atenção comunitária.

| Público | Frequência | % |
|-------------------------|-------------------|--------------|
| Moradores do Aglomerado | 19 | 41,3 |
| Juventude | 11 | 23,9 |
| Crianças e adolescentes | 9 | 19,6 |
| Outros | 7 | 15,2 |
| Total | 46 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 35. — Âmbito de atuação da iniciativa de atenção comunitária.

| Âmbito de atuação | Frequência | % |
|----------------------------------|------------|--------------|
| Cultura, esportes e lazer | 19 | 41,3 |
| Educação | 6 | 13,0 |
| Assistência social | 3 | 6,5 |
| Organização comunitária em geral | 3 | 6,5 |
| Política | 3 | 6,5 |
| Religião | 2 | 4,3 |
| Saúde | 3 | 6,5 |
| Urbanismo | 3 | 6,5 |
| Outros | 4 | 8,7 |
| Total | 46 | 100,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Percepção de (in)segurança pública entre os líderes comunitários

- Tabela A2. 36. — Percepção de (in)segurança em matéria de troca de tiros. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 20,0 | 22,2 | 19,4 | Aumentou | 50,0 | 37,5 | 53,3 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 2 | 6 | <i>quantidade</i> | 19 | 3 | 16 |
| Frequentemente | 12,5 | 22,2 | 9,7 | Manteve | 21,1 | 12,5 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 2 | 3 | <i>quantidade</i> | 8 | 1 | 7 |
| Às vezes | 25,0 | 22,2 | 25,8 | Diminuiu | 28,9 | 50,0 | 23,3 |
| <i>quantidade</i> | 10 | 2 | 8 | <i>quantidade</i> | 11 | 4 | 7 |
| Raramente | 32,5 | 22,2 | 35,5 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 13 | 2 | 11 | quantidade | 38 | 8 | 30 |
| Nunca | 10,0 | 11,1 | 9,7 | <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 1 | 3 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 40 | 9 | 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 37. — Percepção de (in)segurança em matéria de acúmulo de lixo e entulho em espaços públicos. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|----------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre <i>quantidade</i> | 55,3 21 | 50,0 4 | 56,7 17 | Aumentou <i>quantidade</i> | 32,4 12 | 0,0 0 | 41,4 12 |
| Frequentemente <i>quantidade</i> | 31,6 12 | 50,0 4 | 26,7 8 | Manteve <i>quantidade</i> | 27,0 10 | 37,5 3 | 24,1 7 |
| Às vezes <i>quantidade</i> | 2,6 1 | 0,0 0 | 3,3 1 | Diminuiu <i>quantidade</i> | 40,5 15 | 62,5 5 | 34,5 10 |
| Raramente <i>quantidade</i> | 10,5 4 | 0,0 0 | 13,3 4 | Total (%) <i>quantidade</i> | 100 37 | 100 8 | 100 29 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 38 | 100,0 8 | 100,0 30 | <i>Missing quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 38. — Percepção de (in)segurança em matéria de consumo de drogas. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|----------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre <i>quantidade</i> | 48,7 19 | 33,3 3 | 53,3 16 | Aumentou <i>quantidade</i> | 76,9 30 | 55,6 5 | 83,3 25 |
| Frequentemente <i>quantidade</i> | 12,8 5 | 22,2 2 | 10,0 3 | Manteve <i>quantidade</i> | 17,9 7 | 22,2 2 | 16,7 5 |
| Às vezes <i>quantidade</i> | 17,9 7 | 22,2 2 | 16,7 5 | Diminuiu <i>quantidade</i> | 5,1 2 | 22,2 2 | 0,0 0 |
| Raramente <i>quantidade</i> | 17,9 7 | 22,2 2 | 16,7 5 | Total (%) <i>quantidade</i> | 100,0 39 | 100,0 9 | 100,0 30 |
| Nunca <i>quantidade</i> | 2,6 1 | 0,0 0 | 3,3 1 | <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| Total (%) <i>quantidade total</i> | 100,0 39 | 100,0 9 | 100,0 30 | | | | |
| <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 39. — Percepção de (in)segurança em matéria de grupos de tráfico. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------|------------|-------------|------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 40,0 | 33,3 | 41,9 | Aumentou | 74,4 | 66,7 | 76,7 |
| <i>quantidade</i> | 16 | 3 | 13 | <i>quantidade</i> | 29 | 6 | 23 |
| Frequentemente | 15,0 | 11,1 | 16,1 | Manteve | 15,4 | 11,1 | 16,7 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 1 | 5 | <i>quantidade</i> | 6 | 1 | 5 |
| Às vezes | 12,5 | 22,2 | 9,7 | Diminuiu | 10,3 | 22,2 | 6,7 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 2 | 3 | <i>quantidade</i> | 4 | 2 | 2 |
| Raramente | 17,5 | 11,1 | 19,4 | Total (%) | 100 | 100 | 100 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 1 | 6 | quantidade | 39 | 9 | 30 |
| Nunca | 15,0 | 22,2 | 12,9 | <i>Missing quantidade</i> | 1 | 0 | 1 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 2 | 4 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 40 | 9 | 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 40. — Percepção de (in)segurança em matéria de condução imprudente de carros e motos. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 18,4 | 25,0 | 16,7 | Aumentou | 81,1 | 75,0 | 82,8 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 | <i>quantidade</i> | 30 | 6 | 24 |
| Frequentemente | 7,9 | 0,0 | 10,0 | Manteve | 13,5 | 25,0 | 10,3 |
| <i>quantidade</i> | 3 | 0 | 3 | <i>quantidade</i> | 5 | 2 | 3 |
| Às vezes | 18,4 | 12,5 | 20,0 | Diminuiu | 5,4 | 0,0 | 6,9 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 1 | 6 | <i>quantidade</i> | 2 | 0 | 2 |
| Raramente | 39,5 | 50,0 | 36,7 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 15 | 4 | 11 | quantidade | 37 | 8 | 29 |
| Nunca | 15,8 | 12,5 | 16,7 | <i>Missing quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 1 | 5 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 38 | 8 | 30 | | | | |
| <i>Missing quantidade</i> | 2 | 1 | 1 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 41. — Percepção de (in)segurança em matéria de estupro. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 5,0 | 11,1 | 3,2 | Aumentou | 16,7 | 11,1 | 18,5 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 1 | 1 | <i>quantidade</i> | 6 | 1 | 5 |
| Frequentemente | 12,5 | 22,2 | 9,7 | Manteve | 25,0 | 0,0 | 33,3 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 2 | 3 | <i>quantidade</i> | 9 | 0 | 9 |
| Às vezes | 20,0 | 0,0 | 25,8 | Diminuiu | 58,3 | 88,9 | 48,1 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 0 | 8 | <i>quantidade</i> | 21 | 8 | 13 |
| Raramente | 45,0 | 55,6 | 41,9 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 18 | 5 | 13 | quantidade | 36 | 9 | 27 |
| Nunca | 10,0 | 0,0 | 12,9 | <i>Missing quantidade</i> | 4 | 0 | 4 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 0 | 4 | | | | |
| Não sabe / Não responde | 7,5 | 11,1 | 6,5 | | | | |
| <i>quantidade</i> | 3 | 1 | 2 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 40 | 9 | 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 42. — Percepção de (in)segurança em matéria de violência doméstica ou intrafamiliar. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 35,0 | 22,2 | 38,7 | Aumentou | 24,3 | 22,2 | 25,0 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 2 | 12 | <i>quantidade</i> | 9 | 2 | 7 |
| Frequentemente | 27,5 | 22,2 | 29,0 | Manteve | 37,8 | 11,1 | 46,4 |
| <i>quantidade</i> | 11 | 2 | 9 | <i>quantidade</i> | 14 | 1 | 13 |
| Às vezes | 15,0 | 22,2 | 12,9 | Diminuiu | 35,1 | 55,6 | 28,6 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 2 | 4 | <i>quantidade</i> | 13 | 5 | 8 |
| Raramente | 15,0 | 22,2 | 12,9 | Não sabe / Não responde | 2,7 | 11,1 | 0,0 |
| <i>quantidade</i> | 6 | 2 | 4 | <i>quantidade</i> | 1 | 1 | 0 |
| Nunca | 2,5 | 0,0 | 3,2 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 1 | 0 | 1 | quantidade | 37 | 9 | 28 |
| Não sabe / Não responde | 5,0 | 11,1 | 3,2 | <i>Missing quantidade</i> | 3 | 0 | 3 |
| <i>quantidade</i> | 2 | 1 | 1 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 40 | 9 | 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

- Tabela A2. 43. — Percepção de (in)segurança em matéria de abuso e exploração sexual infantil. (Frequências relativas –porcentagens– válidas).

| Anos prévios ao Vila Viva –contexto PGE– | Total | Lider tipo | | Na atualidade –contexto com obras do Vila Viva– | Total | Lider Tipo | |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Tradicional | Emergente | | | Tradicional | Emergente |
| Sempre | 12,5 | 22,2 | 9,7 | Aumentou | 27,0 | 25,0 | 27,6 |
| <i>quantidade</i> | 5 | 2 | 3 | <i>quantidade</i> | 10 | 2 | 8 |
| Frequentemente | 17,5 | 22,2 | 16,1 | Manteve | 37,8 | 12,5 | 44,8 |
| <i>quantidade</i> | 7 | 2 | 5 | <i>quantidade</i> | 14 | 1 | 13 |
| Às vezes | 20,0 | 11,1 | 22,6 | Diminuiu | 35,1 | 62,5 | 27,6 |
| <i>quantidade</i> | 8 | 1 | 7 | <i>quantidade</i> | 13 | 5 | 8 |
| Raramente | 35,0 | 33,3 | 35,5 | Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| <i>quantidade</i> | 14 | 3 | 11 | quantidade | 37 | 8 | 29 |
| Nunca | 10,0 | 0,0 | 12,9 | <i>Missing quantidade</i> | 3 | 1 | 2 |
| <i>quantidade</i> | 4 | 0 | 4 | | | | |
| Não sabe / Não responde | 5,0 | 11,1 | 3,2 | | | | |
| <i>quantidade</i> | 2 | 1 | 1 | | | | |
| Total (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | |
| quantidade total | 40 | 9 | 31 | | | | |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

Indicadores de atuação policial a partir do Vila Viva

- Tabela A2. 44. — Indicador: Atuação policial positiva.

| Descrição | Componente * |
|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| A partir do Vila Viva, se permitiu uma maior comunicação da polícia com a população. | 0,95 |
| A partir do Vila Viva, se possibilitou um trabalho eficaz de investigação dos crimes. | 0,95 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1,61 | 80,49 | 0,76 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

* Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então

80,49% da variância das duas variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 76% de confiabilidade de dita variância.

- Tabela A2. 45. — Indicador: Atuação policial negativa.

| Descrição | Componente * |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| A partir do Vila Viva se facilitou o uso repressivo da força por parte da polícia. | 0,94 |
| A partir do Vila Viva, aumentou uma abordagem policial preconceituosa sobre os meninos que moram no Aglomerado. | 0,94 |

| <i>Eigenvalue</i> | <i>% de Variância</i> | <i>Alpha de Cronbach</i> |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1,54 | 76,98 | 0,70 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: dados coletados em campo.

* Método de extração: análise de componentes principais categórico (CATPCA).

Cada componente do indicador calculado registra uma carga fatorial superior a 0,5 que justifica a sua permanência na análise. O ajuste completo do indicador, medido pelo Eigenvalue, cumpre com o critério de ser maior a 1. O indicador carrega então 76,98% da variância das duas variáveis componentes. O coeficiente Cronbach revela, por sua vez, um 70% de confiabilidade de dita variância.

Testes GOF e distâncias Mahalanobis dos modelos ERGM (one-mode e two-mode)

- Tabela A2. 46. — Teste GOF do modelo I (one-mode) estrutural da rede de trabalho comunitário entre líderes.

| <i>Efeito de rede (configuração)</i> | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio *</i> |
|--------------------------------------|------------------------|---------------|----------------------|------------------|
| edge | 139,0 | 139,5 | 16,2 | -0,03 |
| 2-star | 1253,0 | 1247,6 | 251,4 | 0,02 |
| 3-star | 4214,0 | 4164,9 | 1186,9 | 0,04 |
| 4-star | 11164,0 | 10886,4 | 4096,0 | 0,07 |
| 5-star | 24003,0 | 23038,9 | 11318,4 | 0,09 |
| triangles | 202,0 | 199,9 | 53,9 | 0,04 |
| Isolates | 2,0 | 1,2 | 1,2 | 0,68 |
| Triangle2 | 1657,0 | 1607,5 | 716,3 | 0,07 |
| 3Path | 11456,0 | 11555,8 | 3326,9 | -0,03 |
| 4Cycle | 1151,0 | 1124,3 | 441,6 | 0,06 |
| AS(2.00) | 415,7 | 415,2 | 60,6 | 0,01 |
| AT(2.00) | 218,7 | 220,7 | 37,3 | -0,05 |
| A2P(2.00) | 651,5 | 656,7 | 98,4 | -0,05 |
| AET(2.00) | 1189,0 | 1176,0 | 324,6 | 0,04 |

| | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio</i> |
|------------------------------------|------------------------|--------------|----------------------|----------------|
| Desvio padrão distribuição de grau | 4,7 | 4,5 | 0,5 | 0,32 |
| Curtosis distribuição de grau | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,06 |
| Agrupamento Global | 0,5 | 0,5 | 0,1 | 0,14 |
| Média Agrupamento local | 0,4 | 0,4 | 0,1 | -0,11 |
| Variança Agrupamento local | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,21 |

Distância Mahalanobis = 2.992687

11% dos grafos das amostras simuladas registram distâncias Mahalanobis menores que a rede observada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa PNet (versão 1.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficientes em negrito indicam o valor da ratio t das configurações que conformam o modelo sob teste. Estas mantêm a condição de ajuste do valor absoluto menor a 0,1, enquanto a condição padrão respectiva para todo o resto de configurações no teste é de valores absolutos menores a 2 (HARRIGAN, 2016, 25-27).

- Tabela A2. 47. — Teste GOF do modelo II (one-mode) estrutural, com atributos monádicos, da rede de trabalho comunitário entre líderes.

| <i>Efeito de rede (configuração)</i> | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio</i> |
|--------------------------------------|------------------------|---------------|----------------------|----------------|
| edge | 139,0 | 138,9 | 20,6 | 0,0 * |
| 2-star | 1253,0 | 1251,7 | 343,7 | 0,0 |
| 3-star | 4214,0 | 4216,9 | 1644,0 | 0,0 |
| 4-star | 11164,0 | 11158,9 | 5656,1 | 0,0 |
| 5-star | 24003,0 | 24033,5 | 15415,8 | 0,0 |
| triangles | 202,0 | 203,5 | 73,5 | 0,0 |
| Isolates | 2,0 | 1,4 | 1,2 | 0,5 |
| Triangle2 | 1657,0 | 1696,4 | 947,4 | 0,0 |
| 3Path | 11456,0 | 11702,2 | 4594,8 | -0,1 |
| 4Cycle | 1151,0 | 1179,7 | 603,8 | 0,0 |
| AS(2.00) | 415,7 | 414,1 | 78,7 | 0,0 |
| AT(2.00) | 218,7 | 219,3 | 49,5 | 0,0 |
| A2P(2.00) | 651,5 | 647,0 | 116,3 | 0,0 |
| AET(2.00) | 1189,0 | 1198,6 | 441,8 | 0,0 |
| PartPartido_o3u | 52,0 | 62,3 | 38,2 | -0,3 |
| : | | | | |
| BenfVV_o2bu | 277,0 | 244,8 | 89,0 | 0,4 |
| : | | | | |
| PartVV_o1au | 638,0 | 494,7 | 161,8 | 0,9 |
| : | | | | |
| LiderTipo_interaction | 20,0 | 20,3 | 7,8 | 0,0 |
| : | | | | |
| Coe_sum | 423,0 | 433,7 | 63,9 | -0,2 |
| : | | | | |
| Moradia_diff | 43,0 | 42,1 | 9,7 | 0,1 |
| : | | | | |
| EquipCom_prod | 2362,0 | 2348,7 | 389,6 | 0,0 |
| : | | | | |
| âmbito_same_Category | 46,0 | 46,3 | 11,5 | 0,0 |
| âmbito_diff_Category | 93,0 | 92,6 | 16,6 | 0,0 |
| | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio</i> |
| Desvio padrão distribuição de grau | 4,7 | 4,5 | 0,7 | 0,3 |
| Curtosis distribuição de grau | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,3 |
| Agrupamento Global | 0,5 | 0,5 | 0,1 | 0,1 |
| Média Agrupamento local | 0,4 | 0,4 | 0,1 | -0,1 |
| Variância Agrupamento local | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 |

Distância Mahalanobis = 10,057620

82% dos grafos das amostras simuladas registram distâncias Mahalanobis menores que a rede observada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa PNet (versão 1.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficientes em negrito indicam o valor da ratio t das configurações que conformam o modelo sob teste. Estas mantêm a condição de ajuste do valor absoluto menor a 0,1, enquanto a condição padrão respectiva para todo o resto de configurações disponíveis (69 em total) no teste é de valores absolutos menores a 2 (HARRIGAN, 2016, 25-27).

- Tabela A2. 48. — Teste GOF do modelo III (one-mode) estrutural, com atributos monádicos e diádicos, da rede de trabalho comunitário entre líderes.

| <i>Efeito de rede (configuração)</i> | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio *</i> |
|--------------------------------------|------------------------|---------------|----------------------|------------------|
| edge | 139,0 | 139,6 | 13,5 | 0,0 |
| 2-star | 1253,0 | 1251,6 | 257,5 | 0,0 |
| 3-star | 4214,0 | 4131,4 | 1379,1 | 0,1 |
| 4-star | 11164,0 | 10787,0 | 5168,0 | 0,1 |
| 5-star | 24003,0 | 23221,8 | 14892,7 | 0,1 |
| triangles | 202,0 | 203,7 | 65,0 | 0,0 |
| Isolates | 2,0 | 2,2 | 1,2 | -0,2 |
| Triangle2 | 1657,0 | 1604,9 | 1059,7 | 0,0 |
| 3Path | 11456,0 | 11406,1 | 3909,4 | 0,0 |
| 4Cycle | 1151,0 | 1126,7 | 618,7 | 0,0 |
| AS(2.00) | 415,7 | 419,4 | 52,2 | -0,1 |
| AT(2.00) | 218,7 | 227,5 | 32,4 | -0,3 |
| A2P(2.00) | 651,5 | 652,9 | 65,6 | 0,0 |
| AET(2.00) | 1189,0 | 1199,8 | 391,8 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| LiderTipo_interaction | 20,0 | 20,2 | 3,7 | -0,1 |
| ⋮ | | | | |
| EspPubl_sum | 711,0 | 707,7 | 67,1 | 0,1 |
| ⋮ | | | | |
| Moradia_diff | 43,0 | 43,1 | 5,4 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| EquipCom_prod | 2362,0 | 2364,7 | 235,6 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| âmbito_diff_Category | 93,0 | 92,9 | 9,9 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| IntensidadeConh_edge | 229,0 | 229,4 | 15,6 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| Amigo_edge | 66,0 | 66,1 | 4,2 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| IntensidadeConh_S21 | 4134,0 | 4137,2 | 676,0 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| TemporalidadeVV_t2 | 1064,0 | 1155,5 | 286,0 | -0,3 |
| ⋮ | | | | |
| | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio</i> |
| Desvio padrão distribuição de grau | 4,7 | 4,5 | 0,5 | 0,3 |
| Curtosis distribuição de grau | 0,5 | 0,3 | 0,2 | 0,7 |
| Agrupamento Global | 0,5 | 0,5 | 0,1 | 0,1 |
| Média Agrupamento local | 0,4 | 0,4 | 0,0 | -0,3 |
| Variança Agrupamento local | 0,1 | 0,1 | 0,0 | -0,1 |

Distância Mahalanobis = 11.895648

92% dos grafos das amostras simuladas registram distâncias Mahalanobis menores que a rede observada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa PNet (versão 1.0), com dados coletados em campo. (*) Coeficientes em negrito indicam o valor da ratio t das configurações que conformam o modelo sob teste. Estas mantêm a condição de ajuste do valor absoluto menor a 0,1, enquanto a condição padrão respectiva para todo o resto de configurações disponíveis (93 em total) no teste é de valores absolutos menores a 2 (HARRIGAN, 2016, 25-27).

- Tabela A2. 49. — Teste GOF do modelo I (two-mode) estrutural da rede de líderes e iniciativas.

| <i>Efeito de rede (configuração)</i> | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio *</i> |
|----------------------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------|------------------|
| XEdge | 284,0 | 286,3 | 32,2 | -0,1 |
| XStar2A | 975,0 | 974,8 | 204,6 | 0,0 |
| XStar2B | 1786,0 | 1840,8 | 625,7 | -0,1 |
| XStar3A | 2152,0 | 2088,3 | 623,2 | 0,1 |
| XStar3B | 10464,0 | 10967,5 | 5606,8 | -0,1 |
| X3Path | 24412,0 | 25274,8 | 10315,8 | -0,1 |
| X4Cycle | 2182,0 | 2229,1 | 1303,3 | 0,0 |
| XECA | 28528,0 | 28475,3 | 18112,1 | 0,0 |
| XECB | 74789,0 | 82983,6 | 60062,0 | -0,1 |
| IsolatesXA | 0,0 | 0,0 | 0,1 | -0,1 |
| IsolatesXB | 0,0 | 1,7 | 1,4 | -1,2 |
| XASA | 411,2 | 416,0 | 62,4 | -0,1 |
| XASB | 417,3 | 422,2 | 68,1 | -0,1 |
| XACA | 528,2 | 546,2 | 64,2 | -0,3 |
| XACB | 1038,7 | 1059,5 | 228,8 | -0,1 |
| XAECA | 8414,1 | 8680,5 | 5139,9 | -0,1 |
| XAEGB | 8555,7 | 8772,5 | 5180,3 | 0,0 |
| | | | | |
| | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio</i> |
| Desvio padrão distribuição de grau dos líderes | 7,6 | 7,5 | 0,8 | 0,0 |
| Curtosis distribuição de grau dos líderes | -1,1 | -1,1 | 0,0 | -0,8 |
| Desvio padrão distribuição de grau das iniciativas | 9,3 | 9,3 | 1,6 | 0,0 |
| Curtosis distribuição de grau das iniciativas | -0,7 | -0,8 | 0,2 | 0,6 |
| Agrupamento Global | 0,4 | 0,3 | 0,1 | 0,4 |

Distância Mahalanobis = 833

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa MPNet (versão 1.04), com dados coletados em campo. (*) Coeficientes em negrito indicam o valor da ratio t das configurações que conformam o modelo sob teste. Estas mantêm a condição de ajuste do valor absoluto menor a 0,1, enquanto a condição padrão respectiva para todo o resto de configurações no teste é de valores absolutos menores a 2 (HARRIGAN, 2016, 25-27).

- Tabela A2. 50. — Teste GOF do modelo II (two-mode) estrutural, com efeitos monádicos, da rede de líderes e iniciativas.

| <i>Efeito de rede (configuração)</i> | <i>Valor observado</i> | <i>Média</i> | <i>Desvio padrão</i> | <i>t-ratio *</i> |
|----------------------------------------------------|----------------------------|----------------|----------------------|------------------|
| XEdge | 284,0 | 284,1 | 25,9 | 0,0 |
| XStar2A | 975,0 | 970,7 | 164,7 | 0,0 |
| XStar2B | 1786,0 | 1796,7 | 571,2 | 0,0 |
| XStar3A | 2152,0 | 2108,9 | 518,3 | 0,1 |
| XStar3B | 10464,0 | 10563,6 | 5465,5 | 0,0 |
| X3Path | 24412,0 | 24478,5 | 8895,6 | 0,0 |
| X4Cycle | 2182,0 | 2142,9 | 1194,8 | 0,0 |
| XECA | 28528,0 | 27084,2 | 15680,4 | 0,1 |
| XECB | 74789,0 | 78898,9 | 57787,5 | -0,1 |
| XASA | 411,2 | 412,2 | 49,9 | 0,0 |
| XASB | 417,3 | 418,0 | 55,2 | 0,0 |
| XACA | 528,2 | 552,5 | 72,0 | -0,3 |
| XACB | 1038,7 | 1042,0 | 204,6 | 0,0 |
| XAECA | 8414,1 | 8324,3 | 4686,5 | 0,0 |
| XAE CB | 8555,7 | 8429,3 | 4754,1 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| BenfVV_X2StarA100 | 1299,0 | 1215,9 | 393,2 | 0,2 |
| ⋮ | | | | |
| LiderTipo_X2StarA101 | 146,0 | 82,2 | 31,4 | 2,0 # |
| ⋮ | | | | |
| Antg_XEdgeB | 85,0 | 122,4 | 20,1 | -1,9 |
| ⋮ | | | | |
| ProporT/E_XAlt4CycleB2 | 117,6 | 56,5 | 18,6 | 3,3 # |
| ⋮ | | | | |
| RecOrg_XEdgeABSum | 464,0 | 462,5 | 42,6 | 0,0 |
| ⋮ | | | | |
| Cardoso_X4CycleADifference | 1168,0 | 1075,4 | 600,2 | 0,2 |
| ⋮ | | | | |
| Obj_X2StarBMatch | 230,0 | 186,2 | 46,0 | 1,0 |
| ⋮ | | | | |
| Rec_X2StarBMismatch | 818,0 | 805,9 | 151,6 | 0,1 |
| ⋮ | | | | |
| Equip_X2StarABAMatch | 356,0 | 304,6 | 162,7 | 0,3 |
| | Valor observado | Média | Desvio padrão | t-ratio * |
| Desvio padrão distribuição de grau dos líderes | 7,6 | 7,5 | 0,6 | 0,1 |
| Curtosis distribuição de grau dos líderes | -1,1 | -1,1 | 0,0 | -0,3 |
| Desvio padrão distribuição de grau das iniciativas | 9,3 | 9,2 | 1,4 | 0,1 |
| Curtosis distribuição de grau das iniciativas | -0,7 | -0,8 | 0,2 | 0,5 |
| Agrupamento Global | 0,4 | 0,3 | 0,1 | 0,4 |

Distância Mahalanobis = 130313

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017. Nota: cálculos feitos no programa MPNet (versão 1.04), com dados coletados em campo.

(*) Coeficientes em negrito indicam o valor da ratio t das configurações que conformam o modelo sob teste. Estas mantêm a condição de ajuste do valor absoluto menor a 0,1, enquanto a condição padrão respectiva para todo o resto de configurações no teste é de valores absolutos menores a 2 (HARRIGAN, 2016, 25-27).

(#) Valores absolutos dos coeficientes da t ratio maiores a 2 que indicam um ajuste defeituoso em 6 (3,2%) de 185 configurações em total disponíveis no teste.

Apêndice 3 — Matemático

Fórmulas e expressões matemáticas de indicadores para redes de laços não direcionados

- Coeficiente de agrupamento global ou da rede (overall clustering coefficient):

$$\bar{C} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n C_i$$

onde \bar{C} é a média de todos os coeficientes C_i de agrupamento local de todos os atores da rede,

$$C_i = \frac{2 |\{e_{jk}\}|}{k_i(k_i - 1)} : v_j, v_k \in N_i, e_{jk} \in E.$$

$|\{e_{jk}\}|$ é o valor absoluto do grupo conformado por todos os laços observados na vizinhança N_i do ator específico i ,

v_j, v_k são vizinhos do ator i dado que cada um tem um laço com este,

k_i é o grau do ator i , ou seja, o número de atores com os quais este se acha relacionado,

$\frac{2}{k_i(k_i-1)}$ é o máximo número possível de laços entre os vizinhos de i .

- Clique:

Dada a rede representada pelo grafo $G = (V, E)$, na qual V é o conjunto de atores (nodos ou vértices também) e E o conjunto de laços, de modo que cada elemento de E é um par de elementos de V ; um clique na rede estará constituído pela sub-rede ou sub-grafo induzida por um conjunto de nodos $S \subseteq V$, isto é, $G_S = (S, E_S)$, tal que a densidade de G_S é igual a 1.

- Centralidade de grau (degree) do ator (nodo) i na rede one-mode (Wasserman e Faust, 1994, 178-180):

$$C_D(n_i) = d(n_i) / g - 1$$

$d(n_i)$, o degree do ator (nodo) i , é igual ao total de atores (nodos) j que mantêm vínculos x com i ,

$$d(n_i) = x_{i*} = \sum_j x_{ij} = \sum_j x_{ji}$$

g , é o tamanho do grupo; $g - 1$ o máximo valor que o degree do ator pode alcançar.

- Centralidade de grau (degree) do ator (nodo) i , ou do evento (nodo) j , na rede two-mode (Borgatti, 2009, 8279-8291):

$$d_i^* = d_i / n_2, \text{ para } i \in V_1$$

$$d_j^* = d_j / n_1, \text{ para } j \in V_2$$

Duas formulas são requeridas dado que não há nenhum laço ao interior de cada tipo de nodo e, portanto, o máximo número de laços que um nodo que faz parte do conjunto de atores V_1 pode alcançar é n_2 , enquanto que para um nodo do conjunto de eventos V_2 será n_1 .

- Centralidade de proximidade (closeness) do ator (nodo) i na rede one-mode (Wasserman e Faust, 1994, 184-186):

$$C_c(n_i) = \frac{g-1}{\sum_{j=1}^g d(n_i, n_j)}, \quad j \neq i$$

$d(n_i, n_j)$ é a distância geodésica entre os atores (nodos) i e j , e a somatória representa a distância total do ator i com respeito a todos os outros atores na rede,

$g - 1$ é o fator de normalização, de modo que o C_c indica o inverso da distância média entre o ator i e todos os outros atores na rede.

- Centralidade de proximidade (closeness) do ator (nodo) i , ou do evento (nodo) j , na rede two-mode (Borgatti, 2009, 8279-8291):

$$C_i^* = \frac{n_2 + 2(n_1 - 1)}{C_i}, \text{ para } i \in V_1$$

$$C_j^* = \frac{n_1 + 2(n_2 - 1)}{C_j}, \text{ para } j \in V_2$$

Além de requerer duas fórmulas, uma para o ator e outra para o evento, o cálculo destes indicadores é o mesmo que o empregado no caso duma rede one-mode, salvo pelo fator de normalização. A respeito dum ator i , por exemplo, o máximo número de nodos que este pode alcançar, numa distância geodésica de 1 (laço), é o total de nodos (n_2) do conjunto de eventos V_2 , e também pode-se conectar numa geodésica de dois laços com o resto de nodos (n_1) do seu mesmo tipo V_1 .

- Centralidade de intermediação (betweenness) do ator (nodo) i na rede one-mode (Wasserman e Faust, 1994, 189-191):

$$C_B(n_i) = \frac{\left[\sum_{j < k} \frac{g_{jk}(n_i)}{g_{jk}} \right]}{\left[\frac{(g-1)(g-2)}{2} \right]}, \text{ } i \neq j \neq k$$

$g_{jk}(n_i)/g_{jk}$ é a proporção, ou probabilidade, de distâncias geodésicas entre dois atores j e k que contêm o ator i ,

$\frac{(g-1)(g-2)}{2}$ é o fator de normalização que representa o valor máximo que a somatória de numerador da fração pode alcançar, isto é, quando o ator i se acha em todas as geodésicas.

- Centralidade de intermediação (betweenness) do ator (nodo) i , ou do evento (nodo) j , na rede two-mode (Borgatti, 2009, 8279-8291):

$$C_i^* = \frac{C_i}{\frac{1}{2}[m^2(s+1)^2+m(s+1)(2t-s-1)-t(2s-t+3)]}, \text{ para } i \in V_1$$

$$s = \lfloor \frac{(n-1)}{m} \rfloor, t = (n-1) \bmod m. \text{ De novo, o cálculo deste indicador se}$$

diferença do usado numa rede one-mode na parte do denominador da formula que conforma o fator de normalização o qual é, por sua vez, uma função dos termos s e t que representam, respectivamente, o componente inteiro e a fração da divisão entre $(n-1)$ e m . Esta sinala o total máximo de geodésicas nas que o ator i poderia estar presente em direção de outros atores, mediado pelos eventos aos que pertence. A mesma lógica é aplicada para o indicador dum evento j .

$$C_j^* = \frac{C_j}{\frac{1}{2}[n^2(p+1)^2+n(p+1)(2r-p-1)-r(2p-r+3)]}, \text{ para } j \in V_2$$

$$p = \lfloor \frac{(m-1)}{n} \rfloor, r = (m-1) \bmod n$$

- Coeficiente de obstrução, ou de controle lateral (constraint coefficient) (Burt, 2009, Apêndice B, 2):

$$C_i = \sum_j c_{ij}, i \neq j$$

c_{ij} é uma medida da dependência de ator i do contato com o ator j ,

$$c_{ij} = (p_{ij} + \sum_q p_{iq} p_{qj})^2, i \neq q \neq j$$

p_{ij} é a proporção de tempo e energia, dentro da sua rede de vizinhos (ego-network), que o ator i gasta diretamente com o ator j ,

$$p_{ij} = z_{ij} / \sum_q z_{iq}, i \neq q \neq j$$

z_{ij} é a medida da intensidade do laço entre i e j ,

$\sum_q p_{iq} p_{qj}$ é a proporção de tempo e energia, dentro da sua rede de vizinhos (ego-network), que o ator i gasta indiretamente com o ator j .

Anexo 1. Roteiros de entrevistas

Lideranças comunitárias

Perfil

1. Em qual ano você chegou para morar no aglomerado? Como e por que?
 - a. Em qual das Vilas? Qual era a situação da Vila naquela época?
 - b. Quantos anos você tinha? Tinha acompanhantes? Quem eram eles?
2. Qual era a condição jurídica das famílias moradoras na Vila com relação ao solo que estavam ocupando na sua chegada no Aglomerado? Tive mudanças essa condição?
3. O que vc entende por liderança comunitária?
 - a. O que significa para vc? Em três palavras como vc definiria uma liderança comunitária?
4. Qual é sua história como liderança comunitária?
 - a. Quais os laços que se criam nessa história?
 - b. Qual sua zona de trabalho no aglomerado?
 - c. A chegada do Vila Viva como afeta essa história?
 - d. Existe algum outro programa que incida sobre essa história?
5. Com qual tipo de pessoas vc interage mais no cotidiano?
6. Quem procura vc para resolver problemas coletivos?
7. Como são suas relações com outro tipo de lideranças ou pessoas engajadas em atividades sociais?
8. Poderia me dizer como é que é essa vida comunitária?

Laços trabalho comunitário

9. Quais os atores com os quais se relaciona no seu trabalho comunitário?
 - a. Como define cada uma dessas relações?
 - b. Quais os recursos que transitam por essas relações?
 - c. Quais seriam as relações mais importantes? Por que? Quais as menos importantes? Por que?
10. Como são suas relações com outras lideranças da zona e do aglomerado?
 - a. Como as define?
 - b. Quais os recursos que são trocados nessas relações?
 - c. Qual sua importância? Por que?
11. Quais são os grupos de trabalho aos que vc pertence?
 - a. Como estão constituídos, quem são seus integrantes, quais seus objetivos, como funcionam, há quanto tempo existem, com que frequência se reúnem, quando se reúnem?
 - b. Poderia mencionar grupos de trabalho aos que vc pertencia e agora estão extintos? Por que acabaram?

12. Qual seu envolvimento na chegada dos diferentes programas e equipamentos sociais que operam no Aglomerado? A implementação destes têm alguma relação com o Vila Viva?

Organização comunitária

13. Qual é a história da organização comunitária na sua zona?
- Sobre que problemas se mobilizam? Quem se mobiliza? Como?
 - Quais as regras de decisão? Quais as regras para manter a decisão? O que acontece quando são violadas essas regras?
 - O que acontece com a organização comunitária antes e depois do Vila Viva? Qual é que a história da conformação do Grupo de Referência dentro do Vila Viva?
 - Vocês tiveram apoio de outros programas nessa história de organização comunitária? Quais? Como?

Segurança Pública

14. Qual voce considera que era o principal problema de segurança pública na zona, antes do Vila Viva? E no aglomerado?
- Vocês tentaram alguma forma de resolução desse problema? Qual era sua participação nessa tarefa?
15. Qual vc considera que é o principal problema de segurança pública na zona, depois do Vila Viva? E no aglomerado?
- Vc's tentaram alguma forma de resolução desse problema? Qual é sua participação nessa tarefa?
16. Existe algum impacto do tráfico, por exemplo, na organização comunitária do aglomerado?

.....

Coordenadores de equipamentos sociais

Perfil

1. Quanto anos há que trabalha no Aglomerado?
2. Quais são suas principais tarefas?
3. Suas atividades têm alguma vinculação com o Vila Viva? Como é que elas se desenvolvem?
4. Voce mora no Aglomerado? Há quanto tempo?
5. Como é que você chega a ocupar seu cargo?

(Se o entrevistado é morador, as questões continuam como no roteiro para as lideranças)

Laços trabalho comunitário

6. Quais as lideranças (e coletivos ou grupos) com as quais se relaciona no seu trabalho comunitário?
 - a. Qual o tipo de trabalho feito com elas?
 - b. Como define cada uma dessas relações?
 - c. Quais os recursos que transitam por essas relações?
 - d. Quais seriam as relações mais importantes? Por que? Quais as menos importantes? Por que?

Organização comunitária

7. Qual é a história da organização comunitária na sua zona de trabalho?
 - a. Quais os coletivos ou grupos de trabalho reconhecidos?
 - b. Com quais vocês trabalham?
 - c. Como estão constituídos, quem são seus integrantes, quais seus objetivos, como funcionam, há quanto tempo existem, com que frequência se reúnem, quando se reúnem?
 - d. Sobre que problemas se mobilizam? Quem se mobiliza? Como?
 - e. Quais as regras de decisão? Quais as regras para manter a decisão? O que acontece quando são violadas essas regras?
 - f. O que acontece com a organização comunitária antes e depois do Vila Viva? Qual é que a história da conformação do Grupo de Referência dentro do Vila Viva?
 - g. Quais os apoios de outros programas nessa história de organização comunitária? Como aconteceu esse apoio?

Segurança Pública

8. Qual voce considera que era o principal problema de segurança pública na zona, antes do Vila Viva? E no aglomerado?
 - a. Vocês tentaram alguma forma de resolução desse problema? Qual era sua participação nessa tarefa?
9. Qual vc considera que é o principal problema de segurança pública na zona, depois do Vila Viva? E no aglomerado?
 - a. Vc's tentaram alguma forma de resolução desse problema? Qual é sua participação nessa tarefa?

10. Existe algum impacto do tráfego, por exemplo, na organização comunitária do aglomerado?

Outros contatos

11. Poderia me dizer de moradores que são referência, em diferentes áreas de trabalho, para a atenção de problemas ou demandas coletivas?

Morador do Aglomerado

Perfil

1. Em qual ano você chegou para morar no aglomerado? Como e por que?
 - a. Em qual das Vilas? Qual era a situação da Vila naquela época?
 - b. Quantos anos você tinha? Tinha acompanhantes? Quem eram eles?
2. Qual era a condição jurídica das famílias moradoras na Vila com relação ao solo que estavam ocupando na sua chegada no Aglomerado? Tive mudanças essa condição?
3. O que vc entende por liderança comunitária?
 - a. O que significa para vc? Em três palavras como vc definiria uma liderança comunitária?
4. Qual é sua história como morador do Aglomerado?
 - a. A chegada do Vila Viva como afeta essa história?
 - b. Existe algum outro programa que incida sobre essa história?
5. Com qual tipo de pessoas vc interage mais no cotidiano?
6. Quem procura vc para resolver problemas coletivos?
7. Como são suas relações com lideranças ou pessoas engajadas em atividades sociais?
8. Poderia me dizer como é que é essa vida comunitária?

Organização comunitária

9. Qual é a história da organização comunitária na sua zona?
 - a. Sobre que problemas se mobilizam? Quem se mobiliza? Como?
 - b. O que acontece com a organização comunitária antes e depois do Vila Viva?

Segurança Pública

10. Qual voce considera que era o principal problema de segurança pública na zona, antes do Vila Viva? E no aglomerado?
 - a. Vocês tentaram alguma forma de resolução desse problema? Qual era sua participação nessa tarefa?
11. Qual vc considera que é o principal problema de segurança pública na zona, depois do Vila Viva? E no aglomerado?
 - a. Vc's tentaram alguma forma de resolução desse problema? Qual é sua participação nessa tarefa?
12. Existe algum impacto do tráfico, por exemplo, na vida ou na organização comunitária do Aglomerado?

Anexo 2. Questionário lideranças comunitárias Aglomerado da Serra

Projeto de pesquisa: 'Melhoramento de Bairros e Construção de Segurança Pública em Assentamentos Urbanos Precários'

22. Perfil Participativo

1. Por favor indique as duas principais iniciativas comunitárias e os dois principais equipamentos comunitários nos quais você participou ou tem participado no aglomerado, e especifique:

| | Iniciativa - Equipamento | | Responsável (Pessoa/Entidade) | | Atividade Principal | | Ano Início | | Ano Final | | Vila |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------|-----|---------------------|-----|------------|-----|-----------|-----|------|
| V1 | | V2 | | V3 | | V4 | | V5 | | V6 | |
| V7 | | V8 | | V9 | | V10 | | V11 | | V12 | |
| V13 | | V14 | | V15 | | V16 | | V17 | | V18 | |
| V19 | | V20 | | V21 | | V22 | | V23 | | V24 | |

2. Por favor indique as 3 principais atividades do programa Vila Viva nas quais você tem participado no aglomerado, e especifique:

| | Atividade Principal | | Ano Início | | Ano Final | | Vila |
|-----|---------------------|-----|------------|-----|-----------|-----|------|
| V25 | | V26 | | V27 | | V28 | |
| V29 | | V30 | | V31 | | V32 | |
| V33 | | V34 | | V35 | | V36 | |

3. Dos seguintes âmbitos, indique quais tem sido os 3 mais importantes, em ordem de relevância, na sua atuação comunitária no Aglomerado:

| | V37 |
|---------------------------|----------------------------|
| Educação | <input type="checkbox"/> 1 |
| Saúde | <input type="checkbox"/> 2 |
| Cultura, esportes e lazer | <input type="checkbox"/> 3 |
| Assistência social | <input type="checkbox"/> 4 |
| Urbanismo | <input type="checkbox"/> 5 |

| | V37 |
|-------------------------------|-----------------------------|
| Política | <input type="checkbox"/> 6 |
| Negócios | <input type="checkbox"/> 7 |
| Religião | <input type="checkbox"/> 8 |
| Segurança Pública | <input type="checkbox"/> 9 |
| Organização comunitária geral | <input type="checkbox"/> 10 |

4. Você tem participado em algum partido político?

| | Não | Sim | Qual? |
|-----|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| V38 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |

23. Vila Viva

5. Das colocações a seguir acerca das formas como o programa Vila Viva poderia facilitar a organização comunitária do Aglomerado, você concorda ou não com cada uma delas:

| | | Concorda | Concorda Parcialmente | Não Concorda | Não Concorda Parcialmente |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| V42 | Deu a oportunidade dos moradores participar para discutir, colocar e desenhar as obras prioritárias. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| V43 | Permitiu que os moradores treinassem suas habilidades para a gestão comunitária de iniciativas locais. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| V44 | Disponibilizou espaços físicos suficientes para atividades recreativas e culturais. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| V45 | Melhorou a circulação de pessoas, mercadorias e recursos usados em iniciativas comunitárias locais. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| V46 | Aproximou às lideranças e representantes comunitários com os moradores. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| V47 | O Vila Viva não facilitou a organização comunitária no Aglomerado. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |

6. Das colocações a seguir acerca das formas como o programa Vila Viva poderia facilitar a vida comunitária do Aglomerado, você concorda ou não com cada uma delas:

| | | Concorda | Concorda Parcialmente | Não Concorda | Não Concorda Parcialmente |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| v48 | Melhorou a comunicação e a troca de ideias entre os vizinhos. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v49 | Incentivou a ajuda mútua entre os vizinhos. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v50 | Tornou os moradores mais confiantes nos seus vizinhos. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v51 | Estimulou a proteção e cuidado de parentes e bens materiais entre vizinhos. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v52 | Facilitou a localização e identificação dos domicílios. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v53 | Possibilitou a realização de eventos coletivos entre vizinhos e moradores. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v53 | Possibilitou uma circulação mais segura de veículos e pedestres. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| | Promoveu o cuidado coletivo das novas áreas verdes, e espaços públicos. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |

7. Das seguintes obras, que fizeram parte do programa Vila Viva, considere qual o impacto positivo de cada uma delas na segurança pública do Aglomerado da Serra (nota '0' para nada de impacto, até nota '5' para muito impacto):

| | | | | | | | |
|------------|---------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| v54 | Prédios. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| v55 | Remoção e reassentamento de famílias. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| v56 | Avenida do Cardoso. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| v57 | Abertura de vias e becos. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| v58 | Implantação de postes de iluminação. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| | Esgoto e saneamento básico. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| v59 | Praça do Cardoso. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| v60 | Delimitação de parques. | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| | Construção de CRAS e de UMEIs | <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Manteve | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
|---------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|

10. Alguns dos líderes e moradores reconhecidos fizeram as colocações embaixo acerca dos efeitos com o Vila Viva sobre a relação entre polícia e moradores. Você concorda ou não com cada uma delas:

| | | Concorda | Concorda Parcialmente | Não Concorda | Não Concorda Parcialmente |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| v81 | Facilitou o patrulhamento e vigilância policial das diferentes vilas do Aglomerado. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v82 | Facilitou o uso repressivo da força por parte da polícia. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v83 | Permitiu uma maior comunicação da polícia com a população. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v84 | Possibilitou um trabalho eficaz de investigação dos crimes. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v85 | Aumentou uma abordagem policial preconceituosa sobre os meninos que moram no Aglomerado. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| v86 | Incrementou a vigilância das vilas por parte dos grupos de tráfico. | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |

11. Você foi removido da sua moradia original?

| | | |
|------------|----------------------------|----------------------------|
| | Não | Sim |
| v33 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |

12. Em caso afirmativo, você recebeu:

| | | |
|------------|----------------------------|----------------------------|
| | Indenização | Apartamento |
| v34 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |

13. Têm parentes que foram removidos da sua moradia original? recebidas por cada um:

| | | |
|------------|----------------------------|----------------------------|
| | Não | Sim |
| v35 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |

14. Em caso afirmativo, especifique o tipo de compensações

| | | | | |
|------------|------------------|------------|----------------------------|----------------------------|
| | Vínculo Parental | | Indenização | Apartamento |
| v36 | _____ | v37 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |
| v38 | _____ | v39 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |
| v40 | _____ | v41 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 |

24. Perfil Sociodemográfico

15. Gênero:

| | v88 |
|-----------|----------------------------|
| Feminino | <input type="checkbox"/> 1 |
| Masculino | <input type="checkbox"/> 2 |
| Outro | <input type="checkbox"/> 3 |

16. Escolaridade:

| | v89 | | v89 |
|-------------------------------|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| Ensino fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> 1 | Técnico | <input type="checkbox"/> 5 |
| Ensino fundamental completo | <input type="checkbox"/> 2 | Superior completo | <input type="checkbox"/> 6 |
| Ensino meio incompleto | <input type="checkbox"/> 3 | Superior incompleto | <input type="checkbox"/> 7 |
| Ensino meio completo | <input type="checkbox"/> 4 | Pos-graduação | <input type="checkbox"/> 8 |

17. Qual é a sua principal atividade?

| | v90 |
|--|--------------------------|
| | <input type="checkbox"/> |

18. Em que ano você nasceu?

| | v91 | | | |
|--|-----|--|--|--|
| | | | | |

19. Onde você nasceu?

| ESTADO | v92 |
|--------|--------------------------|
| | <input type="checkbox"/> |

| MUNICIPIO | v93 |
|-----------|--------------------------|
| | <input type="checkbox"/> |

| | v94 |
|--------|----------------------------|
| Rural | <input type="checkbox"/> 1 |
| Urbano | <input type="checkbox"/> 2 |

20. Se nasceu em BH, qual o bairro?

| | v95 |
|--|--------------------------|
| | <input type="checkbox"/> |

21. Em que ano você se mudou para o Aglomerado?

| | v96 | | | |
|--|-----|--|--|--|
| | | | | |

22. Em qual das Vilas do Aglomerado você mora?

| | |
|--|--------------------------|
| | v97 |
| | <input type="checkbox"/> |

24. Você mora em:

| | | | |
|------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | Casa | Apartamento | Prédio Vila Viva |
| v99 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |

26. Você tem quantos filhos?

| | |
|--|-------------|
| | V101 |
| | |

28. Quantas são as pessoas que moram com você?

| | |
|--|-------------|
| | V106 |
| | |

23. Já morou em outras vilas antes?

| | | | |
|------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | Não | Sim | Qual? |
| v98 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 |

25. Você está:

| | | | | |
|-------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | Casado(a) | Solteiro(a) | separado/divorciado(a) | Viúvo(a) |
| v100 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |

27. De cada um deles por favor indique:

| V102 | V103 | V104 | V105 |
|-------------|--------------|----------------------------|---------------------|
| Sexo | Idade | Atividade Principal | Escolaridade |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

29. De cada uma delas por favor indique:

| V107 | V108 | V109 | V110 | V111 |
|-------------------------|-------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Vínculo Familiar | Sexo | Idade | Ocupação | Escolaridade |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

25. Relações

30. Quantos parentes seus moram nesta Vila?

| | |
|--|-------------|
| | V112 |
| | |
| | |

31. Quantos deles se envolvem na organização comunitária?

| | |
|--|-------------|
| | V113 |
| | |
| | |

32. Pode especificar o parentesco deles com você?

| | | |
|------------------|------------------|------------------|
| V114 | V115 | V116 |
| Parente 1 | Parente 2 | Parente 3 |
| | | |

33. Quantos parentes seus moram em outras Vilas do Aglomerado?

| | |
|--|-------------|
| | V117 |
| | |
| | |

34. Quantos deles se envolvem na organização comunitária?

| | |
|--|-------------|
| | V118 |
| | |
| | |

35. Poderia especificar o parentesco deles com você?

| | | |
|------------------|------------------|------------------|
| V119 | V120 | V121 |
| Parente 1 | Parente 2 | Parente 3 |
| | | |

36. E poderia especificar as vilas onde eles moram?

| | | |
|---------------|---------------|---------------|
| V122 | V123 | V124 |
| Vila 1 | Vila 2 | Vila 3 |
| | | |

37. Defina em três palavras o que é para você 'liderança comunitária':

| | | |
|--------------------|--------------------|--------------------|
| V125 | V126 | V127 |
| Definição 1 | Definição 2 | Definição 3 |
| | | |

38. Defina em três palavras o que é para você 'ser uma pessoa solidária':

| | | |
|--------------------|--------------------|--------------------|
| V128 | V129 | V130 |
| Definição 1 | Definição 2 | Definição 3 |
| | | |

39. Defina em três palavras o que é para você 'ser uma pessoa confiável':

| V131 | V132 | V133 |
|-------------|-------------|-------------|
| Definição 1 | Definição 2 | Definição 3 |
| | | |

40. Defina em três palavras o que é para você reciprocidade ou ajuda mútua:

| V134 | V135 | V136 |
|-------------|-------------|-------------|
| Definição 1 | Definição 2 | Definição 3 |
| | | |

41. Informe sobre cada uma das seguintes pessoas reconhecidas no Aglomerado:

(ver no final arquivo no excel)

42. No caso de você ter vivenciado conflito com algumas das pessoas mencionadas anteriormente, você poderia dizer:

| | | |
|------|-------------------------|--|
| V137 | Tempo duração 1 (meses) | |
| V138 | Tempo duração 2 (meses) | |
| V139 | Tempo duração 3 (meses) | |

| | | |
|------|-------------------------|--|
| V140 | Mecanismo Resolução (1) | |
| V141 | Mecanismo Resolução (2) | |
| V142 | Mecanismo Resolução (3) | |

| No. | NOME | 1. VOCE CONHECE | 2. EM CASO AFIRMATIVO, HÁ QUANTO TEMPO (ANOS)? | 3. TIPO DE RELAÇÃO | 4. TÊM TRABALHADO JUNTOS? | 5. EM CASO AFIRMATIVO, QUANTO TEMPO (ANOS)? | 6. EM QUANTOS PROJETOS / INICIATIVAS? | 7. FAZENDO O QUE, PRINCIPALMENTE ? | 8. EM QUAL ÂMBITO PRINCIPALMENTE? | | | 9. COM QUAL EQUIPAMENTO/INICIATIVA COMUNITÁRIA NO AGLOMERADO TRABALHA ESSA PESSOA NESTE MOMENTO? | |
|-----|------|-----------------|------------------------------------------------|--------------------|---------------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| | | | | | | | | | educação | saúde | cultura, esportes e lazer | | |
| 1. | | __ muito | | __ amigo | __ sim | | | | __ educação | __ saúde | __ cultura, esportes e lazer | | |
| | | __ pouco | | __ familiar | __ vizinho | | | | __ não | __ assistência social | __ segurança pública | | __ urbanismo |
| | | __ nada | | __ conhecido | __ inimigo | | | | __ política | __ negócios | __ religião | | |
| | | | | | | | | | __ org. comunitária em geral | | | | |
| 2. | | __ muito | | __ amigo | __ sim | | | | __ educação | __ saúde | __ cultura, esportes e lazer | | |
| | | __ pouco | | __ familiar | __ vizinho | | | | __ não | __ assistência social | __ segurança pública | | __ urbanismo |
| | | __ nada | | __ conhecido | __ inimigo | | | | __ política | __ negócios | __ religião | | |
| | | | | | | | | | __ org. comunitária em geral | | | | |
| 3. | | __ muito | | __ amigo | __ sim | | | | __ educação | __ saúde | __ cultura, esportes e lazer | | |
| | | __ pouco | | __ familiar | __ vizinho | | | | __ não | __ assistência social | __ segurança pública | | __ urbanismo |
| | | __ nada | | __ conhecido | __ inimigo | | | | __ política | __ negócios | __ religião | | |
| | | | | | | | | | __ org. comunitária em geral | | | | |
| . | . | __ muito | | __ amigo | __ sim | | | | __ educação | __ saúde | __ cultura, esportes e lazer | | |
| | | __ pouco | | __ familiar | __ vizinho | | | | __ não | __ assistência social | __ segurança pública | | __ urbanismo |
| | | __ nada | | __ conhecido | __ inimigo | | | | __ política | __ negócios | __ religião | | |
| | | | | | | | | | __ org. comunitária em geral | | | | |
| 40. | | __ muito | | __ amigo | __ sim | | | | __ educação | __ saúde | __ cultura, esportes e lazer | | |
| | | __ pouco | | __ familiar | __ vizinho | | | | __ não | __ assistência social | __ segurança pública | | __ urbanismo |
| | | __ nada | | __ conhecido | __ inimigo | | | | __ política | __ negócios | __ religião | | |
| | | | | | | | | | __ org. comunitária em geral | | | | |